

Michel Goulart da Silva

**ENTRE A FOICE E O COMPASSO: IMPRENSA, SOCIALISMO
E MAÇONARIA NA TRAJETÓRIA DE EVERARDO DIAS NA
PRIMEIRA REPÚBLICA**

Tese de doutorado apresentado ao Programa de Pós-Graduação História da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito à obtenção do título de doutor, orientada pelo Prof. Dr. Waldir José Rampinelli.

Florianópolis

2016

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Silva, Michel Goulart da
Entre a foice e o compasso : imprensa, socialismo e
Maçonaria na trajetória de Everardo Dias na Primeira
República / Michel Goulart da Silva ; orientador, Waldir
José Rampinelli - Florianópolis, SC, 2016.
211 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa
de Pós-Graduação em História.

Inclui referências

1. História. 2. Everardo Dias. 3. Anticlericalismo. 4.
Socialismo. 5. Maçonaria. I. Rampinelli, Waldir José. II.
Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós
Graduação em História. III. Título.

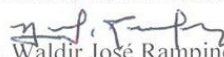
**Entre a foice e o compasso: imprensa, socialismo
e maçonaria na trajetória de Everardo Dias na
Primeira República**

Michel Goulart da Silva

Esta Tese foi julgada e aprovada em sua forma final para obtenção do título
de:

DOUTOR EM HISTÓRIA CULTURAL

Banca Examinadora


Prof. Dr. Waldir José Rampinelli (PPGH/UFSC)
(Presidente e Orientador)


Profa. Dra. Cristina Ferreira (FURB)


Prof. Dr. Luiz Felipe Falcão (PPGH/UFES)C


Prof. Dr. Valdir Alvim da Silva (UFSC)


Prof. Dr. Adriano Luiz Duarte (PPGH/UFSC)


Prof. Dr. Márcio Roberto Voigt (PPGH/UFSC)

Prof. Dr. Alexandre Busko Valim (PPGH/UFSC)
(Suplente interno)

Prof. Dr. Mateus Gamba Torres (UnB) (Suplente
externo)



Profa. Dra. Cristina Scheibe Wolff
Coordenadora do PPGH/UFSC
Florianópolis, 23 de agosto de 2016

AGRADECIMENTOS

Com a conclusão do doutorado, chega ao fim uma jornada acadêmica que iniciei em 2006. Em meio às confusões de juventude sobre qual área seguir ou não, acabei caindo na História e me apaixonei por ela. Nesses dez anos, muitas coisas aconteceram, mas, apesar de todas as dificuldades encontradas, consigo chegar ao fim dessa caminhada satisfeito com a trajetória que fui aos poucos construindo.

Possivelmente a maior dificuldade encontrada foi realizar o doutorado sem poder me afastar do trabalho, além de morar em outra cidade. Contudo, embora não tenha conseguido vivenciar o ambiente acadêmico como meus colegas bolsistas vivenciaram, encontrei na instituição onde trabalho o incentivo para meus sonhos. Mesmo que sejam limitados, em grande medida cheguei aqui em função de todo o incentivo, seja em adequação de carga horária, seja financeiro, que me foi proporcionado pelo Instituto Federal Catarinense (IFC).

Os agradecimentos são muitos, embora algumas pessoas devam ser destacadas. Uma delas é o professor Waldir José Rapinelli, orientador na última etapa do doutorado, que me acolheu em um momento difícil desta caminhada. Também agradeço aos demais professores do Programa de Pós-Graduação em História da UFSC.

Gostaria também de agradecer imensamente aos pesquisadores que aceitaram participar da banca como avaliadores, enriquecendo este trabalho e ajudando a diminuir seus possíveis equívocos.

Agradeço ainda aos queridos mestres de outras instituições que colaboraram com este trabalho. Um agradecimento especial deve ser dedicado ao Marcelo Ridenti, pelo auxílio com algumas das fontes desta pesquisa, e ao Cláudio Batalha, que leu parte deste trabalho e sempre apresentou contribuições valiosas para seu andamento.

Cabe também agradecer ainda ao amigo e mestre Luiz Felipe Falcão, que não apenas leu e apresentou sugestões a este trabalho, como em momentos de dúvida pessoal e acadêmica sempre me ajudou a ver as melhores saídas para os problemas.

No âmbito do IFC, gostaria de agradecer aos meus chefes, que sempre entenderam minhas ausências e sempre me apoiaram nas ocasiões em que isso foi necessário.

No âmbito da colaboração acadêmica, algumas pessoas me inspiraram muito, discutindo temas que tinham ou não relação com esta pesquisa. Nesse aspecto, destaco as figuras do Cleber Rudy e o Alexandre Linck.

Em todo o período do doutorado também orientei bolsistas em diferentes projetos de pesquisa. Sua juventude sempre foi um incentivo de alegria para as horas difíceis e seus questionamentos sempre me permitiram ver por outros ângulos coisas sobre as quais um velho olhar viciado sempre procurar respostas fáceis. Serão inesquecíveis certas figurinhas, em especial Franciel, Israel, Jaqueline e Thalia.

Muitos amigos, para além da vida acadêmica, contribuíram de diferentes formas para este trabalho, em especial os colegas Ricardo Velho e Dalton Menezes, que se mostraram também valorosos colegas de luta. Cabe ainda destacar o Mateus Gamba, amiga de horas certas e incertas, sempre disposto a colaborar com meus projetos acadêmicos. Destaco ainda a querida Daniele, não apenas uma amiga leal, mas também minha “madrinha” de casamento.

Agradeço ainda à minha família, especialmente à minha mãe, à minha irmã, ao meu avô materno e aos meus sobrinhos, que nunca deixaram de me apoiar em nenhum momento, mesmo naqueles que foram os mais difíceis para toda a família.

Cabe ainda destacar o papel que teve a Mariana, que suportou desde meu humor instável até minhas ausências, não apenas a esposa no cartório, mas principalmente a companheira de vida, a parceira de todos os momentos, a camarada de utopias. Certamente sem seu apoio nunca teria chegado a lugar algum nesta vida.

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo discutir a atuação política de Everardo Dias em sua relação com organizações e publicações anticlericais, operárias e socialistas, durante a Primeira República, aproximadamente entre 1903 e 1930. Serão analisadas algumas publicações que contaram com a colaboração de Everardo Dias, especialmente aquelas em que atuou como editor, como o jornal *O Livre Pensador* (1903-15) e a revista *Clarté* (1921). Também será analisado, por meio dos textos produzidos para a imprensa operária, o processo que levou à sua expulsão do país, em função de sua participação na greve de 1917 e 1919. Por fim, será discutida sua aproximação ao Partido Comunista do Brasil (PCB), no contexto de consolidação do partido no cenário político brasileiro e em sua relação com outras correntes políticas. A escolha por essa temática se justifica, em primeiro lugar, pela possibilidade de investigar as particularidades da trajetória de Everardo Dias em comparação com outros militantes anticlericais, socialistas e comunistas nas primeiras décadas do século XX. Por outro lado, essa abordagem permite analisar as concepções de socialismo elaboradas no período. No caso de Everardo Dias, pode-se dividir sua atuação pública em três fases que, em algumas situações, se sobrepõem umas às outras. Esta pesquisa também se justifica pelo necessário esforço de analisar as relações entre Maçonaria e movimento operário, durante a Primeira República. Everardo Dias e outros maçons, como Cristiano Cordeiro, fundador do PCB, engajaram-se na defesa das reivindicações operárias e inclusive do socialismo. Priorizando o espaço da imprensa para defender direitos dos trabalhadores e a superação das formas de opressão que permeavam a sociedade na Primeira República, é possível identificar se a Maçonaria, como instituição, encontrava-se orientada nesse sentido e, caso sim, quais foram suas ações no sentido de apoio às lutas operárias. Esta pesquisa estrutura-se em quatro capítulos, que buscam, apropriando-se dos diferentes níveis do conceito de afinidade eletiva, discutir o processo de aproximação e afastamento dos setores políticos e sociais com os quais Everardo Dias manteve algum tipo de relação, durante a Primeira República. Serão analisados o jornal *O Livre Pensador*, o processo de expulsão e o exílio ao qual foi submetido Everardo Dias, o processo de articulação do Grupo Clarté no Brasil e, por fim, sua relação com o PCB.

Palavras-chave: Everardo Dias. Socialismo. Maçonaria.

ABSTRACT

This research aims to discuss the Everardo Days of political action in their relationship with organizations and anticlerical publications, workers and socialists during the First Republic, approximately between 1903 and 1930. We will analyze some publications which had the Everardo Dias collaboration, especially those in which he served as editor, as the newspaper *O Livre Pensador* (1903-15) and *Clarté* magazine (1921). It will also be analyzed by means of the texts produced for the working press, the process that led to his expulsion from the country, due to its participation in the strikes which occurred between 1917 and 1919. Finally, your approach will be discussed at the Communist Party Brazil (PCB), the party consolidation context in the Brazilian political scene and its relationship with other political currents. The choice of this theme is justified in the first place, the possibility of investigating the particularities of Everardo Dias trajectory compared to other anti-clerical militants, socialists and communists in the early decades of the twentieth century. On the other hand, this approach allows the analysis of socialism concepts developed in the period. In the case of Everard days, one can divide its public operations in three phases, in some cases, overlap each other. This research is also justified by the effort required to analyze the relationship between Freemasonry and labor movement during the First Republic. Everardo Dias and other Masons, as Cristiano Cordeiro, founder of the PCB, engaged in the defense of the workers' demands and even socialism. Prioritizing the space of the press to defend workers' rights and the overcoming of forms of oppression that pervaded society in the First Republic, it is possible to identify whether Freemasonry as an institution, was oriented in this direction and, if so, what were your actions in order to support workers' struggles. This research is divided into four chapters, seeking, appropriating the different levels of the concept of elective affinity, to discuss the process of approximation and removal of political and social sectors with which Everardo Dias maintained some sort of relationship, during the First Republic. We will analyze the newspaper *O Livre Pensador*, the process of expulsion and exile which was submitted Everardo Dias, the Clarté Group joint process in Brazil and, finally, their relationship with the PCB.

Keywords: Everardo Dias. Socialism. Freemasonry.

LISTA DE SIGLAS

AEL – Arquivo Edgard Leuenroth

BOC – Bloco Operário e Camponês

CEDEM – Centro de Documentação e Memória

DEOPS – Departamento Estadual de Ordem Política e Social

GOSP – Grande oriente de São Paulo

IC – Internacional Comunista

NEP – Nova Política Econômica

PCB – Partido Comunista do Brasil

PD – Partido Democrático

PRP – Partido Republicano Paulista

PSB – Partido Socialista Brasileiro

STF – Supremo Tribunal Federal

SUMÁRIO

| | |
|---|-----|
| INTRODUÇÃO | 15 |
| | |
| 1 EVERARDO DIAS E O ANTICLERICALISMO | 33 |
| 1.1 O anticlericalismo | 36 |
| 1.2 O anticlericalismo de <i>O Livre Pensador</i> | 46 |
| 1.3 Maçonaria e anticlericalismo | 53 |
| 1.4 Ideologia e anticlericalismo | 64 |
| | |
| 2 LUTAS, REPRESSÃO E EXÍLIO | 79 |
| 2.1 Os operários em movimento | 81 |
| 2.2 Os operários e suas ideologias | 90 |
| 2.2.1 O socialismo | 92 |
| 2.2.2 Os anarquistas | 96 |
| 2.2.3 Outras correntes | 100 |
| 2.2.4 O sindicalismo revolucionário | 103 |
| 2.2.5 O sindicalismo reformista | 105 |
| 2.2.6 Um balanço posterior | 106 |
| 2.3 Repressão e exílio | 109 |
| | |
| 3 EVERARDO DIAS E O GRUPO CLARTÉ | 125 |
| 3.1 Da França ao Brasil | 127 |
| 3.2 O Grupo Clarté no Brasil | 134 |
| 3.3 Clarté e o socialismo | 140 |
| 3.4 Clarté e a Revolução Russa | 149 |

| | |
|--|-----|
| 3.5 Clarté, entre a reforma e a revolução | 154 |
| 3.6 Depois do Clarté | 158 |
| | |
| 4 EVERARDO DIAS, O COMUNISMO E A MAÇONARIA | 167 |
| 4.1 Os primeiros passos do comunismo no Brasil | 170 |
| 4.2 História e historiografia | 180 |
| 4.3 Convergências e divergências | 185 |
| | |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 197 |
| | |
| FONTES | 201 |
| | |
| REFERÊNCIAS | 205 |

INTRODUÇÃO

Escrevendo em maio de 1961, Everardo Dias lembrava assim de seus primeiros anos de militância pública:

Sessenta anos são passados desde que iniciamos, muito moços, quase adolescentes, a nossa vida de prosélito e de agitador, de ouvinte ávido e mais tarde lutador, escrevendo, falando, dissertando em conferências e *meetings*. Salões exíguos, pobres de ornamentos, escuros, com algumas cadeiras e bancos toscos, pequena mesa ao fundo, poucos concorrentes. Mas os oradores falavam com calor e entusiasmo, interrompidos às vezes por vibrantes aplausos. Mistura de alguns letrados com operários, a cultura harmonizando-se com as fainas manuais.¹

Nesta passagem do livro *História das lutas sociais no Brasil*, originalmente publicado em 1962, no qual se articula acontecimentos da história operária das primeiras décadas do século XX com informações biográficas, Everardo Dias comenta brevemente seus primeiros anos de militância pública, apontando as dificuldades dessa atuação política e a importância do período para sua formação. Nessa passagem do livro Everardo Dias destaca o entusiasmo dessa militância, bastante plural política e ideologicamente, parecendo demonstrar certa nostalgia daqueles anos de juventude. Em sua atuação pública, Everardo Dias participou de diferentes espaços, inserindo-se nas organizações de imigrantes espanhóis, na imprensa anticlerical e nas organizações socialistas e comunistas, ao longo da Primeira República.

Esta pesquisa tem como objetivo discutir as relações políticas estabelecidas por Everardo Dias, a partir de sua relação com uma diversidade de organizações e publicações, especialmente anticlericais, operárias e socialistas, entre aproximadamente 1903 e 1930. Serão analisadas algumas publicações que contaram com a colaboração de

¹ DIAS, Everardo. **História das lutas sociais no Brasil**. São Paulo: Edaglit, 1962, p. 15.

Everardo Dias, especialmente aquelas em que atuou como editor, como o jornal *O Livre Pensador* (1903-15) e a revista *Clarté* (1921). Em diálogo com sua trajetória, será analisado, por meio dos textos produzidos para a imprensa operária e por suas memórias, o processo que levou à sua expulsão do país, devido à sua participação nos movimentos grevistas ocorrida entre 1917 e 1919. Será discutida, ademais, sua aproximação ao Partido Comunista do Brasil (PCB), logo depois de fundação, no contexto de consolidação do partido no cenário político brasileiro e em sua relação com outras correntes políticas.

Natural de Pontevedra, na Galícia, Everardo Dias foi trazido da Espanha aos três anos de idade ao Brasil, em 1886.² Seu pai Antonio Dias, espanhol, tipógrafo, maçom e militante anarquista, participou de um frustrado levante republicano na Espanha, tendo contado com o apoio da rede de sociabilidades maçônica para escapar da perseguição política em seu país de origem. Everardo Dias realizou seus estudos primários em São Paulo, começando a trabalhar também como tipógrafo no jornal *O Estado de S. Paulo*, até se formar na Escola Normal da Praça da República. Em 1904, atuou como professor em Aparecida do Monte Claro, “um lugarejo no interior de São Paulo, mas logo desistiu e voltou à capital, onde trabalhou como jornalista e professor de História”.³ Nesse período, iniciou estudos na Faculdade de Direito de

² Consta nos documentos do Consulado Geral da Espanha (CGE) que, em 1901, na primeira vez em que comparece ao órgão, Everardo Dias “se declarava tipógrafo e se dizia natural de Pontevedra, na Galícia” (CANOVAS, Marília Dalva Klaumann. **Imigrantes espanhóis na Paulicéia**: trabalho e sociabilidade urbana (1890-1922). São Paulo: USP, 2009, 2009, p. 494). Estima-se que, no final do século XIX e início do século XX, cerca de setecentos mil espanhóis desembarcaram no Brasil, fixando-se em sua maioria no estado de São Paulo. Esses imigrantes se deslocaram para trabalhar nas fazendas de café do interior do estado paulista ou fizeram parte do processo de crescimento da capital do estado. Entre as correntes de imigrantes europeus que se dirigiram ao Brasil, os espanhóis formaram o terceiro maior contingente, superados apenas por italianos e portugueses, constituindo-se no segundo maior contingente de imigrantes, no estado de São Paulo, sendo “responsável, entre 1905 e 1919, por aproximadamente 32% do total de imigrantes” (CANOVAS, 2009, p. 32). Possivelmente a primeira forma de militância de Everardo Dias se deu entre os imigrantes espanhóis, em São Paulo, por meio da publicação de jornais e da participação em sociedade beneficentes, culturais e recreativas. Entre outras, participou da criação da Liga Espanhola de Defesa Mútua, em 1903, “criada com o fim precípua de oferecer assistência jurídica a associados, e instalada com subseções funcionando em cidades do interior para atender a demanda de reclamações dos imigrantes contra os fazendeiros” (CANOVAS, 2009, p. 377).

³ RIDENTI, Marcelo. **Brasilidade revolucionária**: um século de cultura e política, São Paulo: Editora UNESP, 2010, p. 20.

São Paulo, “onde só fez o primeiro ano, pois dificuldades financeiras o impediram de continuar os estudos”.⁴

Em sua trajetória pública, Everardo Dias apresenta tanto elementos que mostram certo pluralismo de ideias como a convergência com manifestações ideológicas que permeavam a cultura política do período. Nesse sentido, a escolha pela temática desta pesquisa se justifica, em primeiro lugar, pela possibilidade de investigar as particularidades da trajetória de Everardo Dias em comparação com outros militantes anticlericais, socialistas e comunistas nas primeiras décadas do século XX. Por outro lado, essa abordagem permite analisar as concepções de socialismo elaboradas no período. No caso de Everardo Dias, pode-se dividir sua atuação pública em três fases que, em algumas situações, se sobrepõem umas às outras.

Primeiro, uma fase marcada pela atuação na imprensa anticlerical, que se estende desde o início da publicação de *O Livre Pensador* e segue até o período de publicação da revista *Clarté*, ou seja, aproximadamente entre 1903 e 1921. Nesse período, Everardo Dias também realizou um conjunto de palestras, em diferentes espaços, como círculos operários e lojas maçônicas, vindo a publicá-las em livros, por volta de 1920.

Uma segunda fase na atuação pública de Everardo Dias passa pela aproximação à imprensa libertária, colaborando com essas publicações, em especial para o jornal *A Plebe*, destacando-se o período das greves ocorridas entre 1917 e 1919. Contudo, parece não haver uma efetiva adesão de Everardo Dias ao anarquismo, na medida em que, nesse mesmo período, junto a outros militantes, ainda que de forma bastante confusa, passa a defender a Revolução Russa e, inclusive, declarar simpatia pelo chamado “maximalismo”, como era conhecido o bolchevismo. Pela compreensão difundida no período, a partir das poucas informações acerca do processo revolucionário russo, maximistas (ou maximalistas) seriam “os adeptos do programa máximo do partido socialista, e minimistas são os partidários do programa mínimo”.⁵

⁴ CASTELLANI, José. **Ação secreta da maçonaria na política mundial**. São Paulo: Landmark, 2001, p. 134.

⁵ Helio Negro & Edgard Leuenroth. **O que é maximismo ou bolchevismo**. São Paulo, 1919, p. 5.

Por fim, há ainda uma terceira fase na trajetória pública de Everardo Dias que passa pela adesão de ao comunismo. Essa adesão tem seu primeiro momento com a participação no grupo Clarté, que editou uma revista de mesmo nome, em 1921. Essa publicação, ainda que defendesse uma versão reformista de socialismo, tinha como um de seus principais objetivos a defesa da Revolução Russa. Essa publicação, contudo, teve vida curta, na medida em que alguns de seus membros participaram, durante toda a década de 1920, de algumas das numerosas tentativas de fundação de um partido socialista no Brasil. Em 1923, Everardo Dias aderiu PCB, fundado no ano anterior, embora seu vínculo orgânico pareça ter se encerrado com sua expulsão, em 1930.⁶ O processo de expulsão é um desdobramento do chamado “processo de proletarização” da direção dos partidos comunistas, marcado pelo afastamento de dirigentes históricos para darem lugar a “operários” na direção. No PCB, acusados de “pequeno-burgueses” e de “intelectuais”, foram afastados militantes como Paulo de Lacerda, Leôncio Basbaum, Octávio Brandão e, inclusive, Astrojildo Pereira, que anteriormente havia sido destituído do cargo de secretário-geral do partido. Nesse processo, o “astrojildismo”, do qual Everardo Dias seria parte, passou a ser identificado como um “desvio de direita”, levando a que Astrojildo Pereira e seus “seguidores” fossem expulsos do partido, passando a ser considerados como “renegados”.⁷

Esta pesquisa também se justifica pelo necessário esforço de analisar as relações entre Maçonaria e movimento operário, durante a Primeira República. Everardo Dias e outros maçons, como Cristiano Cordeiro, fundador do PCB, engajaram-se na defesa das reivindicações operárias e inclusive do socialismo. Priorizando o espaço da imprensa para defender direitos dos trabalhadores e a superação das formas de opressão que permeavam a sociedade na Primeira República, é possível identificar se a Maçonaria, como instituição, encontrava-se orientada nesse sentido e como se deu sua atuação no sentido de apoiar as lutas operárias. Em grande medida esta pesquisa se origina da curiosidade em estudar a relação entre a Maçonaria e o movimento operário, afinal, olhando à distância, pode causar certo estranhamento a forma harmônica como se dava essa relação, se for levada em conta que a Maçonaria contemporaneamente assume posições conservadoras. Contudo, no

⁶ RIDENTI, Marcelo. **Brasilidade revolucionária**: um século de cultura e política, São Paulo: Editora UNESP, 2010, p. 136.

⁷ FEIJÓ, Martin Cezar. **O revolucionário cordial**: Astrojildo Pereira e as origens de uma política cultural. São Paulo: Boitempo, 2001, p. 124.

contexto vivido por Everardo Dias, a Maçonaria ou pelo menos alguns de seus membros acabava por se constituir numa força política aliada às reivindicações operárias.

No começo do século, como é possível perceber pela trajetória de Everardo Dias e de outros militantes, não havia contradições em se identificar, ao mesmo tempo, com a Maçonaria e com as principais ideologias do movimento operário. Na Primeira República, a Maçonaria ainda se posicionou como aliada de interesses dos segmentos mais pauperizados, ainda que em grande medida tivesse entre seus membros burgueses e profissionais liberais.⁸ O giro conservador pelo qual passou a Maçonaria está associado às mudanças na situação social e política do país, em especial a chegada de diferentes segmentos da burguesia ao poder central e dos estados, principalmente a partir de 1930. No começo da década de 1960, ainda era possível perceber a significativa presença de membros progressistas no interior da Maçonaria, em especial ligados ao trabalhismo.⁹

Nesta pesquisa não se pretende debater a trajetória de Everardo Dias como uma particularidade, mas como parte de um processo mais amplo e que demonstra a diversidade de ideologias que convergiram em variantes do republicanismo. Essas trajetórias individuais dos militantes encarnavam tradições, contradições e ideologias das mais diversas, associados em alguns casos, por exemplo, ao abolicionismo ou ao tenentismo, sendo possível destacar nomes como Evaristo de Moraes, Maurício de Lacerda, Joaquim Pimenta, Astrojildo Pereira, Cristiano Cordeiro e Luiz Carlos Prestes. No processo de consolidação da República, no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, manifestaram-se ideologias sociais das mais variadas, como o positivismo, o jacobinismo, o socialismo reformista, o anarquismo, o comunismo, entre outras. Soma-se a essas expressões ideológicas também “o reforço das influências positivistas e evolucionistas no socialismo internacional da época (incluindo, depois, o próprio

⁸ BARATA, Alexandre Mansur. Luzes e sombras: a ação da maçonaria brasileira (1870-1910). Campinas: CMU/Unicamp, 1999.

⁹ MOREL, Marco; SOUZA, Françoise Jean de Oliveira. O poder da maçonaria: a história de uma sociedade secreta no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

‘marxismo-leninismo’ da III Internacional) que não abandonará tão cedo o pensamento socialista brasileiro”.¹⁰

Este pesquisa se orienta pela perspectiva de que as experiências vivenciadas no âmbito da cultura e da política na Primeira República produziram a convergência de um conjunto de ideias, em torno de um projeto comum de transformação social, caracterizado por reformas na sociedade e pelo aprofundamento do que esses setores esperavam do projeto republicano. Nesse sentido da aproximação de experiências e ideologias, parece que se caminhava para a constituição de um socialismo bastante peculiar, no qual convergiriam elementos bastante díspares, entre os quais leituras bastante particulares do marxismo, do positivismo, do anticlericalismo, do anarquismo e até mesmo da filosofia maçônica. Portanto, em meio ao processo de modernização produzido pela nascente República, um conjunto de setores populares parece ter compartilhado certa cultura política que poderia ter sido o elemento principal de novas formas de ideologia ou até mesmo de um socialismo mais afinado com a experiência histórica brasileira.

Os militantes ligados ao movimento operário parecem ter compartilhado certa cultura política, que, embora os unificasse, também estava marcado pela defesa de diferentes projetos de República. Essa cultura política se caracteriza, ainda que de forma genérica, por um ideal de sociedade marcada pela ampliação de direitos sociais e políticos.¹¹ Estava presente na maior parte das correntes políticas e ideológicas a ideia de que um conjunto de reformas promovidas pelo Estado republicano poderia levar ao processo de modernização do país. Pode-se se afirmar, nesse sentido, que, “com a exceção dos poucos radicais, os vários grupos que procuravam em modelos republicanos uma saída para a Monarquia acabavam dando ênfase ao Estado, mesmo os que partiam de premissas liberais”.¹² Contudo, muitas das expectativas com o novo regime foram sistematicamente sendo frustradas, afinal, naquele contexto,

¹⁰ Z Aidan Filho, Michel. **Comunistas em céu aberto (1922-1930)**. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1989, p. 132-3.

¹¹ Possivelmente uma das divergências mais importantes entre esses setores passava pelo modelo de República, afinal para alguns, como os socialistas, era necessário o estabelecimento de um regime democrático e para outros, como os positivistas, um regime forte e centralizador.

¹² CARVALHO, Jose Murilo de. **A formação das almas: o imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 29.

desapontaram-se os intelectuais com as perseguições do governo Floriano; desapontaram-se os operários, sobretudo sua liderança socialista, com as dificuldades de se organizarem em partidos e de participarem do processo eleitoral; os jacobinos foram eliminados.¹³

Essa situação teve diferentes consequências, que passavam, entre outros fatores, pela crescente diminuição da tolerância do regime para com quaisquer iniciativas de mobilização dos trabalhadores.¹⁴ Os diferentes setores, entre os quais os operários e uma parcela da intelectualidade, encontraram na mobilização coletiva e no aprofundamento de alguns pontos do programa republicano elementos que aproximavam suas ações, centrando suas ações em questões como pontuais, como nas críticas no clero católico ou na luta pela melhoria das condições de vida dos trabalhadores.

Essa unidade entre setores diversos se dava a partir do compartilhamento de certa cultura política. Em uma cultura política, destaca-se, de um lado, o papel das representações, que fazem dela outra coisa que não uma ideologia ou um conjunto de tradições e, de outro, o caráter plural das culturas políticas num dado momento da história e num dado país. Cultura política constitui “um conjunto coerente em que todos os elementos estão em estreita relação uns com os outros, permitindo definir uma forma de identidade do indivíduo que dela se reclama”.¹⁵ Numa cultura política,

as componentes são diversas e levam a uma visão dividida do mundo, em que entram em simbiose uma base filosófica ou doutrinária, a maior parte das vezes expressa sob a forma de uma vulgata acessível ao maior número, uma leitura comum e normativa do passado histórico com conotação

¹³ CARVALHO, Jose Murilo de. **Os bestializados**: o Rio de Janeiro e a República que não foi. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014, p. 37.

¹⁴ GOMES, Ângela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. 3ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005, p. 57.

¹⁵ BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (org.). **Para uma história cultural**. Lisboa: Estampa, 1998, p. 350.

positiva ou negativa com os grandes períodos, uma visão institucional que traduz no plano da organização política do Estado os dados filosóficos ou históricos precedentes, uma concepção da sociedade ideal tal como a veem os detentores dessa cultura e, para exprimir o todo, um discurso codificado em que o vocabulário utilizado, as palavras-chave, as fórmulas repetitivas são portadoras de significação, enquanto ritos e símbolos desempenham, ao nível do gesto e da representação visual, o mesmo papel significante.¹⁶

Portanto, uma cultura política não é homogênea. Não existe apenas uma cultura em um determinado lugar, ainda que em algumas situações seja possível identificar, como no Brasil da Primeira República, uma cultura política dominante embora o compartilhamento de experiências e expectativas não signifique uma unidade monolítica. Numa nação,

existe uma pluralidade de culturas políticas, mas com zonas de abrangência que correspondem à área dos valores partilhados. Se, num dado momento da história, essa área dos valores partilhados se mostra bastante ampla, temos então uma cultura política dominante que faz inflectir pouco ou muito a maior parte das outras culturas políticas contemporâneas.¹⁷

Cultura política, portanto, pode ser entendida como um fenômeno político e cultural com múltiplos elementos e fatores que se imbricam, constituído por um conjunto de valores, tradições, práticas e representações, partilhado por um determinado grupo social, que expressa uma identidade coletiva e que fornece, além de leituras comuns

¹⁶ BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (org.). **Para uma história cultural**. Lisboa: Estampa, 1998, p. 350-1.

¹⁷ BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (org.). **Para uma história cultural**. Lisboa: Estampa, 1998, p. 354.

do passado, inspiração para projetos políticos direcionados ao futuro.¹⁸ Nesse sentido, a cultura política republicana se caracteriza pela criação de expectativas de mudança na sociedade, compartilhando uma compressão comum do passado histórico marcado pela escravidão e pela Monarquia, apontando para um sentido de transformação do regime político ou, pelo menos, de ampliação de direitos políticos e sociais. Não se trata de um grupo social único que compartilha uma ideologia comum, mas parcelas muitas vezes díspares de diferentes grupos sociais ou de certas ideologias que compartilham sentimentos, experiências, leituras do passado e expectativas de futuro.

Esse compartilhar de sentimentos, experiências e expectativas permite vislumbrar a aproximação existente entre diferentes setores políticos e sociais. Entre esses setores havia certa *afinidade eletiva*, entendida como “um movimento de convergência, de atração recíproca, de confluência ativa, de combinação capaz de chegar à fusão”.¹⁹ Em sua forma literária, o Johann Wolfgang Von Goethe aponta a existência de elementos que “se procuram uns aos outros”, que “se atraem, se juntam, se destroem, se devoram, se consomem, ressurgindo depois da união mais íntima numa forma revigorada, nova e inesperada”.²⁰

O conceito de afinidade eletiva, nascido da alquimia e incorporado pela química, posteriormente trabalhado pela sociologia de Marx Weber no começo do século XX, permite compreender “certo tipo de conjunção entre fenômenos aparentemente díspares, dentro do mesmo campo cultural (religião, filosofia, literatura) ou entre esferas sociais distintas”, como religião e economia ou religião e política.²¹ Os grupos de intelectuais, como aqueles em que Everardo Dias vivenciou sua vida pública, se organizam “em torno de uma sensibilidade ideológica ou cultural comum e de afinidade mais difusas, mas igualmente determinantes, que fundam uma vontade e um gosto de conviver”.²² Nesse sentido, a afinidade eletiva não é um sinônimo de

¹⁸ MOTTA, Rodrigo Patto Sá Motta. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá Motta (org.). **Culturas políticas na História: novos estudos**. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009, p. 21.

¹⁹ LOWY, Michael. **Redenção e utopia**. Companhia das Letras, 1989, p. 13.

²⁰ GOETHE, Johann Wolfgang von. **As afinidades eletivas**. São Paulo: Nova Alexandria, 2008, p. 47.

²¹ LOWY, Michael. **Redenção e utopia**. Companhia das Letras, 1989, p. 16.

²² SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (Org.). **Por uma história política**. 2ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003, p. 248.

influência, na medida em que implica uma relação mais ativa e uma articulação recíproca. O conceito possibilita justificar processos de interação que não dependem nem de causalidade direta, nem da relação entre forma e conteúdo.²³

No cenário de uma cultura política compartilhada por diferentes setores que se inseriam no interior do republicanismo, o conceito de afinidade eletiva permite investigar, na atuação pública de Everardo Dias, o processo que o leva a aderir ao comunismo, passando pelo contato com expressões reformistas de socialismo ou pela aproximação com o sindicalismo revolucionário. O conceito de afinidade eletiva permite, igualmente, investigar os possíveis contatos entre a espiritualidade maçônica e o anticlericalismo ou mesmo entre a religiosidade espírita e o socialismo. Pode-se, ao identificar os diferentes níveis assumidos por essas afinidades eletivas, compreender os vínculos, mesmo os mais tênues, que no período histórico aproximaram organizações, ideologias e religiosidades aparentemente tão díspares.

Quanto às fontes, esta pesquisa centra-se na análise da imprensa anticlerical e na imprensa operária publicada no Brasil nas primeiras décadas do século XX. Entre as publicações editadas por Everardo Dias, pretende-se analisar o jornal *O Livre Pensador* (1903-15) e a revista *Clarté* (1921), bem como outras com as quais se envolveu, como *A Plebe* (1917) e *O Combate* (1921). Metodologicamente, a história das ideias políticas “passa obrigatoriamente pela pesquisa, longa e ingrata, e pela exegese de textos, e particularmente de textos impressos, primeiro suporte dos fatos de opinião, em cuja gênese, circulação e transmissão os intelectuais desempenham um papel decisivo”.²⁴ Essa documentação está disponível em dois grandes acervos, o Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), da Universidade Estadual de Campinas (AEL), e o Centro de Documentação e Memória (CEDEM), ligado à Universidade Estadual Paulista (UNESP).

Como parte do processo de renovação da História Política, também se verificou uma mudança no corpo documental das pesquisas, a partir da década de 1960. No que se refere ao estudo histórico das ideias políticas, as investigações passam a se dedicar, de um lado, a “jornalistas notórios, romancistas de grandes tiragens, todos os tipos de

²³ LOWY, Michael. **Redenção e utopia**. Companhia das Letras, 1989, p. 18.

²⁴ SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (Org.). **Por uma história política**. 2ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003, p. 245.

autores outrora indignos do panteão do pensamento político”.²⁵ Como parte desse processo, a imprensa assume maior relevância na pesquisa documental, “dedicar-se à mediações e aos mediadores, quando o historiador quer avaliar o trabalho das ideias na sociedade tanto quanto o reflexo dos problemas sociais do momento na expressão jornalística”.²⁶ O estudo dos jornais enquanto espaço de difusão de discursos permite localizar os debates em seu próprio tempo, identificando as ideias públicas expressas pelos diferentes personagens e identificar seus interlocutores. Portanto, a história das ideias políticas “é inseparável da história da difusão das ideias, de sua repercussão, de sua metamorfose ou de sua diluição em diversas fórmulas de representação gráfica ou política”.²⁷

Outro corpo documental utilizado nesta pesquisa são os livros publicados por Everardo Dias, principalmente aqueles que reuniam experiências pessoais do autor, como a deportação em 1919, ou suas palestras anticlericais. São alguns desses livros *Delenda Roma!* (1921), um conjunto de “conferências anticlericais” publicado por uma editora maçônica, *Memórias de um exilado* (1920), acerca do processo de deportação a que esteve submetido, *Semeando* (1921), que reúne palestras e conferências do autor, e *História das lutas sociais no Brasil* (1962), que articula relatos das lutas políticas do período com fatos da vida pessoal de Everardo Dias.

Nesses livros, misturam-se análises políticas, narrativas de acontecimentos históricos e recordações de Everardo Dias. Em função dessa mistura, deve-se procurar distinguir os elementos relacionados à memória e à história, na medida em que a primeira “implica sempre uma participação emotiva em relação a ele [o passado], que é sempre vaga, fragmentária, incompleta, sempre tendenciosa em alguma medida”.²⁸ O passado é reconfigurado tendo por base as exigências do presente. Em outras palavras, a memória “é a reconstrução psíquica e intelectual que acarreta de fato uma representação seletiva do passado, um passado que nunca é aquele do indivíduo somente, mas de um indivíduo inserido

²⁵ WINOCK, Michel. As ideias políticas. In: RÉMOND, René (Org.). **Por uma história política**. 2ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003, p. 281.

²⁶ WINOCK, Michel. As ideias políticas. In: RÉMOND, René (Org.). **Por uma história política**. 2ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003, p. 282.

²⁷ WINOCK, Michel. As ideias políticas. In: RÉMOND, René (Org.). **Por uma história política**. 2ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003, p. 284.

²⁸ ROSSI, Paolo. **O passado, a memória e o esquecimento**. São Paulo: UNESP, 2010, p. 28.

num contexto familiar, social, nacional”.²⁹ Em função dessa subjetividade, as fontes que se caracterizam por registrar memórias necessitam ser cotejadas com outras fontes, como as impressas.

Utilizando a imprensa como fonte, é possível identificar o conjunto de ideias defendidas por Everardo Dias e os demais colaboradores dos jornais em que atuou. A análise dessa imprensa, que deve levar em consideração desde o conteúdo dos jornais até diferenças em sua diagramação ou na impressão, passando também pela distribuição e pela identificação do público atingido, deve “permitir localizar a fonte escolhida numa série, uma vez que esta não se constitui em um objeto único e isolado”.³⁰ São os diferentes elementos dos jornais em seu conjunto, produzidos ao longo de certo período de tempo, que permitem identificar aspectos que contribuem na análise desses periódicos. Essa compreensão parte do entendimento de que “a imprensa periódica seleciona, ordena, estrutura e narra, de uma determinada forma, aquilo que se elegeu como digno de chegar até o público”.³¹ Por outro lado, na pesquisa acerca dessa seleção e organização da informação, deve-se também “identificar cuidadosamente o grupo responsável pela linha editorial, estabelecer os colaboradores mais assíduos, atentar para a escolha do título e para os textos programáticos”.³²

Nesta pesquisa optou-se por distinguir a imprensa anticlerical e imprensa operária por entender que ambas não estavam necessariamente unidas. Pela primeira entende-se aquela imprensa que tinha como objetivo difundir as ideias anticlericais, apontando como sua missão “tornar a sociedade livre dos dogmas, conhecedora da verdade, onde o saber científico era a forma de expressão suprema, que suplantaria a crença religiosa”.³³ Por meio da análise dessa documentação é possível

²⁹ ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaina (org.). **Usos & abusos da história oral**. 8ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p. 28.

³⁰ LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. (Org.). **Fontes Históricas**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2010, p. 139.

³¹ LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. (Org.). **Fontes Históricas**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2010, p. 139.

³² LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. (Org.). **Fontes Históricas**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2010, p. 140.

³³ PINHEIRO, Áurea Paz. **As ciladas do inimigo**: as tensões entre clericais e anticlericais no Piauí nas duas primeiras décadas do século XX. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2001, p. 119.

identificar algumas das redes de sociabilidades, ideias e projetos políticos e sociais dos anticlericais, permitindo também

rastrear ligações com outros grupos e correntes diferentes, entre eles o anarquismo, o socialismo e a maçonaria, e as trocas intelectuais, os ideais e os projetos dissidentes e convergentes, os embates travados abertamente na imprensa, em suma, a circulação de ideias nesse período.³⁴

Por imprensa operária entende-se aquela ligada a alguma forma de organização da classe trabalhadora, sejam partidos, sindicatos ou quaisquer outras agremiações. Ela se distingue da grande imprensa por sua forma de circulação, caracterizando-se como um meio de informação, conscientização e mobilização dos trabalhadores a que se dirige. Essa imprensa também se diferencia pelo fato de seu conteúdo ser resultado do conjunto de informações, preocupações e propostas produzidas por certa coletividade e ser a ela dirigidas.³⁵ Por meio da imprensa operária “eram veiculadas as manifestações, denúncias, greves, atividades culturais, localização de bibliotecas e Centros de Estudos Sociais, discussões teóricas etc.”.³⁶ Portanto, essa imprensa não pode ser desvinculada do movimento operário, na medida em que ambos se inter-relacionam por meio da luta dos trabalhadores, sendo “o resultado de uma participação efetiva do individual e do coletivo no processo histórico”.³⁷

Um desdobramento da imprensa operária é aquela produzida pelos partidos políticos de esquerda, especialmente os comunistas. Com a fundação do PCB, abre-se um novo período na publicação da imprensa operária, que passa em grande medida a estar vinculada aos partidos de esquerda, sendo publicados jornais como *A Classe Operária* (1925) e *A*

³⁴ SILVA, Eliane Moura. Entre religião e política: maçons, espíritas, anarquistas e socialistas no Brasil por meio dos jornais *A Lanterna* e *O Livre Pensador*. In: ISAIA, Artur Cesar & MANOEL, Ivan Aparecido. **Espiritismo e religiões afro-brasileiras**: história e ciências sociais. São Paulo: UNESP, 2012, p. 94.

³⁵ FERREIRA, Maria Nazareth. **Imprensa operária no Brasil**. São Paulo: Ática, 1988, p. 6.

³⁶ VALLADARES, Eduardo. **Anarquismo e anticlericalismo**. São Paulo: Imaginário, 2000, p. 46.

³⁷ FERREIRA, Maria Nazareth. **Imprensa operária no Brasil**. São Paulo: Ática, 1988, 13.

Nação (1926) e revistas como *Movimento Comunista* (1922). Em sintonia com as resoluções dos congressos da Internacional Comunista (IC), o PCB entendia que essas publicações deveriam se constituir em instrumentos privilegiados de propaganda e conscientização dos operários brasileiros.³⁸ No entendimento da Internacional Comunista, nenhum jornal poderia ser reconhecido como “órgão comunista” se não se submetesse às s diretrizes do partido.³⁹ Essa compreensão se estende a outras publicações, como livros e demais tipos de publicações, ainda que o jornal esteja no centro da política de propaganda das organizações comunistas. O jornal, para os comunistas,

deve tentar tornar-se uma empresa comunista, isto é, uma organização proletária de combate, uma associação de operários revolucionários, de todos os que escrevem regularmente para o jornal, que o compõem, imprimem, administram, distribuem, reúnem o material informativo, discutem e elaboram nas células, enfim, que trabalham cotidianamente para distribuí-lo etc.⁴⁰

Os comunistas davam grande importância às suas publicações, como o jornal, que era encarado como uma construção coletiva dos membros do partido, tendo como “tarefa essencial transmitir orientações do partido aos dirigentes, militantes, filiados, simpatizantes e ao povo”.⁴¹ Nessas publicações, a temática passa pela difusão de informações e discussões acerca da política nacional, o comportamento político das classes sociais, a situação e a condição de vida do trabalhador, as diversas lutas sociais, bem como notícias sobre a luta de classes e o movimento comunista em âmbito internacional, bem como outros temas. Os jornais são também veículos de divulgação de orientações da direção partidária e espaços de discussão das teses

³⁸ FERREIRA, Maria Nazareth. **Imprensa operaria no Brasil**. São Paulo: Ática, 1988, p. 32.

³⁹ Tesis sobre la estructura, los métodos y la acción de los Partidos Comunistas. In: INTERNACIONAL COMUNISTA. **Los Cuatro Primeros Congresos de la Internacional Comunista**. 2ª ed. México: Pasado y Presente, 1977, v. 2, p. 89.

⁴⁰ Tesis sobre la estructura, los métodos y la acción de los Partidos Comunistas. In: INTERNACIONAL COMUNISTA. **Los Cuatro Primeros Congresos de la Internacional Comunista**. 2ª ed. México: Pasado y Presente, 1977, v. 2, p. 90.

⁴¹ REBELO, Apolinário. **Jornal A Classe Operária: aspectos da história, opinião e contribuição do jornal comunista na vida nacional**. São Paulo: Anita Garibaldi, 2003, p. 46.

preparatórios dos congressos do partido. Em outras palavras, portanto, “o que acontece de relevante no partido, no país e no mundo deve estar noticiado e analisado criticamente nas páginas do jornal”.⁴² Nesta pesquisa, a imprensa partidária pode ser uma forma de, por um lado, conhecer as posições públicas defendidas pelo PCB e, por outro, de mapear sua atuação política no país e seus contatos internacionais. Por outro lado, ainda que com numerosas dificuldades, é possível identificar as disputas e divergências internas do partido.

Nesta pesquisa também são utilizados, ainda que de forma bastante breve, os processos criminais contra Everardo Dias. Esse tipo de constitui-se sempre na “construção de um conjunto de versões sobre um determinado acontecimento”.⁴³ Os processos criminais são um conjunto polifônico de versões sobre acontecimentos e pessoas, contendo necessariamente contradições, incoerências e até mesmo inverdades. Para sua análise, é preciso considerar os fatores políticos e culturais em que foram produzidos, na medida em que “não existem fatos criminais em si, mas um julgamento criminal que os funda, e um discurso criminal que os fundamenta”.⁴⁴ Embora seja possível apontar esses limites e problemas, que exigem grande cuidado por parte do pesquisador, por meio

dos dados obtidos em processos criminais, podemos saber onde as pessoas envolvidas viviam, quem eram seus vizinhos, quantas pessoas moravam em uma casa, e daí, com os cuidados necessários, chegar a conclusões mais gerais sobre os contextos aplicáveis à cena.⁴⁵

⁴² REBELO, Apolinário. *Jornal A Classe Operária: aspectos da história, opinião e contribuição do jornal comunista na vida nacional*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2003, p. 47.

⁴³ GRINBERG, Keila. *Processos criminais: a história nos porões dos arquivos judiciários*. In: Carla B. Pinsky; Tania Regina de Luca. (Org.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2011, p. 128.

⁴⁴ GRINBERG, Keila. *Processos criminais: a história nos porões dos arquivos judiciários*. In: Carla B. Pinsky; Tania Regina de Luca. (Org.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2011, p. 128.

⁴⁵ GRINBERG, Keila. *Processos criminais: a história nos porões dos arquivos judiciários*. In: Carla B. Pinsky; Tania Regina de Luca. (Org.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2011, p. 129.

Os documentos acima mencionados cumpriram um importante papel em pesquisas anteriores realizadas por outros pesquisadores acerca da trajetória de Everardo Dias. Entre os trabalhos acerca da trajetória de Everardo Dias, é possível destacar os textos escritos por Marcelo Ridenti, que procura traçar um panorama da sua militância, e José Castellani, que levanta alguns elementos da biografia maçônica de Everardo Dias. O primeiro trabalho é uma análise sociológica e política do intelectual Everardo Dias, constituindo-se na melhor síntese acerca de sua trajetória pública. O segundo estudo, produzido no interior da Maçonaria, está bastante carregado pelo positivismo que predomina na historiografia escrita por maçons. O texto de Castellani, embora tenha pretensões historiográficas, não menciona quais são as fontes utilizadas e nem problematiza esses documentos.⁴⁶

Com exceção de Ridenti, que articula a atuação socialista de Everardo Dias com sua inserção na Maçonaria, quase todos os demais trabalhos são bastante parciais em suas análises. Castellani, por exemplo, escrevendo de dentro da Maçonaria, não menciona a aproximação de Everardo Dias com organizações socialistas ou com a teoria marxista, limitando-se a apresentá-lo como um maçom que defendia os interesses dos operários contra um regime político que possuía elementos de autoritarismo. Por sua vez, Edgar Carone e Edgar Rodrigues, representantes de uma historiografia comunista e de outra anarquista, respectivamente, chamam a atenção para a aproximação de Everardo Dias com o PCB, o primeiro positivando essa postura política e o segundo expressando grande ressentimento pela sua adesão ao partido.⁴⁷ Nessas narrativas escreve-se a vida de Everardo Dias procurando aproximá-lo ou afastá-lo de organizações ou de posições políticas, descrevendo sua trajetória de tal forma a associar seu nome à organização ou à posição política defendida pelo historiador. Nesse sentido, deve-se ter em mente que os itinerários apresentam problemas de reconstrução, devendo o historiador, “evitar as generalizações apressadas e as aproximações duvidosas”, afinal a “diversidade das situações individuais impede que se chegue a explicações globalizantes”.⁴⁸ Pode-se considerar o equívoco de “compreender uma

⁴⁶ RIDENTI, Marcelo. **Brasilidade revolucionária**: um século de cultura e política, São Paulo: Editora UNESP, 2010; CASTELLANI, José. **Ação secreta da maçonaria na política mundial**. São Paulo: Landmark, 2001.

⁴⁷ CARONE, Edgard. **Classes sociais e movimento operário**. São Paulo: Ática, 1989; RODRIGUES, Edgar. **Os companheiros 2**. Rio de Janeiro: VRJ, 1995.

⁴⁸ SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais In: RÉMOND, René (Org.). **Por uma história política**. 2ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003, p. 247.

vida como uma série única e por si suficiente de acontecimentos sucessivos, sem outro vínculo que não a associação de um nome próprio”.⁴⁹ Nesse sentido,

não podemos compreender uma trajetória (isto é, um *envelhecimento social* que, embora o acompanhe de forma inevitável, é independente do envelhecimento biológico) sem que tenhamos previamente construído os estados sucessivos do campo no qual ela se desenrolou e, logo, o conjunto das relações objetivas que uniram o agente considerado – pelo menos em certo número de estados pertinentes – ao conjunto dos outros agentes envolvidos no mesmo campo e confrontados com o mesmo espaço dos possíveis.⁵⁰

Esta pesquisa estrutura-se em quatro capítulos, que buscam, apropriando-se dos diferentes níveis do conceito de afinidade eletiva, discutir o processo de aproximação e afastamento dos setores políticos e sociais com os quais Everardo Dias manteve algum tipo de relação, durante a Primeira República. Portanto, não se discute Everardo Dias como um nome de onde se possa inferir uma trajetória linear, optando-se por identificar as ideias expostas por ele em sua atuação pública e inserido-as no debate político de sua época, sem forçosamente buscar uma delimitar uma suposta coerência de pensamento durante várias décadas.

No primeiro capítulo analisa o jornal *O Livre Pensador*, editado por Everardo Dias, discutindo o anticlericalismo em âmbito nacional e internacional, sua relação com a Maçonaria, bem como as características e particularidades dessa publicação. Nesse capítulo também serão analisados alguns dos livros publicados por Everardo Dias acerca do anticlericalismo, procurando identificar sua percepção acerca desse movimento bem como a relação com o contexto político e social.

⁴⁹ BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaina. (org.). *Usos & abusos da história oral*. 8ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p. 189.

⁵⁰ BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaina. (org.). *Usos & abusos da história oral*. 8ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p. 190.

No segundo capítulo será discutido ao processo de expulsão de Everardo Dias e o exílio ao qual foi submetido. Serão utilizadas como fontes principalmente textos publicados na imprensa operária, que repercutiam o caso, e o relato do próprio Everardo Dias no livro *Memórias de um exilado*, publicado em 1920.

O terceiro capítulo será dedicado à discussão acerca do processo de articulação, no Brasil, do grupo Clarté e a publicação de uma revista de mesmo nome, que contaram com a participação de Everardo Dias. Neste capítulo a fonte principal são as edições do próprio *Clarté* e alguns dos textos publicados na imprensa operária acerca da articulação do grupo.

No último capítulo são discutidas as representações historiográficas relacionadas à atuação de Everardo Dias no PCB e as tensões relacionadas à Maçonaria. Para tanto, inicialmente, apresenta-se uma análise acerca do processo que leva à fundação e à consolidação do PCB no cenário político nacional.

CAPÍTULO 1

EVERARDO DIAS E O ANTICLERICALISMO

No Brasil, o período conhecido como Primeira República foi marcado pela forte afronta à tradição católica, com o anticlericalismo manifestando-se por meio de uma ativa militância política. Nesse período, o anticlericalismo agregou elementos de várias posições políticas e sociais, entre os quais setores da Maçonaria, liberais, positivistas, socialistas e anarquistas, reunindo “aqueles que se insurgiram, abertamente ou mesmo de forma mais velada, contra a Igreja e adotaram uma atitude crítica contra a instituição eclesiástica e sua ordem sacerdotal”.⁵¹ Essas expressões do anticlericalismo são respostas de diferentes setores socioculturais às transformações que estavam vivenciando. Mostram também os conflitos vivenciados pela Igreja que, atacada em todo o mundo, no Brasil perdeu a tutela sobre o Estado com a implantação do regime republicano.

O confronto dos anticlericais com a Igreja é fundamental para compreender a atuação pública de Everardo Dias, marcado, nas primeiras décadas do século, pela publicação do jornal *O Livre Pensador*. Editado entre 1903 e 1915, o jornal, que tinha como responsáveis Everardo Dias e Antonio Garcia Vieira, “defendia a liberdade religiosa e de imprensa, cultuando a razão contra o conservadorismo da Igreja Católica”.⁵² O jornal publicava uma diversidade de texto problematizando a presença da Igreja em diferentes esferas da sociedade. Em um desses textos, afirmava-se:

O progresso muitas vezes precisa da destruição do antigo, quando este o estorva e se opõe à sua marcha triunfante.

Assim a religião, por muito prestígio que lhe queiram emprestar, marca invariavelmente um ponto de regresso no caminho da civilização.

⁵¹ VALLADARES, Eduardo. **Anarquismo e anticlericalismo**. São Paulo: Imaginário, 2000, p. 11.

⁵² RIDENTI, Marcelo. **Brasilidade revolucionária**: um século de cultura e política, São Paulo: Editora UNESP, 2010, p. 20.

Abaixo, portanto, as velharias inúteis! Não importa que nos saiam ao caminho os zelosos mastins da religião: os seus dentes, velhos e gastos, já não nos ferem nem pungem.⁵³

O jornal também colaborava com a organização política dos anticlericais. Everardo Dias participou, em 8 de abril de 1906, de reunião de fundação da Liga Anticlerical Intransigente, realizada em São Paulo.⁵⁴ Na ocasião foi aprovado um documento apresentado pelo próprio Everardo Dias, onde eram apontados os preceitos que os correligionários da referida associação deveriam seguir:

- 1° – Não casar religiosamente;
- 2° – Não batizar os filhos;
- 3° – Não servir de padrinho ou compadre, em casamentos ou batizados;
- 4° – Não dar esmolas a associações religiosas, ainda com fins aparentes de caridade;
- 5° – Não celebrar funerais, nem assistir a eles, nem pedir orações para os mortos;
- 6° – Fazer enterrar civilmente;
- 7° – Não se associar nem prestigiar direta ou indiretamente nenhuma cerimônia religiosa;
- 8° – Manter, longe do lar e da família, os chamados ministros de Deus;
- 9° – Não confiar à igreja nem aos seus adeptos a educação dos filhos.⁵⁵

Os anticlericais denominavam-se “livres-pensadores”, propondo a independência da sociedade civil em relação à ingerência do clero na vida privada ou nas atividades coletivas. Embora não seja possível

⁵³ Verdades amargas. **O Livre Pensador**, São Paulo, Ano I, Nº 22, 13 de março de 1904, p. 1.

⁵⁴ VITORINO, Artur José Renda. **Máquinas e operários**: mudança técnica e sindicalismo gráfico (São Paulo e Rio de Janeiro, 1858-1912). São Paulo: Annablume / FAPESP, 2000, p. 167.

⁵⁵ A “Liga”. **O Livre Pensador**, São Paulo, Ano III, Nº 125, 18 de abril de 1906, p. 2.

apontar um conceito preciso, a ideia de “livre pensamento” está associada à ascensão do ceticismo e do racionalismo, a partir do século XVII, se referindo de forma genérica a “pessoas cujo pensamento não seguia as normas religiosas do período”.⁵⁶ Everardo Dias sistematizou a ideia de livre pensamento como

o direito e o dever que todo homem tem de pensar livremente sobre qualquer assunto, sem peias nem restrições de espécie alguma. É a emancipação de todos os antigos prejuízos e preconceitos, de todos os métodos autoritários, de todas as tutelas de ordem moral e intelectual, de ordem filosófica e de ordem econômica. É a libertação na sua integralidade. É a luta do homem contra a fatalidade da natureza e contra os dogmas no espírito. O livre pensamento é o direito ao livre exame.⁵⁷

No Brasil, nas primeiras décadas do século XX, o programa de anticlericais e livres-pensadores foi difundido não apenas nas páginas de *O Livre Pensador* ou na imprensa anarquista e operária. Expressando o processo de secularização pelo qual vinham passando os países europeus e americanos, o anticlericalismo também “existia disseminado no pensamento das elites políticas brasileiras nas primeiras décadas do século, quer ligado a uma versão mais radical de republicanismo, como no caso do movimento jacobino, quer relacionado a versões mais conservadoras, como a dos positivistas”.⁵⁸ Enquanto cultura política, a aliança entre diferentes correntes políticas em torno do anticlericalismo

envolveu uma combinatória de forças, de táticas em espaços organizados, simultaneamente, por coerções e por contratos, e, estrategicamente,

⁵⁶ SOUZA, Ricardo Luiz. **Laicidade e anticlericalismo**: argumentos e percursos. Santa Cruz do Sul: UNISC, 2012, p. 49.

⁵⁷ Everardo Dias. **Delenda Roma!** Conferências anticlericais. Rio de Janeiro: Oficina Gráfica da Escola Profissional Maçônica José Bonifácio, 1921, p. 26.

⁵⁸ GOMES, Ângela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. 3ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005, p. 101.

conferia maior unidade organizacional, uma rede mais ampla de apoio e de sociabilidade, além de revelar representações de mundo em que a ideia de reforma da sociedade foi apresentada como alternativa aos modelos existentes.⁵⁹

Essa cultura política expressa o primeiro nível das *afinidades eletivas* estabelecidas entre diferentes sujeitos, que se caracteriza pela afinidade pura e simples ou parentesco espiritual, criando a possibilidade, embora não a necessidade, de uma convergência ativa. A transformação dessa potência em ato depende de condições históricas concretas, como mudanças econômicas, relações de classes e categorias sociais, movimentos culturais e acontecimentos políticos.⁶⁰ No caso dos setores que atuavam na militância anticlerical, as afinidades se construíam por meio de alguns fatores gerais, sem que necessariamente houvesse a convergência em torno de um projeto de sociedade ou da organização de um movimento político orgânico.

Neste capítulo será discutido o anticlericalismo, em sua expressão nacional e internacional, os embates desse movimento com a Igreja Católica na Primeira República e de que forma Everardo Dias e o jornal *O Livre Pensador* se inserem nesse contexto.

1.1 O anticlericalismo

No final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, os conflitos vivenciados pela Igreja não se restringiram ao Brasil. Nos países católicos da Europa, que englobavam aproximadamente 45% da população do continente, “a fé recuou com especial rapidez no período, diante da ofensiva conjunta (citando uma queixa clerical francesa) do racionalismo da classe média e do socialismo dos professores das escolas”.⁶¹ O termo *anticlericalismo*, surgido na França em 1852, “se

⁵⁹ SILVA, Eliane Moura. Entre religião e política: maçons, espíritas, anarquistas e socialistas no Brasil por meio dos jornais *A Lanterna* e *O Livre Pensador*. In: ISAIA, Artur Cesar & MANOEL, Ivan Aparecido. **Espiritismo e religiões afro-brasileiras: história e ciências sociais**. São Paulo: UNESP, 2012, p. 101.

⁶⁰ LOWY, Michael. **Redenção e utopia**. Companhia das Letras, 1989, p. 17.

⁶¹ HOBBSBAWM, Eric. **Era dos Impérios (1875-1914)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 368.

tornou um ponto central da política do centro e da esquerda francesas a partir de meados do século”.⁶² Como consequência, o anticlericalismo se tornou um problema da política dos países católicos,

porque a Igreja Católica Romana optara por uma rejeição total da ideologia da razão e do progresso, só podendo, portanto, ser identificada à direita política, e porque a luta contra a superstição e o obscurantismo, mais que dividir capitalistas e proletários, unia a burguesia e a classe trabalhadora”.⁶³

Nos demais países da América Latina, o anticlericalismo também se manifestou desde o século XIX. Nas lutas pela independência as instituições católicas tinham se enfraquecido, na medida em que “os vínculos entre a coroa e a igreja haviam sido tão estreitos que queda da monarquia representou um sério golpe para o prestígio da Igreja em toda a América Espanhola”.⁶⁴ No México, ao passo que sacerdotes se transformavam “em líderes revolucionários, a hierarquia católica fornecia financiamento efetivo aos conservadores, reagindo, assim, às reformas propostas, que incluíam abolição da Inquisição e dos privilégios clericais, fechamento dos conventos e confisco das propriedades da Igreja”.⁶⁵ Para os liberais mexicanos, “nenhuma instituição simbolizava melhor o fracasso representado pela herança colonial que a Igreja Católica, permanecendo ela como uma entidade monopolizadora das terras produtivas e dotada de privilégios perante o Estado”.⁶⁶ Na construção de um novo sistema política, os líderes “dos movimentos de independência procuraram uma legitimação moral para o que faziam e encontraram inspiração, não no pensamento

⁶² HOBBSBAWM, Eric. **Era dos Impérios (1875-1914)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 368.

⁶³ HOBBSBAWM, Eric. **Era dos Impérios (1875-1914)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 368.

⁶⁴ BETHELL, Leslie. A Igreja e a independência da América Latina. In: **História da América Latina: da independência a 1870**. São Paulo: USP, 2009, Vol III, p. 269.

⁶⁵ SOUZA, Ricardo Luiz. **Laicidade e anticlericalismo: argumentos e percursos**. Santa Cruz do Sul: UNISC, 2012, p. 128-9.

⁶⁶ SOUZA, Ricardo Luiz. **Laicidade e anticlericalismo: argumentos e percursos**. Santa Cruz do Sul: UNISC, 2012, p. 129.

político católico, mas na filosofia da era da razão”.⁶⁷ Nesse processo de construção política, “os governos mais liberais já mostravam os primeiros sinais de anticlericalismo”.⁶⁸

Essa luta anticlerical, no entanto, não significou um massivo abandono da Igreja ou de seus ritos. Mesmo nesse período de fortalecimento do anticlericalismo “a religião ainda continuava sendo a única linguagem para falar do cosmos, da natureza, da sociedade e da política”, na medida em que “a atração que uma linguagem ideológica puramente secular exercia sobre as massas era irrelevante”.⁶⁹ Pode-se dizer que, em certa medida, as manifestações anticlericais foram uma resposta à manutenção, mesmo após as Revoluções Burguesas, da influência da religião sobre a sociedade e o Estado.

Enquanto fenômeno internacional, o anticlericalismo se deu de diversas formas, desde as mais moderadas até as mais radicais, ou seja, em suas diferentes manifestações, ele poderia tanto defender o fim da instituição eclesiástica como a sua reforma, podendo inclusive associar-se à “construção de uma laicidade que buscou a convivência com a Igreja ou que postulou, pura e simplesmente, sua supressão”.⁷⁰ Nesse sentido, o anticlericalismo pode se referir à crítica da Igreja enquanto instituição negando seu próprio direito de existência ou reconhecendo-o, mas apontando seus desvios. O anticlericalismo pode se expressar “em termos normativos, contestando a legitimidade das normas impostas pela instituição ou, então, reconhecendo-as, mas buscando limitá-las a uma esfera alheia à vida profana”.⁷¹ O anticlericalismo também pode se expressar em termos cognitivos, a partir da descrença em relação à fé e às formas de conhecimento da realidade derivados do catolicismo, ou em termos comportamentais, a partir da adoção deliberada de comportamentos contrários às normas católicas, em sociedades nas quais tais normas permanecem vigentes.

⁶⁷ BETHELL, Leslie. A Igreja e a independência da América Latina. In: **História da América Latina**: da independência a 1870. São Paulo: USP, 2009, Vol III, p. 269.

⁶⁸ BETHELL, Leslie. A Igreja e a independência da América Latina. In: **História da América Latina**: da independência a 1870. São Paulo: USP, 2009, Vol III, p. 270.

⁶⁹ HOBBSBAWM, Eric. **Era dos Impérios (1875-1914)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 366-7.

⁷⁰ SOUZA, Ricardo Luiz. **Laicidade e anticlericalismo**: argumentos e percursos. Santa Cruz do Sul: UNISC, 2012, p. 7.

⁷¹ SOUZA, Ricardo Luiz. **Laicidade e anticlericalismo**: argumentos e percursos. Santa Cruz do Sul: UNISC, 2012, p. 7.

O anticlericalismo defendia a limitação da influência da Igreja sobre a política e a sociedade profana, não podendo, portanto, ser confundido “com o ateísmo, com o anticristianismo, nem com o anticatolicismo, embora tenha como inimigo o clericalismo”.⁷² Constituindo-se mais como uma mentalidade do que como um movimento organizado, o anticlericalismo se manifestou principalmente como uma crítica ao clericalismo, criticando, entre outras coisas, a intolerância da Igreja e a hierarquia dos clérigos. O anticlericalismo condenava a intervenção do religioso no civil, propondo “a separação do religioso no profano, a independência do estado em relação à Igreja, a liberdade de consciência, criticando o catolicismo romano, a hierarquia da Santa Sé e das ordens religiosas”.⁷³ Os anticlericais não defendiam o fim das religiões ou sua proibição, mas que as instituições religiosas não deveriam ter poder de influir na sociedade, nos costumes e mesmo na política.

Uma das características mais evidentes do anticlericalismo foi sua crítica de caráter moral ao clero. Entre as críticas feitas pelos anticlericais, uma das mais frequentes era a invasão da privacidade das pessoas, acusando os padres de comprometerem a unidade da família e de se intrometerem entre os cônjuges. Para os anticlericais, “o confessionário seria o lugar privilegiado dos padres para dirigir as consciências e penetrar nos segredos íntimos da família, na intimidade conjugal”.⁷⁴ Os anticlericais destacam o papel que poderia cumprir o padre como um sedutor de mulheres inocentes. Nesse sentido, em conferência realizada na Loja Maçônica União Espanhola, afirmava Everardo Dias, em 1908:

A família, que deveria pairar a salvo de qualquer ataque, é um dos campos prediletos da nefasta ação religiosa. Aí, sorrateiramente, se instala o

⁷² PINHEIRO, Áurea Paz. **As ciladas do inimigo**: as tensões entre clericais e anticlericais no Piauí nas duas primeiras décadas do século XX. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2001, p. 94.

⁷³ PINHEIRO, Áurea Paz. **As ciladas do inimigo**: as tensões entre clericais e anticlericais no Piauí nas duas primeiras décadas do século XX. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2001, p. 97.

⁷⁴ PINHEIRO, Áurea Paz. **As ciladas do inimigo**: as tensões entre clericais e anticlericais no Piauí nas duas primeiras décadas do século XX. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2001, p. 98.

confessor, insinuando a desconfiança entre marido e mulher, entre pais e filhos, entre todos os membros do imprevidente clã. Aí é que ele espalha a desarmonia, estabelecendo o infame regime da delação recíproca; aí é que ele prega a moral indigna que permite à mulher trair o marido! No santuário do lar é que o padre vai seduzir donzelas, arrebatando-as para os serralhos chamados conventos; aí é que o Catolicismo busca elementos para a sua propaganda contra a luz, recrutando a mulher e a infância para os sagrados corações de Marias e Josés!⁷⁵

Os anticlericais cobravam coerência entre a doutrina religiosa e a prática clerical, o que parecia “derivar do reconhecimento da importância do papel social a ser por eles desempenhado, bem como da exasperação perante a relação entre a dimensão desse papel e a mediocridade (...) do material humano incumbido de desempenhá-lo”.⁷⁶ Os anticlericais denunciavam as “violações das normas sexuais de abstinência e de comportamentos considerados imorais por parte do clero”.⁷⁷

Uma das denúncias que teve maior repercussão foi a que se refere ao Caso Idalina, que ganhou repercussão devido à mobilização do jornal *A Lanterna* e de outras publicações anticlericais e libertárias, tendo maior força entre os anos de 1909 e 1911. No final de 1909, dizia o jornal: “o desaparecimento de uma criança, sua morte talvez, porque esta criança ainda não apareceu em parte alguma, mal abala a justiça desta terra, enquanto que os responsáveis por esse delito conservam-se tranquilos”.⁷⁸ O caso se refere ao desaparecimento de uma menina de dez anos, Idalina de Oliveira, internada no Orfanato Cristóvão Colombo, em São Paulo. Ela teria sido estuprada pelo padre Conrado Stefani, em um banheiro do internato, quando tomava banho, e morta a golpes de pá na cabeça pelo padre Faustino Consoni, diretor do orfanato, quando tentou fugir. O corpo de Idalina nunca foi encontrado e o processo

⁷⁵ Everardo Dias. **Semeando**: palestras e conferências. Rio de Janeiro: Oficina Gráfica da Escola Profissional Maçônica José Bonifácio, 1921, p. 23.

⁷⁶ SOUZA, Ricardo Luiz. **Laicidade e anticlericalismo**: argumentos e percursos. Santa Cruz do Sul: UNISC, 2012, p. 8.

⁷⁷ VALLADARES, Eduardo. **Anarquismo e anticlericalismo**. São Paulo: Imaginário, 2000, p. 66.

⁷⁸ O caso Idalina. *A Lanterna*, São Paulo, Ano IV, N° 9, 11 de dezembro de 1909, p. 1.

judicial foi encerrado com a absolvição dos padres acusados, em 1911.⁷⁹ Em suas denúncias, o A Lanterna continuava a denunciar o silêncio da Igreja Católica:

Nem uma linha, nem uma só palavra dos padres do Orfanato Cristovão Colombo sobre o desaparecimento daquele colégio da órfã Idalina Stamato. A sua imprensa, a corriqueira imprensa de sacristia, tão pronta em procurar desmentir todas as acusações de que os sotainas são alvo, desta vez nada diz, guarda o mais absoluto silêncio sobre o caso.⁸⁰

O conflito entre clericais e anticlericais apareceu em diferentes países, como na França, onde, nas últimas décadas do século XIX,

vindo as primeiras medidas governamentais do anticlericalismo republicano sublinhar e amplificar um movimento geral de laicização da sociedade, a velha França cristã sente-se atingida no mais profundo de sua fé e de suas fidelidades, no essencial mesmo de sua herança espiritual e moral. Simultaneamente, o desenvolvimento urbano, os progressos da concentração capitalista, o aparecimento de novas formas de trabalho e de produção vêm abalar ou subverter, mais ou menos fortemente, certos modos de vida tradicional.⁸¹

Essas mudanças na vida tradicional estão relacionadas ao crescente processo de secularização da sociedade, materializando-se em transformações na cultura, na política e na economia. Secularização é “o processo pelo qual setores da sociedade e da cultura são subtraídos à

⁷⁹ SOUZA, Wlaumir Doniseti de. **Anarquismo, Estado e pastoral do imigrante**: Das disputas ideológicas pelo imigrante aos limites da ordem: O caso Idalina. São Paulo: UNESP, 2000.

⁸⁰ O caso Idalina. **A Lanterna**, São Paulo, Ano IV, N° 50, 24 de setembro de 1910, p. 3.

⁸¹ GIRARDET, Raoul. **Mitos e mitologias políticas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 54-5.

dominação das instituições e símbolos religiosos”.⁸² Passou-se, assim, a procurar as explicações para os fenômenos ao redor não na vontade divina, mas em interpretações racionais e científicas. Com a secularização, “as legitimações religiosas do mundo perderam sua plausibilidade não apenas para uns poucos intelectuais e outros indivíduos marginais, mas para amplas massas de sociedade inteiras”.⁸³ Paulatinamente, parcelas da população passaram a procurar a explicação para os seus problemas não na vontade divina, mas na realidade concreta ao seu redor.

O sintoma mais evidente do impacto do processo de secularização sobre a Igreja foi o declínio na associação voluntária na corporação religiosa e na participação em seus ritos e atividades.⁸⁴ Embora seja difícil de mapear os dados da diminuição na participação religiosa, sabe-se que em alguns países há uma notável diminuição da participação. Em Paris, por exemplo, por volta de 1875, 12% das crianças não eram batizadas e 12,6% dos casamentos e 21% dos funerais não eram religiosos.⁸⁵ Em Limoges, também na França, em 1889, 2,5% das crianças não haviam sido batizadas, enquanto essa porcentagem cresceu para 34%, em 1904. Em outros países europeus, como Espanha, Inglaterra e Itália, também estão disponíveis dados semelhantes que mostram a diminuição da força da religião sobre a sociedade.⁸⁶ Portanto, ainda que esse processo não tenha significado um completo recuo das crenças e práticas religiosas,

⁸² BERGER, Peter. **O dossel sagrado**: elementos para uma teoria sociológica da religião. São Paulo: Paulus, 2012, p. 119.

⁸³ BERGER, Peter. **O dossel sagrado**: elementos para uma teoria sociológica da religião. São Paulo: Paulus, 2012, p. 137.

⁸⁴ Peter Berger afirma que, “embora a secularização possa ser vista como um fenômeno global das sociedades modernas, sua distribuição entre elas não é uniforme. (...) Pelo menos no que concerne à Europa, é possível dizer com alguma segurança, com base nesses dados, que a religiosidade ligada à Igreja é mais forte (e assim a, de alguma forma, a secularização socioestrutural o é menos) nas áreas marginais da sociedade industrial moderna, tanto em termos de classes marginais (como nas velhas pequenas-burguesias remanescentes), quanto em termos de indivíduos (como nos que estão fora do processo de trabalho). A situação nos Estados Unidos é diferente. Ai, as Igrejas ainda ocupam uma posição simbólica mais central, mas pode-se argumentar que elas têm conseguido manter essa posição por terem-se tornado elas próprias altamente secularizadas, de sorte que o caso europeu e o norte-americano representam duas variantes do mesmo tema subjacente da secularização global” (BERGER, Peter. **O dossel sagrado**: elementos para uma teoria sociológica da religião. São Paulo: Paulus, 2012, p. 120-1).

⁸⁵ HOBSBAWM, Eric. **Mundos do Trabalho**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 61.

⁸⁶ HOBSBAWM, Eric. **Era dos Impérios (1875-1914)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 368.

intelectualmente, a religião ocidental nunca tivera tão pouco espaço como no início do século XX, e politicamente estava batendo em retirada para dentro das muralhas confessionais fortificadas contra o assalto de fora.⁸⁷

No Brasil, a implantação do regime republicano, a partir de 15 de novembro de 1889, trouxe consigo a ideia de separação entre Estado e Igreja. Como consequência, a Primeira República foi marcada por tensões e negociações, ainda que as autoridades eclesiásticas tenham procurado se adaptar aos limites impostos pelo novo regime. Por outro lado, ainda que tenha ocorrido uma pequena diminuição da população católica desde a Primeira República, essa religião foi predominante no Brasil ao longo do século XX.⁸⁸ No processo de transição do Império para a República, a Igreja procurou aliar-se ao novo regime,

com o objetivo de barganhar sua legitimidade enquanto agente da Ordem e foi muito bem sucedida em seu intento, ganhando paulatinamente seu espaço e conseguindo, a partir dele, sobrepor-se a seus principais adversários. A hierarquia católica, principalmente depois da república, partiu, então, não para o confronto com os novos governantes, e, sim, para a conciliação, ao mesmo tempo em que buscou consolidar a criação de uma elite católica.⁸⁹

⁸⁷ HOBSBAWM, Eric. **Era dos Impérios (1875-1914)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 368.

⁸⁸ “O primeiro recenseamento feito no Brasil, em 1872, indicava essa situação de extrema comodidade no campo religioso, expressa em 99,7% da população brasileira dizendo-se católica. Desde a criação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 1936, essa unanimidade vai sofrendo a investida de outros agentes no campo religioso brasileiro, chegando os católicos a 89,9% da população em 1980, número que despensa aceleradamente nas duas décadas seguintes, chegando a 64,6% no censo de 2010” (ISAIA, Artur Cesar. Brasil: três projetos de identidade religiosa. In: RODRIGUES, Cristina Carneiro; LUCA, Tânia Regina de; GUIMARÃES, Valéria. (Org.). **Identities brasileiras: composições e recomposições**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014, p. 179).

⁸⁹ SOUZA, Ricardo Luiz. **Laicidade e anticlericalismo: argumentos e percursos**. Santa Cruz do Sul: UNISC, 2012, p. 187-8.

Com a nova constituição, promulgada em 24 de fevereiro de 1891, entre outros aspectos que dizem respeito à vida religiosa, definiu-se que todos os indivíduos e confissões religiosas poderiam exercer pública e livremente o seu culto e que os cemitérios teriam caráter secular e seriam administrados pela autoridade municipal, ficando livre a todos os cultos religiosos a prática dos respectivos ritos em relação aos seus crentes, desde que não ofendessem a moral pública e as leis. Por outro lado, nenhum culto ou igreja gozaria de subvenção oficial nem teria relações de dependência ou aliança com o Governo da União ou dos Estados. Nesse cenário, colocava-se para a Igreja a tarefa de definir uma “moldura organizacional própria em condições de garantir autonomia material financeira, institucional, doutrinária, capaz de respaldar quaisquer pretensões futuras de influência política”.⁹⁰

Uma das metas mais urgentes para a Igreja Católica era reaver a parcela do patrimônio incorporado pelo poder público, durante o período imperial. Nesse sentido, para a Igreja, as duas primeiras décadas do regime republicano foram marcadas “por inúmeras pendências em torno da reapropriação de conventos, igrejas, residências, casas de misericórdia, sedes de irmandade e terras”.⁹¹ Por outro lado, como fator positivo para a Igreja Católica, a separação em relação ao Estado cancelava, na prática, todos os direitos de intervenção sobre os negócios eclesiásticos de que dispunha o poder central, entre os quais a criação de novas dioceses e paróquias e a fixação de normas e diretrizes para as atividades e serviços eclesiásticos. Essa maior autonomia, consequência da separação com o Estado,

não significou uma ruptura com os grupos dirigentes locais nem suscitou um redirecionamento das políticas e dos investimentos da Igreja com vistas a ampliar seu público fora do espaço da classe dirigente ou

⁹⁰ MICELI, Sérgio. **A elite eclesiástica brasileira (1890-1930)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 24.

⁹¹ MICELI, Sérgio. **A elite eclesiástica brasileira (1890-1930)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 24.

estabelecer alguma forma de atendimento às demandas dos setores sociais subalternos.⁹²

No cenário de estadualização da Igreja, as autoridades eclesiais ampliaram sua influência, unindo a formulação de doutrinas nacionalistas e a prática de atos cívicos às funções institucionalizadas da consagração do poder oligárquico. Passaram, dessa forma, a colaborar com campanhas de mobilização da juventude, com o trabalho de propaganda em defesa do alistamento militar e com a organização de “procissões cívicas, dando provas inequívocas de solidariedade às forças armadas através de pastorais e páscoas dedicadas aos militares”.⁹³ Essa organização eclesial encontrou meios de recuperar boa parte do terreno político e institucional que perdeu com a separação em relação ao Estado, “driblando assim aquelas medidas impostas pelo governo provisório no intuito de cercear sua influência política”.⁹⁴ Os conflitos entre Igreja e Estado, nesse sentido, devem “ser minimizados, uma vez que a Igreja se transformou em fonte de apoio ao regime republicano”.⁹⁵ Como balanço dos limites da separação entre Estado e Igreja, afirmava Everardo Dias, em conferência realizada em 1916:

A separação, a rigor, não é perfeita nem completa, em nosso país. Não tem sido poucas as vezes que o Executivo e mesmo o Legislativo saltaram por sobre decretos e leis, e principalmente por sobre esse da separação da Igreja e do Estado, já assistindo oficialmente a exéquias católicas a em lembrança de certos personagens, já prestando homenagens oficiais a personalidades do clero católico, já favorecendo com auxílios e

⁹² MICELI, Sérgio. **A elite eclesial brasileira (1890-1930)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 26.

⁹³ MICELI, Sérgio. **A elite eclesial brasileira (1890-1930)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 28.

⁹⁴ MICELI, Sérgio. **A elite eclesial brasileira (1890-1930)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 28.

⁹⁵ SOUZA, Ricardo Luiz. **Laicidade e anticlericalismo: argumentos e percursos**. Santa Cruz do Sul: UNISC, 2012, p. 188.

subvenções institutos, asilos, liceus e até templos romanos.⁹⁶

Esse é o cenário político e social em que se desenvolveu o anticlericalismo de Everardo Dias. Com o advento da República, a sociedade brasileira também passou por um processo de secularização, no qual se chocaram perspectiva profanas e religiosas e, principalmente, no qual se lutou pela efetiva separação política entre Estado e Igreja. O jornal *O Livre Pensador* foi um espaço utilizado pelos anticlericais para levar a público suas ideias e tecer críticas à permanência da influência da Igreja sobre a sociedade brasileira.

1.2 O anticlericalismo de *O Livre Pensador*

O Livre Pensador, publicado inicialmente como suplemento semanal de *A Lanterna*, circulou entre 1903 e 1909 e entre 1914 e 1915. O jornal, que tinha Everardo Dias como proprietário e editor, se declarava “órgão dos anticlericais e, principalmente, dos livres-pensadores”.⁹⁷ Constituindo-se em uma das principais publicações anticlericais da Primeira República, “deu origem ao aparecimento deste periódico a questão dos frades carmelitas no Rio de Janeiro e a necessidade, segundo afirmavam seus redatores, de manutenção na imprensa paulistana de um representante das ideias anticlericais”.⁹⁸

Em 1903, o jornal *A Lanterna* se fundiu com os jornais *O Livre Pensador* e *L’Asino*, sendo editado diariamente com o subtítulo “Diário da noite anticlerical-independente”. O jornal *A Lanterna*, editado em São Paulo, apareceu em março de 1901, sob a direção de Benjamin Motta, advogado e maçom, que “figurou nas primeiras convocações da reunião socialista de 1902, inclinando-se depois pelo anarquismo”.⁹⁹ O jornal, em seu primeiro número, referia-se aos

⁹⁶ Everardo Dias. **Semeando**: palestras e conferências. Rio de Janeiro: Oficina Gráfica da Escola Profissional Maçônica José Bonifácio, 1921, p. 82.

⁹⁷ **O Livre Pensador**, São Paulo, Ano II, N° 82, 19 de maio de 1905, p. 1.

⁹⁸ Affonso A. de Freitas. *A Imprensa periódica de São Paulo desde seus primórdios em 1823 até 1914*. **Revista do Inst. Hist. e Geo. de S. Paulo**. São Paulo: Typ. Do Diário Oficial, 1915, vol. XIX.

⁹⁹ FAUTO, Boris. **Trabalho urbano e conflito social (1890-1920)**. 3ª ed. São Paulo: Difel, 1983, p. 83.

anticlericais como um grupo reduzido, embora “seu público não parece desprezível, por excessiva que possa ter sido a tiragem do órgão: 10.000 exemplares, que logo chegaram a 26.000, para depois declinar e se estabilizar em 6.000 números”.¹⁰⁰ Sua publicação foi interrompida em 1904, reaparecendo em 1909, sob a direção de Edgard Leuenroth.

Em texto publicado como homenagem a Benjamim Mota em *O Livre Pensador*, afirmou-se que o jornal *A Lanterna* era um “vibrante grito de alarme contra as pretensões ultramontanas, combatendo o clericalismo com um vigor inexecedível”.¹⁰¹ Em janeiro de 1904, segundo o texto, “por problemas pessoais e profissionais entre os diretores de *O Livre Pensador*, Everardo Dias e Antonio Garcia Vieira, e o diretor de *A Lanterna*, Benjamin Mota, a sociedade foi dissolvida”.¹⁰² Everardo Dias e seu sócio publicaram um breve comunicado, sem maiores explicações, informando que “ficou estabelecido desfazer a fusão que existia entre os dois jornais”.¹⁰³

O jornal abria espaço para uma variedade de tipos de textos, entre os quais artigos, informe de atividades políticas ou culturais, obras literárias e correspondências. Havia entre os textos publicados uma “grande quantidade de artigos de propaganda do livre-pensamento e do anticlericalismo, bem como seções para correspondentes de outras localidades”.¹⁰⁴ O conteúdo político do jornal mostrava-se em diferentes textos, como em um que fazia menção ao terceiro ano do jornal, ocorrido em 1º de junho de 1906, onde se afirmava:

É preciso celebrar esta data com esplendor,
dignamente, para mostrar aos nossos adversários,

¹⁰⁰ FAUTO, Boris. **Trabalho urbano e conflito social (1890-1920)**. 3ª ed. São Paulo: Difel, 1983, p. 83.

¹⁰¹ Benjamin Mota. **O Livre Pensador**, São Paulo, Ano III, Nº 96, 20 de agosto de 1905, p. 1.

¹⁰² SILVA, Eliane Moura. Entre religião e política: maçons, espíritas, anarquistas e socialistas no Brasil por meio dos jornais *A Lanterna* e *O Livre Pensador*. In: ISAIA, Artur Cesar & MANOEL, Ivan Aparecido. **Espiritismo e religiões afro-brasileiras: história e ciências sociais**. São Paulo: UNESP, 2012, p. 94.

¹⁰³ Aos nossos amigos. **O Livre Pensador**, São Paulo, Ano I, Nº 15, 24 de janeiro de 1904, p. 2.

¹⁰⁴ SILVA, Eliane Moura. Entre religião e política: maçons, espíritas, anarquistas e socialistas no Brasil por meio dos jornais *A Lanterna* e *O Livre Pensador*. In: ISAIA, Artur Cesar & MANOEL, Ivan Aparecido. **Espiritismo e religiões afro-brasileiras: história e ciências sociais**. São Paulo: UNESP, 2012, p. 95.

àqueles que com mal disfarçado rancor espreitam a nossa propaganda digna, sem tergiversações, sem temores, que nós, os livres-pensadores sabemos honrar a nossa magna obra, fruto de muito esforço, de muita coragem e perseverança.¹⁰⁵

Em agosto do mesmo ano, também por ocasião da comemoração do terceiro aniversário de *O Livre Pensador*, em uma carta enviada pelo jornal *Nova Era*, de Taboleiro Grande, município do Rio Grande do Norte, afirmava-se:

É admirável a abnegação com que Everardo Dias se dedica a uma causa tão nobre como é essa guerra ao fanatismo religioso que só serve para separar a família humana, criar ódios, fomentar crimes como os que se desenrolaram nas fogueiras da Inquisição, nos massacres da Rússia e da Armênia.¹⁰⁶

Pode-se perceber, por um lado, a tensão existente entre a militância anticlerical e a igreja no período e, por outro, a admiração que essa militância carregava acerca do papel cumprido pelo jornal e por seu editor. Essa percepção acerca da personalidade de Everardo Dias não se deve apenas à publicação do jornal, mas também ao esforço de publicação de outros materiais, especialmente livros e panfletos. Um dos esforços nesse sentido se materializou em 1907, na criação de uma editoria de nome Livre Pensador, que assim se expressava em seu primeiro documento público:

Atendendo às grandes e constantes necessidades da propaganda de um ideal, devido à guerra que lhe movem o Fanatismo e a Intolerância, sempre cegos e brutais, resolveu um Grupo de homens

¹⁰⁵ O 3º ano do “Livre Pensador”. **O Livre Pensador**, São Paulo, Ano III, Nº 125, 18 de abril de 1906, p. 3.

¹⁰⁶ O Nº especial e a imprensa. **O Livre Pensador**, São Paulo, Ano IV, Nº 139, 5 de agosto de 1906, p. 4.

emancipados de todo e qualquer preconceito religioso, fundar uma Empresa que se dedique à difusão das obras de caráter essencialmente Científico e Racionalista, obras tão uteis e necessárias que se tornam imprescindíveis àqueles que almejam para a Humanidade um futuro mais amplo e equitativo, nos moldes da moderna democracia.¹⁰⁷

Nesse manifesto de divulgação da nova editoria se reivindicava alguns dos principais elementos do anticlericalismo e do livre-pensamento, ou seja, por um lado, o combate ao fanatismo e à intolerância religiosa e, por outro, a defesa da racionalidade científica. No texto há certa ideia de progresso a ser alcançado pela humanidade, que se materializaria em uma “democracia moderna”. Para os anticlericais, “o catolicismo estaria contra a evolução, o progresso dos costumes, das instituições. Só com o fim do clericalismo a sociedade poderia entrar na rota do progresso, do desenvolvimento”.¹⁰⁸ Por outro lado, a defesa da “moderna democracia” mostra, em certa medida, a estratégia política defendida por esse grupo anticlerical, propondo reformas sociais e não a transformação radical da sociedade capitalista.

Outras temáticas também foram abordadas ao longo da trajetória de *O Livre Pensador*, entre as quais alguns são bastante frequentes, como “religião, ciência, ensino laico *versus* religioso, a situação da mulher, assim como notícias nacionais e internacionais do movimento livre-pensador e anticlerical, de congressos e ligas etc.”.¹⁰⁹ Em relação à defesa da ciência, por exemplo, afirmava-se em um texto assinado por Ricardo Figueiredo:

¹⁰⁷ Grupo Editor L. P. **O Livre Pensador**, São Paulo, Ano IV, Nº 161, 11 de maio de 1907, p. 4.

¹⁰⁸ PINHEIRO, Áurea Paz. **As ciladas do inimigo**: as tensões entre clericais e anticlericais no Piauí nas duas primeiras décadas do século XX. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2001, p. 99.

¹⁰⁹ SILVA, Eliane Moura. Entre religião e política: maçons, espíritas, anarquistas e socialistas no Brasil por meio dos jornais A Lanterna e O Livre Pensador. In: ISAIA, Artur Cesar & MANOEL, Ivan Aparecido. **Espiritismo e religiões afro-brasileiras**: história e ciências sociais. São Paulo: UNESP, 2012, p. 95.

A Igreja e o dogma caíram. Hoje discute-se e nega-se cientificamente a cosmogonia de Moisés e a história natural ensinada pela Bíblia; rompem-se as correntes com que a Igreja pretendeu acorrentar a humanidade sem temermos que a santa inquisição nos arraste para o suplicio.¹¹⁰

O texto demonstra certo otimismo em relação ao combate anticlerical levado a cabo no período, embora o poder do clero permanecesse forte no período. O debate acerca da religião mostra uma preocupação cara aos anticlericais, para os quais “o conhecimento histórico de outras religiões e da própria história da Igreja eram apontados como elementos fundamentais para determinar novos parâmetros da religião”.¹¹¹ No período era comum “a ideia da ciência a vencer a religião, eliminando qualquer forma de crença religiosa”.¹¹² Essa compreensão se expressa, entre outros, em texto publicado onde se afirma: “Tem tido o mais ativo papel a ciência neste último meio século. Muito se tem apurado e esclarecido e as sociedades adiantadas já entram francamente neste caminho de prevenção do mal pelo melhoramento das condições em que os povos vivem”.¹¹³ O texto também apresenta certa ideia de progresso e atraso e, por outro lado, apresenta a ciência como forma de regeneração moral, que ideias afinadas com o ideário positivista.

Outra questão que permeia a imprensa anticlerical tem relação com a crítica de caráter moral feita ao clero, presente também em *O Livre Pensador*, que tecia numerosas críticas principalmente contra os padres, chamando-os de “homens sinistros de roupagem negra”.¹¹⁴ Entre outras questões, o jornal denunciava a hipocrisia a que estava envolta a atuação eclesiástica, afinal, segundo o jornal, “é obrigado o padre, não a

¹¹⁰ Ricardo Figueiredo. Farcistas. **O Livre Pensador**, São Paulo, Ano I, Nº 15, 24 de janeiro de 1904, p. 1.

¹¹¹ SILVA, Eliane Moura. Entre religião e política: maçons, espíritas, anarquistas e socialistas no Brasil por meio dos jornais A Lanterna e O Livre Pensador. In: ISAIA, Artur Cesar & MANOEL, Ivan Aparecido. **Espiritismo e religiões afro-brasileiras**: história e ciências sociais. São Paulo: UNESP, 2012, p. 98.

¹¹² SOUZA, Ricardo Luiz. **Laicidade e anticlericalismo**: argumentos e percursos. Santa Cruz do Sul: UNISC, 2012, p. 192.

¹¹³ Miguel Bombarda. A moral científica. **O Livre Pensador**, São Paulo, Ano VI, Nº 197, 24 de fevereiro de 1909, p. 1.

¹¹⁴ As mães proletárias. **O Livre Pensador**, São Paulo, Ano III, Nº 94, 6 de agosto de 1905, p. 3.

ser casto, mas a fingi-lo; não a ser virtuoso, mas a aparentá-lo”.¹¹⁵ Uma das práticas religiosas mais criticadas pelos anticlericais era a confissão. Segundo texto publicado em *O Livre Pensador*, em agosto de 1915, “de todas as infâmias cometidas pelas religiões antigas e modernas, nenhuma se compara à confissão, estabelecida pela Igreja católica”.¹¹⁶ O problema maior se colocava, segundo o jornal, em relação à situação das mulheres, ingenuamente consideradas como seres que carregariam um pudor natural e inocente. Segundo o jornal,

O padre tem, devido ao seu estado de celibatário e à vida regalada, mais desenvolvida que outro qualquer homem a paixão da luxúria. Pelo confessor sabe as tentações da penitente; conhece a que delinuiu e a que está mais próxima a delinquir. As probabilidades são de que este homem seduzirá essas mulheres ou, pelo menos, há de intentá-lo. Ele conhece os seus segredos; elas mesmas os confessaram; o pudor deixou de existir entre o confessor e a mulher.¹¹⁷

O texto mostra, apesar de também expressar o machismo que permeava a sociedade na época, alguns dos principais aspectos da crítica anticlerical. Em primeiro lugar, também denunciava o fato de o padre apenas esconder sua castidade e seus desejos, aproveitando-se do ambiente discreto do confessor para exercer seu poder sobre pessoas que o procuravam. Uma das manifestações disso passava pela possibilidade de abuso sexual a que estavam suscetíveis as mulheres, além de poderem ser seduzidas pelo padre. Em segundo lugar, o jornal denunciava o fato de o padre poder se intrometer na vida íntima das famílias, conhecendo ou mesmo se aproveitando de segredos da pessoa que se confessa ou mesmo de sua família.

O jornal também publicava notícias da atuação anticlerical em outros países, especialmente na Europa e nos demais países da América Latina, mostrando as atividades de diferentes associações anticlericais

¹¹⁵ Proezas do clericalismo. *O Livre Pensador*, São Paulo, Ano III, N° 93, 29 de julho de 1905, p. 2.

¹¹⁶ A confissão. *O Livre Pensador*, São Paulo, Ano III, N° 95, 13 de agosto de 1905, p. 2.

¹¹⁷ A confissão. *O Livre Pensador*, São Paulo, Ano III, N° 95, 13 de agosto de 1905, p. 2.

em países como Alemanha, Bélgica, França, Itália, entre outros.¹¹⁸ Em agosto de 1906, nas páginas de *O Livre Pensador*, publicava-se a convocatória para o Congresso Universal, realizado pela Federação Internacional do Livre Pensamento e organizado pelo Comitê Nacional Argentino, onde se podia ler:

Roga-se o concurso moral e material de todos os cidadãos liberais do país, das Associações democráticas, das Lojas Maçônicas, dos Centros de Ensino, de Estímulo e Cultura, do professorado e de todos quantos desejam aderir à celebração do Congresso Universal que deve reunir-se na cidade de Buenos Aires nos dias 21, 22 e 23 de agosto de 1906 e no qual estarão representados todos os centros liberais do mundo.

Este convite faz-se extensivo especialmente às agrupações análogas que estejam constituídas em todos os países americanos, que são, desgraçadamente, os mais influenciados pelo clericalismo.

É dever de solidariedade e harmonia contribuir com a mais resoluta decisão para o êxito desse magno Congresso por ser a primeira assembleia liberal que se celebra na América do Sul com o objetivo primordial de emancipar a alma americana do prejuízo e da mentira religiosa.¹¹⁹

Foram publicadas nas páginas de *O Livre Pensador*, também, as respostas da militância anticlerical ao chamado pelo congresso universal. Em um desses textos, afirmava-se:

O Brasil necessita mandar delegados especiais a esse Congresso; necessita de ser nele representado. Todas as Repúblicas o serão, todas. E aos livres-pensadores brasileiros, ou aqui domiciliados, compete olvidar os maiores esforços para que esta República também o seja. É

¹¹⁸ *O Livre Pensador*, São Paulo, Ano III, N° 102, 1 de outubro de 1905, p. 3.

¹¹⁹ *O Livre Pensador*, São Paulo, Ano IV, N° 139, 5 de agosto de 1906, p. 1.

necessário dar uma prova da mentalidade brasileira, de que aqui também se pensa.¹²⁰

Os esforços de mobilização do anticlericalismo em diferentes países mostra o caráter internacional assumido por esse conjunto de ideias, como parte do processo de secularização, nos primeiros anos do século XX. Mostra também a preocupação dos responsáveis por *O Livre Pensador* em articular os militantes anticlericais atuantes no Brasil com as experiências de outros países. Essa é uma das possíveis razões para a convergência de temáticas e problemas levantados pelos anticlericais brasileiros, expresso nas páginas de *O Livre Pensador*.

1.3 Maçonaria e anticlericalismo

Uma das temáticas publicadas nas páginas de *O Livre Pensador* foi a relação entre anticlericalismo e Maçonaria. Essa discussão é relevante, por diferentes aspectos, um dos quais o vínculo maçônico de Everardo Dias, iniciado na Loja Filhos do Universo, na cidade de Aparecida do Monte, estado de São Paulo, em junho de 1904. Posteriormente, Everardo Dias, segundo o historiador maçônico José Castellani, filiou-se à Loja União Espanhola, na cidade de São Paulo, onde possuía muitos amigos.¹²¹ Em maio de 1908, ingressou na Loja Ordem e Progresso, onde viria a ocupar diferentes cargos administrativos. Em sua vida pública manteve relação com outros maçons, como Benjamin Motta, primeiro editor do jornal *A Lanterna*, Maurício de Lacerda, deputado defensor das lutas operárias na Primeira República, e Cristiano Cordeiro, delegado no congresso de fundação do Partido Comunista do Brasil (PCB).

Outro aspecto que demonstra a importância de discutir a relação entre Maçonaria e anticlericalismo se explica pelas tensões existentes entre os maçons e o clero católico, no Brasil e em outros países. Nesse embate entre as duas instituições, a imprensa anticlerical “fazia ecoar

¹²⁰ O Congresso de setembro. *O Livre Pensador*, São Paulo, Ano IV, Nº 135, 8 de julho de 1906, p. 1.

¹²¹ CASTELLANI, José. *Ação secreta da maçonaria na política mundial*. São Paulo: Landmark, 2001, p. 134.

ideias que defendiam a Maçonaria das críticas feitas pela imprensa católica”, defendendo a Maçonaria como “uma associação de homens sábios e virtuosos, cujo objetivo era viver em igualdade, unidos pelos laços de estima, confiança e amizade, defensores da tolerância, fraternidade, igualdade e liberdade”.¹²² Segundo Everardo Dias, em conferência realizada em fevereiro de 1917,

a Maçonaria é uma comunidade composta de homens livres que têm por guia o progresso social da Humanidade, secundando os princípios do direito natural e da justiça: a sua divisa é a investigação da *verdade*, o estudo da *moral* e a prática da *solidariedade*. Em suma: a Maçonaria é uma corporação universal altamente filantrópica, filosófica, progressista e eminentemente política.¹²³

Essa visão é expressa também nas páginas de *O Livre Pensador*, como, por exemplo, em 10 de fevereiro de 1909, com a publicação do texto sobre o Padre Euclides, de Ribeirão Preto,

que não dispensa meios, sempre que se lhe depara ocasião, para deprimir e difamar a sublime Instituição Maçônica.

É a velha mania do clero, a mania estúpida de atribuir à Maçonaria crimes e infâmias, esquecendo-se, ou procurando esquecer, que isso é privilégio exclusivamente do clero.¹²⁴

Poucos anos antes, outro texto defendia a Maçonaria diante de críticas do clero católico, afirmando:

¹²² PINHEIRO, Áurea Paz. **As cidades do inimigo**: as tensões entre clericais e anticlericais no Piauí nas duas primeiras décadas do século XX. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2001, p.118.

¹²³ Everardo Dias. **Semeando**: palestras e conferências. Rio de Janeiro: Oficina Gráfica da Escola Profissional Maçônica José Bonifácio, 1921, p. 91.

¹²⁴ O padre Euclides e a Maçonaria. **O Livre Pensador**, São Paulo, Ano VI, Nº 196, 10 de fevereiro de 1909, p. 1.

Cada loja é uma praça forte erguida contra Roma.

A Maçonaria: eis o temor de Roma. É que o papa sente ainda a ponta da espada do maçom que o derrubou do trono temporal.

A obra da Maçonaria ficará incompleta enquanto não se derroque também o impostor do poder espiritual.¹²⁵

No mesmo período em que o debate acerca da relação entre Maçonaria e Igreja era realizado publicamente nas páginas de *O Livre Pensador*, Everardo Dias discutiu o tema em conferência realizada em uma loja maçônica, em 1908. Everardo Dias afirma que “a Maçonaria respeita todas as religiões e, no entanto, combate todos os fanatismos”.¹²⁶ Segundo Everardo Dias, “o Maçom tem por fim essencial combater o fanatismo, o erro e a ignorância”.¹²⁷ Everardo Dias afirma que “o Catolicismo não aceita a igualdade nem entre os próprios sectários, nem neste nem no outro mundo (...) onde há lugares separados para os grandes e pequenos”, sendo que “para averiguar a diferença entre pequenos e grandes não é o grau de fé que regula, mas as posições sociais e a maior ou menor quantidade de esmolas para as confrarias”.¹²⁸ Everardo Dias firma também que o Catolicismo “ama a discórdia entre os povos, desde que lhe advenha proveito. Acima dos interesses sociais está o interesse da cúria ou do papa!”¹²⁹ Referindo-se ao enfrentamento com o clero, afirma:

A Maçonaria, que é o mais formidável adversário das tiranias, dos fanatismos, das intrujices, tem,

¹²⁵ As lojas americanas. *O Livre Pensador*, São Paulo, Ano II, Nº 41, 24 de julho de 1904, p. 1.

¹²⁶ Everardo Dias. **Semeando**: palestras e conferências. Rio de Janeiro: Oficina Gráfica da Escola Profissional Maçônica José Bonifácio, 1921, p. 17.

¹²⁷ Everardo Dias. **Semeando**: palestras e conferências. Rio de Janeiro: Oficina Gráfica da Escola Profissional Maçônica José Bonifácio, 1921, p. 18.

¹²⁸ Everardo Dias. **Semeando**: palestras e conferências. Rio de Janeiro: Oficina Gráfica da Escola Profissional Maçônica José Bonifácio, 1921, p. 22.

¹²⁹ Everardo Dias. **Semeando**: palestras e conferências. Rio de Janeiro: Oficina Gráfica da Escola Profissional Maçônica José Bonifácio, 1921, p. 23.

forçosamente, que dar combate franco e decisivo ao Clericalismo que a insulta e difama desde os púlpitos das igrejas, pelos confessionários, pelos jornais, pelos livros e até na banca das escolas”.¹³⁰

No final do século XIX, os principais acontecimentos que expressam a tensão entre Maçonaria e Igreja estão relacionados à chamada “Questão Religiosa”, cujo auge ocorreu nos anos 1872 e 1873, quando o padre José Luís de Almeida Martins, que era maçom, foi suspenso pelo bispo do Rio de Janeiro por ter participado como orador de uma festa comemorativa da promulgação da Lei do Ventre Livre organizada pelo Grande Oriente do Brasil. Em seu discurso, o padre “enalteceu a Maçonaria e o Grande Oriente do Brasil, pela obra realizada em prol da emancipação dos escravos no Brasil”.¹³¹ O ato de suspensão do padre Martins contribuiu “para mobilizar toda a organização maçônica que, através do Parlamento e da imprensa, desencadeou uma verdadeira luta contra os adversários da liberdade de pensamento”.¹³²

O embate entre Igreja e Maçonaria envolveu inclusive o governo imperial, que, no auge da crise, ordenou a prisão dos bispos de Olinda, dom Vital Maria Oliveira, e do Pará, dom Antônio Macedo da Costa, pelo fato de exigirem “que as irmandades religiosas expulsassem os maçons de seus quadros e, como algumas destas se recusaram a tal medida, foram interditas pelos bispos”.¹³³ Como resposta, as irmandades apelaram ao governo imperial, que acatou o recurso. Os bispos se negaram a reconhecer a supremacia do poder secular do governo e, “diante da atitude dos bispos, expediu-se o mandato de prisão. D. Vital foi preso em janeiro e D. Macedo, em abril de 1874”.¹³⁴

Nessa disputa, Igreja e Maçonaria mobilizaram templos, escolas, clubes literários e festas públicas, buscando sobrepor-se ao

¹³⁰ Everardo Dias. **Semeando**: palestras e conferências. Rio de Janeiro: Oficina Gráfica da Escola Profissional Maçônica José Bonifácio, 1921, p. 24.

¹³¹ CASTELLANI, José. **Ação secreta da maçonaria na política mundial**. São Paulo: Landmark, 2001, p. 107.

¹³² BARATA, Alexandre Mansur. **Luzes e sombras**: a ação da maçonaria brasileira (1870-1910). Campinas: CMU/Unicamp, 1999, p. 93.

¹³³ MOREL, Marco; SOUZA, Françoise Jean de Oliveira. **O poder da maçonaria**: a história de uma sociedade secreta no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008, p. 159.

¹³⁴ BARATA, Alexandre Mansur. **Luzes e sombras**: a ação da maçonaria brasileira (1870-1910). Campinas: CMU/Unicamp, 1999, p. 94.

adversário. Para os maçons, quanto mais templos fossem fundados, mais conseguiriam “defender-se e contra-atacar a Igreja, fazendo seus discursos penetrarem no corpo social e na vida cotidiana”.¹³⁵ Paralelo a isso, a Igreja intensificou o discurso que associava os maçons ao satanismo ou a imagens negativas. Nesse processo, “a luta maçônica contra o conservadorismo católico acabou por ganhar a simpatia dos segmentos liberais da sociedade, o que atraiu muitos desses homens para a *iniciação*”.¹³⁶

Esses embates se inserem num processo conhecido como romanização pelo qual passou a Igreja, nos séculos XIX e XX, constituindo-se em ações reformadoras de bispos, padres e congregações religiosas com objetivo de moldar o catolicismo conforme o modelo romano.¹³⁷ No Brasil, nesse processo de “europeização” do catolicismo, em que os bispos substituíram a aleatória formação clerical pelo seminário, “os sacramentos, a moralidade e a autoridade clerical suplantaram como principal eixo da vida da Igreja os rituais e organizações autônomos e de base laica”.¹³⁸ Para Kenneth Serbin, a romanização seria “modernização conservadora” do catolicismo, afinal,

ao mesmo tempo que representou a reação contra a modernidade foi também seu produto e sua promotora. Assim como socialismo e o nacionalismo, o catolicismo procurou construir novas formas de comunidade em face da destruição dos laços tradicionais pelo capitalismo internacional. No processo, o papado, acentuadamente fortalecido, procurou criar a unidade da comunidade católica no mundo todo.¹³⁹

¹³⁵ MOREL, Marco; SOUZA, Françoise Jean de Oliveira. **O poder da maçonaria**: a história de uma sociedade secreta no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008, p. 160.

¹³⁶ MOREL, Marco; SOUZA, Françoise Jean de Oliveira. **O poder da maçonaria**: a história de uma sociedade secreta no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008, p. 160.

¹³⁷ OLIVEIRA, Pedro. **Religião e dominação de classe**: gênese, estrutura e função do catolicismo romanizado no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1985, p. 283-4.

¹³⁸ SERBIN, Kenneth P. **Padres, celibato e conflito social**: uma história da Igreja católica no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p. 79.

¹³⁹ SERBIN, Kenneth P. **Padres, celibato e conflito social**: uma história da Igreja católica no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p. 81.

A romanização, iniciada no pontificado de Pio IX (1846-1878), não é exclusiva ao catolicismo no Brasil, inserindo-se “num processo mais amplo de transformação do aparelho religioso católico em escala mundial”.¹⁴⁰ Esse processo esteve marcado, entre outras coisas, pelo combate a “sociedades clandestinas que conspiravam contra a Igreja”.¹⁴¹ No pontificado de Pio IX levou-se a cabo uma política que condenava “o racionalismo, o socialismo, o comunismo, a Maçonaria, a separação entre a Igreja e o estado, o liberalismo, o programa e a civilização”.¹⁴² Em palestra proferida em 1916, Everardo Dias analisou o *Syllabus Errorum*, promulgado em 1864 por Pio IX, que, entre outras questões, afirmava que “os fieis devem odiar os livres-pensadores, filósofos, naturalistas, racionalistas, revolucionários e reformistas”, que “estão possuídos do demônio e serão castigados com penas eternas os invasores e usurpadores dos direitos e das propriedades da Igreja”, que “são abortos do Inferno o Socialismo, o Comunismo, as sociedade secretas e bíblicas e as associações católico-liberais” e que “em caso” de oposição entre as leis das duas potências, civil e católica, deve prevalecer o direito eclesiástico”.¹⁴³

O papado de Leão XIII (1878-1903) deu seguimento às ações do seu antecessor, dentro de um “contexto marcado pelo fim dos Estados pontifícios e da Campanha pela Unificação Italiana, o que agravava ainda mais a situação da Maçonaria, que era identificada como uma das causadoras da usurpação dos Estados pontifícios”.¹⁴⁴ Na encíclica *Humanum genus*, de 1884, Leão XIII constata que “a seita dos Maçons cresceu com uma velocidade inconcebível no curso de um século e meio, até que se tornou capaz, através de fraude ou audácia, de obter tal acesso em cada nível do Estado de modo a parecer quase a sua força governante”.¹⁴⁵ O documento associa a Maçonaria à corrente naturalista, a qual defende que é “a natureza humana e a razão humana” que “deveria em todas as coisas ser senhora e guia”, ligando “muito

¹⁴⁰ OLIVEIRA, Pedro. **Religião e dominação de classe**: gênese, estrutura e função do catolicismo romanizado no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1985, p. 292.

¹⁴¹ BENIMELI, José Ferrer. **La masonería**. 2ª ed. Madrid, Alianza, 2013, p. 95.

¹⁴² BARATA, Alexandre Mansur. **Luzes e sombras**: a ação da maçonaria brasileira (1870-1910). Campinas: CMU/Unicamp, 1999, p. 103.

¹⁴³ Everardo Dias. **Semeando**: palestras e conferências. Rio de Janeiro: Oficina Gráfica da Escola Profissional Maçônica José Bonifácio, 1921, p. 72-3.

¹⁴⁴ BARATA, Alexandre Mansur. **Luzes e sombras**: a ação da maçonaria brasileira (1870-1910). Campinas: CMU/Unicamp, 1999, p. 104.

¹⁴⁵ LEÃO XIII. **Humanum genus**, 1884, 7.

pouco para os deveres para com Deus, ou os pervertem por opiniões errôneas e vagas”.¹⁴⁶ Leão XIII afirma que para os maçons “está dentro da lei atacar com impunidade as próprias fundações da religião Católica, em palavra, em escritos e em ensinamentos”.¹⁴⁷ No cenário político, o papa constata que os católicos têm

que lidar com um inimigo enganoso e habilidoso, que, gratificando os ouvidos do povo e dos príncipes, os tem enleado por falas macias e por adulação. Entrando nas boas graças dos governantes sob a alegação de amizade, os Maçons tem se esforçado para fazê-los seus aliados e poderosos auxiliares para a destruição do nome Cristão; e para que eles possam mais fortemente pressioná-los, eles têm, com determinada calúnia, acusado a Igreja de maliciosamente contender com os governantes em assuntos que afetam a sua autoridade e soberano poder.¹⁴⁸

Leão XIII parece estar se preparando para uma cruzada. O papa propõe uma reação por parte dos católicos, apresentado algumas tarefas contra expressões da modernidade, entre as quais a Maçonaria. Leão XIII afirma:

Nós rogamos e imploramos a vós, veneráveis irmãos, a juntar os vossos esforços com os Nossos, e esforçadamente lutar pela extirpação desta praga maligna, que está se esgueirando através das veias do corpo da política. Vós deveis defender a glória de Deus e a salvação do vosso próximo; e com o objetivo de vosso combate à vossa frente, nem coragem nem força irão faltar. Será por vossa prudência que julgareis por quais modos vós podeis melhor sobrepujar as

¹⁴⁶ LEÃO XIII. *Humanum genus*, 1884, 12.

¹⁴⁷ LEÃO XIII. *Humanum genus*, 1884, 14.

¹⁴⁸ LEÃO XIII. *Humanum genus*, 1884, 28.

dificuldades e obstáculos com os quais vos encontrardes. Mas, como pertence à autoridade de Nosso ofício que Nós mesmos apontemos algumas maneiras apropriadas de procedimento, Nós desejamos que o vosso primeiro ato seja arrancar a máscara da Maçonaria, e deixar que ela seja vista como realmente é; e por sermões e cartas pastorais instruir o povo quanto aos artificios usado pelas sociedades deste tipo para seduzir os homens e persuadi-los a entrar em suas fileiras, e quanto à perversidade de suas ações e à maldade de seus atos.¹⁴⁹

Não havia no interior da Maçonaria uma forma única de encarar a Questão Religiosa ou mesmo a relação com a Igreja. José Maria da Silva Paranhos, mais conhecido como Visconde do Rio Branco, Grão-Mestre do Grande Oriente do Brasil, afirmava haver uma especificidade da Maçonaria brasileira em relação aos seus congêneres europeus. Segundo ele, “se as lojas maçônicas europeias interferiam excessivamente nos aspectos ligados à religião e à política dos Estados, as lojas brasileiras se ocupavam precipuamente do aperfeiçoamento moral e intelectual do homem e de atos beneficentes”.¹⁵⁰ Essa concepção, que destacava o caráter apolítico e beneficente da Maçonaria, fortalecia as posições regalistas, que se estruturavam a partir da noção de subordinação da Igreja ao Estado. Essas posições se chocavam com os setores liberais da Maçonaria, liderados por Saldanha Marinho, para quem “a liberdade de consciência era incompatível com o regime de união entre Igreja e Estado”.¹⁵¹

Esse é o pano de fundo dentro do qual se insere *O Livre Pensador* enquanto espaço de debate anticlerical que aglutinava ao seu redor, entre outros setores, alguns maçons. Essa relação entre anticlericalismo e maçonaria se manifestou em diferentes textos publicados no jornal, como em artigo de 5 de janeiro de 1904, assinado por Emilio Munhoz, que afirmava: “o maçom, por dever de seus

¹⁴⁹ LEÃO XIII. *Humanum genus*, 1884, 31.

¹⁵⁰ BARATA, Alexandre Mansur. *Luzes e sombras*: a ação da maçonaria brasileira (1870-1910). Campinas: CMU/Unicamp, 1999, p. 96-7.

¹⁵¹ BARATA, Alexandre Mansur. *Luzes e sombras*: a ação da maçonaria brasileira (1870-1910). Campinas: CMU/Unicamp, 1999, p. 99.

princípios, é, além de tudo, anticlerical”.¹⁵² Para o autor, não havia relação possível entre o racionalismo defendido pela Maçonaria e o fanatismo religioso pregado pela Igreja.

O referido texto procura polemizar com algumas ações de setores maçônicos. Para Munhoz, o Grande Oriente do Brasil, “quando reformou a Constituição maçônica, poderia ter substituído a disposição do art. 1º, que dá ‘liberdade absoluta de consciência’ aos maçons, por outra que lhes vedasse a prática de qualquer devoção religiosa”. Segundo o autor, “se bem a maçonaria não é uma religião, é uma sociedade com caráter religioso em cujos rituais se encontram cerimônias para batismos, casamento e funerais”. Se a proibição houvesse se efetivado, a Maçonaria, segundo Munhoz,

teria arredado de si os hipócritas que chamados “a combater o erro, o fanatismo e a superstição” vão à igreja celebrar casamentos, batizar crianças e consentem que um indivíduo celibatário, indecoroso e vagabundo, seja possuidor dos segredos do lar por meio da confissão.¹⁵³

Além da crítica ao clero e da condenação moral aos padres, Emilio Munhoz defende que a Maçonaria não permita a entrada de crentes na instituição. Segundo o autor,

se a maçonaria proibisse os seus membros que comungassem o credo de qualquer religião, não seria ridicularizada nem traída pelos hipócritas que a ela se filiam com o interesse de realizar suas aspirações importando-se pouco do não cumprimento dos deveres que assumiram.¹⁵⁴

¹⁵² Emilio Munhoz. Peguemos em armas e... vão! **O Livre Pensador**, São Paulo, Ano I, Nº 13, 5 de janeiro de 1904, p. 2.

¹⁵³ Emilio Munhoz. Peguemos em armas e... vão! **O Livre Pensador**, São Paulo, Ano I, Nº 13, 5 de janeiro de 1904, p. 2.

¹⁵⁴ Emilio Munhoz. Peguemos em armas e... vão! **O Livre Pensador**, São Paulo, Ano I, Nº 13, 5 de janeiro de 1904, p. 2.

Embora a posição mais comum entre os anticlericais seja de combate ao clero e à Igreja, os maçons lidaram de uma forma diferente com essa questão, sendo comum inclusive a relação próxima entre as duas instituições. Nesse sentido, em relação ao conflito ocorrido nos anos 1870, pode-se considerá-lo datado, não sendo possível identificar “uma espécie de incompatibilidade natural entre católicos e maçons no Brasil”, na medida em que “os relatos acerca da maçonaria brasileira oitocentista são recheados de referências a padres-maçons que rendiam reverência a Jesus Cristo e ao Grande Arquiteto do Universo”.¹⁵⁵ Por outro lado, em âmbito internacional, pode-se perceber que houve, de um lado, maçons “que se esforçaram para deixar bem claro que a Maçonaria não era sinônimo de limitação religiosa” e, de outro, maçons que “se deixaram levar pelo seu ódio contra a Igreja e a religião em geral”.¹⁵⁶

Levando em conta os princípios que norteiam a Maçonaria, percebe-se uma indissociável relação com uma força sobrenatural criadora. Na Constituição de Andersom, documento em que se baseia a Maçonaria moderna, em sua redação de 1723, afirma-se que,

apesar de, nos tempos antigos, os Maçons estarem obrigados a praticar, em cada país, a religião local, tem-se como mais apropriado, hoje, não lhes impor senão a religião sobre a qual todos os homens estão de acordo, dando-lhes total liberdade com referência às suas próprias opiniões particulares. Esta consiste em serem homens bons e sinceros, homens honrados e justos, seja qual for a denominação ou crença particular que eles possam ter.¹⁵⁷

Essa primeira redação do documento, ainda que não defenda claramente a necessidade de crença em uma divindade específica, pressupõe algum tipo de crença para a iniciação na Maçonaria. Em 1815, a redação foi modificada, passando a afirmar que um maçom,

¹⁵⁵ MOREL, Marco; SOUZA, Françoise Jean de Oliveira. **O poder da maçonaria**: a história de uma sociedade secreta no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008, p. 156.

¹⁵⁶ BENIMELI, José Ferrer. **La masonería**. 2ª ed. Madrid, Alianza, 2013, p. 93.

¹⁵⁷ CASTELLANI, José & RODRIGUES, Raimundo. **Análise da Constituição de Anderson**. Londrina: A Trolha, 1995, p. 37.

de todos os homens, deve ser o que melhor compreende que Deus enxerga de maneira diferente do homem, pois o homem vê a aparência externa ao passo que Deus vê o coração. Seja qual for a religião de um homem, ou sua forma de adorar, ele não será excluído da Ordem, se acreditar no glorioso Arquiteto do Céu e da Terra e se praticar os sagrados deveres da moral.¹⁵⁸

Nessa nova redação fica estabelecida de forma clara a necessidade da crença em uma entidade superior, ainda que esta possa ganhar diferentes nomes, ou o nome de diferentes deuses. Como consequência, “ao liberalismo e à tolerância religiosa da original compilação de Anderson, sucedia a crença impositiva e, agora sim, marcadamente teísta, na medida em que, além da existência de Deus, estabelece a sua ação providencial no mundo”.¹⁵⁹ Portanto, ao exigir a exclusão dos crentes do seio da Maçonaria, Munhoz, no texto publicado em *O Livre Pensador* critica, ainda que sem o fazê-lo de forma aberta ou mesmo sem o percebê-lo, as próprias bases do pensamento maçônico moderno.

Contudo, essa crítica à presença de crentes no interior da Maçonaria não é a única opinião expressa nas páginas de *O Livre Pensador*. Em texto assinado por Guilherme Dias, de Guarapuava, estado do Paraná, publicado em 11 de maio de 1907, procura-se diferenciar o catolicismo dos movimentos religiosos que o antecederam, chegando-se a afirmar que “a história do catolicismo é a negação completa do cristianismo”. Segundo o autor, tendo em comum alguns elementos como a prática da virtude e a perseguição aos vícios, Maçonaria e Igreja se afastam justaente em função das ações do clero católico, que fraudando os intuitos de Cristo, teriam “confundido a abnegação, o desprendimento, a humildade e o perdão com a vaidade, a prepotência, o orgulho e o vindicar, fez desse símbolo de paz verdadeira arma de conquista e de terror”. Por outro lado, ainda que haja pontos em comum, o que a Maçonaria “não é, não pode nem deve ser, é uma

¹⁵⁸ CASTELLANI, José & RODRIGUES, Raimundo. *Análise da Constituição de Anderson*. Londrina: A Trolha, 1995, p. 53.

¹⁵⁹ CASTELLANI, José & RODRIGUES, Raimundo. *Análise da Constituição de Anderson*. Londrina: A Trolha, 1995, p. 54.

associação católica como compreendem os falsos apóstolos de Cristo, porque seria isso sujar a sublimidade de seus desígnios e afrontar a pureza da doutrina do próprio Cristo”.¹⁶⁰

Portanto, se de um lado Emílio Munhoz propunha que não se permitisse a iniciação de crentes na Maçonaria, do outro Guilherme Dias procura aproximar a filosofia desta ordem de um tipo de religião sem os vícios de que acusavam o clero. Essas duas posições perpassaram o jornal *O Livre Pensador* diferentes momentos de sua existência, sendo possível perceber, por um lado, “uma crítica completa ao pensamento religioso em geral e ao da Igreja Católica em particular” e, por outro, “uma comparação entre o cristianismo primitivo puro e autêntico e o catolicismo caracterizado como corrompido, nocivo e retrógrado”.¹⁶¹ Esse tipo de ambiguidade também se expressa na pluralidade de posições ideológicas dos anticlericais, inclusive do jornal *O Livre Pensador*.

1.4 Ideologia e anticlericalismo

O anticlericalismo, que deve ser analisado mais como uma mentalidade do que como um movimento, reunia diferentes tendências políticas e ideológicas, empenhadas de forma mais ou menos radical no processo de transformação social, constituindo-se em uma espécie de “denominador comum a unir operários e burgueses, intelectuais e homens do povo, convivendo sempre, contudo, com a majoritária fé católica das populações”.¹⁶² Para esses setores colocava-se uma lógica de “consenso mínimo”, que consistia em administrar os conflitos latentes de uma coalizão que tinha como denominador comum “promover a travessia de um regime, sem custos sociais e políticos de grande mantra”.¹⁶³ Esse consenso mínimo “permitiria acomodar

¹⁶⁰ A Maçonaria não é anticristã. *O Livre Pensador*, São Paulo, Ano IV, Nº 161, 11 de maio de 1907, p. 3.

¹⁶¹ SILVA, Eliane Moura. Entre religião e política: maçons, espíritas, anarquistas e socialistas no Brasil por meio dos jornais *A Lanterna* e *O Livre Pensador*. In: ISAIA, Artur Cesar & MANOEL, Ivan Aparecido. *Espiritismo e religiões afro-brasileiras: história e ciências sociais*. São Paulo: UNESP, 2012, p. 99-100.

¹⁶² SOUZA, Ricardo Luiz. *Laicidade e anticlericalismo: argumentos e percursos*. Santa Cruz do Sul: UNISC, 2012, p. 106.

¹⁶³ PENNA, Lincoln de Abreu. *O progresso da ordem*. 2ª ed. Rio de Janeiro: E-papers, 2008, p. 74.

possíveis oposições, e, portanto, tinha a faculdade de fazer coexistir em seu interior as mais distintas quanto ao seu funcionamento”.¹⁶⁴ Por outro lado, “o conservadorismo ao mesmo tempo antiliberal e antissocialista adotado pela Igreja ao longo do século XIX transformou-a, aos olhos dos liberais e socialistas, em instituição intimamente vinculada às forças mais reacionárias do século”.¹⁶⁵

No caso brasileiro, o anticlericalismo se insere como parte do movimento republicano, que defendia “uma nova racionalidade laica, tendo como móvel o combate a uma velha ordem patrimonial e regalista”. Esses setores não negavam um espaço de legitimidade para a organização religiosa, orientando seu anticlericalismo “em uma proposta maior de construção de um novo Estado nacional”.¹⁶⁶ Essa compreensão contrastava com outras vertentes do anticlericalismo, como a anarquista, para a qual “o ataque à religião era uma forma de crítica à autoridade política opressiva e uniformizadora”, pois, para eles, “as leis de Deus e as leis do Estado tinham um mesmo substrato”.¹⁶⁷ Os anarquistas buscavam criticar, ao mesmo tempo, não apenas o poder política, mas também a moral da sociedade capitalista.

Outras correntes republicanas defendiam diferentes posições, como os jacobinos, que, diferentes do modelo francês no qual procuravam se inspiravam, “limitaram-se a reclamar reformas dos costumes políticos sem alteração substancial nas estruturas de poder”.¹⁶⁸ No que se refere à religião, os jacobinos defendiam “uma sociedade laica, anticlerical, sem o bacharelismo pedante e pontificador, onde os

¹⁶⁴ PENNA, Lincoln de Abreu. **O progresso da ordem**. 2ª ed. Rio de Janeiro: E-papers, 2008, p. 74.

¹⁶⁵ SOUZA, Ricardo Luiz. **Laicidade e anticlericalismo: argumentos e percursos**. Santa Cruz do Sul: UNISC, 2012, p. 121. O conservadorismo católico predominante no período, o ultramontanismo, comumente citado e criticado na imprensa anticlerical, pressupunha a defesa da monarquia, a não separação do Estado e da Igreja, a proteção da sociedade de revoluções e a manutenção de valores tradicionais. Os ultramontanos defendiam a liberdade da Igreja católica contra a influência da maçonaria no credo cristão e pela adoção de uma postura antiliberal diante das reformas promovidas pelo processo de secularização.

¹⁶⁶ GOMES, Ângela de Castro. **A invenção do trabalho**. 3ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005, p. 101-2.

¹⁶⁷ GOMES, Ângela de Castro. **A invenção do trabalho**. 3ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005, p. 102.

¹⁶⁸ PENNA, Lincoln de Abreu. **O progresso da ordem**. 2ª ed. Rio de Janeiro: E-papers, 2008, p. 123.

grupos urbanos tivessem maiores oportunidades”.¹⁶⁹ Por sua vez, os positivistas “advogavam a combinação do princípio da ditadura republicana com a mais ampla liberdade espiritual”.¹⁷⁰ Nesse sentido, ainda que defendessem a separação entre Igreja e Estado, os positivistas entendiam que “o clero deveria ter a liberdade ampla e total. Dispondo dela, sem o cerceamento que o transformaria em vítima, sua pregação evidenciaria mais facilmente o esgotamento social e moral a que chegara a teologia”.¹⁷¹

Embora tivessem diferentes concepções do processo político, o anticlericalismo unia essas correntes no sentido de construção dos diferentes modelos propostos para a República. Nesse processo, entre o fim do século XIX e as duas primeiras décadas do século XX, é possível identificar grupos em que se articulavam “anticlericais, livres-pensadores, liberais, abolicionistas, anarquistas, socialistas, positivistas, espíritas, maçons e protestantes”.¹⁷² Para esses setores, o ponto comum era o combate à ordem vigente e a luta por uma sociedade renovada, tendo, para isso, de enfrentar inimigos que exerciam influência sobre a nascente República, como as oligarquias rurais ou mesmo o clero católico.

No anticlericalismo de *O Livre Pensador* parece predominar uma base teórica positivista, ainda que seja possível observar a convergência com outras ideologias.¹⁷³ Essa influência positivista é observável em diferentes textos, como em um artigo publicado na edição de 20 de março de 1904, intitulado “O nosso dever” e assinado por Oliveira Netto, no qual se caracterizava o cenário político de perda

¹⁶⁹ QUEIROZ, Suely Robles Reis de. **Os radicais da República**. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 127.

¹⁷⁰ PENNA, Lincoln de Abreu. **O progresso da ordem**. 2ª ed. Rio de Janeiro: E-papers, 2008, p. 128.

¹⁷¹ QUEIROZ, Suely Robles Reis de. **Os radicais da República**. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 231.

¹⁷² SILVA, Eliane Moura. Entre religião e política: maçons, espíritas, anarquistas e socialistas no Brasil por meio dos jornais *A Lanterna* e *O Livre Pensador*. In: ISAIA, Artur Cesar & MANOEL, Ivan Aparecido. **Espiritismo e religiões afro-brasileiras: história e ciências sociais**. São Paulo: UNESP, 2012, p. 98.

¹⁷³ Em 1916, o próprio Everardo Dias expressava elementos da ideologia positivista, quando afirmava que “durante o estado teológico, a partir dos mais grosseiros fetichismos até o estabelecimento definitivo do monoteísmo, conservaram-se os dois poderes – *temporal* e *espiritual* – perfeitamente unidos, começando sua separação só depois do aparecimento do Cristianismo e de sua introdução no Ocidente, e completando-se, finalmente, a começar da Reforma religiosa do século XVI com a destruição do regime feudal” (Everardo Dias. **Semeando**: palestras e conferências. Rio de Janeiro: Oficina Gráfica da Escola Profissional Maçônica José Bonifácio, 1921, p. 52).

do sentido originalmente atribuído à República. O texto apresenta inicialmente uma caracterização da Monarquia, definida como “degenerada, apodrecida, escravocrata e servil, estranha a qualquer sentimento de dignidade pessoal”. Como consequência das lutas travadas, “caiu essa forma de governo terrorista e corrupto, para dar livre curso às ideias republicanas, pregadas por um exército glorioso de apóstolos do bem e do progresso”.¹⁷⁴

Colocam-se nesta passagem dois elementos que aproximam essa análise da concepção positivista. Em primeiro lugar, o caráter moral da análise, limitando o fenômeno ao âmbito de um juízo de valor do que seria bom ou ruim. Para Augusto Comte, um dos precursores do positivismo, escrevendo em meados do século XIX, “as principais dificuldades sociais não são hoje essencialmente políticas, mas, sobretudo, morais, de sorte que sua solução possível depende realmente das opiniões e dos costumes, muito mais do que das instituições”.¹⁷⁵ Por outro lado, o processo político de ascensão a um regime republicano pode ser inserido na lei de evolução da sociedade apontada pelos positivistas, na medida em que, pela interpretação positivista, “a Monarquia correspondia à fase teológico-militar, que devia ser superada pela fase positiva, cuja melhor encarnação era a república”.¹⁷⁶

Conhecida como “lei dos três estados”, essa teoria está baseada na ideia de que a concepção humana passaria das interpretações teológicas da experiência para as do tipo metafísico até chegar ao ponto de alcançar uma compreensão científica. No estado teológico, segundo Comte,

o espírito humano, dirigindo essencialmente suas investigações para a natureza íntima dos seres, as causas primeiras e finais de todos os efeitos que o tocam, numa palavra, para os conhecimentos absolutos, apresenta os fenômenos como produzidos pela ação direta e contínua de agentes

¹⁷⁴ F. Oliveira Netto. O nosso dever. **O Livre Pensador**, São Paulo, Ano I, Nº 23, 20 de março de 1904, p. 1.

¹⁷⁵ COMTE, Auguste. Discurso sobre o espírito positivo. In: GIANNOTTI, José Arthur (Org.). **Comte**. 2ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983, p. 69.

¹⁷⁶ CARVALHO, Jose Murilo de. **A formação das almas**: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 27.

sobrenaturais mais ou menos numerosos, cuja intervenção arbitrária explica todas as anomalias aparentes do universo.¹⁷⁷

Segue ao estado teológico o estado metafísico, que, para Comte, não passa de uma simples modificação do primeiro. No estado metafísico,

os agentes sobrenaturais são substituídos por forças abstratas, verdadeiras entidades (abstrações personificadas) inerentes aos diversos seres do mundo, e concebidas como capazes de engendrar por elas próprias todos os fenômenos observados, cuja explicação consiste, então, em determinar para cada um uma entidade correspondente.¹⁷⁸

Com o desenvolvimento científico, segundo os positivistas, finalmente se coloca uma efetiva ruptura na consciência da humanidade. No estado positivo, o espírito humano, segundo Comte,

reconhecendo a impossibilidade de obter noções absolutas, renuncia a procurar a origem e o destino do universo, a conhecer a causa íntima dos fenômenos, para preocupar-se unicamente em descobrir, graças ao uso bem combinado do raciocínio e da observação, suas leis efetivas, a saber, suas relações invariáveis de sucessão e de similitude.¹⁷⁹

O estado positivo seria a superação de explicações fantásticas (ou que não possuem caráter científico) acerca da realidade. Essa compreensão permitiria não apenas uma evolução do espírito humano,

¹⁷⁷ COMTE, Auguste. Curso de filosofia positiva. In: GIANNOTTI, José Arthur (Org.). **Comte**. 2ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983, p. 4.

¹⁷⁸ COMTE, Auguste. Curso de filosofia positiva. In: GIANNOTTI, José Arthur (Org.). **Comte**. 2ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983, p. 4.

¹⁷⁹ COMTE, Auguste. Curso de filosofia positiva. In: GIANNOTTI, José Arthur (Org.). **Comte**. 2ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983, p. 4.

mas também a superação do sistema político de que os estados anteriores formavam a base mental. Essa ideia de superação está calcada em certa compreensão evolutiva do desenvolvimento social, onde, citando Comte, “a ordem constitui sem cessar a condição fundamental do progresso e, reciprocamente, o progresso vem a ser a meta necessária da ordem”.¹⁸⁰

Contudo, os próprios positivistas percebiam as contradições presentes nesse esquema, o que se percebe inclusive na análise de Oliveira Netto, no texto antes mencionado, acerca dos primeiros anos da República, quando afirma que, depois de seu início positivo, a República teria tomado rumos diferentes de suas propostas originais, na medida em que,

a par desses republicanos sinceros e convictos não demoraram a surgir outros, verdadeiros mercenários de ideias, os tiranos de ontem, cujo fito único era se apoderarem do governo, adquirindo prestígio perante as massas populares e, escudados pelo clero que jesuiticamente solapava o poder, disfarçado em cordeiro, não demoraram em conseguir o seu anelo, afastando do governo os republicanos que o eram de verdade!¹⁸¹

O texto de Oliveira Netto refere-se, possivelmente, à disputa entre duas forças políticas principais, aproximadamente entre 1892 a 1904. Colocavam-se, de um lado, “os partidários de um governo republicano forte, centralizador, intervencionista, cuja tarefa era promover o progresso do país”. Para eles, esse progresso seria “o reverso do atraso colonial, isto é, da herança do domínio português, que permanecia viva numa economia exclusivamente agrária e numa sociedade de privilégios estatuídos”.¹⁸² Esta proposta era defendida

¹⁸⁰ COMTE, Auguste. Discurso sobre o espírito positivo. In: GIANNOTTI, José Arthur (Org.). **Comte**. 2ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983, p. 69.

¹⁸¹ F. Oliveira Netto. O nosso dever. **O Livre Pensador**, São Paulo, Ano I, Nº 23, 20 de março de 1904, p. 1.

¹⁸² GOMES, Ângela de Castro. **A invenção do trabalho**. 3ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005, p. 55.

principalmente pelo “chamado movimento jacobino do Rio de Janeiro, com suas francas relações com o ideário positivista e com setores militares e intelectuais da capital federal”.¹⁸³ Contrapunha-se a essa proposta aquela defendida por setores do “republicanismo civil e liberal do núcleo conhecido como o dos republicanos históricos paulistas, que iria ganhar crescentes adeptos de linhagem conservadora/monarquista”. Para eles, tratava-se “de construir uma República liberal excludente, federalista, francamente agrarista e ortodoxa em termos de política financeira”.¹⁸⁴ Esta segunda proposta se consolidou principalmente a partir do governo de Campos Salles, iniciado 1898.

Esse tipo de contradição do processo histórico, observada no contexto brasileiro, tem suas possíveis explicações na doutrina positivista. Escrevendo em meados do século XIX, Comte afirmava que, enquanto gradualmente se processo “a dissolução irrevogável da filosofia teológica, o sistema político de que formava a base mental sofria cada vez mais uma decomposição não menos radical”.¹⁸⁵ Esse processo, associado ao fim do Antigo Regime na Europa, redundou numa “grande crise final”, colocando a necessidade de uma “ordem nova”. Nesse contexto, havia uma aparente luta contínua

entre o espírito teológico, reconhecidamente incompatível com o progresso que é levado a negar dogmaticamente, e o espírito metafísico, que, depois de resultar na filosofia, na dúvida universal, só pode tender, em política, a continuar a desordem ou um estado equivalente de desgoverno.¹⁸⁶

No contexto brasileiro, as contradições perceptíveis no processo de passagem para a República estariam associadas à permanência de elementos teológicos e metafísicos, que impediriam o progresso do novo regime. Pode-se afirmar, portanto,

¹⁸³ GOMES, Ângela de Castro. **A invenção do trabalho**. 3ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005, p. 56.

¹⁸⁴ GOMES, Ângela de Castro. **A invenção do trabalho**. 3ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005, p. 56.

¹⁸⁵ COMTE, Auguste. Discurso sobre o espírito positivo. In: GIANNOTTI, José Arthur (Org.). **Comte**. 2ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983, p. 66.

¹⁸⁶ COMTE, Auguste. Discurso sobre o espírito positivo. In: GIANNOTTI, José Arthur (Org.). **Comte**. 2ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983, p. 69.

o movimento de decomposição fora mais rápido que o de reorganização da sociedade e o mundo moderno conservava o caráter egoísta e desordenado de suas origens. O equilíbrio social – quando existente – resultava do equilíbrio momentâneo de interesses privados muitas vezes antagônicos.¹⁸⁷

Um dos pressupostos dos textos publicados em *O Livre Pensador* se concentra na ideia de que haveria certa desigualdade entre os diferentes setores da sociedade, demonstrando sua influência positivista, enquanto outras tendências políticas e teóricas, como anarquistas e socialistas, enfatizavam a existência de contradições entre as classes sociais. Em texto intitulado “A questão social”, assinado por Juan Batista Perez e publicado em janeiro de 1904, afirmava-se que o progresso da civilização “realizou-se por ascensões sucessivas da massa social, primitivamente sujeita pela ignorância e pela força ao jugo de uns poucos, no gozo das riquezas, ilustração, direitos e bem-estar”.¹⁸⁸ Contudo, ainda haveria

uma massa faminta, sem eira nem beira, um imenso número de proletários, produtores, em definitivo exame, de toda a riqueza, e só dela participantes, com irritante desigualdade, em parte mínima e apenas suficiente para conservar uma miserável e penosa existência que mais se assemelha a perpétuo sofrimento, castigo contínuo e rigoroso.¹⁸⁹

O progresso da sociedade levaria à superação das desigualdades, no sentido de “encaminhar a humanidade para uma era

¹⁸⁷ FAUTO, Boris. **Trabalho urbano e conflito social (1890-1920)**. 3ª ed. São Paulo: Difel, 1983, p. 48.

¹⁸⁸ Juan Batista Perez. A questão social. **O Livre Pensador**, São Paulo, Ano I, Nº 16, 31 de janeiro de 1904, p. 1.

¹⁸⁹ Juan Batista Perez. A questão social. **O Livre Pensador**, São Paulo, Ano I, Nº 16, 31 de janeiro de 1904, p. 1.

eminentemente científica e fraterna”.¹⁹⁰ Nesse sentido, o texto de Juan Perez conclui afirmando que “a questão social converteu-se na questão de todas as horas, e vem prenhe de ameaças terríveis. O proletariado pede, com razão e justiça, o seu assento à mesa social”.¹⁹¹ Como se percebe, o texto não aponta para uma mobilização revolucionária dos trabalhadores no sentido de superação do sistema econômico e político existente, mostrando novamente a influência positivista. Comte alertava que “os hábitos insurreccionais da razão moderna não lhe autorizam supor um caráter indefinidamente revolucionário, uma vez que suas legítimas reclamações se encontram largamente satisfeitas”.¹⁹²

Por outro lado, embora no contexto de publicação de *O Livre Pensador* houvesse tentativas de articulação dos socialistas, não são apresentadas no jornal análises sistemáticas da situação do proletariado brasileiro nem o papel que poderiam desempenhar os socialistas naquela conjuntura. Os textos referentes a esses assuntos resumem-se a notas esparsas acerca de algumas lutas isoladas no Brasil ou de notícias internacionais. No que se refere às lutas operárias, foram publicadas algumas pequenas, como uma que defende a redução da jornada de trabalho para oito horas, em maio de 1907. Nesse debate, *O Livre Pensador* afirma que “são justas as reclamações dos operários”, num contexto em que “todos simpatizam com a causa da diminuição dos esforços físicos para o homem e para as mulheres e crianças empregadas nas fábricas e manufaturas”, considerando que “a redução das horas de trabalho, afinal de contas, será no futuro um benefício para patrões e operários”.¹⁹³

O jornal faz poucas menções ao processo revolucionário russo em curso no ano de 1905.¹⁹⁴ Contudo, o termo socialismo aparece com

¹⁹⁰ F. Oliveira Netto. O nosso dever. *O Livre Pensador*, São Paulo, Ano I, Nº 23, 20 de março de 1904, p. 1.

¹⁹¹ Juan Batista Perez. A questão social. *O Livre Pensador*, São Paulo, Ano I, Nº 16, 31 de janeiro de 1904, p. 2.

¹⁹² COMTE, Auguste. Discurso preliminar sobre o conjunto do positivismo. In: GIANNOTTI, José Arthur (Org.). *Comte*. 2ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983, p. 106.

¹⁹³ O movimento proletário. *O Livre Pensador*, São Paulo, Ano IV, Nº 161, 11 de maio de 1907, p. 1.

¹⁹⁴ Possivelmente em função da dificuldade em se obter informações mais detalhadas, as notícias do jornal não mencionam a atuação das organizações socialistas, referindo-se a um genérico “partido revolucionário”, referindo-se ao partido da burguesia liberal. Em *O Livre Pensador*, o processo é apresentado como uma revolta da população contra a opressão czarista. Segundo o texto publicado em *O Livre Pensador*, “os povos do Império russo desejam liberdades e direitos e o governo do czar responde-lhes com a comedia da Duma, com o golpe de Estado e inumeráveis prisões e mortes, sem se lembrar que cairá sobre a sua própria cabeça

bastante frequência e é tema de uma grande quantidade de debates. Numa coluna chamada “O Socialismo”, publicada com certa regularidade por volta de 1904, publicavam-se textos doutrinários mais afinados com a situação europeia. Os socialistas, segundo o autor desses textos,

mesmo procedendo com a legalidade por meio das eleições para a conquista dos poderes públicos – meio que nos parece de resultados duvidosos – desejam levantar sempre bem alto e sem hesitações o pendão da transformação da propriedade, qualquer que sejam o número de prosélitos.¹⁹⁵

Segundo o autor, havia a necessidade de atuar no interior da legalidade burguesa encarando-a como uma questão tática, ou seja, um meio para chegar ao objetivo principal, colocando como estratégia a superação do capitalismo. Os socialistas, segundo o autor,

animarão com o exemplo o proletariado a impor às classes dominantes a realização gradual das reformas que constituem o programa mínimo – reformas que não serão concedidas, mas que devem ser obtidas pela pressão do proletariado que sente delas a necessidade da realização mais ou menos imediata.¹⁹⁶

O texto, embora não realize uma análise mais detida da situação do proletariado no Brasil, aponta no sentido da luta por reformas e, num longo prazo indefinido, para a conquista do poder pelos trabalhadores. Essa posição dialoga com aquela defendida por alguns setores da

o sangue derramado, que encontrará sempre novos vingadores populares” (A situação na Rússia. **O Livre Pensador**, São Paulo, Ano V, Nº 181, 5 de janeiro de 1908, p. 1).

¹⁹⁵ E. Barthelemy. O socialismo. **O Livre Pensador**, São Paulo, Ano I, Nº 23, 20 de março de 1904, p. 1.

¹⁹⁶ E. Barthelemy. O socialismo. **O Livre Pensador**, São Paulo, Ano I, Nº 23, 20 de março de 1904, p. 1.

Segunda Internacional, organização fundada em 1889, que reunia partidos socialistas e socialdemocratas de diversos países, em especial da Europa, tendo como maior organização o Partido Socialdemocrata Alemão (SPD). O partido alemão era a organização mais importante no movimento operário internacional, a ponto de seus debates internos influenciarem no debate travado nos demais partidos. O peso político do partido pode ser verificado em números. Em 1913, o SPD se tornou o principal partido do parlamento alemão, tendo 110 de um total de 397 deputados, bem como 220 nos parlamentos locais e 12 mil vereadores. Por essa época,

tinha cerca de 1 milhão de filiados, trinta mil militantes profissionais e dez mil funcionários, 203 jornais com 1,5 milhão de assinantes, dezenas de associações desportivas e culturais, movimentos de juventude e a central sindical mais poderosa – com 2,5 milhões de filiados, era dirigida pelos socialdemocratas.¹⁹⁷

Entre as tendências existentes no interior do SPD, pode-se distinguir o confronto entre uma tendência marxista “ortodoxa” e uma revisionista, bem como setores minoritários com posições à esquerda, se destacando dirigentes como Rosa Luxemburgo. Os “ortodoxos”, liderados por Karl Kaustsky, principal teórico do SPD, se caracterizavam pelo fatalismo e pelo determinismo econômico, levando-os a defender “que a revolução socialista consiste na derrubada do capitalismo por meio de suas próprias contradições internas, de seu natural processo de desenvolvimento, sem intervenção dos homens”.¹⁹⁸ Politicamente, enquanto se esperava uma situação propícia para a revolução, em que o capitalismo naturalmente daria as condições para sua própria superação, “pensava-se que a tarefa mais importante do partido consistia em proteger o proletariado da influência nefasta das

¹⁹⁷ LOUREIRO, Isabel. **A revolução alemã**. São Paulo: UNESP, 2005, p. 36.

¹⁹⁸ WALDENBERG, Marek. A estratégia política da social-democracia alemã. In: Eric J. Hobsbawm et al. **História do Marxismo II: o marxismo na época da Segunda Internacional**. 3ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989, p. 226.

demais classes e em manter a expectativa numa catástrofe revolucionária”.¹⁹⁹

Os revisionistas eram um importante setor do partido alemão. Liderada por Eduard Bernstein, principal referência teórica do socialismo depois da morte do amigo Friedrich Engels, a tendência revisionista defendia que “o socialismo torna-se um objetivo que será alcançado, não pela via de uma revolução sangrenta, mas por um processo de reformas: um trabalho cotidiano paciente, de dentro, deve transformar a sociedade capitalista”.²⁰⁰ Para os revisionistas, “seria possível, através das reformas, modificar gradualmente o caráter da base real e da superestrutura política; e, portanto, o problema consistia em tentar obter o maior número de reformas e as mais vantajosas possíveis”.²⁰¹

Na concepção reformista, a passagem do capitalismo para o socialismo não se daria com a conquista do poder pelo proletariado, mas “a socialização dos meios de produção e a organização da produção de acordo com os princípios do socialismo”.²⁰² Para eles era central “que a transformação socialista das relações de produção se realizasse sem perturbar o processo produtivo”.²⁰³ O socialismo deveria ser construído gradualmente e no interior do sistema capitalista, onde as relações socialistas de produção deveriam evoluir antes da chegada ao poder da socialdemocracia. Para os reformistas, o capitalismo deveria evoluir no sentido do socialismo, em um processo que de décadas, num longo período de economia mista.

Para os reformistas, o poder do Estado não deveria ser tomado numa revolução violenta; os socialistas deveriam progressivamente ocupar espaços nas instituições existentes. Bernstein afirmava que

¹⁹⁹ WALDENBERG, Marek. A estratégia política da social-democracia alemã. In: Eric J. Hobsbawm et al. **História do Marxismo II: o marxismo na época da Segunda Internacional**. 3ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989, p. 229.

²⁰⁰ KRIEGLER, Annie. **As Internacionais Operárias**. Amadora: Bertrand, 1974, p. 58.

²⁰¹ WALDENBERG, Marek. A estratégia política da social-democracia alemã. In: Eric J. Hobsbawm et al. **História do Marxismo II: o marxismo na época da Segunda Internacional**. 3ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989, p. 238.

²⁰² WALDENBERG, Marek. A estratégia política da social-democracia alemã. In: Eric J. Hobsbawm et al. **História do Marxismo II: o marxismo na época da Segunda Internacional**. 3ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989, p. 240-1.

²⁰³ WALDENBERG, Marek. A estratégia política da social-democracia alemã. In: Eric J. Hobsbawm et al. **História do Marxismo II: o marxismo na época da Segunda Internacional**. 3ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989, p. 241.

“quanto mais se democratizam as organizações políticas de nações modernas, tanto mais diminuem também as necessidades e oportunidades de uma grande catástrofe política”.²⁰⁴ Segundo ele, chegaria um momento que a burguesia perderia força e esse espaço político poderia ser ocupado pelo proletariado, fazendo com que não houvesse mais a necessidade da revolução. Segundo Bernstein,

logo que uma nação atinge uma posição em que os direitos da minoria proprietária cessaram de ser um sério obstáculo ao progresso social, onde as tarefas negativas da ação política são menos prementes do que as positivas, então o apelo à revolução pela força converte-se numa frase sem sentido.²⁰⁵

Em texto da coluna “O Socialismo”, publicada em *O Livre Pensador*, em julho de 1904, também foram apresentadas outras correntes socialistas, sendo uma delas a que foi chamada de “comunismo anarquista”. Segundo o texto, os comunistas anarquistas

concebem um sistema social no qual a propriedade (terra, instrumentos de produção, matérias primas etc.) seja comum, e que os homens se possam agremiar livremente para os efeitos da produção e da convivência conforme suas aptidões e gostos, e desligar-se, unindo-se a outros quando acharem conveniente, sem prejuízo do direito das minorias, evoluir livremente.²⁰⁶

Diferente dos socialistas, apresentados no texto anterior, que apostavam na luta por reformas graduais dentro das instituições do Estado, os libertários apontavam para a ação revolucionária, com o objetivo de

²⁰⁴ BERNSTEIN, Eduard. **Socialismo evolucionário**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar; Brasília: Instituto Teotônio Vilela, 1997, p. 25.

²⁰⁵ BERNSTEIN, Eduard. **Socialismo evolucionário**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar; Brasília: Instituto Teotônio Vilela, 1997, p. 156.

²⁰⁶ E. Barthelemy. Comunismo anarquista. **O Livre Pensador**, São Paulo, Ano II, Nº 39, 10 de julho de 1904, p. 4.

expropriar os atuais detentores dos meios de produção por meio da força revolucionária do povo. Repelem toda a tática parlamentar, patrocinam a greve geral, e para isso apoiam os sindicatos profissionais. Com a revolução pelo povo será estabelecido o sistema comunista, a sociedade futura sem governo, sem autoridade e sem leis, onde cada um produzirá segundo as suas necessidades, vivendo na mais completa liberdade.²⁰⁷

Em outros textos aparecem discutidas proposições diferenciadas de socialismo, ainda que os dois mencionados acima apresentem a polêmica central no socialismo do período, em âmbito internacional, entre reforma e revolução. Esse debate, travado no interior da Segunda Internacional, apontava, por um lado, para um conjunto de táticas que tinham como objetivo a mobilização permanente dos trabalhadores e a luta pela derrubada do capitalismo. Por outro lado, os setores reformistas apontavam para a preponderância da luta parlamentar e para a conquista de reformas progressivas no interior do capitalismo, “relegando para segundo plano o programa socialista da conquista do poder”.²⁰⁸

Na Primeira República, os socialistas no Brasil apontavam para diferentes iniciativas de organização política, ainda que esparsas e efêmeras. Nessas experiências organizativas percebe-se a tensão entre as perspectivas revolucionárias, bastante minoritárias no período, e as reformistas, que predominavam no movimento socialista em âmbito internacional. Por outro lado, se percebe a influência positivista, a partir de certas elaborações provenientes do contexto europeu. No interior dos partidos da Segunda Internacional, “o poder da ideologia positivista era tal, no fim do século XIX e início do XX, que acabou por penetrar

²⁰⁷ E. Barthelemy. Comunismo anarquista. **O Livre Pensador**, São Paulo, Ano II, Nº 39, 10 de julho de 1904, p. 4.

²⁰⁸ KRIEDEL, Annie. **As Internacionais Operárias**. Amadora: Bertrand, 1974, p. 73.

também e muito profundamente, na doutrina do movimento operário socialista”.²⁰⁹

Os impulsionadores de *O Livre Pensador* se colocavam como parte da ampla frente que buscava aprofundar a experiência republicana, ou melhor, pressionar pelas reformas que os republicanos prometiam realizar antes de sua Proclamação. Contudo, para os anticlericais o fundamental desse processo passava pelo combate ao clero católico, dando menor ênfase no combate à atuação dos militares ou ao papel das oligarquias agrárias. Embora houvesse articulações anarquistas e socialistas no período, que apontavam para críticas mais densas da sociedade, *O Livre Pensador* parecia não incorporá-las de forma fragmenta, expressando as fragilidades teóricas e políticas do anticlericalismo.

O processo político mais amplo de disputas no socialismo internacional aparece de forma ainda frágil nas páginas de *O Livre Pensador*, embora algumas das primeiras experiências de articulação socialistas brasileiras se identificassem com a Segunda Internacional. Portanto, ainda que os socialistas estivessem inseridos no movimento anticlerical, sua participação era pequena. No caso de *O Livre Pensador*, evidencia-se, por meio de seus textos programáticos, que estava inserido na cultura política republicana que atraía amplos e díspares setores em torno da perspectiva de combate ao clero e à influência da Igreja na sociedade. O limite dessa manifestação de afinidade eletiva passava pela impossibilidade de avançar programaticamente, afinal um debate estratégico mais denso entre os diversos segmentos poderia colocar em risco o tênue “parentesco cultural” estabelecido entre as diferentes correntes políticas e ideológicas.

Quanto a Everardo Dias, percebe-se pelas suas palestras e textos que buscava construir uma síntese entre uma perspectiva de transformação social e o positivismo que recebia como influência da Maçonaria. Seus textos colocam no horizonte certa perspectiva de aperfeiçoamento moral, que talvez possa se expressa em certa manifestação de um socialismo reformista.

²⁰⁹ LÖWY, Michael. *As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen*. 5ª ed. São. Paulo: Cortez, 1994, p. V.

CAPÍTULO 2

LUTAS, REPRESSÃO E EXÍLIO

O acontecimento de maior repercussão na militância política de Everardo Dias foi possivelmente sua expulsão do Brasil, no final de 1919. Preso em função de sua colaboração com a imprensa anarquista, Everardo Dias foi deportado junto a outros vinte e dois estrangeiros, por “exercer atividade anarquista” e, por conseguinte, por ter se “constituído em elemento pernicioso à sociedade e comprometedor da tranquilidade pública”.²¹⁰ Em um contexto de ampla repressão, devido a uma série de greves ocorridas nos anos anteriores, organizou-se, como resposta ao processo de deportação, uma ampla campanha em defesa de Everardo Dias, que reuniu imprensa operária, organizações socialistas, sindicatos, parlamentares e mesmo a Maçonaria.

No final dos anos 1910 um conjunto de greves mobilizou os operários de diferentes lugares do país, principalmente no Rio de Janeiro e em São Paulo. Entre 1917 e 1920, o movimento operário viveu uma fase intensa de mobilizações. Em 1917, na cidade de São Paulo, “a partir de movimentos isolados de paralisação nas fábricas de tecidos, surgiram greves de solidariedade e grandes passeatas de protesto”.²¹¹ Essas mobilizações redundaram em uma greve geral, paralisando por alguns dias toda a cidade. Segundo relato de Everardo Dias, a proporção assumida pela greve

apanhara todos de surpresa. Nunca fora possível calcular que ela assumisse a amplitude que rapidamente assumiu e com a repercussão alarmista e de adesismo que cundiu pelos Estados de Minas Gerais, Paraná, Pernambuco, Pará, sem falar no Distrito Federal onde os líderes sindicais desenvolviam atividade febril para secundar o movimento de São Paulo, desencadeando a greve geral revolucionária entre os cento e cinquenta mil trabalhadores, paralisando transportes urbanos e

²¹⁰ DEOPS/SP, Prontuário 136, Everardo Dias, fl. 33, 20/11/1944.

²¹¹ MATTOS, Marcelo Badaró. **Trabalhadores e sindicatos no Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009, p 55.

marítimos, concentrando as massas em pontos adequados.²¹²

Nos anos imediatamente posteriores, a mobilizações dos operários continuou, inclusive espalhando-se por outros estados. Contudo, da mesma forma que os operários e outras categorias de trabalhadores articulavam suas lutas e organizações, a repressão também avançava, seja por meio da elaboração de uma legislação repressiva, seja por meio da violência. Esse é o período também em que uma grande quantidade de estrangeiros foi expulsa do país, por uma série de acusações relacionadas a suas atividades políticas, em uma campanha ideológica que visava tanto desqualificar as lutas dos trabalhadores frente à maioria da população como construir argumentos que justificassem as perseguições.

Nesse contexto se insere a intensificação da expulsão de estrangeiros do país, entre os quais se encontrava Everardo Dias, em outubro de 1919. Contudo, quando chegou na cidade de Vigo, posteriormente Everardo Dias contou que, depois de ver outros companheiros descerem do navio, “eu que ia também deportado para a Espanha, com surpresa permaneci à bordo, não saindo senão agora em terra de minha pátria, que é a pátria dos meus filhos”.²¹³ Na campanha em defesa de Everardo Dias, houve a aproximação de diferentes setores, expressando ainda um primeiro nível de afinidade eletiva, ou seja, “um tipo muito particular de relação dialética que se estabelece entre duas configurações sociais ou culturais”, que não pode ser reduzido a uma “determinação causal direta ou à ‘influência’ no sentido tradicional”.²¹⁴ Nesse nível não há uma fusão entre os diferentes, mas apenas uma unidade em torno a algumas poucas reivindicações.

Na ação contra a expulsão de Everardo Dias, diferentes setores se unificaram na lógica do consenso mínimo, reivindicando ainda as ideias do amplo bloco republicano que, com o passar dos anos, vinha se dissolvendo. O foco da crítica desse bloco, que reunia desde anarquistas até parlamentares do Partido Republicano, deixou de ser o clero e passou para algumas das ações do modelo de República, sem que isso signifique a unificação desses setores em um projeto de sociedade ou

²¹² DIAS, Everardo. **História das lutas sociais no Brasil**. São Paulo: Edaglit, 1962, p. 86.

²¹³ Everardo Dias. **Memórias de um exilado**: episódios de uma deportação. São Paulo, 1920, p. 89.

²¹⁴ LOWY, Michael. **Redenção e utopia**. Companhia das Letras, 1989, p. 13.

mesmo a luta em defesa da superação do sistema econômico. O que unificava esses setores era a solidariedade pela permanência no Brasil de Everardo Dias e de outros militantes, sem que necessariamente houvesse consenso na defesa das formas de luta ou das ideologias que se vinham elaborando nos meios operários.

Em 1920, pouco depois do seu retorno ao Brasil, Everardo Dias publicou o livro *Memórias de um exilado*, onde registra os acontecimentos de sua deportação. No livro narra os episódios da prisão, da tortura sofrida, da viagem a bordo do navio Benevente e do retorno ao Brasil. O livro constituindo-se em um importante documento acerca dos processos políticos e da repressão que marcaram o período, o livro mostra-se “profundamente articulado com os debates promovidos na imprensa do período a respeito dos significados das deportações de trabalhadores imigrantes para o movimento operário brasileiro, para os indivíduos atingidos e para suas famílias”.²¹⁵

Neste capítulo são discutidos o exílio de Everardo Dias e o processo político e social no qual se insere essa ação repressiva do Estado, especialmente contra as greves operárias ocorridas entre 1917 e 1919. Pretende-se analisar também as diferentes ideologias políticas presentes no movimento operário do período, mostrando diferenças e afinidades. Por fim, procura-se discorrer acerca do processo de deportação de Everardo Dias e da vitoriosa mobilização em defesa do seu retorno ao Brasil.

2.1 Os operários em movimento

Nos primeiros anos do século XX a maioria das greves teve caráter bastante limitado, muitas vezes em uma única empresa, embora nesse período tenham sido registrados também alguns movimentos de maior vulto, envolvendo categorias inteiras e, por vezes, diversas categorias, como a greve da indústria têxtil, com considerável presença de mulheres e menores, no Rio de Janeiro, iniciada em agosto de 1903. Embora tenha recebido a adesão de outras categorias, a greve “foi

²¹⁵ GERALDO, Endrica. Os prisioneiros do Benevente. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 32, Nº 64, dez. 2012, p. 62.

ferozmente reprimida e nenhuma de suas reivindicações, entre as quais a jornada de oito horas, foi atendida”.²¹⁶

Nos anos seguintes ocorreram mobilizações em setores estratégicos da economia exportadora da Primeira República, entre as quais a paralisação de várias categorias ligadas à atividade portuária e ao transporte de mercadorias, como as greves em Santos e no Rio de Janeiro, em 1906. No mesmo ano, no transporte ferroviário, ocorreu a greve da Companhia Paulista, atingindo cidades no interior de São Paulo e constituindo-se em “um dos movimentos a contar com maior solidariedade da população, em virtude da má qualidade dos serviços prestados pela companhia”.²¹⁷ Essa greve, apesar da solidariedade de outros ferroviários e de outras categorias, que realizaram paralisações de apoio, foi “vencida pela intensidade da repressão patronal e policial, sem que nenhuma de suas reivindicações fosse atendida”.²¹⁸

Esse também foi o contexto de avanço na aprovação de uma legislação repressiva contra os trabalhadores. Apresentada pelo então deputado Adolfo Gordo e aprovado pelo Congresso Nacional, foi sancionado pela Presidência da República o Decreto Nº 1.641, em 7 de janeiro de 1907, que previa a possibilidade de expulsão de estrangeiros do território nacional. Nessa lei previa-se que “o estrangeiro que por qualquer motivo comprometer a segurança nacional ou a tranquilidade pública, pode ser expulso de parte ou de todo o território nacional”.²¹⁹ Contudo, o texto previa, em seu artigo 3º, que “não pode ser expulso o estrangeiro que residir no território da república por dois anos contínuos, ou por menor tempo quando: a) casado com brasileira; b) viúvo, com filho brasileiro”.²²⁰ Por força dessa lei, apenas em 1907, foram expulsos vinte e sete espanhóis, vinte e cinco italianos e quarenta e sete portugueses, totalizando cento e trinta e duas pessoas.²²¹ Essa perseguição aos estrangeiros pode ser explicada pelo “fato de vários

²¹⁶ BATALHA, Cláudio. **O movimento operário na Primeira República**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000, p. 40.

²¹⁷ BATALHA, Cláudio. **O movimento operário na Primeira República**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000, p. 42.

²¹⁸ BATALHA, Cláudio. **O movimento operário na Primeira República**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000, p. 43.

²¹⁹ ALVES, Paulo. **A verdade da repressão: práticas penais e outras estratégias da ordem republicana (1890-1921)**. São Paulo: Arte & Ciências, 1997, p. 38.

²²⁰ ALVES, Paulo. **A verdade da repressão: práticas penais e outras estratégias da ordem republicana (1890-1921)**. São Paulo: Arte & Ciências, 1997, p. 38.

²²¹ ALVES, Paulo. **A verdade da repressão: práticas penais e outras estratégias da ordem republicana (1890-1921)**. São Paulo: Arte & Ciências, 1997, p. 40.

líderes operários não terem nascido no Brasil”, contribuindo “para que alguns intelectuais, ligados às oligarquias e aos industriais, elaborassem a teoria da conspiração promovida por agitadores estrangeiros”.²²² Adolfo Gordo, uma “detestável personalidade política”, nas palavras de Everardo Dias,

criou uma lei que era um misto de tudo quanto de mais reacionário havia sido votado nos Parlamentos dos países mais reacionários da Europa, para ser aplicado ao nosso País. Chegava a premiar a delação. Era uma lei para escravos, abertamente favorável ao patrão, cuja palavra bastava para levar um operário à cadeia como delinquente e atirar com ele nos seringais do Acre ou nos sertões do Noroeste, ainda infestado de bugres agressivos.²²³

Há um declínio das atividades grevistas, a partir de 1908, em grande medida devido à crescente repressão e à deterioração da economia com o fim do ciclo de crescimento, iniciado alguns anos antes. Nesse processo, percebe-se nas classes dominantes a manifestação de um forte preconceito em relação ao operariado, expressando discursos xenófobos ou que desqualificavam o “trabalho manual”. Em muitas ocasiões apresentavam o operário “como um perigoso e rude marginal”.²²⁴

O ano de 1912 marca a retomada com maior intensidade das lutas operárias, por meio de uma série de greves em vários pontos do país. Entre os anos 1910 e meados de 1913 há uma acentuada expansão da economia brasileira, acompanhada, a partir de 1911, de uma tendência à elevação de preços. Cláudio Batalha afirma que “a mobilização de 1912 tem origem no agravamento das condições de

²²² VALLADARES, Eduardo. **Anarquismo e anticlericalismo**. São Paulo: Imaginário, 2000, p. 50.

²²³ DIAS, Everardo. **História das lutas sociais no Brasil**. São Paulo: Edaglit, 1962, p. 222.

²²⁴ VALLADARES, Eduardo. **Anarquismo e anticlericalismo**. São Paulo: Imaginário, 2000, p. 49.

existência, em um período de expansão econômica”.²²⁵ Iniciada em Santos, no primeiro semestre de 1912, a campanha contra a carestia expandiu-se para outras cidades, como o Rio de Janeiro, onde, a partir de fevereiro de 1913, ocorreram três campanhas paralelas contra a carestia.

No âmbito da repressão também há mudanças. Em função da grande quantidade de pedidos de habeas corpus concedidos pelo Supremo Tribunal Federal (STF) aos acusados, alguns parlamentares se articularam em um movimento para rever a lei de expulsão, “no sentido de torná-la mais eficiente”, suprimindo “os artigos atenuantes, considerados responsáveis por todas as revogações dos decretos de expulsão”.²²⁶ O STF, a partir de 1908, passou a ser mais rigoroso na análise dos pedidos recebidos, impedindo a expulsão de estrangeiros que viviam há vários anos no país ou que fossem casados ou com filhos. Na análise do processo,

quando o deportado tinha provas documentais de tempo de residência, indicando que as afirmações da polícia eram falsas, ou seja, que os motivos não justificavam o pedido de expulsão, os ministros do Superior Tribunal Federal concediam a ordem de habeas-corpus, mandando que o mesmo Poder que ordenara a expulsão, a revogasse.²²⁷

Em 1913, foi aprovada emenda, também proposta por Adolfo Gordo, à lei de expulsão, que retirou “o direito de defesa dos estrangeiros acusados de perturbação da ordem pública e de envolvimento em ‘agitação’ no movimento operário”.²²⁸ Em 8 de janeiro o Presidente da República, Hermes da Fonseca, sancionou o Decreto Nº 2.741, que revogava, entre outros, o artigo 3º do texto original da lei, retirando o direito de defesa dos estrangeiros acusados de

²²⁵ FAUTO, Boris. **Trabalho urbano e conflito social (1890-1920)**. 3ª ed. São Paulo: Difel, 1983, p. 150-1.

²²⁶ ALVES, Paulo. **A verdade da repressão: práticas penais e outras estratégias da ordem republicana (1890-1921)**. São Paulo: Arte & Ciências, 1997, p. 42.

²²⁷ ALVES, Paulo. **A verdade da repressão: práticas penais e outras estratégias da ordem republicana (1890-1921)**. São Paulo: Arte & Ciências, 1997, p. 41-2.

²²⁸ ALVES, Paulo. **A verdade da repressão: práticas penais e outras estratégias da ordem republicana (1890-1921)**. São Paulo: Arte & Ciências, 1997, p. 43.

perturbarem a ordem pública. Essa nova legislação, por força da qual foram expulsas sessenta e seis pessoas apenas em 1913,

criminalizava diretamente os militantes e trabalhadores de origem estrangeira que promovessem “perturbações” da ordem interna da República ou atentassem contra a “segurança nacional”. O Poder Executivo estadual poderia, através da polícia, mandar prender e abrir inquéritos policiais contra os estrangeiros que participassem de greves ou que as insulfassem por atos ou palavras. Bastavam provas testemunhais contra o suspeito de tais práticas para se instaurar o processo de expulsão do território nacional.²²⁹

O período de crescimento da economia brasileira se encerrou em 1913. Nesse contexto, “os preços dos produtos de exportação caem abruptamente no curso do ano e a manutenção do elevado nível de importações provoca um *déficit* na balança comercial pela primeira vez na história da República”.²³⁰ O início do conflito mundial acentuou a recessão, agravando-se o problema do balanço de pagamentos. Por outro lado, “no plano interno, as consequências mais penosas da recessão se abatem sobre as classes populares, que sofrem os efeitos do desemprego, da redução de salários, da perda de pequenas conquistas”.²³¹

Com a Primeira Guerra houve uma recuperação da produção industrial, a partir de 1916. Nesse período, percebe-se que, “à medida que produtos importados deixavam de chegar aos portos brasileiros, as indústrias nacionais voltaram a empregar para atender ao crescimento da demanda”.²³² No entanto, “os trabalhadores enfrentavam uma escalada

²²⁹ ALVES, Paulo. **A verdade da repressão**: práticas penais e outras estratégias da ordem republicana (1890-1921). São Paulo: Arte & Ciências, 1997, p. 43.

²³⁰ FAUTO, Boris. **Trabalho urbano e conflito social (1890-1920)**. 3ª ed. São Paulo: Difel, 1983, p. 157.

²³¹ FAUTO, Boris. **Trabalho urbano e conflito social (1890-1920)**. 3ª ed. São Paulo: Difel, 1983, p. 157.

²³² BATALHA, Cláudio. **O movimento operário na Primeira República**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000, p. 49.

de custo de vida, ao passo que os salários permaneciam nos patamares anteriores à guerra”.²³³

Com a greve geral de julho de 1917, na cidade de São Paulo, abriu-se uma conjuntura política que “se define antes de tudo pela emergência de um movimento social de base operária, nos centros urbanos do país”.²³⁴ Em uma conjuntura favorável à satisfação de reivindicações, em virtude da retomada da atividade industrial, o movimento operário passou “a um acelerado processo de reorganização das sociedades de resistência desarticuladas durante a crise”.²³⁵ No Rio de Janeiro, houve uma série de paralisações localizadas ao longo do primeiro semestre de 1917, com a generalização das greves em julho. Em São Paulo, por outro lado, “o movimento grevista demora mais para começar, mas se intensifica em um período muito mais curto, com as greves localizadas em junho sendo seguidas pela greve geral de julho”.²³⁶ Em suas memórias, Everardo Dias afirma que

essa greve de 1917, em S. Paulo, tinha sido a demonstração evidente de força e coesão do proletariado. Servira de ensaio, para sopesar forças e dar a esse proletariado a confiança em si mesmo para novas investidas contra a fortaleza plutocrática.²³⁷

Em 1917, o movimento ascendente das lutas declina a partir de fins de outubro, “com a entrada do Brasil na guerra que pesa desfavoravelmente sobre o movimento operário”.²³⁸ Embora não tenha sido um movimento planejado, não se pode afirmar que a greve tenha sido puramente espontânea, na medida em que se constituiu em um

²³³ BATALHA, Cláudio. **O movimento operário na Primeira República**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000, p. 49.

²³⁴ FAUTO, Boris. **Trabalho urbano e conflito social (1890-1920)**. 3ª ed. São Paulo: Difel, 1983, p. 158.

²³⁵ BATALHA, Cláudio. **O movimento operário na Primeira República**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000, p. 49.

²³⁶ BATALHA, Cláudio. **O movimento operário na Primeira República**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000, p. 50.

²³⁷ DIAS, Everardo. **História das lutas sociais no Brasil**. São Paulo: Edaglit, 1962, p. 86-7.

²³⁸ FAUTO, Boris. **Trabalho urbano e conflito social (1890-1920)**. 3ª ed. São Paulo: Difel, 1983, p. 160.

processo de mobilização e de luta de várias categorias. Por outro lado, segundo Cláudio Batalha,

o aspecto mais importante é que carregou em si uma contradição insuperável: foi o ápice da influência sindicalista revolucionária e da participação anarquista no movimento sindical, mas teve que recorrer a intermediários e aceitar o governo como interlocutor, ao formular reivindicações que dependiam diretamente da ação deste último.²³⁹

De forma paralela às mobilizações que vinham ocorrendo em São Paulo e no Rio de Janeiro, foram desencadeadas greves em outros estados, como Paraíba, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, a partir de julho de 1917.

Embora em 1918 tenha ocorrido certo arrefecimento dos movimentos grevistas, prosseguiram as greves localizadas e o esforço de ampliação e consolidação das organizações operárias iniciadas no ano anterior. Por outro lado, as notícias sobre a Revolução Russa e o debate em torno dela começaram a aparecer na imprensa operária, ainda que houvesse pouca clareza sobre aquele processo revolucionário. Embalados pelas lutas locais e pelas notícias acerca da Revolução Russa, em novembro de 1918, um grupo bastante heterogêneo, formado por anarquistas, dirigentes sindicais e políticos oposicionistas, se envolveu em uma tentativa insurrecional. Como parte desse movimento “greves operárias se combinariam a tomadas de quartéis e prédios públicos, rumo à derrubada do poder central”.²⁴⁰ Everardo Dias lembra que “a preparação da greve geral insurgente tomou assim corpo e expansão entre os principais líderes sindicalistas, anarquistas, socialistas e grupos democratas descontentes com a situação do país”.²⁴¹ Como parte da mobilização foi elaborado e discutido, segundo Everardo Dias,

²³⁹ BATALHA, Cláudio. **O movimento operário na Primeira República**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000, p. 51-2.

²⁴⁰ MATTOS, Marcelo Badaró. **Trabalhadores e sindicatos no Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009, p 57.

²⁴¹ DIAS, Everardo. **História das lutas sociais no Brasil**. São Paulo: Edaglit, 1962, p. 87.

um programa de caráter socialista e que seria o manifesto com que se apresentaria ao povo, visando a eliminação de toda especulação, castigo exemplar aos exploradores da miséria do povo, além da nova estrutura política que a situação do momento exigia.²⁴²

Contudo, a tentativa insurrecional não obteve o êxito esperado, afinal a greve ficou restrita aos metalúrgicos, a parte da indústria têxtil e com adesão limitada dos trabalhadores da construção civil. Por outro lado, a ação junto às forças armadas se mostrou um grande fracasso, afinal “o contato militar dos conspiradores era um agente infiltrado que manteve a polícia informada de cada passo dos envolvidos”.²⁴³ Nessa tentativa de insurreição, segundo escreveu posteriormente Everardo Dias,

circunstâncias que estão ainda para ser explicadas convenientemente – pois são dadas várias origens – redundaram no fracasso dessa tentativa de tomada do poder, por meio da pressão de uma massa popular considerável, com caráter violento. O fato é que houve uma concentração proletária das mais numerosas no Campo de São Cristóvão, na praça da República e nos demais pontos designados, uma verdadeira multidão de homens decididos, mas que não chegou a ter qualquer efetividade, de forma a determinar, mesmo de leve que fosse, o que e poderia chamar uma sedição.²⁴⁴

Os líderes do movimento sofreram prisões e processos, entre os quais “alguns dos militantes anarquistas que tinham maior destaque por sua atuação na imprensa operária e nos debates promovidos pelos

²⁴² DIAS, Everardo. **História das lutas sociais no Brasil**. São Paulo: Edaglit, 1962, p. 89.

²⁴³ BATALHA, Cláudio. **O movimento operário na Primeira República**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000, p. 53.

²⁴⁴ DIAS, Everardo. **História das lutas sociais no Brasil**. São Paulo: Edaglit, 1962, p. 89.

sindicatos”.²⁴⁵ O Estado ampliou a repressão contra os sindicatos e as ações do movimento operário e a perseguição às suas lideranças. Segundo Everardo Dias, referindo-se à tentativa insurrecional,

O fracasso não entibiara o ânimo de ninguém. Passados os primeiros meses de repressão policial, voltando a seu funcionamento, embora precário, os Sindicatos, o pensamento dos elementos mais emancipados culturalmente e revolucionariamente voltou a persistir na preparação mais cuidadosa e numa amplitude nacional mais direta e efetiva de um movimento com caráter bem determinado de Sovietismo.²⁴⁶

Em 1919, houve uma retomada dos movimentos grevistas, embora tendo de enfrentar um patronato mais organizado, por meio da criação de novas entidades, e articulado com a repressão. Ocorreram em 1919, somente no estado São Paulo, sessenta e quatro greves na capital e quatorze no interior. O ano também marca o momento em que “a repressão ao movimento operário e aos anarquistas se torna sistemática, vindo acompanhada de uma ofensiva ideológica”.²⁴⁷ Nesse ano há uma nova tentativa insurrecional, que, segundo Everardo Dias, “devia irromper simultaneamente no Rio de Janeiro, São Paulo, Minas, Paraná, Pernambuco, Rio Grande do Sul”.²⁴⁸ O referido movimento estava articulado “de forma a prever qualquer deficiência a tempo e hora, e dar-lhe solução imediata”, mas “a precipitação de uma corporação dos transportes” acabou provocando “brutal repressão, pronta e antecipada, da polícia”.²⁴⁹ Com o ocorrido, os “jornais reacionários governistas” passaram fazer comentários “alarmantes e venenosos” contra “a agitação grevista, intrigando e indispondo a opinião pública contra os trabalhadores”.²⁵⁰ Esses “fatos inesperados e surgidos de forma tão

²⁴⁵ MATTOS, Marcelo Badaró. **Trabalhadores e sindicatos no Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009, p. 57.

²⁴⁶ DIAS, Everardo. **História das lutas sociais no Brasil**. São Paulo: Edaglit, 1962, p. 90.

²⁴⁷ FAUTO, Boris. **Trabalho urbano e conflito social (1890-1920)**. 3ª ed. São Paulo: Difel, 1983, p. 163.

²⁴⁸ DIAS, Everardo. **História das lutas sociais no Brasil**. São Paulo: Edaglit, 1962, p. 91.

²⁴⁹ DIAS, Everardo. **História das lutas sociais no Brasil**. São Paulo: Edaglit, 1962, p. 91.

²⁵⁰ DIAS, Everardo. **História das lutas sociais no Brasil**. São Paulo: Edaglit, 1962, p. 91.

desconcertante causaram o adiamento do movimento, que não mais conseguiu coesão e firmeza, devido à prisão de dezenas e dezenas de líderes, deportação de grande número e ocultamento de outros”.²⁵¹

Outras greves de caráter reivindicatório se sucederam à tentativa insurrecional, sem, contudo, apontar como objetivo a derrubada do regime político. Segundo Everardo Dias, com o agravamento da repressão,

todas as conquistas conseguidas através de lutas ásperas e sacrifícios dolorosíssimos foram sistematicamente eliminadas pelos industriais através de rígidos regulamentos em seus estabelecimentos: um verdadeiro regime de terror, de humilhação, de espionagem, de delação. Sindicatos fechados, jornais de ideias extintos.²⁵²

Posteriormente, o fortalecimento do patronato tornou-se ainda mais visível, na medida em que os proprietários de fábricas passaram a desenvolver uma melhor articulação com os aparelhos repressivos do Estado e a formar novas alianças com o episcopado católico. Nesse marco é que ocorre a deportação de vinte e três pessoas, entre as quais Everardo Dias, no final de 1919.

2.2 Os operários e suas ideologias

Em 1919, em meio à generalização das mais variadas expressões para designar as organizações operárias, *Spártacus* publicou um texto que buscava explicá-los, ainda que a partir da perspectiva dos militantes daquele jornal. Para Manoel Ribeiro, autor do texto, o anarquismo teria “uma função doutrinária, educadora e filosófica, atuando nos espíritos e nas consciências, quase com foros de religião. É um evangelho, um sacerdócio, e não tem nada com a organização sindical nem com os interesses econômicos da classe”.²⁵³ Por outro o

²⁵¹ DIAS, Everardo. **História das lutas sociais no Brasil**. São Paulo: Edaglit, 1962, p. 91.

²⁵² DIAS, Everardo. **História das lutas sociais no Brasil**. São Paulo: Edaglit, 1962, p. 96.

²⁵³ Manoel Ribeiro. Bolchevismo, anarquismo, sindicalismo. *Spártacus*, Rio de Janeiro, Ano I, Nº 18, 29 de novembro de 1919, p. 1.

sindicalismo revolucionário seria “a organização prática, é o regime econômico e administrativo das coisas da sociedade comunista”.²⁵⁴ O anarquismo teria como fim educar, “formar mentalidades sãs, caracteres nobres e elevados que hão de amanhã constituir a sociedade nova”, enquanto “o fim do sindicalismo é organizar o trabalho, os sindicatos, as profissões fora da ação patronal, é garantir a produção para que nada falte na sociedade comunista-anarquista”.²⁵⁵ Procurando resumir sua perspectiva, afirma que “O sindicalismo é o trabalho, o labor, a riqueza material: é o pão. O anarquismo é a evangelização do bem, do amor e da virtude: é a paz”.²⁵⁶

Um conjunto de ideias bastante plural permeou o movimento operário durante a Primeira República, como o anarquismo, o socialismo e o positivismo. Embora, no geral, o movimento operário da Primeira República seja associado ao anarquismo, a experiência dos trabalhadores “envolveu diferentes ideias e comportamentos políticos”.²⁵⁷ Em grande medida o equívoco esteve em “associar todo o movimento operário da Primeira República ao anarquismo”, incorporando “o sindicalismo revolucionário ao anarquismo, com o nome de anarco-sindicalismo”.²⁵⁸

Outro elemento importante refere-se à disputa de diferentes projetos políticos, mais precisamente, um revolucionário, que apostava na ação direta como forma de luta, e outro reformista, que priorizava a disputa de espaços institucionais.²⁵⁹ Contudo, ainda que haja grande

²⁵⁴ Manoel Ribeiro. Bolchevismo, anarquismo, sindicalismo. *Spártacus*, Rio de Janeiro, Ano I, Nº 18, 29 de novembro de 1919, p. 1.

²⁵⁵ Manoel Ribeiro. Bolchevismo, anarquismo, sindicalismo. *Spártacus*, Rio de Janeiro, Ano I, Nº 18, 29 de novembro de 1919, p. 1.

²⁵⁶ Manoel Ribeiro. Bolchevismo, anarquismo, sindicalismo. *Spártacus*, Rio de Janeiro, Ano I, Nº 18, 29 de novembro de 1919, p. 1.

²⁵⁷ TOLEDO, Edilene. **Anarquismo e sindicalismo revolucionário**: trabalhadores e militantes em São Paulo na Primeira República. São Paulo: Perseu Abramo, 2004, p. 12.

²⁵⁸ TOLEDO, Edilene. **Anarquismo e sindicalismo revolucionário**: trabalhadores e militantes em São Paulo na Primeira República. São Paulo: Perseu Abramo, 2004, p. 48-49.

²⁵⁹ Essa proposta metodológica para dividir as correntes do movimento operário tem um caráter meramente didático, na medida em que os processos de organização ocorridos ao longo do período estudado se deram de forma mais complexa. Primeiro, se entendido de forma ampla e abrangente, essa corrente abrange também o anarquismo, bem como outra variedade de ideologias. Por outro lado, ainda que no Brasil tenha havido uma associação com o anarquismo, em sua matriz europeia o sindicalismo revolucionário recebeu grande influência de outras correntes, como o marxismo. Por fim, no que se refere à organização sindical, dependendo do momento ou mesmo da localidade, houve alianças dos socialistas não apenas

distância entre os “grupos que militavam junto à classe trabalhadora, havia bases de convergência no que se referia a demandas específicas, como as que envolviam a melhoria das condições de trabalho existentes”.²⁶⁰ Essa unidade pontual permitiu a execução de ações conjuntas em algumas situações, como a solidariedade ao movimento operário diante da repressão estatal e a defesa dos militantes expulsos do país.

2.2.1 O socialismo

Entre essas ideologias, o socialismo se materializou em uma sucessão de partidos de duração efêmera, quase sempre de expressão local, com pouca inserção no movimento operário. Esses partidos expressavam uma ideologia eclética, marcada pelo forte viés cientificista e positivista que caracterizava o socialismo da Segunda Internacional, “cuja proximidade com a matriz original marxista era, por vezes, mais simbólica que real – ainda que não deixasse de se remeter a Marx”.²⁶¹ Em seu livro de memórias, Octávio Brandão afirmou: “Antes de 1922, nunca houve, em nosso país, verdadeiros partidários de Marx. Não se pode dar o título de marxista a uma pessoa que lê Marx nas horas vagas e divaga a respeito entre as quatro paredes de um gabinete”.²⁶²

Como exemplo da fragilidade teórica dos socialistas brasileiros é possível destacar o manifesto do Segundo Congresso Socialista, realizado em 1902, onde “o reformismo de origem europeia se funde com os estereótipos da grandeza geográfica da pátria e do caráter brasileiro”.²⁶³ Embora no começo seja citado o *Manifesto Comunista*, o documento elaborado pelos socialistas brasileiros não se baseava na compreensão marxista de luta de classes, defendendo “a ideia de que o processo pacífico e ininterrupto levará a classe operária a passar da

como os anarquistas, em ações características do sindicalismo revolucionário, como houve aproximações de socialistas com setores positivistas, redundando em ações inseridas nas disputas institucionais.

²⁶⁰ GOMES, Ângela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. 3ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005, p. 115.

²⁶¹ BATALHA, Cláudio. **O movimento operário na Primeira República**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000, p. 22.

²⁶² BRANDÃO, Octávio. **Combates e batalhas**. São Paulo: Alfa-Omega, 1978, p. 216.

²⁶³ FAUTO, Boris. **Trabalho urbano e conflito social (1890-1920)**. 3ª ed. São Paulo: Difel, 1983, p. 100.

sociedade burguesa ao estágio superior, que é o socialismo”.²⁶⁴ Entre outras coisas, o documento propunha “exercer pressão constante do trabalho sobre o capital, para que se consiga a limitação das horas de trabalho”.²⁶⁵ Defendia ainda “a participação dos operários na vida pública, para a fiscalização das rendas públicas”.²⁶⁶ Outra proposta era a de “lutar pela conquista dos poderes públicos, na Federação, no Estado, no Município”, com vistas a transformá-los “de instrumentos que são hoje, de exploração capitalista e de opressão da massa popular, em instrumento para anular o monopólio econômico e político da classe dominante”.²⁶⁷ Por fim, para realizar essas e outras propostas, “o partido, coerentemente com o seu programa, ao mesmo tempo reconhece entre os outros meios de luta a participação nas lutas eleitorais”.²⁶⁸

O marxismo era difundido de forma bastante limitada no Brasil. No período anterior à Revolução Russa, não há “nenhuma análise, satisfatória ou não, do materialismo dialético, e o mais curioso, nenhuma tradução de trechos ou artigos de Marx e Engels”.²⁶⁹ Chegavam ao Brasil, em língua estrangeira, algumas das obras desses autores, especialmente em francês, fazendo com que sua leitura estivesse restrita a pequenos grupos e dificultando às organizações operárias a elaboração teórica e política partindo do método de análise marxista. Embora alguns socialistas se dissessem marxistas, eram “partidários de um socialismo evolucionista e reformista”.²⁷⁰

Um dos exemplos disso é Antonio Piccarolo, autor de *O Socialismo no Brasil*, que, embora se pretenda um leitor do materialismo histórico, apresenta uma interpretação da história com forte viés positivista, baseado na ideia de que, “como uma lei interna a cada sistema societário, os modos de produção se reproduzem

²⁶⁴ CARONE, Edgard. *Leituras marxistas e outros ensaios*. São Paulo: Xamã, 2004, p. 59.

²⁶⁵ Partido Socialista Brasileiro (1902). In: CARONE, Edgard (org.). *Movimento operário no Brasil (1977-1944)*. São Paulo: Difel, 1979, p. 323.

²⁶⁶ Partido Socialista Brasileiro (1902). In: CARONE, Edgard (org.). *Movimento operário no Brasil (1977-1944)*. São Paulo: Difel, 1979, p. 323.

²⁶⁷ Partido Socialista Brasileiro (1902). In: CARONE, Edgard (org.). *Movimento operário no Brasil (1977-1944)*. São Paulo: Difel, 1979, p. 324.

²⁶⁸ Partido Socialista Brasileiro (1902). In: CARONE, Edgard (org.). *Movimento operário no Brasil (1977-1944)*. São Paulo: Difel, 1979, p. 327.

²⁶⁹ CARONE, Edgard. *Leituras marxistas e outros ensaios*. São Paulo: Xamã, 2004, p. 34-5.

²⁷⁰ JOFFILY, Mariana. *O socialismo na França e no Brasil durante a II Internacional Socialista (1889-1918)*. São Paulo: Alameda, 2012, p. 120.

rigorosamente em todos os povos”.²⁷¹ Consequência dessa ideia é a interpretação, presente no livro antes mencionado, de que “faltam as condições de utilidade prática para um programa de ação socialista, no sentido em que esta palavra é tomada pelos países mais adiantados, onde já existe uma burguesia e um proletariado”.²⁷² Para superar essa situação, seria preciso “dirigir os próprios esforços e dar o próprio apoio a tudo quanto serve para aproximar o advento de condições em que se torne possível uma ação socialista propriamente entendida”, ou seja, “apoiar tudo quanto significa progresso sobre as condições atuais”.²⁷³

Segundo Piccarolo, no campo e entre os trabalhadores agrícolas seria preciso “provocar e apoiar todas as iniciativas que tendem a aumentar a liberdade e a independência dos colonos, substituindo-os às condições que o aproximam do servo da gleba”.²⁷⁴ Em relação ao desenvolvimento industrial, “que carrega nas suas entranhas o proletariado socialista”, seria preciso “dar aos operários uma consciência clara e exata do que eles serão amanhã, mantendo-se rigorosamente no terreno positivo, a fim de evitar o desânimo e a desilusão, que para a classe trabalhadora representam sempre um regresso”.²⁷⁵ Como conclusão, Piccarolo aponta que

o socialismo no Brasil deverá fazer próprias, ou aderir a todas as iniciativas que tendem à defesa da justiça, da liberdade, do fraco contra o forte; propagar e reforçar entre os trabalhadores o senso de solidariedade, incipiente ou falho por completo; promover e auxiliar instrução popular

²⁷¹ FAUTO, Boris. **Trabalho urbano e conflito social (1890-1920)**. 3ª ed. São Paulo: Difel, 1983, p. 98.

²⁷² PICCAROLO, Antonio. Esboço de um programa prático de ação socialista. In: MORAES FILHO, Evaristo de Moraes (Org.). **O socialismo brasileiro**. Brasília: Câmara dos Deputados: UnB, 1981, p. 120.

²⁷³ PICCAROLO, Antonio. Esboço de um programa prático de ação socialista. In: MORAES FILHO, Evaristo de Moraes (Org.). **O socialismo brasileiro**. Brasília: Câmara dos Deputados: UnB, 1981, p. 120.

²⁷⁴ PICCAROLO, Antonio. Esboço de um programa prático de ação socialista. In: MORAES FILHO, Evaristo de Moraes (Org.). **O socialismo brasileiro**. Brasília: Câmara dos Deputados: UnB, 1981, p. 120.

²⁷⁵ PICCAROLO, Antonio. Esboço de um programa prático de ação socialista. In: MORAES FILHO, Evaristo de Moraes (Org.). **O socialismo brasileiro**. Brasília: Câmara dos Deputados: UnB, 1981, p. 120.

em todas as suas iniciativas, porque nela é que está a principal mola do progresso.²⁷⁶

Nessa análise proposta por Piccarolo despontam alguns elementos evolucionistas, a começar pela ideia de que o Brasil estaria em um estágio inferior em relação aos países europeus, sugerindo uma aproximação com uma forma de organização feudal. Utiliza com frequência a ideia de progresso, como meta a ser alcançada, associando inclusive a isso a ideia de um estágio “positivo”, onde se alcançaria conquistas básicas como justiça e liberdade. O próprio operariado incipiente teria que esperar alguma transformação na sociedade, que naquele momento não teria qualquer condição de “evoluir” para um regime “positivo”.²⁷⁷

Os partidos socialistas organizados durante a Primeira República defendiam um programa reformista, centrado em uma “transformação gradativa do sistema social existente, mudança que seria obtida basicamente através da ação política e do sufrágio, ou seja, a transformação social seria decorrente de reformas graduais e crescentes”.²⁷⁸ Esse programa expressa em grande medida a política desenvolvida pela maioria da Segunda Internacional, na Europa, no final do século XIX e início do XX, centrada em um programa de reformas de sociedade capitalista. Contudo, seriam pequenas as chances de se consolidar um projeto semelhante a esse no Brasil, considerando a própria natureza antidemocrática do Estado brasileiro e a fragmentada organização dos trabalhadores na Primeira República. O projeto gradualista dessa versão do socialismo pressupunha a existência de instituições estatais abertas, sindicatos livres, amplos partidos legalizados, ou seja, uma situação semelhante àquela vivida pelos partidos socialistas e socialdemocratas em países como Alemanha e França, portanto, diferente do que se vivenciava no Brasil.

²⁷⁶ PICCAROLO, Antonio. Esboço de um programa prático de ação socialista. In: MORAES FILHO, Evaristo de Moraes (Org.). **O socialismo brasileiro**. Brasília: Câmara dos Deputados: UnB, 1981, p. 121.

²⁷⁷ No livro *História das Lutas Sociais no Brasil*, Everardo Dias apresenta uma interpretação do desenvolvimento econômico e político baseado nas teses de Piccarolo, apontando poucas divergências em relação a essa divergência produzida no começo do século XX.

²⁷⁸ ADDOR, Carlos Augusto. **A insurreição anarquista no Rio de Janeiro**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Achiamé, 2002, p. 69.

Embora tenham sido realizados pelo menos cinco congressos, os socialistas brasileiros nunca alcançaram uma unidade duradoura, em âmbito nacional, restringindo-se “a algumas organizações de reduzida presença nos meios populares, sem projeto integrado”.²⁷⁹ Nos primeiros anos da República foram criadas, entre muitas outras, organizações como o Partido Operário de São Paulo (1890), o Centro Operário da Bahia (1894), o Centro Socialista de São Paulo (1896), o Partido Socialista do Rio de Janeiro (1897). Um dos fatores apontados pelo historiador Cláudio Batalha que dificultavam unidade entre os socialistas seria a ação de algumas das organizações socialistas de imigrantes, que agiam como filiais dos partidos socialistas dos seus países de origem, “sem demonstrar grande interesse pelo movimento operário mais geral ou pela unificação dos esforços com os socialistas brasileiros”.²⁸⁰ Outro aspecto que limitava a ação dos socialistas passava pela sua perspectiva de ampliação da participação eleitoral dos operários, com objetivo de encaminhar reformas legais, em um cenário em que “as restrições ao voto impediam a participação operária e era natural que a política partidária fosse vista como impermeável aos interesses populares”.²⁸¹

2.2.2 Os anarquistas

O anarquismo foi outra corrente de grande peso entre os operários. Essa ideologia começou a se difundir no Brasil principalmente por meio de grupos de propaganda e periódicos. Embora tenha se tornado uma das principais correntes do movimento operário na Primeira República, nos seus primeiros anos, por volta de 1890, “os militantes eram ainda pouco numerosos, sua influência reduzida, seus

²⁷⁹ JOFFILY, Mariana. **O socialismo na França e no Brasil durante a II Internacional Socialista (1889-1918)**. São Paulo: Alameda, 2012, p. 128.

²⁸⁰ BATALHA, Cláudio. **O movimento operário na Primeira República**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000, p. 23.

²⁸¹ MATTOS, Marcelo Badaró. **Trabalhadores e sindicatos no Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009, p. 46. Com as barreiras de proibição do voto do analfabeto, além das restrições a mulheres e menores de vinte e um anos, pouquíssimos eram os eleitores. Na cidade do Rio de Janeiro, por exemplo, o número de potenciais eleitores nunca chegou aos 20% da população.

jornais tratavam mais frequentemente de questões europeias do que temas brasileiros”.²⁸²

Os anarquistas estavam agrupados em diferentes correntes, bastante heterogêneas. Um dos fatores relevantes na distinção entre elas estava no papel do sindicato no contexto da política de ação direta. Por um lado, alguns setores anarquistas “julgavam que os sindicatos, por sua própria natureza, eram reformistas e, portanto, poderiam fazer que a luta por melhorias e reformas acabasse predominado e estancando o processo revolucionário”.²⁸³ Por outro lado, havia também setores entre os anarquistas que “viam no sindicato seu terreno de ação por excelência, pois ele expressaria claramente os antagonismos de classe, sendo o lugar propício não só para a luta pelas melhorias das condições de trabalho, como também da revolução proletária que poria fim ao capitalismo”.²⁸⁴

Os pontos comuns das diferentes correntes passavam pela defesa do fim do Estado, pela recusa da luta político-parlamentar, pelo anticlericalismo e pela rejeição de qualquer forma de opressão sobre o indivíduo. Em texto publicado no jornal *O Amigo do Povo*, em janeiro de 1904, Elyσιο de Carvalho afirmava: “Queremos a liberdade, pensamos que a sua existência é incompatível com a existência dum poder qualquer, quaisquer que sejam a sua origem ou a sua fama, seja eleito ou imposto, monárquico ou republicano”.²⁸⁵ No decorrer do artigo afirma que “os anarquistas propõem, pois, que ensinar ao povo a passar sem governo, do mesmo modo que ele começa a prender a passar em

²⁸² JOFFILY, Mariana. **O socialismo na França e no Brasil durante a II Internacional Socialista (1889-1918)**. São Paulo: Alameda, 2012, p. 111.

²⁸³ KAREPOVS, Dainis. **A classe operária vai ao parlamento: o bloco operário e camponês no Brasil**. Alameda: São Paulo, 2006, p. 25.

²⁸⁴ KAREPOVS, Dainis. **A classe operária vai ao parlamento: o bloco operário e camponês no Brasil**. Alameda: São Paulo, 2006, p. 25.

²⁸⁵ Elyσιο de Carvalho. O que pretende o anarquismo. In: CARONE, Edgard (org.). **Movimento operário no Brasil (1977-1944)**. São Paulo: Difel, 1979, p. 344. O jornal *O Amigo do Povo* foi, segundo Edilene Toledo, “o primeiro jornal anarquista de São Paulo, em língua portuguesa a ter uma publicação regular. Durante seus três primeiros anos de existência (1902, 1903 e 1904) o grupo conseguiu criar 63 números do jornal. A frequência variou entre uma semana e quinze dias e o número de páginas entre três e quatro”. O jornal era editado por Neno Vasco, advogado português, que chegara a São Paulo por volta de 1900, e o também advogado Benjamin Mota, “que após dirigir *A Lanterna* em 1901, passara de livre-pensador a anarquista” (TOLEDO, Edilene. **O Amigo do Povo: grupos de afinidade e a propaganda anarquista em São Paulo nos primeiros anos deste século**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual de Campinas, São Paulo-Campinas, 1993, p. 50-1).

Deus”.²⁸⁶ Criticavam as tentativas de organização de partidos políticos entre os trabalhadores, insistindo “que esta não era a melhor forma de unir e defender o operariado”.²⁸⁷ Acerca desse assunto, Elyσιο de Carvalho, em outro artigo, publicado também no jornal *O Amigo do Povo*, no mês de março de 1904, afirmou que

a ação direta, consciente e ativa, manifestada em todos os terrenos, traz ainda consigo a bancarrota do reformismo e a desmoralização do parlamentarismo, elimina a essa corja de charlatães que vivem da miséria do operário ignorante, é a morte de todos os partidos políticos que têm por campo de luta o *parlamento*, e como arma de combate o *sufrágio universal*, as duas grosseiras ilusões que ainda alimentam o cérebro domesticado dos ineptos.²⁸⁸

Os anarquistas combatem frontalmente qualquer projeto institucional que não aponte para a necessária organização autônoma dos trabalhadores. Elyσιο de Carvalho propõe que, como alternativa,

o operariado, entre nós, precisa ser educado para a luta direita, abandonar a resistência passiva, vã e criminosa, sindicalizar todas as suas forças dispersas para um fim comum, entrar, enfim resoluto e firme, na prática desta nova forma de ação revolucionária, o mais poderoso instrumento de destruição deste regime odioso de despotismo e de exploração que nos aniquila.²⁸⁹

²⁸⁶ Elyσιο de Carvalho. O que pretende o anarquismo. In: CARONE, Edgard (org.). **Movimento operário no Brasil (1977-1944)**. São Paulo: Difel, 1979, p. 344.

²⁸⁷ GOMES, Ângela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. 3ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005, p. 118.

²⁸⁸ Elyσιο de Carvalho. O anarquismo visto pela violência (a ação direita). In: CARONE, Edgard (org.). **Movimento operário no Brasil (1977-1944)**. São Paulo: Difel, 1979, p. 352.

²⁸⁹ Elyσιο de Carvalho. O anarquismo visto pela violência (a ação direita). In: CARONE, Edgard (org.). **Movimento operário no Brasil (1977-1944)**. São Paulo: Difel, 1979, p. 352-3.

Especificamente acerca da construção de partidos como representantes políticos dos operários, afirmava-se em um texto publicado em *A Terra Livre*, comentando uma das numerosas tentativas de constituir um partido operário, em São Paulo, em 7 de fevereiro de 1906:

Não sabemos ainda qual seja ou seu programa por completo ou mesmo se o terá... Mas sabemos que adotará a tática eleitoral e desconfiamos bem que seja simplesmente um grupo todo consagrado às intrigas eleitoreiras, trazendo a discórdia para o movimento operário, estorvando a constituição natural e gradual do verdadeiro partido do trabalho.²⁹⁰

Para os anarquistas, a política parlamentar cumpriria o papel de dividir os operários, trazendo à tona intrigas e interesses estranhos aos trabalhadores. Segundo o mesmo texto, publicado em 1906,

um partido político não é exclusivamente operário. Embora se proclame fundado sobre a luta de classe, admite em seu seio aspirações, tendências e hábitos mais ou menos estranhos à vida operária, e que podem ser legítimos e legitimamente integra-se nas reivindicações dos partido, mas que podem igualmente adquirir uma perigosa preponderância. E neste sentido, o parlamentarismo é muito capaz – os fatos ensinam – de canalizar férteis movimentos pelas vias escuras e tortuosas das ambições pessoais.²⁹¹

Os anarquistas organizavam suas ações tendo por base “grupos de propaganda bastante informais, publicando periódicos, atuando na

²⁹⁰ Partido Operário? In: CARONE, Edgard (org.). **Movimento operário no Brasil (1977-1944)**. São Paulo: Difel, 1979, p. 375.

²⁹¹ Partido Operário? In: CARONE, Edgard (org.). **Movimento operário no Brasil (1977-1944)**. São Paulo: Difel, 1979, p. 376.

educação dos trabalhadores e participando de associações diversas no meio operário, inclusive nos sindicatos”.²⁹² Segundo Edilene Toledo, “a maior parte dos grupos buscava, sobretudo através da imprensa, dar aos trabalhadores a convicção de que a sua desgraça constituía uma injustiça e que tinha uma solução revolucionária”.²⁹³ Contudo, no que se refere à organização sindical, contudo, essa forma de organização “foi condenado por muitos anarquistas, não pela inutilidade, mas pelo reformismo, que faria perdurar a sociedade capitalista”.²⁹⁴

2.2.3 Outras correntes

Entre as demais correntes que se organizaram no movimento operário, se destacaram os católicos e os positivistas. Como as demais, os positivistas tinham sua ação voltada a defender reivindicações relacionadas com a melhoria das condições de vida e trabalho dos operários, apontando para a necessidade de “incorporá-los à sociedade moderna”.²⁹⁵ Um exemplo desse referencial teórico foi dado pelo Partido Operário, fundado no Rio de Janeiro, em 1890, que em seu manifesto afirmava que o partido, “evitando tudo quanto possa originar anarquia o sedição, tem por fim somente o melhoramento e bem-estar das classes menos favorecidas da fortuna”.²⁹⁶ Os positivistas defendiam suas posições por meio “de apelos às autoridades, apresentação de candidatos operários para os cargos eletivos e busca de formas de entendimento sem recurso à greve e outras formas mais radicais de

²⁹² BATALHA, Cláudio. **O movimento operário na Primeira República**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000, p. 23-4.

²⁹³ TOLEDO, Edilene. **O Amigo do Povo: grupos de afinidade e a propaganda anarquista em São Paulo nos primeiros anos deste século**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual de Campinas, São Paulo-Campinas, 1993, p. 54.

²⁹⁴ TOLEDO, Edilene. **Anarquismo e sindicalismo revolucionário: trabalhadores e militantes em São Paulo na Primeira República**. São Paulo: Perseu Abramo, 2004, p. 47.

²⁹⁵ FAUTO, Boris. **Trabalho urbano e conflito social (1890-1920)**. 3ª ed. São Paulo: Difel, 1983, p. 48. Segundo Boris Fausto, “a incorporação exprimia: 1º o direito a um salário suficiente para que a mulher do trabalhador pudesse exercer seu papel de preparo espiritual da família, definida como fonte de toda a cultura moral; 2º o direito de receber instrução englobando todos os resultados essenciais da evolução científica, filosófica e estética da humanidade; 3º a necessidade de atribuir ao proletariado no seu conjunto um papel social e torná-lo digno de exercê-lo” (FAUTO, Boris. **Trabalho urbano e conflito social (1890-1920)**. 3ª ed. São Paulo: Difel, 1983, p. 48-9).

²⁹⁶ Partido Operário ou Partido Socialista Brasileiro (1890). In: CARONE, Edgard (org.). **Movimento operário no Brasil (1977-1944)**. São Paulo: Difel, 1979, p. 301.

luta”.²⁹⁷ No programa de 1890, antes mencionado, propunha-se “estabelecer um Tribunal composto de membros da Classe Operária e de industriais para julgar todas as questões suscitadas, evitando assim greves ou outros distúrbios”.²⁹⁸ Na base de sua teoria encontrava-se a defesa de uma prática sindical reformista, que visava garantir certa “cidadania social para os trabalhadores”.²⁹⁹

Um dos segmentos que compunham o setor positivista eram os maçons, que naquele contexto mantinham certo contato com o movimento operário, contando com a atuação de figuras como Everardo Dias, em São Paulo, e Cristiano Cordeiro, em Pernambuco. Segundo texto difundido em 1902, publicado por Belisário Pernambuco, a Maçonaria não deveria “conservar-se indiferente aos martírios do operariado, subjogado pela prepotência dos capitalistas de mãos dadas com os governos”.³⁰⁰ No que se refere à perspectiva se sociedade, “o socialismo que pregavam era aquele que poderia ser obtido pelas vias democráticas, dentro da mais perfeita ordem republicana”, buscando a “conciliação entre as classes por meio de melhorias sociais”.³⁰¹ Nesse sentido, segundo Belisário Pernambuco, “o verdadeiro socialismo, banindo as violências sempre criminosas e as declarações da demagogia, considera a união das classes o penhor da união futura de todos os povos”.³⁰²

Os católicos, por outro lado, atuavam por meio de organizações ligadas à Igreja, buscando combater a influência anarquista e socialista sobre operariado. Essa corrente atuava tendo como base a doutrina social da Igreja católica, expressa na encíclica *Rerum novarum*, lançada pelo Papa Leão XIII, em 1891. Contrária às greves, essa corrente defendia a busca pelo entendimento entre trabalhadores e patrões, afirmando que “as duas classes estão destinadas pela natureza a unirem-

²⁹⁷ BATALHA, Cláudio. **O movimento operário na Primeira República**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000, p. 26.

²⁹⁸ Partido Operário ou Partido Socialista Brasileiro (1890). In: CARONE, Edgard (org.). **Movimento operário no Brasil (1977-1944)**. São Paulo: Difel, 1979, p. 302.

²⁹⁹ BATALHA, Cláudio. **O movimento operário na Primeira República**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000, p. 26.

³⁰⁰ Belisário Pernambuco. **A Maçonaria e o proletariado**. Rio de Janeiro: Papelaria Ribeiro, 1902, p. 7.

³⁰¹ MOREL, Marco; SOUZA, Françoise Jean de Oliveira. **O poder da maçonaria: a história de uma sociedade secreta no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008, p. 190.

³⁰² Belisário Pernambuco. **A Maçonaria e o proletariado**. Rio de Janeiro: Papelaria Ribeiro, 1902, p. 21.

se harmoniosamente e a conservarem-se mutuamente em perfeito equilíbrio”.³⁰³ O documento fazia uma tímida denúncia dos males da industrialização, afirmando que a “sede de inovação”, que levou aos “progressos incessantes da indústria”, levou também à “afluência da riqueza nas mãos de um pequeno número, ao lado da indigência da multidão”, resultando em um “temível conflito”.³⁰⁴ Segundo Leão XIII, os trabalhadores, “isolados e sem defesa”, estão “entregues à mercê de senhores desumanos e à cobiça de uma concorrência desenfreada”.³⁰⁵

Os socialistas eram combatidos no documento, na medida em que, para curar os males do capitalismo, “instigam nos pobres o ódio invejoso contra os que possuem e pretendem que toda propriedade de bens particulares deve ser suprimida, que os bens de um indivíduo qualquer devem ser comuns a todos”.³⁰⁶ O socialismo seria injusto “por violar os direitos legítimos dos proprietários, viciar as funções do Estado e tender para a subversão completa do edifício social”.³⁰⁷ No documento afirma-se que a propriedade privada estaria amparada em leis divinas, afinal a terra não teria sido concedida por Deus “aos homens para que a dominassem confusamente todos juntos”.³⁰⁸

Na Primeira República, as organizações católicas operárias “estavam presentes nos principais centros urbanos a partir de fins do século XIX, dispondo com frequência de jornais próprios para difundir suas posições de defesa do catolicismo”.³⁰⁹ Em 1906, no Recife, nas páginas do jornal católico *União Operária*, propunha-se aos trabalhadores a luta por direitos por meio da “união geral”, buscando fazer “desaparecer nas oficinas o enredo e a intriga, entre companheiros e corporações” e defendendo-se “não com a força bruta nem com a violência, mas com o acordo firmado entre operários civilizados”.³¹⁰ Portanto, o setor católico presente no movimento operário apresentava uma perspectiva reformista, semelhante ao positivismo no sentido de ser contra o conflito entre operários e burgueses, apresentando-os como parceiros no processo de desenvolvimento da sociedade.

³⁰³ LEÃO XIII. *Rerum novarum*. 2ª ed. São Paulo: Loyola, 2002, p. 16.

³⁰⁴ LEÃO XIII. *Rerum novarum*. 2ª ed. São Paulo: Loyola, 2002, p. 5.

³⁰⁵ LEÃO XIII. *Rerum novarum*. 2ª ed. São Paulo: Loyola, 2002, p. 6.

³⁰⁶ LEÃO XIII. *Rerum novarum*. 2ª ed. São Paulo: Loyola, 2002, p. 7.

³⁰⁷ LEÃO XIII. *Rerum novarum*. 2ª ed. São Paulo: Loyola, 2002, p. 7.

³⁰⁸ LEÃO XIII. *Rerum novarum*. 2ª ed. São Paulo: Loyola, 2002, p. 9.

³⁰⁹ BATALHA, Cláudio. *O movimento operário na Primeira República*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000, p. 27-8.

³¹⁰ Luiz P. Costa. A luta pelo trabalho. In: CARONE, Edgard (org.). *Movimento operário no Brasil (1977-1944)*. São Paulo: Difel, 1979, p. 249.

2.2.4 O sindicalismo revolucionário

Por outro lado, além das correntes ideológicas, havia duas diferentes concepções de prática sindical, o sindicalismo de ação direta e o sindicalismo reformista. O sindicalismo de ação direta, também conhecido como sindicalismo revolucionário, se transformou em alguns países “em uma corrente política autônoma em relação ao anarquismo e ao socialismo”, constituindo-se “num projeto internacional, a partir da década de 1890, por meio da circulação das formas de luta, das práticas e dos modelos de organização”.³¹¹ No Brasil surgiu “como prática sindical, envolvendo militantes de diferentes tendências políticas”.³¹² O sindicalismo revolucionário, tendo como modelo a política adotada pela Confederação Geral do Trabalho (CGT) da França,

assenta essencialmente na ideia “fora do sindicalismo não há luta de classes”. O operariado tem de entrar em rotura absoluta com a burguesia não aceitando colaborar politicamente com esta num Partido Socialista, nem perfilhar ideias comuns com os intelectuais libertários.³¹³

Portanto, essas ideias sindicalistas revolucionárias apontam no sentido da crítica da luta por dentro de instituições estatais, priorizando os sindicatos como núcleo de organização dos trabalhadores. Mesmo o anarquismo é criticado pela matriz sindicalista revolucionária, afinal, ao esforçar-se “por realizar a reforma individual através da educação, absorve a ideologia burguesa”.³¹⁴ O sindicalismo revolucionário, nesse sentido,

³¹¹ TOLEDO, Edilene. **Anarquismo e sindicalismo revolucionário**: trabalhadores e militantes em São Paulo na Primeira República. São Paulo: Perseu Abramo, 2004, p. 12-13.

³¹² TOLEDO, Edilene. **Anarquismo e sindicalismo revolucionário**: trabalhadores e militantes em São Paulo na Primeira República. São Paulo: Perseu Abramo, 2004, p. 13.

³¹³ PEREIRA, Joana Dias. **Sindicalismo revolucionário**: a história de uma *Idéia*. Casal de Cambra: Calidoscópico, 2011, p. 17.

³¹⁴ PEREIRA, Joana Dias. **Sindicalismo revolucionário**: a história de uma *Idéia*. Casal de Cambra: Calidoscópico, 2011, p. 18.

é um movimento em defesa do sindicato como o único órgão capaz e suficiente para garantir as conquistas presentes e futuras dos trabalhadores; defende a luta de classe, a ação direta dos trabalhadores, a autonomia operária associada à autonomia sindical e a neutralidade política do sindicato, ou seja, a não associação deste último a qualquer corrente política.³¹⁵

Essas concepções do sindicalismo revolucionário, com maior ou menos ênfase predominaram nas resoluções dos congressos operários brasileiros, entre 1906 e 1920. Sem se constituir propriamente uma teoria coesa, o sindicalismo revolucionário foi uma prática sindical adotada, entre outros, pelas federações operárias do Rio de Janeiro e de São Paulo e pela Confederação Operária Brasileira (COB). O sindicalismo revolucionário foi a tendência mais influente no movimento operário da Primeira República, “tanto por suas diversas iniciativas no campo das lutas sociais como pelas organizações que criou, pelos vários jornais que publicou e pelo esforço muito mais consistente e sistemático de propaganda de suas concepções”.³¹⁶

Na historiografia produzida acerca do movimento operário no Brasil tornou-se bastante comum confundir o sindicalismo revolucionário e o anarquismo. Contudo, havia significativas diferenças entre ambos:

Enquanto para o anarquismo o sindicato era algo a ser combatido ou instrumentalizado como espaço de propaganda que desapareceria na sociedade futura, assim como todas as outras instituições do mundo burguês, para os sindicalistas revolucionários o sindicato seria a base da sociedade futura, por meio da qual os trabalhadores organizariam a produção e a

³¹⁵ TOLEDO, Edilene. **Anarquismo e sindicalismo revolucionário**: trabalhadores e militantes em São Paulo na Primeira República. São Paulo: Perseu Abramo, 2004, p. 13.

³¹⁶ BATALHA, Cláudio. **O movimento operário na Primeira República**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000, p. 31.

distribuição das riquezas, substituindo a autoridade e as funções do Estado.³¹⁷

No Brasil, para a maioria das lideranças anarquistas, que defendia a participação nos sindicatos, não havia incompatibilidade entre seu próprio programa de longo prazo e a adoção do sindicalismo revolucionário na luta sindical cotidiana. O sindicalismo revolucionário, portanto, se tornou “a forma de ação adotada pelos anarquistas no meio sindical, sem que isso significasse que a atuação desses anarquistas estivesse restrita ao sindicato”.³¹⁸

2.2.5 O sindicalismo reformista

O sindicalismo reformista recebeu diferentes denominações, por seus contemporâneos e pela historiografia. Os partidários do sindicalismo revolucionário utilizavam o termo *sindicalismo amarelo*, “para designar pejorativamente seus adversários recorrendo a uma designação que indicava no caso francês um sindicalismo estimulado e financiado pelos patrões”.³¹⁹ Um termo utilizado pela historiografia, principalmente por Boris Fausto, foi o de *trabalhismo carioca*, fazendo menção a certo sindicalismo que tinha como objetivo conquistar alguns direitos para os operários, sem colocar em questão a luta contra o capitalismo. Esse sindicalismo mostra, no interior do movimento operário, a presença de um núcleo disposto à colaboração de classes e a aceitar a dependência com relação ao Estado. Nesse sentido, Fausto explica que optou pela designação “trabalhista” com vista a “indicar a existência do embrião de uma corrente que vários anos mais tarde, em outras condições, teria forte influência no movimento operário brasileiro”.³²⁰ No entanto, ainda que seja possível identificar elementos

³¹⁷ TOLEDO, Edilene. **Anarquismo e sindicalismo revolucionário**: trabalhadores e militantes em São Paulo na Primeira República. São Paulo: Perseu Abramo, 2004, p. 14.

³¹⁸ BATALHA, Cláudio. **O movimento operário na Primeira República**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000, p. 30.

³¹⁹ BATALHA, Cláudio. **O movimento operário na Primeira República**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000, p. 32.

³²⁰ FAUTO, Boris. **Trabalho urbano e conflito social (1890-1920)**. 3ª ed. São Paulo: Difel, 1983, p. 41.

que a aproximem ao sindicalismo de Estado posterior a 1930, a utilização do termo se constitui em um equivocado anacronismo.

O sindicalismo reformista não era ideologicamente homogêneo e não alcançou uma unidade organizacional, como ocorreu com o sindicalismo revolucionário. O reformismo foi “uma concepção do funcionamento do sindicato e uma prática sindical partilhada por uma constelação de correntes, socialistas de diferentes matizes, positivistas, republicanos sociais, sindicalistas pragmáticos”.³²¹ Os reformistas lutavam “por conquistas econômicas imediatas, por melhores condições de vida e trabalho no interior dos quadros delimitado pelo capitalismo”, aceitando “uma posição de dependência em relação ao Estado”.³²² Para esse sindicalismo, a greve era o último recurso, “pois o que importava era a obtenção de ganhos, mesmo que parciais, em qualquer movimento”.³²³ Diferente do sindicalismo revolucionário, os reformistas não condenavam a participação política, apresentando, em diferentes momentos, candidatos operários às eleições legislativas.

2.2.6 Um balanço posterior de Everardo Dias

Quando escreveu sua *História das Lutas Sociais no Brasil*, no começo da década de 1960, Everardo Dias apresentou uma análise das correntes que foram contemporâneas de sua militância, partindo da ideia de que “marxismo ou socialismo Reformista” seria “o dilema que se vem apresentando desde muitos anos e se apresenta hoje com maior significação a todos os Partidos Trabalhistas do mundo, e com maior evidência no Brasil”.³²⁴

No texto, Everardo Dias considera como partidos socialistas um conjunto de organizações trabalhistas, socialdemocratas e até mesmo comunistas. Nesses partidos estaria imperando a “tática evolucionista”, principalmente em países como Inglaterra, Alemanha, França e Itália, entre outros. Em seu entendimento, “com exceção do comunista”, esses

³²¹ BATALHA, Cláudio. *O movimento operário na Primeira República*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000, p. 32-3.

³²² ADDOR, Carlos Augusto. *A insurreição anarquista no Rio de Janeiro*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Achiamé, 2002, p. 68.

³²³ BATALHA, Cláudio. *O movimento operário na Primeira República*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000, p. 32-3.

³²⁴ DIAS, Everardo. *História das lutas sociais no Brasil*. São Paulo: Edaglit, 1962, p. 205.

partidos seriam reformistas “tanto em seu modo de agir como na sua forma de luta”.³²⁵

Everardo Dias identifica que no Brasil somente a partir de 1930 haveria um trabalhismo, ainda que diferenciado do trabalhismo britânico ou do sindicalismo norte-americano. Everardo Dias afirma que, “ideologicamente, o trabalhismo brasileiro é um retrocesso na marcha evolutivo do Socialismo, para o qual o proletariado brasileiro estava sendo encaminhado pelos líderes de então”.³²⁶ Com essa afirmação, Everardo Dias parece chamar a atenção para a ruptura ocorrida na dinâmica autônoma do desenvolvimento das organizações operárias, como havia acontecido nas primeiras décadas do século, passando ao controle do Estado, depois de 1930.

No período anterior a 1930, segundo Everardo Dias, os marxistas estavam em número insignificante e com pouca influência entre os trabalhadores e nas decisões tomadas, “quer nos Sindicatos, quer nos comícios populares”.³²⁷ Entre os trabalhadores predominavam, segundo Everardo Dias,

duas tendências que nada tinham de marxistas: a revolucionária do anarco-sindicalismo e a sindical pura (união de resistência) que se limitava a conseguir pequenas vantagens, orientando seus filiados no sentido de conformismo com o estabelecido pelas leis, amparando-se a políticos e até a chefes de governos, que passavam a ser seus membros beneméritos.³²⁸

Essas organizações que Everardo Dias chama de “sindical pura”, que em grande medida eram os mesmos setores também conhecidos como reformistas, tinha como objetivo “exclusivamente a consecução de algumas vantagens para sua corporação”.³²⁹ O anarco-sindicalismo, que Everardo Dias também chama de sindicalismo

³²⁵ DIAS, Everardo. **História das lutas sociais no Brasil**. São Paulo: Edaglit, 1962, p. 205.

³²⁶ DIAS, Everardo. **História das lutas sociais no Brasil**. São Paulo: Edaglit, 1962, p. 205-6.

³²⁷ DIAS, Everardo. **História das lutas sociais no Brasil**. São Paulo: Edaglit, 1962, p. 206.

³²⁸ DIAS, Everardo. **História das lutas sociais no Brasil**. São Paulo: Edaglit, 1962, p. 206.

³²⁹ DIAS, Everardo. **História das lutas sociais no Brasil**. São Paulo: Edaglit, 1962, p. 208.

revolucionário e pelo qual demonstra simpatia, tinha como objetivo “fazer da luta incessante pelas reivindicações um meio de tornar insuportável o poderio do industrialismo, ou melhor, do Capitalismo, até fazê-lo estourar, numa greve geral de caráter revolucionário e então proceder à transformação da sociedade”.³³⁰ Essa corrente buscava, segundo Everardo Dias,

incluir na massa trabalhadora a separação de classe, produzindo um antagonismo cada vez mais pronunciado em todos os atos entre operário e patrões, visto como estavam divididos por interesses antagônicos. A greve geral seria a demonstração definitiva e violenta para abater o Estado Capitalista.³³¹

No livro, Everardo Dias fala da greve geral em um tom de envolvimento, como a querer se colocar como parte do contexto das lutas em que se envolveu no final da década de 1920. No texto o papel greve geral continua a ser ressaltado como característico do sindicalismo revolucionário, quando este afirma:

a greve geral revolucionária era o golpe definitivo no Estado Burguês, opressor, que ficaria sem força para continuar a manter a minoria privilegiada e explorada. Os operários assumiriam então a direção das fábricas, das oficinas, das estradas de ferro, da frota mercante, enfim, de todos os meios de produção.³³²

Nessa análise de Everardo Dias, se percebe que, mesmo passados mais de três décadas dos fatos analisados, ainda se envolvia emocionalmente com aquele passado. Everardo Dias demonstra também rejeitar do reformismo, identificando no trabalhismo sua continuidade e reconhecendo a ausência da influência do marxismo nas correntes socialistas.

³³⁰ DIAS, Everardo. **História das lutas sociais no Brasil**. São Paulo: Edaglit, 1962, p. 206.

³³¹ DIAS, Everardo. **História das lutas sociais no Brasil**. São Paulo: Edaglit, 1962, p. 208.

³³² DIAS, Everardo. **História das lutas sociais no Brasil**. São Paulo: Edaglit, 1962, p. 208.

2.3 Repressão e exílio

Everardo Dias lembra assim do período de aumento da repressão aos operários e às suas organizações, em 1919:

Foi esse um dos períodos cruciantes e verdadeiramente angustiosos passados pelos militantes em nosso país. As sedes das associações fechadas, móveis e utensílios removidos para os depósitos policiais, os livros de tendência socialista ou anarquista incinerados, não só os que se encontravam nas sedes, mas igualmente os que eram apreendidos nas buscas constantes nas residências dos suspeitos. Os argos policiais em tudo viam propaganda perigosa e qualquer vulgar tratado de economia política ou obra com títulos que lhes parecesse confuso era motivo para ser condenado à pira inquisitorial. Essa caça ao homem e às ideias estendeu-se por todo o território nacional e desde o Pará ao Rio Grande do Sul não ficou cidade ou lugarejo em que não se fizesse sentir a repressão policial, com rigor e brutalidade inauditos.³³³

Nos meses finais de 1919, vinte e três pessoas, entre os quais Everardo Dias, foram presos e deportados. O processo de expulsão de imigrantes havia se tornado uma prática recorrente e, ainda que o movimento operário não constituísse seu único alvo, se tornou o principal tema de debate no processo de construção de uma legislação de controle e de expulsão de estrangeiros. Essa prática acabou se tornando um tema discutido amplamente devido à expulsão de Everardo Dias, que, embora tenha sido revogada, mostrou “a selvageria repressiva que se abateu contra Everardo e seus companheiros, em particular os portugueses e espanhóis, que foram levados com ele para o exílio a

³³³ DIAS, Everardo. **História das lutas sociais no Brasil**. São Paulo: Edaglit, 1962, p. 95.

bordo do Benevente, presos arbitrariamente, sujeitos a maus-tratos e sem direito de defesa”.³³⁴

Na ampla campanha em favor de Everardo Dias se unificaram as forças dos mais variados segmentos sociais, ainda que a ação da Maçonaria, da qual Everardo Dias era membro, seja normalmente uma das mais destacadas pela historiografia. O historiador maçônico José Castellani afirma que a revogação do pedido de expulsão deveu-se à mobilização da Loja América, de larga tradição na Maçonaria de São Paulo, e ao deputado Maurício de Lacerda, maçom e reconhecido aliado das reivindicações operárias na Primeira República, bem como de outros setores maçônicos e operários.

Marcelo Ridenti afirma que Everardo Dias teria sido “o único entre os expulsos do país a conseguir o perdão presidencial, graças às suas relações com ilustres maçons republicanos”.³³⁵ Para corroborar essas afirmações pode-se apontar que, quando retornou ao país, Everardo Dias “foi saudado em todos os portos, pelos Maçons e pelos membros das organizações proletárias; ao chegar ao Rio de Janeiro, o Grande Oriente do Brasil, em sessão magna, prestou-lhe homenagens”.³³⁶ Pode-se apontar ainda o fato de o livro *Memórias de um exilado*, escrito por Everardo Dias acerca da experiência da deportação, ser dedicado aos maçons Maurício de Lacerda, Thomaz Cavalcanti e Nicanor Nascimento.

No próprio livro *Memórias de um exilado* Everardo Dias reflete acerca da atuação da Maçonaria em seu favor. Em certo momento da obra, Everardo Dias resume as informações que recebeu, ainda no exterior, da atuação dos maçons a quem dedicou o livro. O deputado Maurício de Lacerda teria feito discursos “tão formidáveis que ocasionaram a revogação do ato de minha expulsão”.³³⁷ O grão-mestre Thomaz Cavalcanti teria tomado “atitude decisiva Câmara” e tratado a “expulsão pelo lado constitucional, demonstrando o erro do governo”.

³³⁴ RIDENTI, Marcelo. **Brasilidade revolucionária**: um século de cultura e política, São Paulo: Editora UNESP, 2010, p. 24.

³³⁵ RIDENTI, Marcelo. Everardo Dias. In: Luiz Pericás & Lincoln Secco. (Org.). **Intérpretes do Brasil**: clássicos, rebeldes e renegados. São Paulo: Boitempo, 2014, p. 133.

³³⁶ CASTELLANI, José. **Ação secreta da maçonaria na política mundial**. São Paulo: Landmark, 2001, p. 137.

³³⁷ Everardo Dias. **Memórias de um exilado**: episódios de uma deportação. São Paulo, 1920, p. 85.

³³⁸ Nicanor Nascimento teria “falado duas vezes” sobre o caso Everardo Dias e “acompanhado com apelos constantes os discursos eloquentíssimo de Maurício”.³³⁹

Em 1919, com a retomada das mobilizações dos trabalhadores, houve também um acirramento das ações de repressão. Uma campanha mais especificamente voltada contra “os estrangeiros foi intensificada após o incidente que envolveu a morte de quatro anarquistas com a explosão de uma bomba na cidade de São Paulo. Dos mortos, três eram portugueses e um era espanhol”.³⁴⁰ Na imprensa, desde os anos anteriores, havia se iniciado uma campanha de combate àqueles identificados com a militância política, “procurando dividir os trabalhadores entre brasileiros ingênuos e estrangeiros anarquistas ou socialistas ‘perigosos’, afirmando a legitimidade das leis de expulsão”.³⁴¹ Para os jornais operários cabia a denúncia das irregularidades e até mesmo da ilegalidade das deportações, argumentando que “a Constituição republicana de 1891 havia garantido a estrangeiros residentes a suspensão da pena de expulsão”.³⁴²

No dia 16 de outubro de 1919, o jornal *A Plebe* publicou um artigo de Everardo Dias criticava certos comentários publicados pelo *Jornal do Comércio*. No artigo, o jornal fazia menção à formação de “sociedades operárias, nas quais predominam elementos importados que exercem forte influência no ânimo dos seus associados”.³⁴³ Segundo o jornal, “estes pobres e ingênuos operários arrastados, forçados pelos dirigentes, por eles são explorados de mil maneiras”.³⁴⁴ Everardo Dias questionava o fato de não serem todos os estrangeiros atacados pelo jornal, pois este deixava de mencionar “os Matarazzo, os Gamba, os

³³⁸ Everardo Dias. **Memórias de um exilado**: episódios de uma deportação. São Paulo, 1920, p. 85.

³³⁹ Everardo Dias. **Memórias de um exilado**: episódios de uma deportação. São Paulo, 1920, p. 85-6.

³⁴⁰ GERALDO, Endrica. Os prisioneiros do Benevente. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 32, Nº 64, dez. 2012, p. 65.

³⁴¹ GERALDO, Endrica. Os prisioneiros do Benevente. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 32, Nº 64, dez. 2012, p. 65.

³⁴² GERALDO, Endrica. Os prisioneiros do Benevente. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 32, Nº 64, dez. 2012, p. 65.

³⁴³ Everardo Dias. Cafajestes do jornalismo. **A Plebe**, São Paulo, Ano III, Nº 34, 16 de outubro de 1919, p. 1

³⁴⁴ Everardo Dias. Cafajestes do jornalismo. **A Plebe**, São Paulo, Ano III, Nº 34, 16 de outubro de 1919, p. 1

Puglisi, os Carbone, os Pepe, os Street, os Siciliano”.³⁴⁵ Com ironia, Everardo Dias afirma que o jornal não poderia mencionar esses imigrantes, afinal não seria possível “atacar esses gigantes das finanças sem ver minguada a receita de anúncios e demais publicações”.³⁴⁶

Em 1919, no mês de outubro, *A Plebe* denunciava em suas páginas prisões e deportações, conclamando os trabalhadores a se organizarem e protestarem contra essas ações. Embora no final do mês de outubro as greves estivessem enfraquecidas, prosseguiram as prisões, desaparecimentos e deportações de trabalhadores. Nessa época foi divulgada uma lista de prisioneiros destinados a serem deportados, estando Everardo Dias no Benevente. No começo de novembro, o jornal *Spartacus* publicou a notícia de sua deportação:

Pelo *Benevente*, zarpado anteontem da Guanabara, seguiram deportados para a Europa mais os seguintes trabalhadores: Albino Cabral, Albano Santos, Antonio Silva, Manoel Gonçalves, João Carlos, Alexandre de Azevedo, Manoel Ferreira, Manoel Gama, Alberto Castro, Annibal Paulo Monteiro, Antonio Costa, João Joaquim Rodrigues, Rafael Pedro Lopes, Antonio Pietro, Joaquim Alvares, Manoel Peres, Adolfo Alonso, José Cid, Everardo Dias.³⁴⁷

No mesmo texto fazia-se não apenas a denúncia da deportação, mas também uma aberta defesa de Everardo Dias:

Everardo Dias reside no Brasil ha mais de 30 anos, sendo pois legalmente brasileiro, em virtude da grande naturalização de 89, pela proclamação da Republica. Era jornalista, diretor durante muitos anos do *Livre Pensamento*, de S. Paulo. Militou na política, sendo por isso relacionado

³⁴⁵ Everardo Dias. Cafajestes do jornalismo. **A Plebe**, São Paulo, Ano III, Nº 34, 16 de outubro de 1919, p. 1

³⁴⁶ Everardo Dias. Cafajestes do jornalismo. **A Plebe**, São Paulo, Ano III, Nº 34, 16 de outubro de 1919, p. 1

³⁴⁷ Os deportados do “Benevente”. **Spártacus**, Rio de Janeiro, ano I, número 14, 1 de novembro de 1919, p. 2.

com os políticos paulistas. Espírito adiantado e caráter leal, Everardo foi levado, ultimamente, desiludido da politicalha, para as fileiras anarquistas. Era um dos mais assíduos colaboradores de *A Plebe*. É casado e tem seis filhas, todas nascidas em S. Paulo e todas menores. E a um homem destes o governo prende e deporta sem a menor cerimônia... Miséria das misérias! Estão reduzindo o Brasil a um país indigno, tornando-o o país mais reacionário do mundo, na hora presente!³⁴⁸

O texto chama a atenção para o fato de Everardo Dias residir havia muitos anos no país e de ter família, sendo, portanto, ilegal sua deportação. Segundo relato de Everardo Dias, no interrogatório sofrido durante a prisão ele também teria ressaltado o fato de residir havia muitos anos no Brasil. Ele teria afirmado:

Declarei que não me considerava espanhol, pois se nascera na Espanha, viera na mais tenra infância para o Brasil, aqui aprendera a ler, aqui passara a minha meninice, aqui me fizera homem, aqui constituíra família, aqui militara na política, sendo eleitor, empregado público, etc.³⁴⁹

No dia 1 de novembro, *A Plebe* e outros jornais saíram em defesa de Everardo Dias e dos demais deportados, afirmando.

Everardo Dias era um anticlerical que desenvolveu durante muitos anos, por um órgão de imprensa neste estado, uma brilhante campanha contra os parasitas de batina.

³⁴⁸ Os deportados do “Benevente”. *Spártacus*, Rio de Janeiro, ano I, número 14, 1 de novembro de 1919, p. 2.

³⁴⁹ Everardo Dias. *Memórias de um exilado*: episódios de uma deportação. São Paulo, 1920, p. 37.

Por este fato, os padres juraram-lhe vingança e agora satisfizeram seus desejos por intermédio deste infamíssimo governo de carolas subservientes.³⁵⁰

Para além das opiniões expressas pela imprensa operária, também foram divulgadas algumas cartas escritas por Everardo Dias, onde se referia a como havia sido tratado na prisão, aos companheiros brasileiros e imigrantes que encontrou na mesma situação e às situações relacionadas ao seu embarque, com outros deportados. Preso no dia 27 de outubro, sua primeira carta, publicada nos jornais, datava de 2 de novembro, ou seja, logo no início da viagem de deportação. Consta que “essa carta foi lida pelo deputado Maurício de Lacerda na Tribuna da Câmara Federal no dia 14 e, no dia 17 de novembro, *O Combate* divulgava tanto a leitura feita pelo deputado quanto parte de seu conteúdo”.³⁵¹ Endereçada a um amigo, a carta foi posteriormente publicada na íntegra por alguns jornais operários. Nela Everardo Dias afirmava:

Fui preso segunda-feira, logo de manhã, ao ir almoçar, por dois secretas, que me conduziram ao posto da rua Sete de Abril, onde estive em interrogatório e passando muitos vexames até meia noite. A essa hora fui chamado e acompanhado do chefe dos secretas, guarda e mais dois do mesmo ofício, fui conduzido de automóvel até Santos, onde chegamos às 4 horas mais ou menos. No caminho, o auto recolheu mais dois presos – o Pimenta e um moço de S. Bernardo.³⁵²

Everardo Dias detalha as condições da prisão, descrevendo uma cela suja, onde muitas vezes era privado de se alimentar, bem como fala acerca do sofrimento físico psicológico a que foi submetido.

³⁵⁰ Uma infâmia. **A Plebe**, São Paulo, ano III, número 43, 1 de novembro de 1919, p. 1.

³⁵¹ GERALDO, Endrica. Os prisioneiros do Benevente. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 32, Nº 64, dez. 2012, p. 68.

³⁵² **Spártacus**, Rio de Janeiro, ano I, número 17, 22 de novembro de 1919, p. 1.

Não és capaz de imaginar o que sofri em Santos. Lá, logo que cheguei, fui mandado despir e nu completamente metido em uma solitária, com meus dois companheiros. A solitária é um compartimento pequeno, acanhado, infecto e úmido; patinava-se sobre o excremento e urina – uma coisa repugnante, horrorosa. Assim ficamos todo o dia de terça-feira, toda a noite até quarta-feira às 3 ½, quando fui retirado da cela para ir para um pátio, onde me esperavam oito ou dez soldados de carabina em posição de sentido. Assim nu fui espancado barbaramente, recebendo 25 chibatadas nas costas.

Imagina: depois de três dias e duas noites sem comer, sem beber, nu, com um frio horrível em Santos, pois choveu sempre, ardendo em febre, a boca pastosa, sem poder gritar, sem poder falar, apanhei como um vagabundo ou um ladrão!...³⁵³

Na carta comenta outros aspectos da brutalidade sofrida, como a demora nos cuidados médicos ou mesmo o isolamento a que foi forçado, sem poder sequer se despedir de familiares e amigos.

Perdi 10 anos de vida. Eu vou no navio mais morto que vivo. Só a bordo é que me aplicaram curativos nas costas, mas estou muito fraco e creio que tuberculoso! oh! é horrível! Que polícia infame e criminosa!

Não me deixaram nem despedir de meus filhos e de meus amigos!³⁵⁴

No dia 22 de novembro de 1919 também se publicou em *Spártacus* um artigo de Astrojildo Pereira em que esse comentava a carta de Everardo Dias e criticava a situação a que este havia sido submetido pela repressão. Segundo Astrojildo Pereira,

³⁵³ *Spártacus*, Rio de Janeiro, ano I, número 17, 22 de novembro de 1919, p. 1.

³⁵⁴ *Spártacus*, Rio de Janeiro, ano I, número 17, 22 de novembro de 1919, p. 1.

a carta que Everardo Dias escreveu de bordo do Benevente a um amigo de S. Paulo, lida na Câmara dos Deputados pelo Sr. Mauricio de Lacerda, e na qual aquele camarada conta o martírio de que foi vítima – é um desses documentos decisivos, que definem uma época e mancham para sempre, com a negra e sinistra mancha de uma vergonha histórica, o país onde semelhantes fatos se verificam... Eu não nutro, jamais nutri a menor ilusão a respeito das intenções dos atuais governantes do Brasil nesse capítulo da repressão ao anarquismo. Mas confesso que a carta de Everardo Dias me surpreendeu e ultrapassou os meus cálculos mais pessimistas. Isso é inominável, senhores! Sobe-me o sangue às faces, com o pejo de ser brasileiro em meio a tais brasileiros... Não há qualificativos para ignomia tão ignobilmente ignóbil. Sou um modesto jornalista, sem prestígio e de escassa influencia – mas, diante de infâmia tal, um só impulso me empolga: quebrar, arremessar para longe esta pobre pena, que se não vende, que se não rebaixa, que é só a minha arma e é o meu orgulho – e empunhar a carabina, e conciliar os meus patrícios ao combate sagrado em defesa da Liberdade vilipendiada, em defesa do Pensamento conspurcado, em defesa do Brasil humilhado!³⁵⁵

No mesmo período, a deportação de outros militantes também repercutiu na imprensa, sendo um dos mais noticiados o de Gigi Damiani, mandado para a Itália a bordo do navio Mafalda.³⁵⁶ Damiani assim descreveu sua prisão, em carta publicada em *A Plebe*:

³⁵⁵ Astrojildo Pereira. Miséria das misérias! **Spártacus**, Rio de Janeiro, ano I, número 17, 22 de novembro de 1919, p. 1.

³⁵⁶ Reconhecido militante anarquista, nasceu em Roma, no dia 18 de maio de 1876. Em 1899, para escapar da repressão na Itália, Damiani emigrou para Brasil, atuando como pintor de cenários, teatrólogo e jornalista. Por volta de 1904 começou a colaborar com a imprensa operária, como o jornal *La Battaglia*, criado por Oreste Ristori. Colaborou com outras publicações, como *A Terra Livre* e *A Plebe*. Em 1919, em meio ao processo de repressão contra o movimento operário, é expulso e deportado para a Itália, onde foi novamente preso (RODRIGUES, Edgar. Os companheiros 2. Rio de Janeiro: VRJ, 1995, p. 124-8).

A história da nossa deportação é muito simples. Presos na manhã do dia 23, seguimos à noite, para o Rio, da estação do Norte, bem fechados num *carro especial* e guardados á vista por soldados de armas embaladas. O nosso desembarque deu-se em Cascadura, onde três “viúvas alegres” e uns 30 soldados nos levaram para a detenção. No Rio, porém, felizmente há o costume de ser dar comida aos presos.

Sáimos da Detenção às duas horas da tarde, indo direitinhos par ao cais da praça Mauá, embarcando numa lancha a gasolina, que nos levou para alto mar, à espera do “Mafalda”, que ainda se encontrava atracado.³⁵⁷

Na imprensa operária era comentado o apoio recebido por Everardo Dias nos espaços institucionais. Em texto publicado no final de novembro de 1919 comentava-se que sua causa havia atraído “desde logo a simpatia de muitos deputados, entre os quais os srs. Maurício de Lacerda, Nicanor Nascimento e Thomaz Cavalcanti, que a esse respeito se têm manifestado várias vezes”.³⁵⁸ Em outro texto, publicado no começo de dezembro, afirmava-se que, “dentro dos próprios elementos oficiais, há homens que ainda não perderam de todo o coração e a honra. Esses não pactuaram com a camorra oficial. O seu protesto começa a aparecer, embora ainda cauteloso”.³⁵⁹

No começo de novembro foi encaminhado pedido de *habeas corpus* de Everardo Dias ao Supremo Tribunal Federal (STF). O pedido foi negado pelo Tribunal por sete votos contra cinco. Os votos favoráveis foram pronunciados a partir do argumento do tempo de residência de Everardo Dias no Brasil. Em seu voto favorável ao *habeas corpus*, o ministro Godofredo Cunha afirmou:

³⁵⁷ Gigi Damiani. A voz de um deportado. **A Plebe**, São Paulo, ano IV, número 46, 13 de dezembro de 1919, p. 2.

³⁵⁸ Sob o regime do terror. **A Plebe**, São Paulo, ano IV, número 44, 29 de novembro de 1919, p. 2.

³⁵⁹ Os deportados. **A Plebe**, São Paulo, ano IV, número 45, 6 de dezembro de 1919, p. 1.

não resta a menor dúvida de que o paciente é brasileiro. Não só é eleitor, como já foi funcionário público nacional, empregado no Recenseamento em S. Paulo, como também três testemunhas afirmam que ele estava residindo no Brasil em 15 de novembro de 1889, por ocasião da Proclamação da República, tendo sido incluído na grande naturalização.³⁶⁰

Os votos contrários apontavam para argumentos ideológicos no sentido de combate à presença de militantes estrangeiros no país. O ministro Hermenegildo de Barros afirmou que, “se estivesse provado o bom comportamento do paciente concederia o *habeas corpus*, considerando-o estrangeiro residente equiparado, portanto, ao nacional e não podendo ser expulso do território nacional”, mas votou contra devido ao fato de que “o decreto de expulsão foi baseado em inquérito que provou ser ele anarquista e, portanto, elemento pernicioso á ordem pública”.³⁶¹ O ministro Pires e Albuquerque, procurador geral da República, em sua intervenção sustentou “a legalidade do ato do governo”, afirmando que o inquérito acerca das atividades de Everardo Dias teria “apurado ser ele um elemento perigoso”, tendo o Estado “o direito de expulsar do seu território ou de não permitir que nele penetrem estrangeiros nocivos à segurança ou à ordem pública”.³⁶² O ministro Guimarães Natal votou contra o pedido por não admitir “que o estrangeiro possa atentar contra a ordem estabelecida no país que o abrigou”.³⁶³

Posteriormente o STF suspendeu a decisão de ordem de expulsão.³⁶⁴ Na grande imprensa, noticiou-se que

³⁶⁰ Expulsão de estrangeiros. **O Estado de São Paulo**, Ano XLV, Nº 14.921, 10 de novembro de 1919, p. 4.

³⁶¹ Expulsão de estrangeiros. **O Estado de São Paulo**, Ano XLV, Nº 14.921, 10 de novembro de 1919, p. 3.

³⁶² Expulsão de estrangeiros. **O Estado de São Paulo**, Ano XLV, Nº 14.921, 10 de novembro de 1919, p. 3.

³⁶³ Expulsão de estrangeiros. **O Estado de São Paulo**, Ano XLV, Nº 14.921, 10 de novembro de 1919, p. 4.

³⁶⁴ ALVES, Paulo. **A verdade da repressão**: práticas penais e outras estratégias da ordem republicana (1890-1921). São Paulo: Arte & Ciências, 1997, p. 44.

O governo paulista, consultado sobre o caso de expulsão de Everardo Dias, declarou ao governo federal que, diante dos documentos de defesa apresentados, concorda com a solução liberal do caso.

Assim, será brevemente assinado um decreto reconsiderando o ato da polícia de S. Paulo, que expulsou Everardo sem forma de processo, como anarquista estrangeiro.³⁶⁵

Na imprensa operária, a partir do final de dezembro de 1919, começou-se a publicar notícias de que Everardo Dias voltaria ao Brasil. Segundo artigo publicado em 27 de dezembro, “o governo federal, não podendo por mais tempo esconder a absoluta injustiça do arbitrário proceder da polícia de São Paulo, acaba de se dirigir ao governo deste estado para que reconsidere o seu ato anulando a expulsão de Everardo Dias”.³⁶⁶ O governo teria reconsiderado a decisão, tendo prontamente “telegrafado para a Europa a fim de que Everardo Dias regresse ao seio de sua família”.³⁶⁷

No começo de janeiro de 1920 foram divulgadas outras informações acerca da revogação do decreto que expulsou Everardo Dias. Em texto publicado por *Spartacus*, afirmava-se que a revogação havia ocorrido devido à “pressão da campanha sustentada entre nós, no parlamento e nos círculos maçônicos”, quando o governo “cedeu e confessou publicamente o seu erro”.³⁶⁸ Segundo o texto, a posição do governo mostrava a que estava correta a postura da imprensa operária, que teria afirmado sempre “que essa deportação, além de infamíssimo, era ilegal”.³⁶⁹

³⁶⁵ O caso Everardo Dias. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, Ano XLV, Nº 14.960, 19/12/1919, p. 2.

³⁶⁶ Everardo Dias vai regressar. **A Plebe**, São Paulo, ano IV, número 48, 27 de dezembro de 1919, p. 1.

³⁶⁷ Everardo Dias vai regressar. **A Plebe**, São Paulo, ano IV, número 48, 27 de dezembro de 1919, p. 1.

³⁶⁸ Everardo Dias voltará. **Spártacus**, Rio de Janeiro, ano I, número 23, 3 de janeiro de 1920, p. 1.

³⁶⁹ Everardo Dias voltará. **Spártacus**, Rio de Janeiro, ano I, número 23, 3 de janeiro de 1920, p. 1.

Spartacus enfatizava que esse não era um caso isolado, afirmando, na edição de 3 de janeiro de 1920, que a deportação de Everardo Dias seria “apenas o caso típico de toda essa monstruosa perseguição aos anarquistas”, sendo as todas as demais deportações “obra da mesma infâmia e do mesmo descaso pela legalidade”.³⁷⁰ Nenhum dos decretos de expulsão teria sido feito conforme os preceitos legais, levando-se a uma situação em que “os camaradas expulsos foram presos, maltratados, postos incomunicáveis, impossibilitados de se defenderem, e em maioria nem ouvidos foram”.³⁷¹ Comprando os demais casos à revogação da expulsão de Everardo Dias, afirma-se que “a monstruosidade da expulsão desses homens não é menor que a monstruosidade da expulsão de Everardo”.³⁷² O texto afirma:

Todos os expulsos, como Everardo, são trabalhadores honrados, que só no trabalho buscavam os meios de subsistência sua e de suas famílias. Todos eles tinham longa residência no Brasil. O que aqui estava ha menos tempo contava 6 anos de residência. Muitos dos outros residiam ha mais de 20 anos. Muitos deles tinham família aqui constituída, com filhos brasileiros.³⁷³

No final de janeiro publicavam-se algumas informações acerca do retorno de Everardo Dias ao Brasil. Segundo a imprensa operária, no dia 26 de janeiro, Everardo Dias passou por Recife, onde “foi alvo de entusiástica manifestação”.³⁷⁴ Everardo Dias relatou posteriormente: “Durante os três dias que o navio esteve fundado no Recife o operariado e os meus amigos excedem-se em gentilezas para comigo. Generosos e nobres companheiros! Não me ocorriam palavras com que exprimir

³⁷⁰ Everardo Dias voltará. *Spártacus*, Rio de Janeiro, ano I, número 23, 3 de janeiro de 1920, p. 1.

³⁷¹ Everardo Dias voltará. *Spártacus*, Rio de Janeiro, ano I, número 23, 3 de janeiro de 1920, p. 1.

³⁷² Everardo Dias voltará. *Spártacus*, Rio de Janeiro, ano I, número 23, 3 de janeiro de 1920, p. 1.

³⁷³ Everardo Dias voltará. *Spártacus*, Rio de Janeiro, ano I, número 23, 3 de janeiro de 1920, p. 1.

³⁷⁴ O regresso de Everardo Dias. *A Plebe*, São Paulo, ano IV, número 50, 31 de janeiro de 1920, p. 1.

minha alegria e minha gratidão por essas provas de quente solidariedade”.³⁷⁵ Dias depois, Everardo Dias, ao desembarcar,

foi recebido no cais por considerável multidão, que o conduziu, em cortejo, até a sede do sindicato dos trabalhadores de construção civil, onde se realizou uma imponente sessão magna, presidida pelo nosso camarada Antonio Bernardes Canelas, de regresso àquela cidade após a violência de que foi vítima.³⁷⁶

Outras importantes lideranças políticas, como o jurista Joaquim Pimenta, saudaram Everardo Dias, que “agradeceu as manifestações de simpatia e de confortadora solidariedade de que foi alvo”.³⁷⁷ Pouco depois, em uma entrevista, Everardo Dias se referiu às manifestações de apoio recebidas em Pernambuco,

acompanhados por um grupo numeroso de intelectuais, entre os quais se contavam advogados, médicos e muitos estudantes de direito. Em Pernambuco a minha prisão repercutiu dolorosamente e a campanha em prol da minha libertação levada a efeito no Congresso e imprensa também no Leão do Norte foi motivo de intenso debate.³⁷⁸

Em meados de fevereiro de 1920, depois de meses afastado do convívio familiar e dos amigos, Everardo Dias voltou para sua casa, no Rio de Janeiro, mantendo, segundo *A Plebe*, “as suas convicções com a

³⁷⁵ Everardo Dias. **Memórias de um exilado**: episódios de uma deportação. São Paulo, 1920, p. 86.

³⁷⁶ O regresso de Everardo Dias. **A Plebe**, São Paulo, ano IV, número 50, 31 de janeiro de 1920, p. 1.

³⁷⁷ O regresso de Everardo Dias. **A Plebe**, São Paulo, ano IV, número 50, 31 de janeiro de 1920, p. 1.

³⁷⁸ A odisséia de Everardo Dias. **A Plebe**, São Paulo, ano IV, número 52, 14 de fevereiro de 1920, p. 4.

firmeza e a serenidade própria das consciências retas e que não se abalam nem ante os horrores da Inquisição burguesa”.³⁷⁹

Um elemento curioso desse processo é a ausência de declarações do próprio Everardo Dias afirmando sua participação nas mobilizações operárias ocorridas entre os anos 1917 e 1920. Essa interpretação em grande medida se deve à nota biográfica escrita por Edgard Leuenroth para o livro *História das lutas sociais no Brasil*, quando afirma que Everardo Dias “tomou parte na memorável greve geral de 1917”.³⁸⁰ Leuenroth avança em interpretação, ao afirmar também que “onde mais se fez sentir a atuação de Everardo Dias foi na seguinte grande greve geral de outubro de 1919, em São Paulo, com articulação em todos os centros industrializados no país”.³⁸¹

Na imprensa do período se destaca a atuação de alguns dos dirigentes desses processos políticos, mas não se menciona Everardo Dias. No livro publicado em 1920, em que narra o exílio, Everardo Dias começa perguntando: “Por que fui preso?” E ele próprio responde: “Eis uma pergunta que ainda hoje faço, sem saber responder. Creio não errar afirmando que se essa mesma pergunta fosse feita a todos os magnatas que em São Paulo estão à frente dos negócios do povo, gaguejariam, acabando por não responder coisa de senso”.³⁸² Everardo Dias continua a reflexão:

Eu não me imiscuí nas organizações operárias. Eu em nada havia concorrido para a greve que acabara de estalar no Estado. Não era mitingueiro nem era obedecido por nenhuma facção ou organização obreira. Contra mim só formulavam essa acusação alvar, perfeitamente idiota: assíduo colaborador da “A Plebe” e como tal premeditar a queda da oligarquia paulista.³⁸³

³⁷⁹ Everardo Dias regressou finalmente. *A Plebe*, São Paulo, ano IV, número 53, 21 de fevereiro de 1920, p. 1.

³⁸⁰ LEUENROTH, Edgard. Dados biográficos do autor. In: DIAS, Everardo. *Historia das lutas sociais no Brasil*. São Paulo: Edaglit, 1962, p. 11.

³⁸¹ LEUENROTH, Edgard. Dados biográficos do autor. In: DIAS, Everardo. *Historia das lutas sociais no Brasil*. São Paulo: Edaglit, 1962, p. 12.

³⁸² Everardo Dias. **Memórias de um exilado**: episódios de uma deportação. São Paulo, 1920, p. 11.

³⁸³ Everardo Dias. **Memórias de um exilado**: episódios de uma deportação. São Paulo, 1920, p. 11.

Everardo Dias afirma que não possuía vínculo orgânico com quaisquer organizações operárias ou que teria atuado nas greves que vinham ocorrendo em São Paulo, limitando-se a admitir nesta e em outras passagens do livro sua colaboração com o jornal *A Plebe*. Mesmo publicando nesse jornal, não há qualquer indício de que tenha tomado parte no processo de construção do primeiro partido comunista no Brasil, em 1919. Everardo Dias se limita a se reivindicar um “libertário” que sonha “com o bolchevismo implantado no país”.³⁸⁴ Quando se refere aos revolucionários russos, apresenta uma visão muito mais moral do que política, entre outras coisas afirmando:

E doravante, quando falardes nos exércitos vermelhos da revolução russa, que defendem com entranhada coragem a terra que emanciparam para a Humanidade laboriosa e pacífica, malgrado os exércitos coligados da burguesia europeia para esmagarem a grandiosa obra, vede neles os seres generosos, magnânimos e conscientes que dão estoicamente a sua vida para findar com todas as tiranias e opressões.³⁸⁵

Uma interpretação possível para Everardo Dias ter ocultado sua participação ativa em organizações operárias seria a de evitar divulgar informações que poderiam ser utilizadas como motivos que poderiam levar a novas perseguições. Contudo, as mesmas afirmações são repetidas em seu livro sobre as lutas sociais no Brasil, publicado em outro contexto político, no começo da década de 1960. Nessa obra, Everardo Dias descreve em detalhes outras atividades clandestinas, como sua participação no “reagrupamento das forças revolucionárias” – para usar uma expressão do próprio Everardo Dias – que redundaria em sucessivas tentativas insurrecionais, associadas ao movimento tenentista, entre 1922 e 1924. Contudo, Everardo Dias não faz menção a uma possível participação direta na organização das greves ocorridas

³⁸⁴ Everardo Dias. O maximalismo no Brasil. *A Plebe*, São Paulo, Ano III, Nº 21, 12 de julho de 1919, p. 3.

³⁸⁵ Everardo Dias. O maximalismo no Brasil. *A Plebe*, São Paulo, Ano III, Nº 21, 12 de julho de 1919, p. 3.

entre 1917 e 1920.³⁸⁶ Como é possível verificar em seus próprios relatos, sua contribuição teria sido como jornalista.

³⁸⁶ DIAS, Everardo. **História das lutas sociais no Brasil**. São Paulo: Edaglit, 1962, p. 132.

CAPÍTULO 3

EVERARDO DIAS E O GRUPO CLARTÉ

Em março de 1921 foi difundida pela imprensa operária brasileira uma carta do grupo Clarté, de Paris, onde se afirmava ter o grupo “o objetivo de difundir, como uma religião experimental, o amor pelas doutrinas que ponham a nu os males passados e que mostrem quais são os princípios de justiça, de verdade e de beleza que nos alentam a buscar-lhe remédio”.³⁸⁷ Em pouco tempo, no mês de setembro, foi publicada no Rio de Janeiro a primeira edição da revista *Clarté*, que tinha Everardo Dias como um de seus membros. O grupo que editava a revista, reunindo um conjunto de intelectuais das mais diferentes origens políticas e teóricas, tinha como objetivo “a defesa da Revolução Russa e a divulgação da obra social e cultural dos Sovietes, que não era compreendida por uns e difamada por outros”.³⁸⁸

O Grupo Clarté se insere em um contexto de mudanças nas organizações do movimento operário brasileiro, seja teórica, seja na forma de organização, antes da fundação do Partido Comunista (PCB), em 1922. Depois da Revolução Russa, em 1917, “os militantes sindicais, pequeno-burgueses e operários, na sua grande maioria de formação anarquista e, também, alguns intelectuais começaram a buscar novas formas de organização”.³⁸⁹ Nesse cenário surgiram organizações que misturam, de diferentes formas, elementos teóricos do anarquismo, do socialismo reformista e do comunismo, expressando posições bastante difusas ou mesmo contraditórias, definido por Everardo Dias como um “confusionismo teórico”.³⁹⁰ Nesse período, “a revolução russa introduziu, no movimento operário brasileiro, novas ideias, novos conceitos, novas palavras, embora, inicialmente, de forma vaga e confusa”.³⁹¹

³⁸⁷ Aos intelectuais da América Latina. *A Vanguarda*, São Paulo, ano I, 16 de março de 1921, Nº 16, p. 1.

³⁸⁸ DIAS, Everardo. *História das lutas sociais no Brasil*. São Paulo: Edaglit, 1962, p. 105.

³⁸⁹ BANDEIRA, Moniz. *O ano vermelho: a revolução russa e seus reflexos no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2004, p. 206.

³⁹⁰ DIAS, Everardo. *História das lutas sociais no Brasil*. São Paulo: Edaglit, 1962, p. 102.

³⁹¹ BANDEIRA, Moniz. *O ano vermelho: a revolução russa e seus reflexos no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2004, p. 203.

Em 1917, as informações acerca do processo revolucionário russo que chegavam ao Brasil eram escassas e pouco claras, fazendo com que críticos e defensores elaborassem suas posições a partir de poucas informações. Pode-se afirmar que faltava “a todos, inclusive à intelectualidade, a informação exata e precisa sobre o tipo de regime que, na Rússia, se implantava”.³⁹² Segundo Everardo Dias, faltava “a todos nós, militantes da América, convicção alicerçada na verdade, para emitir opinião acertada a respeito da Revolução Russa”.³⁹³

Por outro lado, percebe-se uma significativa diferença na forma de organização dos socialistas, especialmente a partir de 1917, quando há o surgimento de uma “multiplicidade dos partidos e jornais socialistas nos estados que apresentam intenção própria, mas que indiretamente serviram de apoio à ideia comunista”.³⁹⁴ Embora os primeiros grupos socialistas tenham sido organizados nos primeiros anos da República, eram limitadas regionalmente e não se consolidaram. O fenômeno que se observa no pós-guerra, por outro lado, tem algumas características diferentes, como o fato de se mostrar numericamente mais denso, aparecendo, ao mesmo tempo, em diferentes estados, e o fato de sofrer a influência limitada da Revolução Russa, apesar de sua proposta reformista. Uma dessas tentativas de organização envolveu alguns dos futuros membros do Grupo Clarté, em torno do Partido Socialista do Brasil, em 1917.

Esses elementos mostram as mudanças pelas quais o movimento operário passava no período, “acelera-se o processo contraditório entre as correntes operárias dominantes, que estão em crise, e os novos modelos de luta”.³⁹⁵ Entre 1919 e 1921, segundo Carone, “começa a se esboçar lento processo, que ainda não representa ruptura com o passado, mas que apresenta indícios desta mudança, indícios esses que irão tomar rapidamente forma mais coerente e ser elo de ruptura radical de 1922”.³⁹⁶ Embora seja possível relativizar essa pretensa ruptura promovida pela fundação do PCB, percebe-se que os pequenos núcleos de ação espalhados por diversas regiões do Brasil “exprimem desejo de superação do impasse ideológico em que vivem, e que vão demonstrar interesse em criar organismo partidário amplo,

³⁹² BANDEIRA, Moniz. **O ano vermelho**: a revolução russa e seus reflexos no Brasil. São Paulo: Expressão Popular, 2004, p. 204.

³⁹³ DIAS, Everardo. **História das lutas sociais no Brasil**. São Paulo: Edaglit, 1962, p. 103-4.

³⁹⁴ CARONE, Edgard. **Classes sociais e movimento operário**. São Paulo: Ática, 1989, p. 81.

³⁹⁵ CARONE, Edgard. **Classes sociais e movimento operário**. São Paulo: Ática, 1989, p. 81.

³⁹⁶ CARONE, Edgard. **Classes sociais e movimento operário**. São Paulo: Ática, 1989, p. 84.

coeso e moderno”.³⁹⁷ Esse desejo de superação, ainda que parcialmente, convergiu na construção do PCB.

No processo de reorganização do movimento operário setores de origens mais diversos convergiram na construção de novas organizações, o que parece expressar o segundo nível da afinidade eletiva, a *eleição*. Esse segundo nível é marcado pela atração recíproca e pela mútua escolha ativa das duas configurações socioculturais, conduzindo a certas formas de interação, estimulação recíproca e convergência. Segundo Lowy, “nesse grau, as analogias e correspondências começam a se tornar dinâmicas, mas as duas estruturas permanecem separadas”.³⁹⁸ Não há uma unidade orgânica entre os diferentes setores, mas, no caso do conjunto de organizações construídas nesse período, as duas estruturas convergem no sentido não apenas de combate aos limites políticos do modelo republicano, mas também na defesa de um novo modelo de sociedade que genericamente se poderia chamar de socialista.

Neste capítulo discute-se o processo de articulação do Grupo Clarté no Brasil, inserido no processo de reorganização das organizações operárias brasileiras. Para tanto, essa mobilização estará inserida no contexto internacional, marcado pela Primeira Guerra Mundial e pela Revolução Russa. Esses processos políticos exerceram influência na sociedade brasileira e, de diferentes formas, se inserem no processo de construção do Grupo Clarté.

3.1 Da França ao Brasil

Na França, o Grupo Clarté surgiu principalmente como parte do movimento de reação contra a Primeira Guerra Mundial e no interior de uma tradição do pacifismo e do socialismo democrático francês. Nesse contexto se coloca a ideia de criação de uma “Internacional do Pensamento”, cuja origem do projeto remonta aos esforços do escritor Romain Rolland, entre 1916 e 1917. Com vistas a mobilizar os intelectuais contra a guerra, Rolland pretendia “fundar um movimento

³⁹⁷ CARONE, Edgard. **Classes sociais e movimento operário**. São Paulo: Ática, 1989, p. 84.

³⁹⁸ LOWY, Michael. **A jaula de aço**. Boitempo, 2014, p. 72.

internacional para a preservação da independência intelectual, diante das pressões para os engajamentos nacionais na guerra”.³⁹⁹ Essa preocupação foi apresentada por Rolland em dois manifestos por eles redigidos, *Pour l'internationale de l'Esprit* (1918) e *Déclaration de l'indépendance de l'Esprit* (1919).

Publicada em *L'Humanité*, jornal do Partido Socialista Francês, a *Declaração de independência do espírito* contou com a assinatura de Henri Barbusse (França), Benedetto Croce (Itália), Georges Duhamel (França), Albert Einstein (Alemanha), Hermann Hesse (Alemanha), Bertrand Russell (Inglaterra), Stefan Zweig (Áustria), entre outros. No manifesto afirmava-se que “a maior parte dos intelectuais tinha colocado sua ciência, sua arte, sua razão a serviço dos governos”, afirmando que sua missão e seu dever seriam “manter um ponto de referencia, mostrar a estrela polar na noite, no tumulto das paixões”.⁴⁰⁰ Os signatários do manifesto se comprometiam a

não servir a nada mais que à livre Verdade, sem fronteiras, sem limites, sem preconceito de raças ou de castas. Certamente não nos desinteressamos pela Humanidade. Para ela trabalhamos, mas para ela sua totalidade. Não conhecemos os povos; conhecemos o Povo – único, universal – o Povo que sofre, que luta, que cai e volta a se levantar, que sempre avança pelo caminho difícil, coberto de suor e sangue... o Povo de todos os homens, todos eles, igualmente, nossos irmãos.⁴⁰¹

Quase simultaneamente, alguns dos intelectuais que assinaram o manifesto proposto por Rolland “se esforçavam em interessar os intelectuais pela ideia de uma organização com núcleos em vários países

³⁹⁹ HALL, Michael e PINHEIRO, Paulo Sérgio. O grupo Clarté no Brasil: da revolução nos espíritos ao ministério do Trabalho. In: PRADO, Antonio Arnoni (org.). **Libertários no Brasil**: memória, lutas, cultura. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 252.

⁴⁰⁰ Fièrè declaration d'intellectuels. **L'Humanité**, Paris, Ano XVI, 26 de junho de 1919, Nº 5547, p. 1.

⁴⁰¹ Fièrè declaration d'intellectuels. **L'Humanité**, Paris, Ano XVI, 26 de junho de 1919, Nº 5547, p. 1.

e de uma revista internacional”.⁴⁰² Os apoiadores do Clarté assumiam como missão “combater os preconceitos, os erros, a ignorância, que separam e isolam os homens e permitiram até este momento cegamente lançá-los uns contra os outros”.⁴⁰³ O texto mostrava um grande otimismo em relação ao momento político, afirmando: “a democracia é invencível”.⁴⁰⁴

O grupo e a revista, que tinham à sua frente o escritor Henri Barbusse e que ganhou o nome de um dos seus romances, *Clarté*, era bastante heterogêneo, reunindo intelectuais que posteriormente aderiram ao comunismo, como Barbusse e Raymond Lefebvre, e outros que se mostraram críticos, como o escritor Anatole France. Segundo o estatutos do Grupo Clarté, foram membros fundadores: Georges Brandes, Paul Colin, Victor Cyril, Georges Duhamel, Eckhoud, Anatole France, Noel Garnier, Charles Gide, Thomas Hardy, Henri-Jacques, Vicente Blasco Ibáñez, Andréa Latzko, Laurent Tailhade, Raymond Lefebvre, Magdeleine Marx, E. D. Morel, Edmond Picard, Charles Richet, Jules Romains, René Schicklé, Séverine, Upton Sinclair, Steinlen, Vaillant Couturier, H. G. Wells, Israel Zangwill, Stephen Zweig.⁴⁰⁵

O grupo se colocava na contracorrente do consenso nacional em apoio à guerra que unificava não apenas intelectuais de esquerda e direita, mas inclusive o Partido Socialista. No dia 4 de agosto de 1914, “os socialistas votaram unanimemente pela aprovação de verbas militares e pelos projetos de lei objetivando a organização da defesa nacional”.⁴⁰⁶ Como consequência desse apoio, o próprio partido francês, bem como os socialistas de outros países, enfrentariam profundas dissidências. Por fora do aparente consenso em torno da defesa nacional, na França e nos demais países, alguns intelectuais e sindicalistas socialistas isolados, oriundos de diferentes grupos políticos, procuraram

⁴⁰² HALL, Michael e PINHEIRO, Paulo Sérgio. O grupo Clarté no Brasil: da revolução nos espíritos ao ministério do Trabalho. In: PRADO, Antonio Arnoni (org.). **Libertários no Brasil**: memória, lutas, cultura. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 252.

⁴⁰³ Henri Barbusse. Le groupe Clarté. **L'Humanité**, Paris, Ano XVI, 10 de maio de 1919, Nº 5500, p. 1.

⁴⁰⁴ Henri Barbusse. Le groupe Clarté. **L'Humanité**, Paris, Ano XVI, 10 de maio de 1919, Nº 5500, p. 1.

⁴⁰⁵ Barbusse, Henri. **El resplandor en el abismo**. Montevideo: Claudio Garcia, 1921, p. 119-120.

⁴⁰⁶ JOFFILY, Mariana. **O socialismo na França e no Brasil durante a II Internacional Socialista (1889-1918)**. São Paulo: Alameda, 2012, p. 34.

reunir-se para resistir à guerra, entre os quais os membros do movimento Clarté.

Em 11 de outubro de 1919, foi publicado o primeiro número da revista *Clarté*, no qual foram publicados os estatutos do grupo, que se apresentava como uma “liga de solidariedade internacional para o triunfo da causa internacional”.⁴⁰⁷ Embora alguns dos membros da organização francesa tenham se aproximado das posições da Terceira Internacional, o Grupo Clarté não aderiu explicitamente ao comunismo. Em dezembro de 1920, o congresso do Partido Socialista, realizado em Tours, consagrou a vitória dos partidários da Internacional Comunista no interior do partido. Depois do congresso, um setor minoritário entre os membros de Clarté “tende a orientar o movimento sob a bandeira do novo Partido Comunista”.⁴⁰⁸ Barbusse, apesar de sua simpatia pelo comunismo, não aprovou a aproximação do Grupo Clarté com o partido, manifestando-se a favor de que fosse preservada a independência do movimento.

Interrompida em setembro de 1921, a publicação de Clarté retorna dois meses depois, passando a periodicidade de revista semanal para bimensal, mantendo o mesmo nome. Ainda que Barbusse se mantivesse como editor, “a nova revista pouco tem a ver com a anterior, concentrando-se na crítica cultural e em atividades políticas, mais articuladas estritamente com o Partido Comunista Francês”.⁴⁰⁹ Desde a fundação da Terceira Internacional, Barbusse vinha se aproximando da nova organização, tendo afirmado, em dezembro de 1919, que a doutrina política desta se aproximava do “ideal social” do Grupo Clarté.⁴¹⁰

A revista *Clarté*, além de difundir as ideias do movimento, serviu de inspiração para publicações em outros países, onde os grupos assumiam características bastante variadas. Na Itália e na Inglaterra, intelectuais e escritores inicialmente foram atraídos pelo pacifismo apresentado por Clarté, mas se afastaram devido à aproximação do grupo com o comunismo. Na Grécia, por outro lado, Clarté fundou o

⁴⁰⁷ HALL, Michael e PINHEIRO, Paulo Sérgio. O grupo Clarté no Brasil: da revolução nos espíritos ao ministério do Trabalho. In: PRADO, Antonio Arnoni (org.). **Libertários no Brasil**: memória, lutas, cultura. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 254.

⁴⁰⁸ WINOCK, Michel. **O século dos intelectuais**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000, p. 218.

⁴⁰⁹ HALL, Michael e PINHEIRO, Paulo Sérgio. O grupo Clarté no Brasil: da revolução nos espíritos ao ministério do Trabalho. In: PRADO, Antonio Arnoni (org.). **Libertários no Brasil**: memória, lutas, cultura. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 256.

⁴¹⁰ Barbusse, Henri. **El resplandor en el abismo**. Montevideo: Claudio Garcia, 1921, p. 109.

Partido Comunista, enquanto na Escandinávia o grupo assumiu posições anticomunistas.⁴¹¹ Na América do Sul, o grupo mais influente foi o argentino, que, embora contasse com alguns membros do Partido Socialista entre seus participantes, “se manteve independente e serviu como um importante espaço para a reunião de intelectuais de esquerda de variadas tendências”.⁴¹²

Estiveram ligados ao Clarté argentino Enrique del Valle Iberlucea e José Ingenieros, que parecem ter exercido influência sobre o grupo brasileiro, ainda que não seja possível concluir com exatidão. Segundo Cláudio Batalha, Ingenieros teve contato com líderes socialistas brasileiros a partir de sua colaboração com o jornal *Echo Operario*, do Rio Grande do Sul, passando “a ser visto como um dos autores que servem de referência teórica e ideológica, ao lado dos nomes que ajudou a difundir, a ponto de ser citado inclusive por aqueles sem nenhuma afinidade conhecida com o socialismo”.⁴¹³ Outro aspecto que pode ser considerado é a correspondência de Evaristo de Moraes com Ingenieros.⁴¹⁴

Everardo Dias afirmou que o Clarté do Brasil “estava em estreita correspondência com os Grupos Clarté de Montevideú e Buenos Aires”.⁴¹⁵ Em uma de suas primeiras declarações públicas, o Clarté brasileiro afirmou:

Paris deu ao mundo o fulgor de Barbusse, com a magia de Anatole France; a Argentina fala pela voz forte do sábio Ingenieros e pela palavra fulgurante de Iberlucea; nós batalharemos pela

⁴¹¹ HALL, Michael e PINHEIRO, Paulo Sérgio. O grupo Clarté no Brasil: da revolução nos espíritos ao ministério do Trabalho. In: PRADO, Antonio Arnoni (org.). **Libertários no Brasil**: memória, lutas, cultura. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 256-7.

⁴¹² HALL, Michael e PINHEIRO, Paulo Sérgio. O grupo Clarté no Brasil: da revolução nos espíritos ao ministério do Trabalho. In: PRADO, Antonio Arnoni (org.). **Libertários no Brasil**: memória, lutas, cultura. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 257.

⁴¹³ BATALHA, Claudio. José Ingenieros e os socialistas brasileiros na virada do século XIX. *Perseu: História, Memória e Política*, Nº 9, 2013, p. 279.

⁴¹⁴ BATALHA, Claudio. José Ingenieros e os socialistas brasileiros na virada do século XIX. *Perseu: História, Memória e Política*, Nº 9, 2013, p. 281.

⁴¹⁵ DIAS, Everardo. **História das lutas sociais no Brasil**. São Paulo: Edaglit, 1962, p. 103-4.

energia dos melhores e mais livres dos nossos intelectuais.⁴¹⁶

Ingenieros mantinha relação com uma ala do Partido Socialista da Argentina conhecida como *terceiristas*, onde se aglutinavam os defensores da Internacional Comunista, liderada pelo então senador Iberlucea. Um grupo de jovens militantes, influenciados pela Revolução Russa, acompanhou as posições defendidas por Iberlucea. Em janeiro de 1921, na cidade de Baía Blanca, o congresso do Partido Socialista discutiu a proposta de adesão à Internacional Comunista, que foi rechaçada, sendo expulsos do partido os defensores das posições terceiristas. Esses militantes, em fevereiro de 1921, realizaram o “Congresso das Esquerdas”, e deliberou-se pela adesão do grupo no Partido Comunista.⁴¹⁷ Como parte desse processo, alguns jovens socialistas se “se deram ao trabalho de publicar uma revista própria que difundisse o pensamento do marxismo revolucionário”.⁴¹⁸ Produto dessa articulação foi a revista *Claridad*, dirigida por Carlos Troncoso, e contando com a contribuição financeira de José Ingenieros.

Ingenieros, no livro *Los tiempos nuevos*, publicado originalmente em 1920, faz uma longa análise do contexto econômico e social da Rússia posterior à revolução, destacando seu papel para a difusão de novas ideias e, nesse ponto, sua relação com a Internacional do Pensamento nesse processo. Segundo Ingenieros, no texto “La internacional del pensamiento”, “os povos da Rússia derrubam a autocracia, lutam contra os que prosperam nas sombras da guerra”, vencendo “exércitos de mercenários movidos pelo ouro de credores”.⁴¹⁹ Ingenieros aponta o regime político russo como exemplo de uma “democracia funcional”, a partir de seu “sistema de conselhos”, representando “*uma nova filosofia política*, que visa o desenvolvimento do sistema representativo federal”.⁴²⁰

⁴¹⁶ Clarté. **Clarté**, Rio de Janeiro, Ano 1, nº 1, 01 de setembro de 1921, p. 4.

⁴¹⁷ Há a necessidade de esclarecer “que não foram os terceiristas os fundadores do Partido Comunista da Argentina. Esse partido havia nascido anos antes, em 1917, com a ruptura dos *internacionalistas*, encabeçado pelo operário gráfico José Fernando Penelón” (CORBIERE, Emilio. **El marxismo de Enrique del Valle Iberlucea**. Buenos Aires: CEAL, 1987, p. 19).

⁴¹⁸ CORBIERE, Emilio. **El marxismo de Enrique del Valle Iberlucea**. Buenos Aires: CEAL, 1987, p. 20.

⁴¹⁹ José. **Los tiempos nuevos**. Buenos Aires: Santiago Rueda, 1950, p. 73.

⁴²⁰ José. **Los tiempos nuevos**. Buenos Aires: Santiago Rueda, 1950, p. 80.

No Brasil, o Grupo Clarté se mostrou bastante diferente da organização francesa e de alguns de seus congêneres. Contudo, apesar das particularidades, as ideias de Barbusse foram calorosamente acolhidas pela imprensa anarquista e sindicalista, que publicou alguns artigos de e sobre Barbusse. Por outro lado, ainda de 1919, surgiu uma organização que se apresentava como Grupo Comunista Brasileiro Zumbi.

O grupo, cujo nome fazia menção ao “admirável Spartacus negro da nossa História, que reuniu em torno de si um grupo de escravos rebeldes e formou a República dos Palmares”, anunciou que logo se filiaria ao Clarté de Paris, possibilitando aos brasileiros “colaborar com os intelectuais de todo o mundo no advento da República Universal”.⁴²¹ Em seu programa o Grupo Zumbi afirmava ser “contra a ditadura republicana, contra o predomínio da burguesia sobre as outras classes, contra o culto das incompetências, contra a exploração organizada, contra a mentira oficial”.⁴²² Em oposição, afirmava colocar-se

pelo homem livre sobre a terra livre, pela emancipação da mulher, pelo culto à criança, que é o homem de amanhã, pela abolição dos privilégios de classe, pela ordem proveniente de um mútuo acordo entre os homens, pela República Universal onde todos trabalhem e onde todos tenham direito à vida.⁴²³

Embora se afirmasse como comunista, o conteúdo do seu manifesto estava “muito mais próximo da insatisfação dos intelectuais brasileiros de classe média da época”.⁴²⁴ Existem poucas informações acerca da atuação do grupo, embora Afonso Schmidt, um dos seus

⁴²¹ Grupo Comunista Brasileiro “Zumbi”. **A Plebe**, São Paulo, Ano IV, Nº 48, 27 de dezembro de 1919, p. 1.

⁴²² Grupo Comunista Brasileiro “Zumbi”. **A Plebe**, São Paulo, Ano IV, Nº 48, 27 de dezembro de 1919, p. 1.

⁴²³ Grupo Comunista Brasileiro “Zumbi”. **A Plebe**, São Paulo, Ano IV, Nº 48, 27 de dezembro de 1919, p. 1.

⁴²⁴ HALL, Michael e PINHEIRO, Paulo Sérgio. O grupo Clarté no Brasil: da revolução nos espíritos ao ministério do Trabalho. In: PRADO, Antonio Arnoni (org.). **Libertários no Brasil**: memória, lutas, cultura. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 259.

membros mais conhecidos, mencione em depoimento posterior que estavam entre os fundadores do grupo paulista “intelectuais ligados à imprensa operária paulista e carioca, como Astrojildo Pereira, Edgard Leuenroth, Everardo Dias, Gigi Damini, Maximiliano Ricardo, Andrade Cadete Silvio Floreal”.⁴²⁵ Contudo, além do fato de não haver documentos do período que mostrem claramente esse vínculo, percebe-se que parte das ideias defendidas no manifesto “são bastante diferentes em seu espírito da maior parte daquilo que os nomes indicados por Schmidt estavam publicando na imprensa operária da época”.⁴²⁶ Parece que as atividades do Grupo Zumbi estiveram limitadas à publicação do manifesto, como sugere o próprio Schmidt, ao afirmar que o “apagado” Grupo Zumbi, “de grandioso, só apresentava uma coisa: o programa”.⁴²⁷

3.2 O Grupo Clarté no Brasil

Embora a experiência do Grupo Zumbi tenha alcançado pouca projeção, no ano seguinte a imprensa operária continuou a discutir Barbusse e o Clarté. Contudo, apenas em 1921, com a divulgação de um apelo aos latino-americanos assinado por Barbusse e Anatole France, foram dados passos concretos no sentido de organizar um coletivo ligado ao Clarté no Brasil. O apelo se dirigia à “falange magnífica de escritores, artistas e estudantes que anelam renovar os valores morais e estéticos dos povos jovens da América Latina”.⁴²⁸ Na declaração a desigualdade e a exploração eram denunciadas de forma bastante genérica, buscando-se “estimular uma revolução nos espíritos, conforme os ideais que já alvorecem na nova consciência da humanidade”.⁴²⁹ Os autores do texto buscavam fazer com que seu apelo fosse ouvido por uma “minoridade seleta e clarividente, pelo melhor da juventude que estuda

⁴²⁵ PAULINO, Maria Célia. **Tradição e modernidade**: Afonso Schmidt e a literatura paulista (1906-1928). São Paulo: Annablume, 2002, p. 86.

⁴²⁶ HALL, Michael e PINHEIRO, Paulo Sérgio. O grupo Clarté no Brasil: da revolução nos espíritos ao ministério do Trabalho. In: PRADO, Antonio Arnoni (org.). **Libertários no Brasil**: memória, lutas, cultura. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 260.

⁴²⁷ Grupo Comunista Zumbi (1919). In: CARONE, Edgard (org.). **Movimento operário no Brasil (1977-1944)**. São Paulo: Difel, 1979, p. 336.

⁴²⁸ Aos intelectuais da América Latina. **A Vanguarda**, São Paulo, ano I, 16 de março de 1921, Nº 16, p. 1.

⁴²⁹ Aos intelectuais da América Latina. **A Vanguarda**, São Paulo, ano I, 16 de março de 1921, Nº 16, p. 1.

e sonha, por todos os intelectuais e artistas que confiam na possibilidade de melhorar a sociedade humana”.⁴³⁰

Circulando na imprensa operária, o manifesto parece ter impactado de forma positiva alguns setores socialistas. Em março de 1921, no jornal *A Vanguarda*, afirmava-se que o esforço do grupo francês, “buscando congregar, numa espécie de Internacional do Pensamento, todas as inteligências livres, no mundo inteiro, em prol da propaganda das ideias novas que visam melhores dias para os homens, vai cada dia obtendo adesões valiosas e sinceras”.⁴³¹ Inclusive publicouse resposta assinada por um grupo bastante diversificado, entre os quais alguns participaram da criação do Grupo Clarté, fundado meses depois. Nesse documento, publicado no começo de abril, afirmava-se:

Eis, pois, Camaradas Franceses, porque acudimos ao vosso apelo. Também nós – e nós particularmente – necessitamos que se realize a Revolução que pregais. Queremos que os espíritos se libertem dos odiosos prejuízos que constituem o substituto da era atual. A nossa palavra tem vibrado muita vez, na tribuna e na imprensa, postulando os princípios sobre os quais assentará a sociedade de amanhã. O nosso sonho, como o vosso, é o da união de todo os povos da terra, entregues ao labor fecundo da Paz, que há mais de mil anos, inutilmente, os homens aguardam.⁴³²

Apesar do uso do termo “revolução”, a transformação social defendida pelo manifesto é genérica e pouco precisa, ainda que alguns de seus signatários nesse período tenham vínculo com setores anarquistas ou sindicalistas revolucionários. Entre os nomes que assinaram o manifesto, encontram-se Afonso Schmidt, Coelho Cintra, Cristiano Cordeiro, Everardo Dias, Joaquim Pimenta e Lima Barreto.

⁴³⁰ Aos intelectuais da América Latina. *A Vanguarda*, São Paulo, ano I, 16 de março de 1921, Nº 16, p. 1.

⁴³¹ Mario Mattos. Os intelectuais minérios e o grupo “Clarté”. *A Vanguarda*, São Paulo, ano I, 15 de março de 1921, Nº 15, p. 1.

⁴³² A Internacional do Pensamento. *O Combate*, Rio de Janeiro, Ano I, Nº 40, 2 de abril de 1921, p. 5.

Não se sabe de forma precisa a relação entre essa resposta publicada em março pelo primeiro grupo ao apelo dos intelectuais franceses e a efetiva organização do Grupo Clarté meses depois. Sabe-se, contudo, que esse primeiro texto inclui alguns destacados intelectuais e sindicalistas que não tiveram atividade no Grupo Clarté, como o escritor Lima Barreto, e não inclui os nomes importantes do grupo, como Nicanor Nascimento.

Embora não se tenha detalhes sobre o início do funcionamento do grupo, sabe-se que a revista, também chamada *Clarté*, teve sete edições e foi publicada entre setembro de 1921 e janeiro de 1922, com uma tiragem média de dois mil exemplares. O grupo era dirigido por um Comitê Diretor, com sede na cidade do Rio de Janeiro, sendo “o único autorizado a tomar todas as decisões concernentes à ação geral do Grupo”.⁴³³ Em sua primeira composição, o Comitê Diretor era composto por Luiz Palmeira, Evaristo de Moraes, Nicanor Nascimento, Everardo Dias e Antonio Correa da Silva. Posteriormente Everardo Dias mencionou outros nomes que teriam tomado contato com Clarté, como Maurício Lacerda, Agripino Nazareth, Alcides Rosas, Teresa Escobar, Vicente Perrota, Francisco Alexandre, entre outros.⁴³⁴ Everardo Dias também fez menção à existência de trinta apoiadores, entre os quais alguns líderes sindicais, mas não cita seus nomes.

No Brasil, diferente do grupo francês, o Grupo Clarté não reuniu figuras literárias de destaque, mas lideranças políticas que ocupavam papéis de destaque em organizações sindicais ou na imprensa operária, ou mesmo como parlamentares, no período anterior à fundação do Grupo Clarté. Um dos fatores que explicam essa diferença talvez seja a particularidade de organização dos diferentes países, afinal, enquanto na França havia um partido socialista de grande peso político entre os trabalhadores, do qual muitos dos artistas que construíram o Clarté eram membros, enquanto no Brasil nunca houve um partido socialista com efetiva inserção no movimento operário. Pelo contrário, os membros do grupo brasileiro tinham trajetórias bastante diversas.

Nicanor Nascimento, advogado, nascido em 1871, foi deputado federal pelo Rio de Janeiro entre 1911 e 1921. Em 1911, apresentou um projeto, não aprovado pela Câmara, que proibiria o trabalho de menores de 10 anos. De forma geral, se destacou em sua atuação como deputado devido à defesa de questões trabalhistas, denunciando o desrespeito aos

⁴³³ Estatutos da sociedade civil Clarté. **Clarté**, Rio de Janeiro, Ano 1, Nº 1, 1 de setembro de 1921, p. 16.

⁴³⁴ DIAS, Everardo. **História das lutas sociais no Brasil**. São Paulo: Edaglit, 1962, p. 106.

direitos operários, a repressão e as deportações ilegais. Em 1917 apresentou com o deputado Maurício de Lacerda um projeto de regulamentação das relações de trabalho. Em 1922, retomou seu mandato de deputado, mas, a partir daí, assumiu posições cada vez mais governistas e apoiou a repressão na revolta de 1924.⁴³⁵ Sobre suas concepções, afirmou-se que, “em geral, apoiou as reivindicações estritamente econômicas dos operários e defendeu um reformismo brando e paternalista”.⁴³⁶ Por outro lado, se afirmou também que “jamais enganou sobre sua orientação política: socialdemocrata, intervencionista, nem socialista se considerava, pois não almejava nem pregava o total desaparecimento da estrutura social do seu tempo”.⁴³⁷

Evaristo de Moraes, nascido em 1871, advogado criminalista de grande renome, começou a colaborar com jornais republicanos e abolicionistas, vindo a juntar-se às campanhas pela República e pela Abolição. Desde 1890, participou da organização de partidos operários e socialistas, como o Partido Socialista Brasileiro (1902) e o Partido Socialista do Brasil (1917), pelo qual concorreu ao cargo de deputado federal em 1918, sem conseguir ser eleito. Engajou-se em vários movimentos eleitorais, como a campanhas de Rui Barbosa à Presidência da República (1910 e 1919) e de Nilo Peçanha, na chamada Reação Republicana, em 1921. Fez oposição a Artur Bernardes, sendo inclusive preso, acusado de envolvimento no movimento tenentista, em julho de 1924. No movimento sindical, exercia funções de advogado, embora, além de defender os operários da perseguição policial, também se envolvesse intensamente nos movimentos grevistas. Como advogado, procedeu à defesa judicial de militantes, entre os quais Edgard Leuenroth, acusado de insuflar operários a praticarem roubo, na greve geral de 1917.⁴³⁸ Participou da campanha da Aliança Liberal, vindo a exercer no Governo Vargas o cargo de consultor jurídico do Ministério

⁴³⁵ BATALHA, Claudio Henrique de Moraes (coord.). **Dicionário do movimento operário**: Rio de Janeiro do século XIX aos anos 1920: militantes e organizações. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2009, p. 113.

⁴³⁶ HALL, Michael e PINHEIRO, Paulo Sérgio. O grupo Clarté no Brasil: da revolução nos espíritos ao ministério do Trabalho. In: PRADO, Antonio Arnoni (org.). **Libertários no Brasil**: memória, lutas, cultura. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 262.

⁴³⁷ MORAES FILHO, Evaristo de Moraes. Introdução. In: MORAES FILHO, Evaristo de Moraes (Org.). **O socialismo brasileiro**. Brasília: Câmara dos Deputados: UnB, 1981, p. 48.

⁴³⁸ BATALHA, Claudio Henrique de Moraes (coord.). **Dicionário do movimento operário**: Rio de Janeiro do século XIX aos anos 1920: militantes e organizações. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2009, p. 106.

do Trabalho, no qual, juntamente com Joaquim Pimenta, elaborou a lei de sindicalização de 1931”.⁴³⁹ No plano ideológico, além de sua atuação anticlerical, tendo inclusive publicado artigos em *O Livre Pensador*, “defendia o direito de greve e a liberdade sindical como instrumento, que se oferecem ao trabalhador, para a mudança social”.⁴⁴⁰

Antonio Correia da Silva, jornalista pernambucano, defendia posições sindicalistas revolucionárias nos artigos que escreveu para os jornais *Voz do Povo* e *Renovação*, ambos do Rio de Janeiro entre 1920 e início de 1921. Participou da direção do Grupo Clarté entre março e novembro de 1921, quando foi substituído pelo jornalista Clodoveu Doliveira.⁴⁴¹ O outro membro da direção do Grupo Clarté era o professor Luiz Palmeira, mais conhecido por ter sido um dos mentores, com seu irmão Álvaro Palmeira, da Coligação Social.⁴⁴² Essa frente eleitoral tinha como principal objetivo reeleger Nicanor Nascimento como deputado federal.⁴⁴³

Entre os outros nomes que se aproximaram do Grupo Clarté, um dos mais conhecidos era Maurício de Lacerda, deputado federal pelo Rio de Janeiro entre 1912 e 1920. Maçom, oriundo de uma família de fazendeiros da região de Vassouras, participou, em 1909, de uma conspiração com militares que visava derrubar o governo Afonso Pena, mas o presidente morreu antes que o plano fosse colocado em prática. De 1910 a 1912, foi oficial de gabinete do presidente Hermes da Fonseca. Eleito deputado em 1912, passando ao campo da oposição, apresentou projetos visando à melhoria das condições dos trabalhadores.

⁴³⁹ BATALHA, Claudio Henrique de Moraes (coord.). **Dicionário do movimento operário**: Rio de Janeiro do século XIX aos anos 1920: militantes e organizações. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2009, p. 107.

⁴⁴⁰ MORAES FILHO, Evaristo de Moraes. Introdução. In: MORAES FILHO, Evaristo de Moraes (Org.). **O socialismo brasileiro**. Brasília: Câmara dos Deputados: UnB, 1981, p. 47.

⁴⁴¹ BATALHA, Claudio Henrique de Moraes (coord.). **Dicionário do movimento operário**: Rio de Janeiro do século XIX aos anos 1920: militantes e organizações. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2009, p. 151.

⁴⁴² BATALHA, Claudio Henrique de Moraes (coord.). **Dicionário do movimento operário**: Rio de Janeiro do século XIX aos anos 1920: militantes e organizações. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2009, p. 123. Álvaro Palmeira, nascido em 1889, ainda estudante, tomou parte na chamada “Insurreição Anarquista” do Rio de Janeiro, em novembro de 1918. Na segunda metade de 1920, tornou-se um dos organizadores da Coligação Social, posteriormente vindo a se afastar do anarquismo. Ingressou na Maçonaria em dezembro de 1920, na Loja “Fraternidade Espanhola”, vindo a exercer diversas funções no Grande Oriente do Brasil, inclusive a de grão-mestre.

⁴⁴³ BATALHA, Claudio (coord.). **Dicionário do movimento operário**: Rio de Janeiro do século XIX aos anos 1920: militantes e organizações. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2009, p. 217.

Em 1915 envolveu-se com uma conspiração que visava colocar na presidência o general Emídio Dantas Barreto. Foi um dos apoiadores da Reação Republicana, encabeçada por Nilo Peçanha, que disputou com Artur Bernardes a eleição presidencial de 1921. Lacerda participou da conspiração envolvendo militares e civis que resultou no levante tenentista de 1924 e, como consequência, foi preso por mais de dois anos sem processo. Foi um dos apoiadores da chamada Revolução de 1930 e, com a criação do Ministério do Trabalho no ano seguinte, foi convidado por Getúlio Vargas para ser o primeiro ministro do Trabalho. No entanto, recusou a proposta.⁴⁴⁴ No plano ideológico, pode-se afirmar que “combinava sugestões aos operários a favor de reformas legais, com referências favoráveis à greve geral revolucionária e à ditadura do proletariado”.⁴⁴⁵

Outro nome de relevo que contribuiu com o Grupo Clarté foi Agripino Nazareth, também advogado, que se envolveu com Maurício de Lacerda na tentativa de derrubada do presidente Emídio Dantas Barreto, em 1915. Participou da onda grevista ocorrida entre 1917 e 1921. Foi um dos articuladores do Partido Socialista Brasileiro, junto com Evaristo de Moraes e outros militantes, fundado em 1925. Nesse período, envolveu-se em polêmicas na imprensa com os anarquistas e os comunistas.⁴⁴⁶ Fez parte da Aliança Liberal, vindo a ser indicado como assessor do Ministério do Trabalho, em 1931.⁴⁴⁷

Pelas informações das trajetórias, é possível perceber algumas características e redes que ligavam os membros de Clarté antes da fundação do grupo, em parte comuns à trajetória de Everardo Dias. Em primeiro lugar, todos faziam parte do setor que, tendo apoiado inicialmente a República, se afastou do regime à medida que ficava claro o caráter centralizador e excludente do regime. Nesse sentido, muitos tiveram uma atuação conjunta, nas organizações operárias ou

⁴⁴⁴ BATALHA, Claudio Henrique de Moraes (coord.). **Dicionário do movimento operário**: Rio de Janeiro do século XIX aos anos 1920: militantes e organizações. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2009, p. 83.

⁴⁴⁵ HALL, Michael e PINHEIRO, Paulo Sérgio. O grupo Clarté no Brasil: da revolução nos espíritos ao ministério do Trabalho. In: PRADO, Antonio Arnoni (org.). **Libertários no Brasil**: memória, lutas, cultura. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 264.

⁴⁴⁶ BATALHA, Claudio Henrique de Moraes (coord.). **Dicionário do movimento operário**: Rio de Janeiro do século XIX aos anos 1920: militantes e organizações. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2009, p. 114.

⁴⁴⁷ MORAES FILHO, Evaristo de Moraes. Introdução. In: MORAES FILHO, Evaristo de Moraes (Org.). **O socialismo brasileiro**. Brasília: Câmara dos Deputados: UnB, 1981, p. 51.

mesmo por meio da atuação parlamentar, na onda grevista no final da década de 1910. Em segundo lugar, no plano ideológico, todos podem ser enquadrados como socialistas reformistas, na medida em que ou centravam sua ação nas disputas institucionais ou, quando defendiam posições anarquistas ou sindicalistas revolucionárias, o faziam como apoiadores externos do movimento operário e não como membros ativos dos sindicatos ou de outras associações de classe. Pode-se identificar também como um elemento comum aos membros do Clarté o fato de que, no período posterior à criação do grupo, parte deles ter apoiado ou mesmo participaram do primeiro governo de Getúlio Vargas. Destaca-se, por fim, a relação de alguns dos membros com a Maçonaria, podendo-se considerá-la como um possível espaço de sociabilidade e de articulação política dos membros do grupo.

3.3 Clarté e o socialismo

O socialismo apresentado pelo Clarté no Brasil se mostrou, por um lado, bastante eclético em suas formulações teóricas e, por outro, se caracteriza por uma moderada perspectiva reformista, bastante afastada da perspectiva marxista, a qual teve grande influência sobre o processo revolucionário russo. Nesse sentido, ainda que a revista tenha publicado grande quantidade de textos que tinham como objetivo apresentar informações ao público brasileiro sobre a construção do socialismo na Rússia, não se comprometeu abertamente com o comunismo. O Clarté no Brasil, em grande medida, era influenciado pelas ideias defendidas por Barbusse em uma fase “pacifista”, entre 1916 e 1919, ou seja, antes de sua adesão ao comunismo. O grupo brasileiro compartilhava

da mesma confiança sem limites da razão e no aperfeiçoamento humano e no mesmo comprometimento ardente, ainda que algo crítico, com a regeneração social, que caracterizam as ideias de Barbusse.⁴⁴⁸

⁴⁴⁸ HALL, Michael e PINHEIRO, Paulo Sérgio. O grupo Clarté no Brasil: da revolução nos espíritos ao ministério do Trabalho. In: PRADO, Antonio Arnoni (org.). **Libertários no Brasil**: memória, lutas, cultura. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 267.

O grupo brasileiro definiu seus princípios e programas em duas declarações publicadas no primeiro número da revista, em setembro de 1921. O primeiro texto é uma espécie de manifesto do grupo, em que se pode identificar referência tanto ao marxismo como ao positivismo, sem, contudo, apresentar uma perspectiva política clara ou construir uma análise específica acerca da situação do Brasil. O texto é bastante vago em suas formulações, iniciando com a seguinte frase: “O ambiente mundial determina uma situação especial para os intelectuais emancipados de preconceitos”.⁴⁴⁹ Na sequência afirma-se: “Nós pelejamos pela verdade na sua forma de conhecimento, e desenvolvida nas suas fórmulas superiores – a beleza e a justiça”.⁴⁵⁰ Por essas passagens, pode-se afirmar que o texto não defende uma transformação da sociedade a partir de uma ruptura com o sistema econômico vigente, mas por um tipo de regeneração moral da humanidade.

O texto passa à análise da formação do capital, destacando que foi apropriado de forma individual, apesar do seu caráter social. Segundo o texto,

como fenômeno evolutivo, de natureza econômica, nasceu e cresceu o capital, indispensável à grande produção. As aquisições do passado – quer como capital material (matérias primas e instrumentos de trabalho) quer como conquista da inteligência e da adaptação profissional (elemento pessoal) são aquisições de natureza social.⁴⁵¹

No texto afirma-se que foi o desenvolvimento crescente da espécie humana, organizada em sociedade,

que criou a mentalidade e acumulou os instrumentos de trabalho. Esta acumulação é social. Foi produzida e conservada por todos. Assim, cientificamente estudada a questão, o

⁴⁴⁹ Clarté. **Clarté**, Rio de Janeiro, Ano 1, nº 1, 01 de setembro de 1921, p. 1.

⁴⁵⁰ Clarté. **Clarté**, Rio de Janeiro, Ano 1, nº 1, 01 de setembro de 1921, p. 1.

⁴⁵¹ Clarté. **Clarté**, Rio de Janeiro, Ano 1, nº 1, 01 de setembro de 1921, p. 1.

CAPITAL é SOCIAL, é da sociedade. Num momento dado, porém, foi a fórmula mais útil de produção a propriedade individual, como, em outro tempo, foi a coletiva, familiar ou feudal.⁴⁵²

Essa organização está relacionada com a constituição do Estado, que seria “o instrumento geral da ação sinérgica, coletiva”, uma

concentração de forças sociais para o bem comum. Com ele está sua fórmula – a lei. Por ele age a Justiça. Para lhe realizar os fins, organiza-se a administração e todas as forças e aparelhagens sociais de execução.⁴⁵³

Contudo, esse caráter de bem comum se perdeu, na medida em que

as classes dominantes – pela evolução da mentalidade, mas quase sempre pela vitória material – apropriam-se de todo o aparelho do Estado e do Capital para realizar os próprios objetivos, à custa das classes vencidas.⁴⁵⁴

Nessa exposição inicial evidencia-se a ausência do referencial teórico marxista nas análises do Grupo Clarté. Por um lado, descreve-se uma dinâmica evolucionista na exposição do desenvolvimento econômico, sem abordar como elemento central a luta de classes. Por outro lado, o papel do indivíduo nesse processo é bastante destacado, eventualmente talvez se aproximando de uma concepção liberal do processo histórico. Por outro lado, o Estado não é apresentado como um espaço de dominação da burguesia, mas como mediador de eventuais conflitos sociais. Esse caráter social e de justiça social teria se perdido não pela natureza da exploração do trabalhador, mas pela corrupção do ser humano pelo meio em que vive.

⁴⁵² Clarté. **Clarté**, Rio de Janeiro, Ano 1, nº 1, 01 de setembro de 1921, p. 1.

⁴⁵³ Clarté. **Clarté**, Rio de Janeiro, Ano 1, nº 1, 01 de setembro de 1921, p. 2.

⁴⁵⁴ Clarté. **Clarté**, Rio de Janeiro, Ano 1, nº 1, 01 de setembro de 1921, p. 2.

Para o Grupo Clarté, um importante marco história seria a Revolução Francesa, afinal ela teria destruído a ordem medieval, levando ao poder a burguesia. Contudo, segundo o texto, os fins declarados da Revolução fracassaram:

Conforme a lei sociológica, apenas se deu um deslocamento: o governo passou para as mãos da burguesia senhora do Capital. Esta – como a fidalguia – tratou de organizar o Estado para o gozo da classe. Houve vantagem na transformação, porque um grupo de mais numeroso de humanos passou a gozar de garantias sociais e dos bens produzidos. Mesmo os relegados para o plano inferior tiveram vantagens na difusão dos bens e da cultura.⁴⁵⁵

Em âmbito econômico, o texto se refere ao desenvolvimento da indústria, destacando o uso cada vez maior da técnica científica na produção, que teria levando a uma “colossal acumulação de capital em dinheiro, matérias-primas e maquinaria”.⁴⁵⁶ Nesse cenário, Clarté aponta para algo que pode ser entendido talvez como seu objetivo de sociedade, reafirmando “a certeza de que o Capital é social e o Estado deve ser o instrumento de todos”.⁴⁵⁷ Portanto, o capital não seria resultado da exploração do trabalho e o Estado não teria o papel de repressão da sociedade, como parte da dinâmica histórica e social, mas poderiam ser recuperados para o bem comum.

No que se refere à conjuntura política e social, o texto se dedica bastante a analisar a Primeira Guerra. Segundo o documento,

precipitado pela febre da luta, ao conflito material em que as forças humanas foram lançadas – inconscientes – em uma peleja bestial, seguiu-se uma competição de interesses inferiores e mascarados – não menos bestiais, que procuraram

⁴⁵⁵ Clarté. **Clarté**, Rio de Janeiro, Ano 1, nº 1, 01 de setembro de 1921, p. 2.

⁴⁵⁶ Clarté. **Clarté**, Rio de Janeiro, Ano 1, nº 1, 01 de setembro de 1921, p. 2.

⁴⁵⁷ Clarté. **Clarté**, Rio de Janeiro, Ano 1, nº 1, 01 de setembro de 1921, p. 2.

na exploração dos vencidos a saciedade dos apetites os mais grosseiros.⁴⁵⁸

Novamente neste ponto a vontade humana, corrompida pelo meio, teria sido um fator central na tragédia associada à guerra mundial. Como reação a essa “peleja bestial”, intelectuais e trabalhadores teriam se mobilizado de diferentes formas. Na Rússia, devido a condições internas favoráveis,

a explosão revolucionária teve feitiço catastróficos, que erradicou todos os institutos feudais, destruiu todos os aparelhos de exploração das classes nobres e burguesas – ali associadas – e tomou de assalto o Estado, cuja energia organizada logo pôs a serviço da classe vencedora.⁴⁵⁹

Não há uma caracterização precisa do que estaria acontecendo na Rússia, sem associá-lo a uma derrota do capitalismo e ao eventual surgimento de um regime socialista, ainda que o grupo pareça sugerir que aqueles acontecimentos pudessem se repetir no Brasil. Essa possibilidade, contudo, parecia ser minada pelo fato de que “a verdade sobre os acontecimentos mundiais era cuidadosamente ocultada, em parte pelos serviços telegráficos, que são subsidiados pelos governos interessados no obscurantismo”.⁴⁶⁰ Com a publicação da revista *Clarté* seria possível produzir “um clima de atenuação às mentiras e calúnias veiculadas pelas agências telegráficas a serviço dos governos reacionários e imperialistas”.⁴⁶¹

Esse primeiro documento apresentava uma concepção mais geral do Grupo Clarté. O segundo documento, por outro lado, tinha como objetivo apresentar a compreensão de Clarté acerca de algumas questões específicos. Embora novamente José Ingenieros seja mencionado, não há uma explicação detalhada acerca de uma possível

⁴⁵⁸ Clarté. **Clarté**, Rio de Janeiro, Ano 1, nº 1, 01 de setembro de 1921, p. 3.

⁴⁵⁹ Clarté. **Clarté**, Rio de Janeiro, Ano 1, nº 1, 01 de setembro de 1921, p. 3.

⁴⁶⁰ HALL, Michael e PINHEIRO, Paulo Sérgio. O grupo Clarté no Brasil: da revolução nos espíritos ao ministério do Trabalho. In: PRADO, Antonio Arnoni (org.). **Libertários no Brasil**: memória, lutas, cultura. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 269.

⁴⁶¹ DIAS, Everardo. **História das lutas sociais no Brasil**. São Paulo: Edaglit, 1962, p. 108.

relação com as primeiras tentativas de articulação do Clarté da Argentina. O documento produzido pelos brasileiros tem algumas semelhanças com o texto “Los ideales del Grupo Claridad”, publicado por José Ingenieros, em 1920. Contudo, apesar das possíveis semelhanças, os brasileiros modificaram o programa proposto pelo intelectual argentino, “retirando quase tudo que pudesse parecer mais ousado de uma proposta já não particularmente militante ou revolucionária, tornando-a ainda mais estatizante e ainda mais reformista”.⁴⁶²

Nessa segunda declaração, também publicada na primeira edição da revista do grupo, são apresentadas algumas proposições bastante genéricas acerca de temáticas diversas, que esclarecem os elementos reformistas do socialismo defendido pelos membros de Clarté. Por exemplo, no item de política internacional defendem o “direito de autodeterminação dos povos, contra todo o imperialismo, quer político, quer econômico” e a “solidariedade moral com os povos que lutam pela extinção dos privilégios e tendem a organizar um regime social novo fundado na cooperação dos produtores”.⁴⁶³ Essa é a única menção na declaração que se pode aproximar de uma defesa da Revolução Russa, embora não mencione diretamente esse processo revolucionário e nem mesmo faça uma defesa da superação do capitalismo. No texto defende-se o direito dos povos à autodeterminação, sem apresentar a construção do socialismo como projetos de sociedade.

No que se refere às questões econômicas, a declaração defende a “extensão do controle social a todos os ramos de produção e de consumo, com a fiscalização o mais rigorosa dos intermediários (enquanto existirem)” e a “posse gradativa e coletiva dos grandes meios de produção pelos produtores tecnicamente organizados”.⁴⁶⁴ Esse ponto demonstra a compreensão gradualista da transformação da economia, quando se fala da de ampliação do controle dos trabalhadores sobre a economia, sem apontar para o fim da propriedade privada dos meios de produção.

⁴⁶² HALL, Michael e PINHEIRO, Paulo Sérgio. O grupo Clarté no Brasil: da revolução nos espíritos ao ministério do Trabalho. In: PRADO, Antonio Arnoni (org.). **Libertários no Brasil**: memória, lutas, cultura. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 270.

⁴⁶³ Clarté. **Clarté**, Rio de Janeiro, Ano 1, nº 1, 01 de setembro de 1921, p. 13.

⁴⁶⁴ Clarté. **Clarté**, Rio de Janeiro, Ano 1, nº 1, 01 de setembro de 1921, p. 13.

No item que se refere à “ordem moral”, apresentam algumas posições que os aproximam da imprensa anticlerical, como a defesa “educação integral que capacite os seres humanos para desempenhar funções à sociedade”, a “proscrição de todas as superstições e dogmatismo do ensino” e a “defesa ampla da liberdade de pensar”.⁴⁶⁵ Esses defensores do livre-pensamento, igualmente, apontavam para a necessidade de “propiciar a convergência de todas as forças intelectuais que se inspirem na visão do futuro social mais justo e igualitário”.⁴⁶⁶ Este é possivelmente o centro do projeto de Clarté, em sua frente internacional, reunindo em um novo projeto político as mais diferentes forças, fossem socialistas, liberais ou qualquer outra formulação que defendesse um futuro justo e igualitário. No manifesto de fundação do grupo uruguaio, afirmava-se que em Clarté “cabem todos os homens livres, capazes de olhar de frente o futuro, sejam quais forem suas tendências e opiniões particulares”, não sendo ligado a “nenhum dogma”.⁴⁶⁷

Em outros textos publicados na revista, assinados pelos diferentes colaboradores, alguns desses temas foram novamente explorados, expressando que “pontos de vista que por vezes davam a impressão de uma visão mais crítica e militante do que aparecia nessas declarações iniciais”.⁴⁶⁸ Contudo, ainda que eventualmente alguns dos textos apresentem posições mais críticas do que aquelas defendidas nos primeiros documentos do grupo, eles não superam as posições reformistas de socialismo apresentadas. Embora sejam comuns, as críticas ao capitalismo e à burguesia têm um conteúdo predominantemente moral e são bastante genéricas. Por exemplo, referindo-se à burguesia, Everardo Dias afirmava:

o seu espírito mercantilista promove guerra internacionais, tanto para ter novos seres e territórios para explorar, como para distrair e enganar, com o espantinho da pátria – que não reconhece – as multidões ignorantes e embrutecidas por largos séculos de escravidão,

⁴⁶⁵ Clarté. **Clarté**, Rio de Janeiro, Ano 1, nº 1, 01 de setembro de 1921, p. 13.

⁴⁶⁶ Clarté. **Clarté**, Rio de Janeiro, Ano 1, nº 1, 01 de setembro de 1921, p. 14.

⁴⁶⁷ Barbusse, Henri. **El resplandor en el abismo**. Montevideo: Claudio Garcia, 1921, p. 127-8.

⁴⁶⁸ HALL, Michael e PINHEIRO, Paulo Sérgio. O grupo Clarté no Brasil: da revolução nos espíritos ao ministério do Trabalho. In: PRADO, Antonio Arnoni (org.). **Libertários no Brasil**: memória, lutas, cultura. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 273.

que o clero de todas as religiões reforça, e eficazmente.⁴⁶⁹

Nessa lógica, as ações da burguesia não se relacionam a relações sociais concretas, com vistas à obtenção da mais valia, mas à vontade dessa classe em explorar e expandir seu poder, enganando as “multidões”. Portanto, a exploração do trabalho não seria uma relação social objetivo, mas sim o produto da vontade de um indivíduo. Por outro lado, as multidões não seriam sujeitos históricos conscientes, mas uma massa ignorante e embrutecida enganada pela burguesia, pelo Estado e mesmo pelo clero.

Como consequência desse raciocínio apresentado por Everardo Dias, seria possível criar a ilusão de que a burguesia se convenceria da maldade de suas ações e entregaria o poder aos trabalhadores. Everardo Dias afirmando ainda: “Desista a burguesia da propriedade e deixe-a em benefício da comunidade, da qual pode também fazer parte, gozando uma vida de desafogo que hoje não pode absolutamente gozar, apesar de suas riquezas”.⁴⁷⁰ O texto pedia à burguesia para deixar de lado a pressão sobre os demais cidadãos, deixando-os tão livres quando lhes permitisse seu “estado natural”. Se assim o fizesse, segundo Everardo Dias, as lutas sociais desapareceriam,

unindo em feliz consórcio os antigos proletários com os burgueses que a partir desse momento formarão todos o conjunto social mais belo que se pode imaginar, e, dando cada um o que a sua força muscular ou intelectual lhe permita, terá direito de sentar-se à mesa do grande banquete social, satisfazendo-se com a sua abundância ou sofrendo com a sua míngua.⁴⁷¹

⁴⁶⁹ Everardo Dias. De século a século. **Clarté**, Rio de Janeiro, Ano 1, Nº 2, 15 de setembro de 1921, p. 60.

⁴⁷⁰ Everardo Dias. De século a século. **Clarté**, Rio de Janeiro, Ano 1, Nº 2, 15 de setembro de 1921, p. 61.

⁴⁷¹ Everardo Dias. De século a século. **Clarté**, Rio de Janeiro, Ano 1, Nº 2, 15 de setembro de 1921, p. 60.

Essa crítica moral ao capitalismo também aparece em textos acerca de questões concretas, como a proliferação de doenças como a tuberculose em moradias de péssimas condições em que as populações mais pobres viviam.⁴⁷² Em outro texto, acerca da miséria infantil, afirma que esta somente poderia ser evitada se acabasse “o egoísmo capitalista, de cuja cessação surgirá a fraternidade entre os povos, isto mesmo depois de muita luta e obstinação, de muito sacrifício e muitas revoluções”.⁴⁷³ Nesse texto, escrito por Luiz Palmeira, afirma-se que o equilíbrio econômico entre os homens colocaria fim no problema social, ou seja, a superação das desigualdades não seriam produto de uma transformação revolucionária da sociedade, como propunha o marxismo, mas da regulação das atividades econômicas pelo Estado.

Em alguns artigos faz-se referência à luta de classes, denunciando-se, a partir de diferentes aspectos, a propriedade privada. Em texto acerca da cultura da cana de açúcar, realizada extensivamente no estado de Pernambuco, afirma-se que “o trabalho agrícola na zona açucareira de Pernambuco é o mais flagrante atestado do parasitismo econômico da época contemporânea”.⁴⁷⁴ O texto denunciava a situação dos trabalhadores e discutia o papel do Estado no apoio aos usineiros contra uma greve dos trabalhadores rurais, afirmando que as respostas aos problemas enfrentados pelos trabalhadores seriam dadas “quando o direito de propriedade privada, principalmente da terra, que é mil vezes odioso” sofresse “os golpes da renovação social”.⁴⁷⁵

Nicanor do Nascimento, em outro artigo publicado na última edição de *Clarté*, em janeiro de 1922, se refere ao “regime de propriedade individual” para designar o sistema econômico capitalista, comparando-o a um tipo de guerra. Para acabar com essa guerra, seria “indispensável mudar a face econômica da Terra, entender que chegamos a tal estado de civilização que a luta não precisa mais ser entre os indivíduos da mesma espécie”.⁴⁷⁶ Sem se referir diretamente à luta de classes, Nascimento aponta que sua superação não passa pela

⁴⁷² Evaristo de Moraes. O problema da tuberculose o problema da habitação das classes pobres. *Clarté*, Rio de Janeiro, Ano 1, Nº 6, dezembro de 1921, p. 167.

⁴⁷³ Luiz Palmeira. A infância abandonada. *Clarté*, Rio de Janeiro, Ano 1, Nº 3, 15 de outubro de 1921, p. 85.

⁴⁷⁴ Antônio Correia Silva. O trabalhador agrícola em Pernambuco. *Clarté*, Rio de Janeiro, Ano 1, Nº 1, 01 de setembro de 1921, p. 21.

⁴⁷⁵ Antônio Correia Silva. O trabalhador agrícola em Pernambuco. *Clarté*, Rio de Janeiro, Ano 1, Nº 1, 01 de setembro de 1921, p. 21.

⁴⁷⁶ Nicanor Nascimento. A farsa do desarmamento, *Clarté*, Rio de Janeiro, Ano 1, Nº 7, janeiro de 1922, p. 197.

revolução, mas por se assumir um espírito que faça a humanidade deixar de se explorar e, nas palavras do próprio Nascimento, acabar com a “luta do homem contra o homem”.⁴⁷⁷ Nesta passagem, novamente, a exploração capitalista não se constitui em uma relação social, mas produto da vontade de alguns indivíduos.

Em outros textos o grupo não demonstrava ter ilusões acerca do papel desempenhado pelo Estado, ainda que mantivesse a ilusão de uma possível regeneração moral. Evaristo de Moraes afirmou que o papel dos políticos seria a “defesa dos interesses da classe”.⁴⁷⁸ Outros textos também se referiam ao caráter repressivo do Estado e à corrupção. Em texto não assinado publicado em *Clarté* afirmava-se era cada dia mais numerosa “a documentação do que é a justiça no regime burguês, com os homens atuais, cobertos de vícios”, onde “cada qual cuida de si, não do serviço público”.⁴⁷⁹ Nesse mesmo texto, afirma-se que “é a justiça – nas suas funções policiais, garantia e instrumento dos poderosos”.⁴⁸⁰

3.4 Clarté e a Revolução Russa

Uma dos temas mais frequentes que apareceram na revista *Clarté* se referem à Revolução Russa e seus desdobramentos. Everardo Dias afirmava que Clarté tinha como objetivo “a defesa da Revolução Russa e a divulgação da obra social e cultural dos Sovietes”.⁴⁸¹ Contudo, as frequentes referências à Revolução Russa e o apoio expresso às ações do governo soviético, presentes em textos da revista, não significaram uma adesão política ao comunismo por parte do grupo. Em texto não assinado, publicado em novembro de 1921, o grupo afirmava: “Clarté nem é burguesa nem soviética”.⁴⁸² O grupo parecia demonstrar mais interesse na solidariedade com os povos oprimidos, presente em seus

⁴⁷⁷ Nicanor Nascimento. A farsa do desarmamento, *Clarté*, Rio de Janeiro, Ano 1, Nº 7, jan. 1922, p. 197.

⁴⁷⁸ Evaristo de Moraes. As corporações políticas ao serviço do capitalismo. *Clarté*, Rio de Janeiro, Ano 1, Nº 3, 15 de outubro 1921, p. 81.

⁴⁷⁹ A justiça no regime atual, *Clarté*, Rio de Janeiro, Ano 1, Nº 5, novembro de 1921, p. 155.

⁴⁸⁰ A justiça no regime atual, *Clarté*, Rio de Janeiro, Ano 1, Nº 5, novembro de 1921, p. 155.

⁴⁸¹ DIAS, Everardo. *História das lutas sociais no Brasil*. São Paulo: Edaglit, 1962, p. 105.

⁴⁸² A renovação. *Clarté*, Rio de Janeiro, Ano 1, Nº 4, novembro de 1921, p. 97.

princípios gerais, do que na defesa do comunismo enquanto projeto de sociedade.

É possível dividir em dois tipos os textos que se referem à Revolução Russa publicados na revista. Um primeiro conjunto de textos é constituído por traduções de alguns documentos produzidos por lideranças soviéticas. Na primeira edição da revista publicou-se, por exemplo, o texto “O soviétismo e sua grande obra escolar”, escrito por Anatoly Lunacharsky, Comissário do Povo para a Instrução Pública.⁴⁸³ Publicaram-se também textos de Lênin, como o “Decreto sobre o trabalho obrigatório”, e documentos da Internacional comunista, como a “Resolução do Primeiro Congresso da Internacional Sindicalista Comunista”.⁴⁸⁴ Os textos das lideranças revolucionárias russas, traduzidos de línguas como o francês ou o inglês, tinham como objetivo trazer informações, ainda que parciais, das ações promovidas pelo governo bolchevique.

O segundo conjunto é constituído por textos dos colaboradores de *Clarté* sobre questões relacionadas à Revolução Russa. Por exemplo, o texto “Campanha difamatória”, escrito por Coelho Cintra, é bastante exemplar da compreensão que o Grupo Clarté tinha acerca da Revolução Russa. Segundo o autor, esta seria “a única até hoje realmente baseada sobre os alicerces da verdadeira democracia, representada por todas as classes produtoras de um país”.⁴⁸⁵ O caráter verdadeiramente democrático teria sido a razão para, nos seus quatro anos, até aquele momento o processo revolucionário russo “não tem tido o sossego necessário para poder organizar-se convenientemente, atormentada constantemente por seus inimigos em lutas internas e externas”.⁴⁸⁶ Em meio à campanha difamatória,

tudo, que ofende, já tem sido dito; de tudo já lançaram mão para o descrédito do soviétismo russo. E, no entanto, nada disso lhes tem valido para destruir no fundo a coisa em si: o poderio do operariado a dirigir-se, independente das antigas

⁴⁸³ *Clarté*, Rio de Janeiro, Ano 1, Nº 1, 1 de setembro de 1921, p. 27.

⁴⁸⁴ *Clarté*, Rio de Janeiro, Ano 1, Nº 1, 1 de setembro de 1921, p. 19-20; *Clarté*, Rio de Janeiro, Ano 1, Nº 5, novembro de 1921, p. 159-60.

⁴⁸⁵ Coelho Cintra. Campanha difamatória. *Clarté*, Rio de Janeiro, Ano 1, Nº 5, novembro de 1921, p. 144.

⁴⁸⁶ Coelho Cintra. Campanha difamatória. *Clarté*, Rio de Janeiro, Ano 1, Nº 5, novembro de 1921, p. 144.

normas da burguesia capitalista, com suas hipócritas democracias de parlamentos inúteis.⁴⁸⁷

Segundo Cintra, embora todo o mundo passasse por instabilidades econômicas e políticas, os críticos somente viam os problemas da Rússia soviética. Cintra afirma:

para o banditismo internacional do capitalismo somente a Rússia devia ficar incólume de todas essas desgraças simplesmente porque mudara completamente de regime czarista de todas as opressões para o de liberdade e igualdade proclamado pelo partido bolchevista.⁴⁸⁸

Outro texto compara a estrutura do Estado nos regimes capitalista e comunista, afirmando que, no primeiro caso, a representação do Estado seria “de todas as classes”, ou seja, “todos os grupos da população seriam eleitos pela população em geral e resolveria a situação política dos russos formando-lhe o governo”.⁴⁸⁹ Portanto, as classes dominantes no capitalismo, como a burguesia ou os grandes donos de terras, teriam sua representação no Estado. Contudo, no Estado soviético, “conforme a querem os majoritários bolchevistas, as classes que não trabalham não têm voto nem nenhuma participação nas coisas públicas”, ou seja, “só vota quem é obreiro, camponês pobre, funcionário, soldado, marinheiro propagandista etc.”.⁴⁹⁰

Nesse conjunto de textos encontram-se também algumas polêmicas com outras correntes que criticam os comunistas russos. Nicanor Nascimento publicou texto criticando os anarquistas por afirmar que o regime soviético seria mais violento que o dos czares,

⁴⁸⁷ Coelho Cintra. Campanha difamatória. **Clarté**, Rio de Janeiro, Ano1, Nº 5, novembro de 1921, p. 144.

⁴⁸⁸ Coelho Cintra. Campanha difamatória. **Clarté**, Rio de Janeiro, Ano1, Nº 5, novembro de 1921, p. 145.

⁴⁸⁹ Soviet. **Clarté**, Rio de Janeiro, Ano 1, Nº 2, 15 de setembro de 1921, p. 42.

⁴⁹⁰ Soviet. **Clarté**, Rio de Janeiro, Ano 1, Nº 2, 15 de setembro de 1921, p. 42.

chegando-se a falar em “terrorismo dos maximalistas”.⁴⁹¹ Os anarquistas, segundo o texto, defenderiam uma sociedade sem Estado e sem religião, onde seria excluída “toda a autoridade imediatamente, pois é ela a fonte de todo o mal”.⁴⁹² Contudo, para os bolcheviques, segundo Nicanor Nascimento, “a violência deve ser empregada, o aparelho do Estado deve ser utilizado – mesmo depois de vitoriosa a revolução – para exterminar o orgulho burguês, dominar todas as resistências e implantar a IGUALDADE. Não a liberdade”.⁴⁹³ Os comunistas seriam partidários de “uma ditadura de ferro dos obreiros sobre os capitalistas e de todos os demais adoradores da antiga sociedade”.⁴⁹⁴ Nascimento ressaltava que o Estado revolucionário pode cumprir o papel de organizador da sociedade, afirmando:

O Estado socialista comunista, socializará, tomará toda a riqueza, os instrumentos de produção, monopolizará a grande indústria; e, com este processo de concentração, e com estatísticas seguras de produção e de consumo, regularizará a produção.⁴⁹⁵

Posteriormente Everardo Dias comentou as críticas dos anarquistas ao projeto soviético. Segundo Everardo Dias, os anarquistas fariam a “separação entre Revolução Russa e Bolchevismo, alegando que este não constituía propriamente a revolução Russa, sendo uma simples fase dela”.⁴⁹⁶ Segundo os anarquistas, na interpretação de Everardo Dias, a Rússia bolchevique “mantinha-se através de uma ditadura férrea”, constituindo-se em uma “concentração de poder exercida por alguns, sem a fiscalização das massas operárias e camponesas”.⁴⁹⁷ Embora pudesse haver algum exagero nessas críticas

⁴⁹¹ Nicanor Nascimento. Anarquismo e bolchevismo. **Clarté**, Rio de Janeiro, Ano 1, Nº 2, 15 de setembro de 1921, p. 33.

⁴⁹² Nicanor Nascimento. Anarquismo e bolchevismo. **Clarté**, Rio de Janeiro, Ano 1, Nº 2, 15 de setembro de 1921, p. 35.

⁴⁹³ Nicanor Nascimento. Anarquismo e bolchevismo. **Clarté**, Rio de Janeiro, Ano 1, Nº 2, 15 de setembro de 1921, p. 36.

⁴⁹⁴ Nicanor Nascimento. Anarquismo e bolchevismo. **Clarté**, Rio de Janeiro, Ano 1, Nº 2, 15 de setembro de 1921, p. 37.

⁴⁹⁵ Nicanor Nascimento. Anarquismo e bolchevismo. **Clarté**, Rio de Janeiro, Ano 1, Nº 2, 15 de setembro de 1921, p. 37.

⁴⁹⁶ DIAS, Everardo. **História das lutas sociais no Brasil**. São Paulo: Edaglit, 1962, p. 102.

⁴⁹⁷ DIAS, Everardo. **História das lutas sociais no Brasil**. São Paulo: Edaglit, 1962, p. 103.

provenientes dos anarquistas, a dinâmica dos acontecimentos relacionados à União Soviética confirmou algumas delas. O principal exemplo pode ser considerado o próprio stalinismo, afinal sua origem está no fortalecimento de uma casta burocrática que, visando manter seus próprios interesses, esvaziou politicamente os soviets e demais organizações operárias, colocando-se no controle absoluto do partido e até mesmo das instituições do Estado.

Embora defendesse as conquistas da Revolução Russa, o Grupo Clarté não se furtava a mencionar eventuais recuos no projeto político soviético. Em alguns textos eram comentadas as eventuais dificuldades, embora de forma precisa, como em texto que aparentemente faz menção à Nova Política Econômica (NEP). No texto publicado em Clarté afirmava-se:

Os chefes do Governo Republicano Russo, na técnica do Governo, na realidade do Governo, tentando realizar o MARXISMO, estão forçados a reconhecer a necessidade de um longo período de transição, intermediário, dentro do qual se tem de fazer a transformação econômica da sociedade russa.⁴⁹⁸

A NEP foi a política econômica seguida pelo governo soviético em substituição ao comunismo de guerra, a partir de 1921.⁴⁹⁹ Com o fim da Guerra Civil, a economia russa estava praticamente destruída. O PIB chegou a um terço do de 1913 e a produção industrial era menor do que um quinto da anterior à Primeira Guerra. Além de outros fatores, como a diminuição da produção de carvão e da fundição de ferro, “a classe operária tinha diminuído qualitativamente em relação à sua força anterior. Grande parte dos operários mais conscientes morreu no front

⁴⁹⁸ Lenine. Clarté, Rio de Janeiro, Ano 1, Nº 3, 15 de outubro de 1921, p. 79.

⁴⁹⁹ “Para mobilizar os operários, é preciso controlar todas as potencialidades do país e será necessário nacionalizar a indústria sem que os operários tenham o tempo de passar, antes, pelo aprendizado do controle operário. A alimentação do exército e a provisão de armamentos são imperativos absolutos. O comércio privado desaparece por completo; para poder alimentar os soldados e os habitantes das cidades, destacamentos de operários armados percorrem as aldeias e confiscam os cereais” (BROUÉ, Pierre. **O partido bolchevique**. São Paulo: Sundermann, 2014, p. 124).

durante a Guerra Civil”.⁵⁰⁰ Com o objetivo de fazer com que o país saísse da crise em que se encontrava, a NEP recuperou alguns traços de capitalismo, com objetivo de incentivar a incipiente economia soviética, partindo de alguns princípios, como a liberdade de comércio interno, a autorização para o funcionamento de empresas particulares e a permissão de entrada de capitais estrangeiros para a reconstrução do país. Em um balanço dessa política, o historiador Pierre Broué afirma:

A NEP se caracteriza pela supressão das requisições de grãos – substituídas por um imposto progressivo em espécie –, pelo restabelecimento da liberdade de comércio e o reaparecimento de um mercado, pelo volta da economia monetária, pela tolerância à pequena e média indústria privada e pelo chamado, sob o controle estatal, a investimentos estrangeiros. Trata-se de um esforço para sair do círculo vicioso que supõe o comunismo de guerra. Além disso, de certo modo, constitui a inversão do pressuposto que partia da necessidade de se pilhar o campo para alimentar as cidades, para, ao invés disso, priorizar o estímulo ao camponês para que este forneça às cidades o produto do seu trabalho e possibilite uma política de produtividade industrial necessária para a sustentação do mercado.⁵⁰¹

Essa política foi realizada até o governo soviético dar início ao processo de coletivização das terras, em 1927.

3.5 Clarté, entre a reforma e a revolução

O Clarté brasileiro compunha um setor do socialismo que, embora tenha manifestado simpatia pela Revolução Russa, não aderiu ao comunismo. Em âmbito internacional, alguns grupos de Clarté ou alguns de seus membros se envolveram o comunismo ao longo dos primeiros

⁵⁰⁰ SAGRA, Alicia. **A Internacional**. São Paulo: Sundermann, 2010, p. 89.

⁵⁰¹ BROUÉ, Pierre. **O partido bolchevique**. São Paulo: Sundermann, 2014, p. 151-2.

anos da década de 1920. Barbusse aderiu ao Partido Comunista Francês em fevereiro de 1923. Publicou-se nas páginas de *Clarté* do Brasil, em novembro de 1921, um documento onde são apresentados os propósitos dos grupos *Claté*, “que se convertem em colaboradores, no terreno intelectual, do Partido Comunista”.⁵⁰² Nesse documento, defendia-se “que a ordem social deve desaparecer e dar lugar a uma ordem nova, fundada sobre os princípios absolutos do comunismo” e “que o estabelecimento dessa nova ordem não pode vir de uma série sucessiva de reformas, mas da destruição radical do sistema capitalista”.⁵⁰³ O grupo, definindo-se como um “centro de educação revolucionária internacional”, afirma que tinha como objetivo “aportar à tarefa do Partido Socialista Comunista uma contribuição de ordem mais especialmente intelectual”.⁵⁰⁴ Por outro lado, *Clarté* afirmava que não era um partido, pois “o partido político que responde a essas concepções já existe: é o partido Comunista Internacional”.⁵⁰⁵

No *Clarté* do Brasil, como se verifica pelas posições defendidas por seus membros, havia uma grande simpatia por uma versão reformista de socialismo. Embora tenham manifestado simpatia e até mesmo certo entusiasmo,

muitos dos colaboradores de *Clarté* pareciam não querer comprometer-se com o bolchevismo e a experiência russa. Além de publicar material informativo e de defender a revolução contra seus críticos, o grupo nunca quis ir além dessas tarefas, quaisquer que tenham sido as inclinações de alguns poucos dos seus membros.⁵⁰⁶

Essa posição pode ser inferida mesmo pela escolha dos textos publicados. No final de 1921, o *Clarté* brasileiro publicou um pequeno

⁵⁰² La Intelectual comunista. *Clarté*, Ano 1, Nº 4, novembro de 1921, p. 119.

⁵⁰³ La Intelectual comunista. *Clarté*, Ano 1, Nº 4, novembro de 1921, p. 119.

⁵⁰⁴ La Intelectual comunista. *Clarté*, Ano 1, Nº 4, novembro de 1921, p. 119.

⁵⁰⁵ La Intelectual comunista. *Clarté*, Ano 1, Nº 4, novembro de 1921, p. 119.

⁵⁰⁶ HALL, Michael e PINHEIRO, Paulo Sérgio. O grupo *Clarté* no Brasil: da revolução nos espíritos ao ministério do Trabalho. In: PRADO, Antonio Arnoni (org.). **Libertários no Brasil**: memória, lutas, cultura. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 275.

texto em que o jurista francês George Renard apresenta a síntese de uma concepção de socialismo. Segundo Renard,

ser socialista é tender à completa abolição dos privilégios ou, o que é o mesmo, ao estabelecimento da igualdade no domínio econômico, assim, como no domínio político; é tender que, em toda a sociedade, em vez da antiga divisão em pobres e ricos, protegidos e protetores, trabalhadores e ociosos, exista apenas uma classe, cujas unidades componentes, com exceção dos velhos e dos doentes, tenha obrigação e a faculdade de trabalhar, sem que possa obrigar pessoa alguma a trabalhar por si ou em seu proveito.⁵⁰⁷

Referindo-se à direção do processo revolucionário, Renard afirma:

Ser socialista não é preparar o triunfo de um partido, a supremacia de tal ou tal porção do povo. É estabelecer um regime em que todas as atividades se coordenem e cooperem para o bom funcionamento do conjunto; é substituir a força da astúcia pela conciliação, a guerra pela paz, o antagonismo das vontades pela reciprocidade dos serviços e das simpatias, a luta dos egoísmos pela solidariedade dos interesses.⁵⁰⁸

Embora não seja possível afirmar que este seja a concepção de socialismo de Clarté ou da totalidade de seus membros, ela está bastante afinada com a maior parte das elaborações políticas e teóricas do Grupo Clarté. O texto centra-se na crítica à desigualdade provocada pelo capitalismo e, como em exemplos anteriores, aponta para uma origem moral e individualista do sistema econômico. Em janeiro de 1922, publicou-se outro texto que também esboça certa compreensão de

⁵⁰⁷ George Renard. **Clarté**, Rio de Janeiro, Ano 1, N° 6, dezembro de 1921, p. 189.

⁵⁰⁸ George Renard. **Clarté**, Rio de Janeiro, Ano 1, N° 6, dezembro de 1921, p. 189.

socialismo, mais precisamente, de que forma estaria dividido naquele momento. No texto, Everardo Dias afirma:

Há, entre os socialistas do Brasil, como de resto no mundo inteiro, divergências de doutrina e às vezes ásperas dissensões. Uns, mais intransigentes, outros mais adaptáveis ao meio, outros querendo uma transformação por etapas, ainda outros aspirando à posse do Estado para o remodelar numa organização soviética, todos, afinal, querem ver a sociedade renovada em todas as suas formas arcaicas e injustas. Entre nós não há acordo, porque diferimos nos meios de ataque à atual organização social.⁵⁰⁹

Embora sem utilizar esses termos, Everardo Dias aponta para a existência de diferentes setores, como aqueles que defendem a transformação social, centrando a diferença justamente na compreensão de qual a melhor forma de superação do capitalismo. Alguns dos reformistas estavam em Clarté. Posteriormente, alguns dos membros de Clarté de lançaram na construção de uma das várias tentativas de construir um Partido Socialista no Brasil. Everardo Dias lembra assim desse movimento:

Seguindo uma diretriz paralela ao “Grupo Clarté”, alguns de seus principais organizadores propugnaram a fundação de um Partido Socialista, articulando para isso os elementos mais ativos e entusiastas que se encontravam à frente dos sindicatos moderados tanto da Capital da República como dos Estados e com os quais mantinham contato permanente e dispunham de prestígio, especialmente Nicanor Nascimento e Joaquim Pimenta, este no norte do país e o primeiro no Distrito Federal. Pelo programa exposto, seria um partido não parlamentarista,

⁵⁰⁹ Everardo Dias. Exploradores. **Clarté**, Rio de Janeiro, Ano 1, Nº 7, janeiro de 1922, p. 215-6.

mas que recorreria às urnas, à imprensa e a todos os meios de propaganda para a difusão de ideias e organização das massas laboriosas.⁵¹⁰

Esse movimento descrito por Everardo Dias parece não ter rendido frutos, na medida em que há poucas menções a ele em outros documentos. Na bibliografia especializada não se apresentam documentos originais acerca da organização desse partido, mas apenas as informações apontadas por Everardo Dias. Posteriormente, em maio de 1925, um partido socialista foi fundado efetivamente apenas, tendo à sua frente nomes como Agripino Nazareth e Evaristo de Moraes, desfrutando de alguma influência sobre o operariado da Bahia e do Rio de Janeiro e, inclusive, concorrendo às eleições de 1926 e 1927.

No processo de reorganização do movimento operário, percebe-se que o impacto do Grupo Clarté para a construção do PCB foi bastante pequeno ou mesmo nenhum, considerando que apenas Everardo Dias e Afonso Schmidt se vincularam ao partido. O projeto reformista esboçado nos textos do *Clarté* parece ter predominado na adesão da maior parte de seus membros a projetos como o PSB. Contudo, o Clarté ou seu efêmero antecessor Zumbi cumpriram o papel de difundir informações acerca da experiência revolucionária russa no Brasil, representando “indícios de mudança, que se direcionam também a favor de novos objetivos e forma de luta, isto é, a favor da Rússia soviética e à ideia da necessidade de formação partidária, mesmo que não seja a do modelo bolchevique”.⁵¹¹ Percebe-se que “o novo começa a romper a crosta que envolve o movimento operário, mas os valores tradicionais não deixam de se representar ainda nessas circunstâncias”.⁵¹² Somente com o início de construção do PCB, que começa a colocar a necessidade de ruptura com capitalismo, ainda que de forma ambígua, apontou-se para a possibilidade de superação dos projetos reformistas que tinham caracterizado as primeiras décadas da República.

3.6 Depois do Clarté

⁵¹⁰ DIAS, Everardo. **História das lutas sociais no Brasil**. São Paulo: Edaglit, 1962, p. 109.

⁵¹¹ CARONE, Edgard. **Classes sociais e movimento operário**. São Paulo: Ática, 1989, p. 86.

⁵¹² CARONE, Edgard. **Classes sociais e movimento operário**. São Paulo: Ática, 1989, p. 86.

Everardo Dias acabou por se envolver na política institucional, como a maior parte dos membros do Grupo Clarté. Em 1922, Everardo Dias participou da campanha presidencial de Nilo Peçanha, “republicano, maçom e liberal, que congregava os adversários de Artur Bernardes, o candidato das oligarquias dominantes à sucessão de Epitácio Pessoa”.⁵¹³ Numa descrição da situação política do período, publicada no livro *História das lutas sociais no Brasil*, Everardo Dias afirma que “o governo Epitácio tinha perseguido, maltratado, espezinhado os trabalhadores. Seus principais líderes quase todos estavam foragidos ou haviam sido deportados”.⁵¹⁴

Como reposta à vitória de Artur Bernardes, que viria a assumir a presidência em novembro, ocorreu a Revolta do Forte de Copacabana, em 5 de julho de 1922.⁵¹⁵ Everardo Dias afirmou que o levante dos militares “tinha um caráter social, embora muito atenuado, mas abertamente nacionalista e anti-imperialista”.⁵¹⁶ No acórdão do STF, que concedeu a liberdade aos presos, afirmava-se, em janeiro de 1923:

Os pacientes são apontados como implicados no movimento subversivo de Julho de 1922 - que tinha por objetivo a deposição do Presidente da República, ou, antes, a subversão da ordem constitucional. Para levarem a efeito o plano revolucionário os militares que nele tomaram parte usaram do seu prestígio no Exército, revoltaram forças, apoderaram-se de praças de guerra, usaram para fim criminoso das armas que a Nação lhes confiou para manterem a sua honra e

⁵¹³ RIDENTI, Marcelo. Everardo Dias. In: Luiz Pericás; Lincoln Secco. (Org.). **Intérpretes do Brasil**: clássicos, rebeldes e renegados. São Paulo: Boitempo, 2014, p. 134.

⁵¹⁴ DIAS, Everardo. **História das lutas sociais no Brasil**. São Paulo: Edaglit, 1962, p. 119.

⁵¹⁵ Representados pelo advogado Heitor Lima, foram acusados os seguintes oficiais do Exército: coronel João Maria Xavier de Brito Júnior, capitão João Carlos Barreto, capitão Leopoldo Nery da Fonseca Júnior, tenente Aristoteles de Souza Dantas, tenente Arthur Pereira Lima, tenente Canrobert Penn Lopes da Costa, tenente Edmundo de Macedo Soares e Silva, tenente Eugenio Ewerton Pinto, tenente Fernando Bruce, tenente Henrique Ricardo Hall, tenente Hugo Bezerra de Albuquerque, tenente Illydio Romulo Colonia, tenente Landerico de Albuquerque Lima; tenente Mario Chaves Ferreira, tenente Rubens de Azevedo Guimarães, tenente Sylo Furtado Soares de Meireles, tenente Tasso de Oliveira Tinoco, tenente Thales de Azevedo Villas Boas, tenente Victor Cesar da Cunha Cruz (STF, Habeas Corpus nº 8801, Acórdão, 1923).

⁵¹⁶ DIAS, Everardo. **História das lutas sociais no Brasil**. São Paulo: Edaglit, 1962, p. 127.

integridade. O fato descrito na denúncia se teve intuito político não deixa por isto de assumir o caráter de uma revolta militar.⁵¹⁷

Portanto, ainda que o STF tenha concedido o *habeas corpus*, não inocentou os militares revoltos, alguns dos ministros declarando que o concedeu “unicamente pela excessiva demora em se iniciar a formação da culpa”.⁵¹⁸ Nos meses seguintes outros processos foram julgados pelo STF, como aquele que pedia *habeas corpus* “em favor do General Clodoaldo da Fonseca e mais 37 militares presos e acusados de crimes de natureza política, vinculados ao movimento sedicioso de 5 de julho de 1922”.⁵¹⁹ Neste processo pode-se identificar inclusive a extensão da revolta para outros estados do país. Segundo Everardo Dias, além do levante em Copacabana, também “houve outros simultâneos, bem distintos, nas guarnições de Pernambuco, do Paraná, de Mato Grosso, do Rio Grande do Sul”.⁵²⁰

Em reação ao levante do Forte de Copacabana, intensificou-se a repressão. Everardo Dias conta que “o governo desencadeou uma onda de prisões terrificantes, não só de militares como de civis, sem olhar posição nem categoria ou hierarquia”.⁵²¹ Essa ampliação na repressão foi garantida em grande medida pelo estado de sítio, “decretado em julho de 1924 e prolongado até o fim de dezembro de 1926”, quando se assistiu “ao exercício do poder político como uma técnica de gestão populacional pautada por métodos preventivos de controle social”.⁵²² Segundo Paulo Sérgio Pinheiro, o estado esteve marcado pela “suspensão das garantias individuais, numa situação muito próxima a um estado de guerra (interna)”.⁵²³

Everardo Dias não esclarece nada acerca do seu possível envolvimento nesse processo, embora afirme ter participado de uma articulação posterior que visava o “reagrupamento das forças dispersas

⁵¹⁷ STF, Habeas Corpus nº 8801, Acórdão, 1923.

⁵¹⁸ STF, Habeas Corpus nº 8801, Acórdão, 1923.

⁵¹⁹ STF, Habeas Corpus nº 8826, Processo, 1923.

⁵²⁰ DIAS, Everardo. **História das lutas sociais no Brasil**. São Paulo: Edaglit, 1962, p. 129.

⁵²¹ DIAS, Everardo. **História das lutas sociais no Brasil**. São Paulo: Edaglit, 1962, p. 129.

⁵²² ROMANI, Carlo. Antecipando a era Vargas: a Revolução Paulista de 1924 e a efetivação das práticas de controle político e social. **Topoi**, vol. 12, n. 23, 2011 p. 162.

⁵²³ PINHEIRO, Paulo Sérgio. **Estratégias da ilusão: a revolução mundial e o Brasil, 1922-1935**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p. 13.

depois do fracassado levante de julho de 1922”.⁵²⁴ Naquele contexto, o setor de oposição ao governo era conformado por um amplo espectro de segmentos sociais bastante heterogêneos:

Começando pelo Exército rebelde, cuja revolta já nascia dividida em relação aos objetivos finais. Uma liderança moderada e conciliadora a cargo do General Isidoro Dias Lopes, que pensava forçar a deposição de Bernardes sem derramamento de sangue. Um grupo de tenentes dispostos a levar a revolução até o fim com o objetivo de instaurar uma nova ordem social no país. E também o povo. Revolucionário, ou não. Ativista e militante, ou não. Operário e pequeno comerciante. A população desejava mudança que, pelo menos, diminuíssem a distância entre os mandantes e os mandados.⁵²⁵

Everardo Dias narra que foi procurado por pessoa de confiança enviada pelo deputado Maurício de Lacerda. Segundo Everardo Dias, foi então informado de que se fazia uma articulação com objetivo de deflagrar um “movimento armado contra a oligarquia dominante”. Esse emissário expôs “todo o plano insurrecional e vinha pedir o apoio do proletariado para uma agitação nos meios fabris e de transportes, de forma a desorganizar a vida da cidade e dar ocasião a uma intervenção das forças do Exército e da Armada, que então deporiam o presidente da República”.⁵²⁶

Everardo Dias conta que logo executou as tarefas assumidas. Segundo seu relato, “procurei naquele mesmo dia um entendimento com elementos dirigentes do Partido Comunista do Brasil, que controlavam certo número de Sindicatos, os quais se reuniram para estudar e deliberar a proposta apresentada e que condições sugeriam ou estabeleciam”.⁵²⁷ Procurou também “outros líderes de Uniões e Alianças

⁵²⁴ DIAS, Everardo. **História das lutas sociais no Brasil**. São Paulo: Edaglit, 1962, p. 132.

⁵²⁵ ROMANI, Carlo. Antecipando a era Vargas: a Revolução Paulista de 1924 e a efetivação das práticas de controle político e social. **Topoi**, vol. 12, n. 23, 2011, p. 166.

⁵²⁶ DIAS, Everardo. **História das lutas sociais no Brasil**. São Paulo: Edaglit, 1962, p. 132.

⁵²⁷ DIAS, Everardo. **História das lutas sociais no Brasil**. São Paulo: Edaglit, 1962, p. 134.

Operárias, com os quais mantinha estrita amizade, palpando-os a respeito de uma agitação com caráter reivindicatório”.⁵²⁸ Contudo, nessa reunião notou “fraca aceitação, todos alegando que qualquer assomo de agitação redundaria no fechamento dos Sindicatos e prisão subsequente”.⁵²⁹ Recebeu ainda notícias de envolvimento de sindicatos controlados pelos anarquistas, influenciados por José Oiticica, e outros cujas lideranças tinham relação com Evaristo de Moraes.

Os anarquistas parecem ter apoiado a revolta por ver nela a possibilidade de realizar a revolução por ela almejada, mesmo entendendo “que aquela não era a revolução social almejada, mas que era o possível de ocorrer”.⁵³⁰ Esse parece ter sido o raciocínio que os levou a apoiar o movimento. Em sua análise do processo, afirmavam que,

embora dirigida e alimentada por oficiais do exército, a causa principal do seu triunfo é devida, sem desconhecer os serviços da oficialidade, aos soldados que a secundaram, soldados estes que representam uma partícula desse todo que se chama POVO.

Portanto, o movimento, mesmo com as características que apresenta, é uma obra do povo, pois este é quem mais sofre a pressão do Estado, o descaso dos seus administradores, a exploração dos poderosos e os horrores da mais extrema miséria, em consequência dos mínguaos salários que mal chegam para satisfazer as suas necessidades mais imperiosas.⁵³¹

Para eles, portanto, tratava-se de uma revolta popular, ainda que indiretamente. Nesse processo, os anarquistas buscaram se apresentar “querendo formar uma milícia independente e autônoma, condição para a participação na batalha”.⁵³² Embora essa condição não tenha sido

⁵²⁸ DIAS, Everardo. **História das lutas sociais no Brasil**. São Paulo: Edaglit, 1962, p. 134.

⁵²⁹ DIAS, Everardo. **História das lutas sociais no Brasil**. São Paulo: Edaglit, 1962, p. 134.

⁵³⁰ ROMANI, Carlo. Antecipando a era Vargas: a Revolução Paulista de 1924 e a efetivação das práticas de controle político e social. **Topoi**, vol. 12, n. 23, 2011, p. 166.

⁵³¹ Movimento revolucionário. **A Plebe**, São Paulo, Ano VII, Nº 244, 25 de julho de 1924, p. 1.

⁵³² ROMANI, Carlo. Antecipando a era Vargas: a Revolução Paulista de 1924 e a efetivação das práticas de controle político e social. **Topoi**, vol. 12, n. 23, 2011, p. 166.

aceita, “deixaram impressa sua opinião e o seu apoio, o que lhes valeu posteriormente, sanguinária perseguição”.⁵³³ No jornal *A Plebe* publicou-se um manifesto com reivindicações dos anarquistas, em julho de 1924. Nesse documento eram apresentadas algumas propostas pra as forças rebeldes, afirmando serem dos interesses dos operários as seguintes medidas:

1 °. – A fixação do salário mínimo para todas as classes trabalhadoras do Estado, de conformidade com a tabela dos gêneros de primeira necessidade, inclusive vestuário e habitação.

2 °. – A fixação de uma tabela de preços máximos para os gêneros de primeira necessidade, vestuário e habitação, em equilíbrio com a tabela a que se refere o período acima.

3 °. – O direito de associação para todas as classes trabalhadoras.

4 °. – A liberdade de imprensa operária e a manifestação do pensamento em praça pública, bem como a revogação na lei de expulsão da parte em que se refere às questões político-sociais.

5 ° - O direito de fundar escolas de instrução e educação, cingidas aos métodos que lhes pareçam mais práticos e venham ao encontro de suas aspirações de liberdade e justiça.

6 °. – Finalmente, a generalização do dia de 8 horas de trabalho.⁵³⁴

Havia ocorrido em abril de 1923 algumas prisões de militares e civis, inclusive do próprio Everardo Dias, quando foram recolhidos documentos pessoais de sua residência, sendo submetido a interrogatórios constantes.⁵³⁵ Essas prisões foram consequência “da

⁵³³ ROMANI, Carlo. Antecipando a era Vargas: a Revolução Paulista de 1924 e a efetivação das práticas de controle político e social. *Topoi*, vol. 12, n. 23, 2011, p. 166.

⁵³⁴ Uma moção de militantes operários ao Comitê das Forças Revolucionárias. *A Plebe*, São Paulo, Ano VII, Nº 244, 25 de julho de 1924, p. 2.

⁵³⁵ DIAS, Everardo. *História das lutas sociais no Brasil*. São Paulo: Edaglit, 1962, p. 131.

denúncia de algum espião”, mas, “felizmente, nada de irreparável havia sido apurado pela polícia e o trabalho prosseguiu em todos os setores de que estávamos encarregados”.⁵³⁶ Contudo, segundo conta Everardo Dias, o movimento encontrava alguns problemas, como “um acentuado pessimismo” que “havia se apossado do ânimo de grande número de oficiais”, em especial depois da derrota ocorrida no ano anterior, e o fato de a articulação não “progredia nas proporções desejadas”.⁵³⁷

Everardo Dias relata ainda certa desconfiança em relação aos militares, especialmente com o General Isidoro Dias Lopes, com o qual teve algumas reuniões. Segundo Everardo Dias, em suas conversações com os chefes militares,

percebi que os militares não situavam o problema do povo brasileiro com a objetividade precisa. A sua crítica de ordem geral perdi-se em teorias, sem qualquer planificação, sobretudo prática, tendo em mira principalmente os resultados. Eram honestos, bem intencionados, mas sem a plasticidade mental indispensável para o exercício do poder, encarando os acontecimentos sob um ângulo puramente militar, um tanto ou quanto caudilhesco.⁵³⁸

Esses problemas são apontados pela historiografia acerca desse processo político. Para Carlos Romani, os líderes da revolta não se deram conta, “durante o seu preparo, que o proletariado urbano agiria e poderia assumi-la. Não era esse o objetivo dos militares rebeldes. Gostariam de manter os combates dentro de uma perspectiva absolutamente militar”.⁵³⁹ Os limites da revolta ficaram evidentes quando eclodiu o movimento em São Paulo, “com esporádicos levantes de grupos militares isolados em outros estados”.⁵⁴⁰ Everardo Dias conta que os dirigentes operários não conseguiram sequer se reunir com as lideranças militares, sendo “recebidos com displicência por qualquer

⁵³⁶ DIAS, Everardo. **História das lutas sociais no Brasil**. São Paulo: Edaglit, 1962, p. 135.

⁵³⁷ DIAS, Everardo. **História das lutas sociais no Brasil**. São Paulo: Edaglit, 1962, p. 135.

⁵³⁸ DIAS, Everardo. **História das lutas sociais no Brasil**. São Paulo: Edaglit, 1962, p. 136.

⁵³⁹ ROMANI, Carlo. Antecipando a era Vargas: a Revolução Paulista de 1924 e a efetivação das práticas de controle político e social. **Topoi**, vol. 12, n. 23, 2011, p. 165.

⁵⁴⁰ DIAS, Everardo. **História das lutas sociais no Brasil**. São Paulo: Edaglit, 1962, p. 138.

oficial inferior, que os mandava apresentar-se aos postos de recrutamento”.⁵⁴¹ Em seu balanço, Everardo Dias afirma:

O que faltava era decisão e persistência para prosseguir lutando da parte do chefe e seus lugares-tenentes, que haviam certamente imaginado que o simples levante das forças de São Paulo assustaria Bernardes e daria com o governo por terra. Queria ser eles os “salvadores!”⁵⁴²

O movimento foi aos poucos enfraquecendo, redundando numa profunda repressão, inclusive contra os sindicatos. Segundo Everardo Dias, “os líderes operários que conseguiam escapar dessa razia tinham que andar disfarçados e em constantes alarmas”.⁵⁴³ Contudo, logo se articulou nova tentativa insurgente, agora tendo como centro o Rio de Janeiro. Embora na avaliação de Everardo Dias esse movimento tivesse um caráter “intrinsecamente popular”, envolvendo inclusive o movimento operário, teve à sua frente o Almirante Protógenes Guimarães, que contava “com a quase totalidade da oficialidade e guarnição dos navios de guerra, sem falar na aeronáutica, toda ela pronta para entrar em ação”.⁵⁴⁴ Segundo Everardo Dias, naquela situação as forças articuladas em torno da tentativa insurrecional eram bastante fortes, “não havendo o menor receio de fracassar”.⁵⁴⁵ Esse excessivo otimismo, no entendimento de Everardo Dias, acabou se tornando o “grande mal”, levando a que não se tomassem precauções nem se guardasse segredo.

Everardo Dias acabou sendo preso antes de eclodir o movimento insurrecional, sendo mantido incomunicável. Previsto para ocorrer em 12 de outubro de 1924, depois de ter sido adiado uma primeira vez, o movimento acabou sendo interrompido. Everardo Dias conta que

⁵⁴¹ DIAS, Everardo. **História das lutas sociais no Brasil**. São Paulo: Edaglit, 1962, p. 138.

⁵⁴² DIAS, Everardo. **História das lutas sociais no Brasil**. São Paulo: Edaglit, 1962, p. 139.

⁵⁴³ DIAS, Everardo. **História das lutas sociais no Brasil**. São Paulo: Edaglit, 1962, p. 140.

⁵⁴⁴ DIAS, Everardo. **História das lutas sociais no Brasil**. São Paulo: Edaglit, 1962, p. 142.

⁵⁴⁵ DIAS, Everardo. **História das lutas sociais no Brasil**. São Paulo: Edaglit, 1962, p. 142.

poucas horas antes de dar início a esse movimento, era preso o Almirante Protógenes quando se dirigia para o navio capitânia Minas Gerais juntamente com alguns civis (os futuros ministros) e vários oficiais da Armada. Mais prisões de oficiais, de centenas de sargentos e de aviadores.⁵⁴⁶

Essa foi mais uma tentativa frustrada de insurreição, em que os operários aceitaram apoiar uma ação de chefes militares com a promessa de derrubada das oligarquias e de construção de um novo modelo político. Contudo, como ressalta Everardo Dias, “o mal de que adoeceu esse movimento foi sempre a tendência caudilhesca que predominava nos chefes militares”.⁵⁴⁷ Essa expressão de Everardo Dias, que acabou ficando preso até o fim do governo Artur Bernardes, em 1926, chama a atenção, em seu balanço posterior, para o fato de que os chefes militares encararem os setores mais pobres ou mesmo os trabalhadores como uma massa que poderia ser manipulada de acordo com seus interesses.

⁵⁴⁶ DIAS, Everardo. **História das lutas sociais no Brasil**. São Paulo: Edaglit, 1962, p. 143.

⁵⁴⁷ DIAS, Everardo. **História das lutas sociais no Brasil**. São Paulo: Edaglit, 1962, p. 144.

CAPÍTULO 4

EVERARDO DIAS, O COMUNISMO E A MAÇONARIA

No prontuário de Everardo Dias disponível no DEOPS pode-se ler a uma síntese de sua trajetória, escrita em 1944:

Anarquista. Comunista. Tem tido contínuo contato com a polícia, por efeito de suas ideias avançadas e cuja propaganda tem se dedicado com carinho. Tem emprestado a sua atividade intelectual a uma intensa propaganda comunista. Autor de livros de fundos subversivos. Suas grandes atividades foram sempre subversivas, ora dirigindo, ora colaborando em jornais anarquistas ou comunistas. Seus discursos sempre foram contra os poderes constituídos.⁵⁴⁸

Na mesma época, poucos meses depois, em depoimento prestado à polícia o próprio Everardo Dias declarou, acerca de sua trajetória, que “nunca foi anarquista, somente assim tendo sido acusado pela polícia em 1918 para cá, em virtude de haver tomado parte em greves e movimentos sindicais, dos gráficos”.⁵⁴⁹ Como é possível perceber por esses documentos, Everardo Dias apresenta uma trajetória bastante plural e multifacetada, fazendo com que os textos escritos acerca de sua atuação política, de forma geral, expressem diferenças bastante significativas. Essas diferenças são perceptíveis tanto na opinião que os autores emitem acerca de Everardo Dias como na escolha dos acontecimentos de sua trajetória a serem mostrados. Considerando que alguns desses autores se identificam com ideologias ou organizações políticas, pode-se interpretar que suas escolhas se inserem num contexto de construção das tradições que cada um representa, ou seja, o que se escreve e o que se deixa de escrever se torna uma forma

⁵⁴⁸ DEOPS/SP, Prontuário 136, Everardo Dias, fl. 37, 09/08/1944.

⁵⁴⁹ DEOPS/SP, Prontuário 136, Everardo Dias, fl. 46, 20/11/1944.

de corroborar ou rechaçar parte de algumas ações ou ideias de Everardo Dias.⁵⁵⁰

Georges Haupt problematizou a narrativa histórica acerca do movimento operário na Europa utilizando a ideia de “história-tradição”, na qual o historiador se consagra à reprodução de ideias partidárias e à produção de mitos. Utilizada, entre outros, pelos bolcheviques depois da Revolução Russa, a história-tradição vai do culto dos heróis e da celebração das vitórias ao

escamoteamento de uma herança considerada estorvante. A história do movimento operário erigida em uma ideologia, ditatizada, manipulada, esvaziada de toda a seiva pelo uso de uma linguagem estereotipada, desvia-se dessa época e atrofia a memória coletiva da classe operária.⁵⁵¹

Certamente a tradição seletiva construída em torno de Everardo Dias não se compara às falsificações stalinistas. Contudo, o representante de cada uma das tradições teóricas que escreve acerca da trajetória de Everardo Dias busca enquadrá-la nos parâmetros esperados para um militante associado àquela corrente política ou ideológica específica, portanto, coerente com a história da própria corrente. Essa construção narrativa “consiste em fazer a coesão, em demonstrar a continuidade, em perpetrar as lendas oficiais que servem de referência e que ocupam o lugar da explicação”.⁵⁵² Constrói-se uma narrativa em que uma sucessão de fatos selecionados representa a vida daquela pessoa ou, pelo menos, aquilo que se julga importante que teria acontecido na vida dessa pessoa. Busca-se narrar uma sucessão linear de fatos, a partir dos critérios escolhidos arbitrariamente pelo próprio narrador, fazendo com que a vida da pessoa tenha começo, meio e fim e uma lógica estanque que possivelmente não existiu.

⁵⁵⁰ No contexto apresentado nesta pesquisa, entende-se tradição como uma versão intencionalmente seletiva de um passado modelador e de um presente pré-modelado, onde certos significados e práticas são selecionados e acentuados e outros significados e práticas são rechaçados ou excluídos, sendo essa seleção apresentadas e admitida como “a tradição” (WILLIAMS, Raymond. **Marxismo y literatura**. Buenos Aires: Las Cuarenta, 2009, p. 153).

⁵⁵¹ HAUPT, Georges. **El historiador y el movimiento social**. Madrid: Siglo XXI, 1986, p. 17.

⁵⁵² HAUPT, Georges. **El historiador y el movimiento social**. Madrid: Siglo XXI, 1986, p. 17.

O vínculo de Everardo Dias tanto com a Maçonaria como com o PCB parece ser um das questões que mais suscitam omissões, na medida em que as tradições específicas buscam ocultar ou, pelo menos, minimizar a importância de um ou de outro vínculo. Nesse sentido, os comunistas não parecem sentir conforto com o vínculo de Everardo Dias com a Maçonaria, da mesma forma que a sua ligação comunista parece ser algo que se evita difundir amplamente entre as lojas maçônicas. Esse processo expressa uma ruptura nas afinidades eletivas que vinham se constituindo desde o começo do século XX, na medida em que “seu relacionamento e a sua interação ativa dependem de circunstância socioeconômicas, políticas e culturais precisas”.⁵⁵³ No caso dos setores que vinham se aproximando nas primeiras décadas do século XX, fatores externos, como a estrutura organizativa e a influência teórica da Internacional Comunista, passaram a afetar os sujeitos que vinham construindo o parentesco político e social, fazendo com que eles viessem a se afastar. Essa situação em grande medida lembra a representação literária da não realização da afinidade eletiva, quando Goethe afirma:

Ora agirão como amigos ou velhos conhecidos que rapidamente se reúnem, se juntam, sem modificarem um ao outro, tal como o vinho ao se misturar com a água; ora, ao contrário, permanecerão absolutamente estranhos um ao outro, sem se unirem, mesmo através de fricções ou misturas mecânicas; tal como o óleo e a água, que logo depois de sacolejados juntos volta a se separar.⁵⁵⁴

Neste capítulo serão discutidas as construções historiográficas acerca da trajetória de Everardo Dias, propondo uma possível interpretação para explicar a disparidade existente entre esses textos. Serão igualmente discutidas as primeiras atividades comunistas no Brasil e o processo de construção do próprio PCB, como a candidatura a

⁵⁵³ LOWY, Michael. **Redenção e utopia**. Companhia das Letras, 1989, p. 18.

⁵⁵⁴ GOETHE, Johann Wolfgang von. **As afinidades eletivas**. São Paulo: Nova Alexandria, 2008, p. 44.

vereador de Everardo Dias pelo Bloco Operário e Camponês (BOC), bem como sua relação com a Maçonaria.

4.1 O comunismo no Brasil

Em grande medida a interpretação acerca dos primeiros passos do comunismo no Brasil foi apresentada por Astrojildo Pereira ainda em 1922. Em texto publicado em *Movimento Comunista*, ele afirma que a Primeira Guerra teria desequilibrado “não somente o mundo capitalista, mas também o mundo proletário”, somente com a diferença de que “o desequilíbrio do mundo capitalista é um desequilíbrio mortal, de decadência de valores, ao passo que o desequilíbrio do mundo proletário é um desequilíbrio vital, de renovação de valores”.⁵⁵⁵

No caso do proletariado, essa “crise de parto” teria se manifestado em duas fases. Em uma primeira fase, teria sido “ocasionada logo de começo pela guerra propriamente”, se caracterizando “pelo deslocamento do movimento operário do plano internacional para o plano nacional”.⁵⁵⁶ O exemplo mais significativo disso seria o apoio dos partidos socialistas e outras organizações operárias aos governos de seus países na guerra. Uma segunda fase estaria “marcada com o rebentar da Revolução Russa, seu fulminante desenvolvimento e sua transmutação de política em social com o advento do bolchevismo”.⁵⁵⁷ Nessa fase, a pequena minoria internacionalista que se opôs à guerra “foi pouco a pouco tomando maior vulto, engrossando suas fileiras, até constituir-se, de algum modo, o elemento novamente preponderante, senão pelo número, pelo prestígio de sua ação e suas atividades mundiais”.⁵⁵⁸

Esse movimento se concretizou na constituição da Internacional Comunista, em 1919, onde

⁵⁵⁵ Astrojildo Pereira. Não nos assustemos com o debate. **Movimento Comunista**, Rio de Janeiro, Ano 1, Nº 3, março de 1922, p. 69.

⁵⁵⁶ Astrojildo Pereira. Não nos assustemos com o debate. **Movimento Comunista**, Rio de Janeiro, Ano 1, Nº 3, março de 1922, p. 69.

⁵⁵⁷ Astrojildo Pereira. Não nos assustemos com o debate. **Movimento Comunista**, Rio de Janeiro, Ano 1, Nº 3, março de 1922, p. 69.

⁵⁵⁸ Astrojildo Pereira. Não nos assustemos com o debate. **Movimento Comunista**, Rio de Janeiro, Ano 1, Nº 3, março de 1922, p. 69-70.

os partidos socialistas se fracionaram nitidamente, em cisões completas e absolutas: as esquerdas ingressando na Internacional de Moscou e as direitas permanecendo onde estavam, a montar guarda ao cadáver da II Internacional. As organizações sindicais igualmente se cindiram, senão organicamente, ideologicamente: as esquerdas pela ditadura do proletariado e as direitas contra, aquelas constituindo-se em Internacional Sindical Vermelha e estas continuando na Internacional de Amsterdã. (Deixo de parte aqui, por secundário, o dualismo existente, nas esquerdas sindicais, em torno do critério “político” e “a-político” do movimento). Igualmente as agrupações anarquistas se fracionaram: umas por Moscou, outras contra Moscou.⁵⁵⁹

Enquanto fenômeno internacional, essa reorganização dos partidos operários também teve impacto no Brasil. Contudo, segundo Pereira, “o meio brasileiro é, porém, um meio singular”, afinal “nunca houve aqui partidos ou correntes sistemáticas propriamente socialistas. Todo o movimento proletário revolucionário na Brasil tem sofrido só a influência quase exclusiva dos anarquistas”.⁵⁶⁰ Com isso, a crise de anarquismo, “latente desde o advento do bolchevismo, chega a um desfecho lógico, com a constituição do Partido Comunista composto, em sua quase totalidade, de elementos de formação anarquista”.⁵⁶¹

O ano de 1919 marcou a primeira tentativa de formação de uma organização comunista no Brasil. Fundado em 9 de março de 1919, no Rio de Janeiro, e em São Paulo, no dia 16 de junho do mesmo ano, um Partido Comunista, “que admite em seu seio anarquistas, socialistas e todos os que aceitarem o comunismo social”.⁵⁶² Por ocasião da reunião

⁵⁵⁹ Astrojildo Pereira. Não nos assustemos com o debate. **Movimento Comunista**, Rio de Janeiro, Ano 1, Nº 3, março de 1922, p. 70.

⁵⁶⁰ Astrojildo Pereira. Não nos assustemos com o debate. **Movimento Comunista**, Rio de Janeiro, Ano 1, Nº 3, março de 1922, p. 70.

⁵⁶¹ Astrojildo Pereira. Não nos assustemos com o debate. **Movimento Comunista**, Rio de Janeiro, Ano 1, Nº 3, março de 1922, p. 70.

⁵⁶² Primeira Conferência Comunista. **A Plebe**, São Paulo, Ano 3, Nº 19, 28 de junho de 1919, p. 1.

de fundação do núcleo de São Paulo do Partido Comunista, o jornal *A Plebe* relatou que, “perante avultada concorrência, três camaradas fizeram uso da palavra, expondo as ideias do comunismo anarquista e os modernos princípios da liberdade, sendo aclamados pelos presentes os princípios expostos e bases da nova organização”.⁵⁶³ O relato afirma ainda que muitos dos presentes se inscreveram como membros da nova organização.

O núcleo do Rio de Janeiro do PCB publicou, a partir de 2 de agosto de 1919, o jornal *Spártacus*, contando com José Oiticica e Astrojildo Pereira entre responsáveis pela publicação. No primeiro número, em que se explica a dificuldade de realizar a publicação diária do jornal, os leitores são informados de que sua periodicidade seria provisoriamente semanal. Parece que esse informe é uma forma de prestar contas pelas contribuições financeiras recebidas em função do apelo feito “aos camaradas militantes nesta cidade”, que se constituía em “incentivo bastante para que perseveremos no propósito em que estamos”.⁵⁶⁴ No segundo número do jornal comentava-se que “esgotaram-se os 4.000 exemplares do 1º nº de *Spártacus*. Deste 2º nº saem 6.000”.⁵⁶⁵ pelo que divulgou nas páginas do próprio jornal, o número de exemplares teria chegado, a oito mil exemplares.⁵⁶⁶

Foram publicados pelo jornal *Spártacus* textos de uma grande quantidade de militantes, entre os quais alguns que viriam a participar de organizações comunistas, como Olgier Lacerda, Antônio Bernardo Canellas e Octávio Brandão. O financiamento constituía-se das assinaturas e da contribuição de militantes e organizações, como a Liga Comunista Feminina e o próprio PCB. Essa questão é mencionada em uma edição do jornal, em texto publicado no dia 4 de outubro de 1919:

Ora, *Spártacus*, como todos os jornais anarquistas, não tem renda de anúncios, não faz cavação, nem qualquer publicidade (...). Por isso, além da receita, sempre insuficiente, das assinaturas e das vendas avulsas, *Spártacus* há de contar forçosamente com o auxílio dos amigos e

⁵⁶³ Partido Comunista do Brasil. *A Plebe*, São Paulo, Ano 3, Nº 18, 21 de junho de 1919, p. 1.

⁵⁶⁴ Explicação. *Spártacus*, Rio de Janeiro, Ano I, Nº 1, 2 de agosto de 1919, p. 1.

⁵⁶⁵ *Spártacus*. *Spártacus*, Rio de Janeiro, Ano I, Nº 2, 9 de agosto de 1919, p. 2.

⁵⁶⁶ *Spártacus*. *Spártacus*, Rio de Janeiro, Ano I, Nº 4, 23 de agosto de 1919, p. 1.

camaradas interessados na sua obra de propaganda.⁵⁶⁷

O partido realizou uma conferência nacional, no Rio de Janeiro, de 21 a 23 de junho, que tinha como objetivo “estabelecer de um modo claro e decisivo a nossa organização, bases de acordo e programa”.⁵⁶⁸ Em abril foram expedidas “circulares para todas as localidades do país onde existem grupos comunistas ou militantes comunistas isolados, convidando-os a participarem dos trabalhos dessa conferência, fazendo-se nela representar por camaradas mandados ao Rio especialmente para esse fim”.⁵⁶⁹ Segundo Edgard Leuenroth, “além dos elementos das organizações cariocas, estiveram presentes no Congresso os representantes dos estados de Alagoas, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e São Paulo”.⁵⁷⁰ Compareceram à conferência vinte e dois delegados, “sendo 17 deles brasileiros natos e outros 5 estrangeiros com longa residência no Brasil”.⁵⁷¹

Na conferência aprovaram-se um conjunto de resoluções. Em uma delas os presentes afirmavam “a sua calorosa e entusiástica solidariedade com o proletariado revolucionário do mundo, o qual, a esta hora em luta aberta contra o Estado e o Capitalismo, se empenha na imensa e fecunda batalha pela implantação do Comunismo”.⁵⁷²

Parte dessas ideias foi exposta por José Oiticica em texto publicado depois da conferência, embora produzido para discussão naquele espaço, onde afirma, entre outras coisas, que “cada indivíduo deve trabalhar segundo as suas forças para receber segundo as suas

⁵⁶⁷ Spártacus. **Spártacus**, Rio de Janeiro, Ano I, Nº 10, 4 de outubro de 1919, p. 1.

⁵⁶⁸ Primeira Conferência Comunista. **A Plebe**, São Paulo, Ano 3, Nº 19, 28 de junho de 1919, p. 1.

⁵⁶⁹ Primeira Conferência Comunista do Brasil. **A Plebe**, São Paulo, Ano 3, Nº 18, 21 de junho de 1919, p. 1.

⁵⁷⁰ LEUENROTH, Edgard. **Anarquismo**: roteiro da libertação social. Rio de Janeiro: Mundo Livre, 1963, p. 131.

⁵⁷¹ Primeira Conferência Comunista. **A Plebe**, São Paulo, Ano 3, Nº 19, 28 de junho de 1919, p. 1. Chama a atenção que neste momento Everardo Dias contribuisse em quase todas as edições do jornal, mas que não tenha comentado o congresso ou mesmo tenha feito parte de sua articulação.

⁵⁷² Primeira Conferência Comunista. **A Plebe**, São Paulo, Ano 3, Nº 19, 28 de junho de 1919, p. 1.

necessidades”, que “a propriedade particular nasceu do roubo à mão armada e se mantém pela violência dos possuidores sobre os não possuidores”, que “o regime de apropriação e acumulação dos bens terrenos gera naturalmente a concorrência econômica” e que “o Estado, órgão sustentador da propriedade particular, baseia-se em leis impostas aos não possuidores”.⁵⁷³

Em *Spártacus* foram divulgadas algumas atividades do núcleo do Rio de Janeiro do PCB. No dia 16 de agosto de 1919, o jornal noticiou a realização de reunião do partido, onde foram debatidos assuntos “da maior importância”, como a “formação dos subnúcleos pelos arrabaldes”.⁵⁷⁴ Em praticamente todos os números do jornal foram publicados rápidos informes de atividades do PCB, inclusive de alguns subnúcleos criados no Rio de Janeiro. Em um desses subnúcleos, em Encantado, realizou-se uma palestra com Álvaro Palmeira, intitulada “A questão social”. Conta-se no jornal o seguinte episódio:

Um numeroso grupo de camaradas residentes no centro da cidade havia seguido em trem da Central, cantando nossos hinos durante toda a viagem, distribuindo jornais e boletins pelas estações.

Para não relaxar os seus velhos processos e as suas antiquadas bravatas, a polícia lá compareceu, na pessoa de algumas dezenas de beaguins, de soldados e de cavalos, formando com grande aparato em frente à sala da conferência, pretendendo, ao que parece, amedrontar os ouvintes. Mas enganou-se redondamente, porque ninguém arredou o pé e a conferência se fez com pleno êxito, sob aplausos gerais.⁵⁷⁵

Coube ao núcleo de São Paulo elaboração do programa do partido, vindo a se noticiar, no começo de agosto de 1919, a realização

⁵⁷³ José Oiticica. Princípios e fins. *Spártacus*, Rio de Janeiro, Ano I, Nº 3, 16 de agosto de 1919, p. 1.

⁵⁷⁴ Partido Comunista do Brasil. *Spártacus*, Rio de Janeiro, Ano I, Nº 3, 16 de agosto de 1919, p. 2.

⁵⁷⁵ Proveitosa jornada de propaganda. *Spártacus*, Rio de Janeiro, Ano I, Nº 10, 4 de outubro de 1919, p. 1.

de “uma numerosa e animada reunião convocada para assentar as bases do programa do partido”.⁵⁷⁶ Em agosto de 1919 foi publicado o “Projeto de Programa do Núcleo de São Paulo”, o qual apontava alguns fins imediatos, entre os quais “promover a propaganda do comunismo libertário”, “fomentar a cultura das classes populares” e “prestar solidariedade às organizações operárias nas suas lutas pelas reivindicações econômicas, política e morais”.⁵⁷⁷ Entre os fins econômicos o partido defendia a abolição da “propriedade, rural, urbana e industrial, salvo as pequenas propriedades, as quais serão utilizadas pelos atuais proprietários, se assim julgarem conveniente”.⁵⁷⁸ O documento defendia a socialização das terras, fábricas, estradas de ferro oficinas e meios de transporte. Nesse item afirmava ainda que “a coletividade garantirá a todos os indivíduos, de qualquer sexo o idade: a manutenção, vestuário, alojamento, assistência, instrução, bem como os instrumentos de trabalho a todos que estejam em condições de trabalho”.⁵⁷⁹ Propunha ainda que nas diversas comunas se estabeleceriam armazéns públicos onde os trabalhadores depositariam seus gêneros e os consumidores se abasteceriam segundo as suas necessidades.

O programa apresentava o trabalho como uma “necessidade vital”, não devendo ninguém “esquivar-se de prestar os seus serviços, a não ser por motivos de ordem racional, como insuficiência de idade, de invalidez, de enfermidade ou velhice”.⁵⁸⁰ O documento era categórico em afirmar: “Quem não trabalha não come”.⁵⁸¹ Afirmava também, entre outras questões, que ninguém poderia viver de funções religiosas e que cada um teria a liberdade de escolher o trabalho que mais lhe agradasse, desde que não prejudicasse as necessidades da coletividade. O trabalho noturno somente seria tolerado em situações de “imperiosa necessidade”

⁵⁷⁶ Partido Comunista do Brasil. **A Plebe**, São Paulo, Ano 3, Nº 24, 2 de agosto de 1919, p. 4.

⁵⁷⁷ O Partido Comunista em atividade. **A Plebe**, São Paulo, Ano 3, Nº 27, 23 de agosto de 1919, p. 3.

⁵⁷⁸ O Partido Comunista em atividade. **A Plebe**, São Paulo, Ano 3, Nº 27, 23 de agosto de 1919, p. 3.

⁵⁷⁹ O Partido Comunista em atividade. **A Plebe**, São Paulo, Ano 3, Nº 27, 23 de agosto de 1919, p. 3.

⁵⁸⁰ O Partido Comunista em atividade. **A Plebe**, São Paulo, Ano 3, Nº 27, 23 de agosto de 1919, p. 4.

⁵⁸¹ O Partido Comunista em atividade. **A Plebe**, São Paulo, Ano 3, Nº 27, 23 de agosto de 1919, p. 4.

e a jornada de trabalho seria “estabelecida pelos diversos grupos produtores, tendo em vista as necessidades de produção”.⁵⁸²

O partido ainda afirmava suas finalidades, entre as quais “a abolição do Estado e todas as leis e instituições políticas: exército, magistratura, parlamento, polícia”, bem como “todas as associações hierárquicas e autoritárias”.⁵⁸³ Na nova sociedade as resoluções de ordem geral seriam tomadas em assembleias públicas.

O programa do partido também defendia a abolição de todas as leis e o estabelecimento de uma completa liberdade política, econômica, religiosa e moral. Em âmbito privado, as coletividades procurariam “remover todos os fatores sociais, religiosos ou morais que constituam obstáculo à livre e consciente realização do matrimônio”, considerando que “as afinidades físicas, intelectuais e morais dos cônjuges são a melhor garantia para perpetuarem de maneira honesta e afetuosa a sua união até a morte”.⁵⁸⁴ Concluía-se o documento afirmando: “a ordem social será mantida pelos diversos grupos sociais e por todos os indivíduos, os quais terão cuidado de impedir qualquer ato de violência ou atentado ao bem estar individual e social”.⁵⁸⁵

Como parte da influência da Revolução Russa sobre o movimento operário, começou a se organizar outros pequenos grupos comunistas pelo Brasil. Um dos primeiros grupos a ser fundado foi a União Maximalista, de Porto Alegre, em 1º de novembro de 1918. Em seu manifesto de lançamento, que conclamava os operários a seguir o exemplo russo, afirmava-se que “o mundo só deve ser daquele que produzem; e todo aquele que não produzir é parasita e como tal não lhe deixareis consumir vosso produto”.⁵⁸⁶ O referido documento, contudo, mostra um conhecimento limitado de informações acerca do processo revolucionário russo ou da dinâmica de transformação daquela

⁵⁸² O Partido Comunista em atividade. **A Plebe**, São Paulo, Ano 3, Nº 27, 23 de agosto de 1919, p. 4.

⁵⁸³ O Partido Comunista em atividade. **A Plebe**, São Paulo, Ano 3, Nº 27, 23 de agosto de 1919, p. 4.

⁵⁸⁴ O Partido Comunista em atividade. **A Plebe**, São Paulo, Ano 3, Nº 27, 23 de agosto de 1919, p. 4.

⁵⁸⁵ O Partido Comunista em atividade. **A Plebe**, São Paulo, Ano 3, Nº 27, 23 de agosto de 1919, p. 4.

⁵⁸⁶ Manifesto da “União Maximalista” aos operários. In: PETERSEN, Silvia & LUCAS, Maria (Org.). **Antologia do movimento operário gaúcho (1870-1937)**. Porto Alegre: UFRGS, 1992, p. 211.

sociedade. Fundada por Abílio de Nequete, a União Maximalista passou a se chamar Grupo Comunista de Porto Alegre, a partir de 1921.

Em 7 de novembro de 1921, com a presença de doze militantes, entre os quais Astrojildo Pereira, foi fundado o Grupo Comunista do Rio de Janeiro, como “primeiro passo para a próxima e definitiva constituição do Partido Comunista brasileiro”.⁵⁸⁷ Entre os fundadores do Grupo Comunista estavam: Astrojildo Pereira, Antônio Branco, Antônio de Carvalho, Antônio Cruz Júnior, Aurélio Durães, Francisco Ferreira, João Argolo, José Alves Diniz, Luís Peres, Manuel Abril, Olgier Lacerda e Sebastião Figueiredo.⁵⁸⁸ Como parte do processo de organização do grupo, definiram pela “publicação de um mensário de doutrina e informativo sobre o movimento revolucionário internacional, intitulado *Movimento Comunista*, o que de fato aconteceu, começando a sair logo em janeiro de 1922”.⁵⁸⁹ Foram publicados um total de vinte e quatro números da revista, até junho de 1923, com uma tiragem total de trinta e seis mil exemplares, numa média de mil e quinhentos exemplares por edição.⁵⁹⁰

O Grupo Comunista do Rio de Janeiro buscou contato com militantes de outras cidades, divulgando as vinte e uma condições para a adesão dos partidos na Terceira Internacional e recomendando a formação de grupos comunistas. Entre as condições votadas, seria possível destacar o fato de que toda organização desejosa de aderir à Internacional Comunista deveria afastar de suas posições os dirigentes comprometidos com o reformismo; que o dever de propagar as ideias comunistas implicaria a necessidade absoluta de conduzir uma propaganda e uma agitação sistemática e perseverante; que todos os partidos desejosos de pertencer à IC deveriam romper completamente com o reformismo e a política do centro, que todo partido deve realizar uma propaganda perseverante e sistemática nos sindicatos; que devem ser construídos com base no princípio do centralismo democrático; que devem defender todas as repúblicas soviéticas nas suas lutas com a

⁵⁸⁷ Astrojildo Pereira. Não nos assistemos com o debate. **Movimento Comunista**, Rio de Janeiro, Ano 1, Nº 3, março de 1922, p. 69.

⁵⁸⁸ DULLES, John Foster. **Anarquistas e Comunistas no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977, p. 143.

⁵⁸⁹ DIAS, Everardo. **História das lutas sociais no Brasil**. São Paulo: Edaglit, 1962, p. 111.

⁵⁹⁰ REBELO, Apolinário. **Jornal A Classe Operária**: aspectos da história, opinião e contribuição do jornal comunista na vida nacional. São Paulo: Anita Garibaldi, 2003, p. 35.

contrarrevolução; que devem modificar o nome e se intitular “Partido Comunista”.

Nos meses seguintes foram criados grupos comunistas no Recife, Juiz de Fora e Cruzeiro (São Paulo). Convergiu no processo de construção do PCB uma grande quantidade de grupos regionais, com dinâmicas e características diversas. Edgard Carone ressalta que “o fato de pulularem em regiões geograficamente distantes prova que há uma demanda social comum a todo o Brasil, e é isto que irá explicar o caráter nacional que tomará o PCB”.⁵⁹¹ No Recife, Cristiano Cordeiro, um dos articuladores da criação do grupo comunista local, assim narrou o processo:

Correspondi-me em 1921 com Astrojildo Pereira que, no Rio de Janeiro, editava o jornal *Spártacus*. Conhecíamos-nos somente de ideias. Combinamos criar, ele no Rio de Janeiro e eu no Recife, embriões de futuros comitês do partido. Como eu já atuava no meio sindical, não tive dificuldades de atrair os operários mais aguerridos. Assim, se comprometeram com ele, entre outros, o carvoeiro Joaquim Francisco, o padeiro José Caetano machado, o pedreiro José Amaro, o estivador Pedro Lira e até pequenos burgueses como o farmacêutico Pedro Coutinho. O Grupo Comunista do Recife estabeleceu-se no dia 1º de janeiro de 1922, com uma reunião realizada em minha casa na Rua da Concórdia. Li, na ocasião, os chamados “21 pontos de Moscou”, condição para adesão à Internacional Comunista. A ata de fundação foi assinada por cerca de 35 pessoas que decidiram, ainda, que eu seria o delegado de Pernambuco ao encontro para a criação do PCB.⁵⁹²

Realizado entre os dias 25 e 27 de março de 1922, no Rio de Janeiro, o congresso de fundação do PCB foi o resultado do “esforço de lideranças e facções dos movimentos operários de diversas partes do

⁵⁹¹ CARONE, Edgard. **Classes sociais e movimento operário**. São Paulo: Ática, 1989, p. 89.

⁵⁹² Cristiano Cordeiro. Depoimento a Ricardo Noblat. **Memória e História**, Nº 2, 1982, p. 83.

país”.⁵⁹³ O bolchevismo parecia ganhar, pouco a pouco, o apoio de setores da vanguarda operária, devido a um conjunto de fatores, como a simpatia pela Revolução Russa e a cisão ocorrida nas correntes anarquistas, o processo de reorganização do movimento operário, a criação dos grupos comunistas, entre outros. Parece que a iniciativa surgiu do Grupo Comunista de Porto Alegre, que teria escrito ao grupo do Rio de Janeiro sobre a necessidade “de se realizar, o mais cedo possível, um congresso nacional para a organização do partido comunista a tempo de ser representado no Quarto Congresso Mundial da Terceira Internacional”.⁵⁹⁴

O anúncio oficial da fundação do PCB se fez através da revista *Movimento Comunista*, de junho de 1922. O congresso, realizado em março, contou com a presença de nove delegados, representando um total de setenta e três membros. Os delegados eram oriundos dos núcleos do Rio de Janeiro, São Paulo, Pernambuco, Minas Gerais e Rio Grande do Sul.⁵⁹⁵ Os delegados eram Abílio Nequete (barbeiro), Astrojildo Pereira (jornalista), primeiro secretário-geral do PCB, Cristiano Cordeiro (funcionário público), Hermogênio Silva (eletricista), João da Costa Pimenta (gráfico), Joaquim Barbosa (alfaiate), José Elias da Silva (funcionário público), Luis Peres (artesão), Manuel Cendón (alfaiate).⁵⁹⁶ Entre os delegados do congresso de fundação, não eram brasileiros natos Manuel Cendón, espanhol, e Abílio Nequete, libanês.⁵⁹⁷

Considerando a trajetória dos delegados, percebe-se que em sua maioria os militantes eram oriundos do anarquismo. Contudo, há igualmente trajetórias que não se enquadram nesse perfil. Manuel Cendón, por exemplo, seria “o único advindo de fileiras socialistas”,

⁵⁹³ CARONE, Edgard. **Classes sociais e movimento operário**. São Paulo: Ática, 1989, p. 90.

⁵⁹⁴ DULLES, John Foster. **Anarquistas e Comunistas no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977, p. 146.

⁵⁹⁵ CHILCOTE, Ronald. **Partido Comunista Brasileiro: conflito e integração**. Rio de Janeiro: Graal, 1982, p. 57.

⁵⁹⁶ BRANDÃO, Octávio. **Combates e batalhas**. São Paulo: Alfa-Omega, 1978, p. 224; CHILCOTE, Ronald. **Partido Comunista Brasileiro: conflito e integração**. Rio de Janeiro: Graal, 1982, p. 57.

⁵⁹⁷ Abílio Nequete nasceu em 15 de fevereiro de 1888, na aldeia de Fih-el-Khoura, no norte do Líbano, com o nome de Obdo Nakat, em uma família cristã ortodoxa (BARTZ, Frederico Duarte. Abílio de Nequete (1888-1960): os múltiplos caminhos de uma militância operária. **História Social**, v. 14/15, 2008, p. 159).

dominando “de forma rudimentar o marxismo”.⁵⁹⁸ Outras trajetórias destoavam dos demais delegados, como a do maçom Cristiano Cordeiro ou a de Abílio Nequete, cujo vínculo com o catolicismo teria sido um motivo de choque com organizações anarquistas.⁵⁹⁹

4.2 História e historiografia

Entre os principais temas escolhidos pelas narrativas historiográficas realizadas acerca da trajetória de Everardo Dias está sua relação com o Partido Comunista do Brasil (PCB) e seu vínculo com a Maçonaria. Contudo, na historiografia comunista o vínculo maçônico de Everardo Dias parece causar certo mal-estar. Por outro lado, opta-se por ocultar o seu vínculo com o PCB na historiografia produzida por maçons. Uma terceira tradição política que pode ser colocada nessa discussão, a anarquista, não deixa de apontar o vínculo maçônico de Everardo Dias, bem como não deixa de criticar sua relação com o PCB.⁶⁰⁰

Considerando Edgard Carone e Edgar Rodrigues, representantes respectivamente de uma historiografia comunista e de outra anarquista, verifica-se que ambos apontam para a aproximação de Everardo Dias com o PCB. Carone, historiador notoriamente vinculado ao PCB, menciona o lançamento da candidatura de Everardo Dias para a Câmara Municipal de São Paulo pelo Bloco Operário e Camponês (BOC), em 1928. Everardo Dias é caracterizado por Carone como “velho militante socialista e aderente ao PCB desde 1923”.⁶⁰¹ No entanto, curiosamente, Carone não menciona o vínculo maçônico de Everardo Dias e nem mesmo sua expulsão do partido, em 1930. Por outro lado, em outra discussão, referindo-se à Maçonaria, Carone afirma: “rito, religião,

⁵⁹⁸ VINHAS, Moisés. **O Partidão**: a luta por um partido de massas. São Paulo: Editora Hucitec, 1982, p. 6.

⁵⁹⁹ BARTZ, Frederico Duarte. Abílio de Nequete (1888-1960): os múltiplos caminhos de uma militância operária. **História Social**, Nº 14/15, 2008, p. 163. Octávio Brandão define Nequete como “fanfarrão e charlatão”, que “despejava a cada momento, fora de propósito, citações de Lênin, extraídas de más traduções espanholas” e que “sentia um ódio furioso dos anarquistas” (BRANDÃO, Octávio. **Combates e batalhas**. São Paulo: Alfa-Omega, 1978, p. 243).

⁶⁰⁰ Como forma clarificar a exposição, neste texto opta-se por trabalhar com as tipologias *comunista*, *anarquista* e *maçônica* para analisar as diferentes escritas historiográficas produzidas acerca de Everardo Dias, embora sabendo da impressão dessa divisão.

⁶⁰¹ CARONE, Edgard. **Classes sociais e movimento operário**. São Paulo: Ática, 1989, p. 187.

sociedade secreta ou discreta, isso tudo está longe do marxismo, que é materialista”.⁶⁰²

O vínculo maçônico de Everardo Dias pode ser verificado, entre outros documentos, em alguns dos seus textos, como no livro *Semeando*, que reúne conferências feitas em templos maçônicos entre 1908 e 1921, onde se refere à Maçonaria como “sublime instituição a que nos honramos pertencer”.⁶⁰³ Outro documento que mostra o vínculo maçônico de Everardo Dias é uma das edições do Boletim do Grande Oriente de São Paulo (GOSP), publicada em 1919. O texto descreve a comemoração do aniversário de vinte e nove anos da Loja Ordem e Progresso, da qual Everardo Dias era membro, referindo-se a ele nos seguintes termos:

Ocupou então a tribuna maçônica o talentoso jornalista Everardo Dias, inteligente Orad .: da Loj .:, que proferiu um discurso substancioso, cheio de história e de doutrina, que obteve dos presentes os mais prolongados aplausos”.⁶⁰⁴

Numa outra interpretação, realizada por Rodrigues, conhecido militante anarquista, afirma-se que Everardo Dias, durante quinze anos, “defendeu ‘com unhas e dentes’ a liberdade de pensar em voz alta, cada um pela sua cabeça”, mas, quando se filiou ao PCB, começou “a pensar pela cabeça do ‘papa de Moscou’, representado no Brasil pelo secretário geral do PCB, na ocasião Astrojildo Pereira, seu genro”.⁶⁰⁵ Rodrigues menciona a expulsão de Everardo Dias do PCB, “com todas as honras de um traidor”.⁶⁰⁶ Rodrigues menciona também o vínculo maçônico de

⁶⁰² CARONE, Edgard. **Classes sociais e movimento operário**. São Paulo: Ática, 1989, p. 115.

⁶⁰³ Everardo Dias. **Semeando**: palestras e conferências. Rio de Janeiro: Oficina Gráfica da Escola Profissional Maçônica José Bonifácio, 1921, p. 16.

⁶⁰⁴ **Boletim do Grande Oriente de São Paulo**, Anno IX, fevereiro de 1919, nº 2, p. 25.

⁶⁰⁵ RODRIGUES, Edgar. **Os companheiros 2**. Rio de Janeiro: VRJ, 1995, p. 47-48. Astrojildo Pereira, destacado dirigente dos primeiros anos do PCB, foi casado com Ignês, filha mais velha de Everardo Dias com sua esposa Maria Ribeiro Dias, falecida em 1932 (RIDENTI, Marcelo. Everardo Dias. In: PERICÁS, Luiz; SECCO, Lincoln (Org.). **Intérpretes do Brasil**: clássicos, rebeldes e renegados. São Paulo: Boitempo, 2014, p. 135-6).

⁶⁰⁶ RODRIGUES, Edgar. **Os companheiros 2**. Rio de Janeiro: VRJ, 1995, p. 48.

Everardo Dias, associando-o à sua militância anticlerical, especialmente o período de edição do jornal *O Livre Pensador*, a partir de 1903.⁶⁰⁷

José Castellani, escrevendo do interior da Maçonaria, não menciona a aproximação de Everardo Dias com organizações socialistas ou com a teoria marxista. São exaltadas as atuações maçônica e anticlerical de Everardo Dias. Segundo Castellani, Everardo Dias “responsabilizava a Igreja de Roma pelo estancamento anterior, que levava ao ódio à razão e exaltara a ignorância como sinal de perfeição espiritual e a certeza de ganhar o reino dos céus”.⁶⁰⁸ Na descrição que Castellani faz da militância pública de Everardo Dias, são destacadas as palestras e as publicações, mas não o vínculo com o PCB. Segundo Castellani, “com sua atividade cultural”, Everardo Dias “dava a sua contribuição ao progresso moral, intelectual e social do país”.⁶⁰⁹

Uma menção por Castellani a algum partido vinculado ao movimento operário aparece apenas uma vez, quando se refere ao contexto das greves ocorridas entre 1917 e 1919. Segundo Castellani, nesse contexto, Everardo Dias tornou-se “mais radical, passando a fazer parte de um Partido Operário, que pretendia fazer um governo ao lado do proletariado”.⁶¹⁰ Não há maiores explicações acerca desse partido nem qualquer menção à adesão de Everardo Dias ao PCB. Contudo, evidencia-se um esforço de Castellani em aproximar Everardo Dias do Partido Democrático (PD), fundado por dissidentes do Partido Republicano Paulista (PRP), em 1925.⁶¹¹ O argumento mais forte para atestar esse vínculo com o PD seria o fato de Everardo Dias ter trabalhado no jornal *Diário Nacional*, órgão do referido partido, entre 1927 e 1932.⁶¹²

⁶⁰⁷ RODRIGUES, Edgar. **Os companheiros 2**. Rio de Janeiro: VRJ, 1995, p. 47.

⁶⁰⁸ CASTELLANI, José. **Ação secreta da maçonaria na política mundial**. São Paulo: Landmark, 2001, p. 135.

⁶⁰⁹ CASTELLANI, José. **Ação secreta da maçonaria na política mundial**. São Paulo: Landmark, 2001, p. 136.

⁶¹⁰ CASTELLANI, José. **Ação secreta da maçonaria na política mundial**, São Paulo: Landmark, 2001, p. 136. Uma hipótese para a menção a esse Partido Operário indefinido pode ser referir à fundação do Grupo Zumbi, em 1919, primeira tentativa de articulação do Grupo Clarté no Brasil, que contou com a participação, entre outros membros, de Everardo Dias.

⁶¹¹ O Partido Republicano Paulista (PRP) foi um partido político brasileiro, fundado em 18 de abril de 1873, vinculado às oligarquias agrárias, que predominou na política do estado de São Paulo ao longo da Primeira República.

⁶¹² CASTELLANI, José. **Ação secreta da maçonaria na política mundial**. São Paulo: Landmark, 2001, p. 137.

O seu vínculo com o PCB é admitido pelo próprio Everardo Dias em diferentes, ocasiões, como em suas declarações diante da polícia política, no Departamento Estadual de Ordem Política e Social (DEOPS), de São Paulo. Conforme declarou Everardo Dias em 1944, “militou como socialista nesta Capital por muitos anos, isto é, até mil novecentos e vinte e três, data em que foi fundado o Partido Comunista”.⁶¹³ Poucos meses depois, em outro depoimento à polícia política, Everardo Dias declarou que se desligou do PCB em 1930, tendo “daí para cá se desinteressando de qualquer movimento partidário”.⁶¹⁴ Nesse sentido, considerando esses depoimentos, pode-se afirmar que Everardo Dias esteve vinculado ao PCB por no mínimo sete anos.

Contudo, possivelmente a mais significativa associação pública da imagem de Everardo Dias ao PCB foi sua candidatura a vereador pelo Bloco Operário e Camponês (BOC), em 1928. Essa política, que começou a se construir durante o estado de sítio, previa a construção de um bloco “formado nos marcos de uma política de ‘frente única’, a qual tinha por objetivo unificar e juntar os esforços de todos eles, em razão de sua ‘afinidade básica de interesses’, para a disputa eleitoral”.⁶¹⁵ Em 1927, o BOC elegeu um deputado para a Câmara Federal, o médico Azevedo Lima, que não era militante comunista. No ano seguinte, Octávio Brandão e o operário Minervino de Oliveira, militantes do PCB, foram eleitos para a câmara municipal do Rio de Janeiro.

O BOC deveria agrupar os trabalhadores e suas reivindicações de modo independente, buscando, também, alianças com a pequena burguesia para a realização de seu projeto revolucionário. Essa política era exaltada na imprensa partidária, onde se afirmava: “Operários, empregados, lavradores, pobres, pequenos funcionários, só o Bloco Operário e Camponês representa os vossos interesses. Dá-lhe o vosso apoio”.⁶¹⁶ Pode-se afirmar que

esse projeto, inspirado nas concepções de etapas

⁶¹³ DEOPS/SP, Prontuário. 136, Everardo Dias, fl. 35, 09/08/1944.

⁶¹⁴ DEOPS/SP, Prontuário. 136, Everardo Dias, fl. 46, 20/11/1944.

⁶¹⁵ KAREPOVS, Dainis. **A classe operária vai ao parlamento**: o bloco operário e camponês no Brasil. Alameda: São Paulo, 2006, p. 56.

⁶¹⁶ Fackel. O partido “democrático” do Rio é um partido dos grandes exploradores! **A Classe Operária**, Rio de Janeiro, Segunda Fase, Nº 2, 5 de maio de 1928, p. 2.

no processo revolucionário em voga na IC, previa inicialmente uma democrática revolução pequeno-burguesa, que agruparia os trabalhadores, dirigidos por sua vanguarda, o PCB. Por sua vez, a pequena burguesia teria a sua vanguarda, os chamados “tenentes” e os setores da classe média a eles ligados. Vitoriosa esta, a ela se seguiria a revolução proletária, dirigida pelos comunistas, e que instalaria um governo dos trabalhadores.⁶¹⁷

Everardo Dias se inseriu nesse processo devido principalmente ao prestígio adquirido no período de greves ocorrido no final da década anterior. Sua candidatura repercutiu inclusive na grande imprensa da época. Em texto publicado no dia 30 de outubro de 1928, no jornal *Folha da Manhã*, afirmava-se:

Entre os partidos que concorrem às eleições de hoje, um há, novo e vibrante, – o Bloco Operário Camponês, ramificado pelo Rio de Janeiro, Santos e Pernambuco, vitorioso ainda ontem, nas eleições do Conselho Federal.

Entre os muitos candidatos a vereador da Câmara paulista, um apareceu, apresentado pelo Bloco Operário Camponês, – que vale sozinho por um programa – Everardo Dias.

O nome deste candidato soa, nos meios operários de São Paulo e Rio, como o de um clarim que nunca se calou, fosse formidável a refrega ou tenacíssima a pugna. Pela pena, no livro, no jornal; pela palavra, nos comícios e nas confabulações; pelo exemplo, nas truculências da polícia, nas prisões do país, nos desterros até, – sempre encarnou a figura mais ardorosa dos ideais socialistas do Brasil.⁶¹⁸

(...)

⁶¹⁷ KAREPOVS, Dainis. **A classe operária vai ao parlamento**: o bloco operário e camponês no Brasil. Alameda: São Paulo, 2006, p. 170-1.

⁶¹⁸ Trava-se hoje, finalmente o grande pleito eleitoral. **Folha da Manhã**, São Paulo, Ano IV, Nº 1262, 30 de outubro de 1930, p. 1.

O Bloco Operário Camponês, apresentando-o como o seu candidato, nada mais faz do que dar um testemunho público de aprovação aos seus atos, à sua vida toda, elegendo-o para ser, na Câmara Municipal, a voz que falará pelas suas aspirações.⁶¹⁹

No texto chama a atenção dois elementos principais. Primeiro, a associação da figura de Everardo Dias à militância socialista. Segundo, o fato de ser destacado em sua atuação pública não um vínculo orgânico com o movimento operário, mas de jornalista e escritor. Em certo sentido, portanto, Everardo Dias é destacado como intelectual, ou seja, “um indivíduo dotado de uma vocação para representar, dar corpo e articular uma mensagem, um ponto de vista, uma atitude, uma filosofia ou opinião para (e também por) um público”.⁶²⁰ O intelectual pode ser visto como “alguém que visivelmente representa certo ponto de vista, e alguém que articula representações a um público, apesar de todo tipo de barreiras”.⁶²¹

4.3 Convergências e divergências

Essas diferentes narrativas históricas acerca de Everardo Dias expressam de alguma forma os conflitos entre maçons e comunistas travados ao longo do século XX. Em função disso, os autores dos textos, de forma bastante anacrônica, parecem olhar com certo estranhamento a forma como se imbricam maçons, socialista e outras expressões ideológicas e políticas na Primeira República.⁶²² Nas primeiras décadas do século XX, os maçons viviam uma relação de relativa proximidade inclusive com as diferentes correntes socialistas. Sabe-se que,

⁶¹⁹ Trava-se hoje, finalmente o grande pleito eleitoral. **Folha da Manhã**, São Paulo, Ano IV, Nº 1262, 30 de outubro de 1930, p. 1.

⁶²⁰ SAID, Edward. **Representações do intelectual**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005, p. 25.

⁶²¹ SAID, Edward. **Representações do intelectual**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005, p. 27.

⁶²² Esse olhar anacrônico acerca dos processos políticos procura na Maçonaria do começo do século XX o mesmo que enxerga contemporaneamente na Maçonaria.

no Brasil e outros países da América Latina, muitos viam no republicanismo, no positivismo, no anarquismo, no sindicalismo revolucionário, nas várias vertentes de socialismo e em seguida no comunismo, mas também na maçonaria e até em religiões com pretendida cientificidade, como o espiritismo, maneiras de se contrapor à ordem estabelecida e de buscar um lugar ao sol na sociedade renovada.⁶²³

Desde o final do século XIX, alguns segmentos maçônicos, ao se depararem com a questão operária, flertavam com as ideias socialistas então difundidas na Europa. Contudo, não era a tomada do poder pelo proletariado nem a construção de um partido operário o que os maçons ansiavam para o Brasil. O socialismo, para eles,

era aquele que poderia ser obtido pelas vias democráticas, dentro da mais perfeita ordem republicana. Disso se conclui que, em meio à amplitude de sentidos que permeavam as correntes naquele momento, os maçons brasileiros propunham a busca da conciliação entre as classes por meio das melhorias sociais.⁶²⁴

Na década de 1920, no momento da adesão de Everardo Dias ao PCB, há um paulatino afastamento dos maçons em relação às correntes políticas do movimento operário. Nesse período, “as positivas referências maçônicas ao socialismo e às lutas operárias foram escasseando até o seu total desaparecimento”.⁶²⁵ Trata-se de um período de mudanças na organização política dos trabalhadores, na medida em que “o comunismo de cunho revolucionário, em detrimento do anarquismo e do socialismo reformista, impõe-se como ideologia

⁶²³ RIDENTI, Marcelo. **Brasilidade revolucionária**: um século de cultura e política, São Paulo: Editora UNESP, 2010, p. 18-9.

⁶²⁴ MOREL, Marco; SOUZA, Françoise Jean de Oliveira. **O poder da maçonaria**: a história de uma sociedade secreta no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008, p. 189.

⁶²⁵ MOREL, Marco; SOUZA, Françoise Jean de Oliveira. **O poder da maçonaria**: a história de uma sociedade secreta no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008, p. 191.

norteadora da atuação política da classe operária”.⁶²⁶ Portanto, um elemento externo se insere na dinâmica de desenvolvimento do socialismo no Brasil, abrindo caminho a novas formulações políticas e teóricas.

O período também está marcado pela proibição da Maçonaria nos partidos comunistas. Em 1917, após a revolução na Rússia, o regime soviético proibiu o funcionamento das lojas maçônicas. Essa política antimaçônica se estendeu aos partidos comunistas vinculados à Internacional Comunista (IC), cujo quarto congresso, realizado em novembro de 1922, votou pela proibição da adesão à Maçonaria por parte dos membros dos partidos. Nos termos discutidos no congresso, a Maçonaria representava um processo de infiltração da pequena burguesia em todas as camadas sociais e, devido a seu caráter secreto, seria “uma espécie de Estado dentro do Estado”.⁶²⁷ No debate acerca do partido francês, do qual um número considerável de membros pertencia a lojas maçônicas, afirmou-se ser lamentável que o partido francês conservasse,

não apenas a herança psicológica da época reformista, parlamentar e patriótica, como também estabelecesse vínculos bem concretos e comprometedores, por tratar-se da cúpula do Partido, com as instituições secretas, políticas e arrivistas da burguesia radical.⁶²⁸

Os maçons eram associados pelo congresso à burguesia, portanto, a um inimigo de classe que deveria ser combatido. Nesse congresso, os maçons “foram denunciados como ambiciosos, oportunistas e partidários da colaboração de classes”.⁶²⁹ Entre as resoluções finais, o congresso recomendou ao

⁶²⁶ MOREL, Marco; SOUZA, Françoise Jean de Oliveira. **O poder da maçonaria**: a história de uma sociedade secreta no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008, p. 191.

⁶²⁷ BENIMELI, José Ferrer. **La masonería**. 2ª ed. Madrid: Alianza, 2013, p. 137.

⁶²⁸ INTERNACIONAL COMUNISTA. **Los Cuatro Primeros Congresos de la Internacional Comunista**. 2ª ed. México: Pasado y Presente, 1977, v. 2, p. 278.

⁶²⁹ BENIMELI, José Ferrer. **La masonería**. 2ª ed. Madrid: Alianza, 2013, p. 138.

Comitê Central do Partido comunista francês a tarefa de liquidar, antes de 1º de janeiro de 1923, todos os vínculos do Partido com alguns de seus membros e de seus grupos com a franco-maçonaria. Todo aquele que antes de 1º de janeiro de 1923 não declarar abertamente à sua organização e dado à público através da imprensa do partido sua ruptura total com a franco-maçonaria ficará automaticamente excluído do Partido comunista sem direito a refiliar-se no futuro. O ocultamento de sua condição de franco-maçon será considerado como infiltração no Partido de agente inimigo e recairá sobre este indivíduo uma mácula de afronta pública diante de todo o proletariado.⁶³⁰

No PCB, a polêmica mais importante acerca da relação do partido com a maçonaria terminou com a expulsão de Antônio Bernardo Canellas, em dezembro de 1923. Canellas representou o partido no IV Congresso, em 1922, cometendo, na interpretação de Carone, uma série de erros, “que o marginaliza de outros membros da Internacional e vai provocar embaraço ao PCB”.⁶³¹ Entre outras declarações, Canellas afirmou que não caberia ao congresso deliberar sobre a questão da Maçonaria, pois, no seu entendimento, o socialismo seria neutro em questões morais e de caráter privado. Canellas afirmou durante o congresso, em referência ao PCB: “o nosso partido, que conta, entre os seus aderentes alguns bons camaradas maçons, cuja ação pró-revolucionária no seio de sua seita é notável e notória, decerto não julgará de grande urgência a abertura de uma campanha contra a Maçonaria”.⁶³² No entendimento de Canellas, o único cuidado a ser tomado seria o de evitar que esses militantes vinculados à Maçonaria ocupassem cargos de responsabilidade política no partido. Segundo Canellas, essa proposta também deveria “ser extensiva aos camaradas

⁶³⁰ INTERNACIONAL COMUNISTA. **Los Cuatro Primeros Congresos de la Internacional Comunista**. 2ª ed. México: Pasado y Presente, 1977, v. 2, p. 279.

⁶³¹ CARONE, Edgard. **Classes sociais e movimento operário**. São Paulo: Ática, 1989, p. 113.

⁶³² Antônio Bernardo Canellas. Relatório de viagem à URSS. In: CARONE, Edgard (org.). **O PCB (1922-1943)**. São Paulo: Difel, 1982, p. 31.

católicos, positivistas, protestantes, israelitas etc., que ocupem posições de destaque no seio das suas respectivas seitas”.⁶³³

Essas posições são o estopim para que, no congresso não aprovasse o pedido de adesão do PCB à Internacional Comunista. Na resolução da Internacional Comunista, afirmou-se que o PCB “não é ainda um verdadeiro Partido Comunista”, na medida em que “conserva restos da ideologia burguesa, sustentados pela presença de elementos da Maçonaria e influenciados por preconceitos anarquistas”.⁶³⁴ Segundo a resolução, o PCB deveria ser o núcleo que viria a formar “um bom e forte Partido Comunista”.⁶³⁵ Em função disso, aprovou-se que “provisoriamente, o Partido Comunista do Brasil deve ser aceito na Internacional Comunista como partido simpatizante”.⁶³⁶ O PCB somente foi aceito como membro da Internacional Comunista em 1924. Canellas foi expulso do partido em dezembro do ano anterior por publicar sem autorização do partido os documentos referentes à sua participação no congresso da Internacional Comunista.⁶³⁷

Nos anos seguintes, o aprofundamento da disciplina partidária levaria ao afastamento de importantes dirigentes do partido. Em documento da Internacional Comunista publicado no jornal *A Classe Operária* de abril de 1930, apontava-se uma série de problemas na política e na organização do PCB. No documento afirmava-se:

Diversos fatos indicam que, no seio do Partido Comunista do Brasil, muito longe estão ainda de compreender a importância da hegemonia do proletariado na revolução democrático-burguesa, e a necessidade absoluta de um partido “independente” do proletariado, para realizá-la. No partido, prega-se abertamente a teoria da “revolução democrática pequeno-burguesa”, sob

⁶³³ Antônio Bernardo Canellas. Relatório de viagem à URSS. In: CARONE, Edgard (org.). **O PCB (1922-1943)**. São Paulo: Difel, 1982, p. 31.

⁶³⁴ Resolução sobre o Partido Comunista Brasileiro. In: CARONE, Edgard (org.). **O PCB (1922-1943)**. São Paulo: Difel, 1982, p. 33-4.

⁶³⁵ Resolução sobre o Partido Comunista Brasileiro. In: CARONE, Edgard (org.). **O PCB (1922-1943)**. São Paulo: Difel, 1982, p. 34.

⁶³⁶ Resolução sobre o Partido Comunista Brasileiro. In: CARONE, Edgard (org.). **O PCB (1922-1943)**. São Paulo: Difel, 1982, p. 34.

⁶³⁷ CARONE, Edgard. **Classes sociais e movimento operário**. São Paulo: Ática, 1989, p. 117.

cuja cobertura “o proletariado poderia prepara-se para a conquista do poder” (camarada Brandão).⁶³⁸

O documento criticava abertamente a política que vinha adotando o partido, nos anos anteriores, de aproximação a setores da chamada “pequena-burguesia”, especialmente os tenentistas. Criticava-se a “direitização” das atividades do partido, sua política de alianças com “elementos da pequena burguesia”, a exemplo do BOC, o que estaria prejudicando “sua independência como condutor da classe operária”.⁶³⁹ Segundo a análise que vinha sendo defendida pelo partido, considerando os desdobramentos das revoltas militares de 1922 e 1924, “caberia ao partido apoiar os revoltosos pequeno-burgueses”, que colocariam “a burguesia industrial no poder. O passo seguinte seria a tomada do poder pelo proletariado”.⁶⁴⁰ Contudo, no III Congresso do PCB, realizado entre dezembro de 1928 e janeiro de 1929, essas posições foram revistas, reavaliando o “papel desempenhado pela pequena burguesia na revolução democrático-burguesa”.⁶⁴¹ Embora o partido mantivesse a caracterização do caráter burguês da revolução, ou seja, democrático-burguesa, passava a adotar a avaliação de que “a única classe historicamente habilitada para realizar tal tarefa era a classe operária”.⁶⁴² O partido deveria se diferenciar da pequena-burguesia, ou, mais precisamente, dos setores identificados como tenentistas.

Essa política de “revolução por etapas” teria se concretizado principalmente por meio do BOC, criticado pelo documento da IC de 1930:

O Bloco Operário e Camponês não representa, no Brasil, um partido operário e camponês. Ele não tem nenhuma ligação com a massa camponesa e

⁶³⁸ INTERNACIONAL COMUNISTA. Resolução da Internacional Comunista sobre a situação brasileira. **A Classe Operária**, Rio de Janeiro, Segunda Fase, Nº 89, 17 de abril de 1930, p. 3.

⁶³⁹ MARQUES NETO, José Castilho. **Solidão revolucionária**: Mário Pedrosa e as origens do trotskismo no Brasil. São Paulo: Paz e Terra, 1993, p. 124.

⁶⁴⁰ SILVA, Angelo José da. **Comunistas e trotskistas**: a crítica operária à Revolução de 1930. Curitiba: Moinho do Verbo, 2002, p. 63-4.

⁶⁴¹ SILVA, Angelo José da. **Comunistas e trotskistas**: a crítica operária à Revolução de 1930. Curitiba: Moinho do Verbo, 2002, p. 65.

⁶⁴² SILVA, Angelo José da. **Comunistas e trotskistas**: a crítica operária à Revolução de 1930. Curitiba: Moinho do Verbo, 2002, p. 65.

com o proletariado agrícola. De fato, o Bloco Operário e camponês transformou-se num segundo partido operário, que não faz uma política revolucionária consequente.⁶⁴³

Nesse sentido, além de modificar sua política, a IC orientada a “depuração” que viria a provocar uma profunda crise no partido. Em âmbito internacional, em nome da “bolchevização”, conduziu-se “em toda sua amplitude a depuração dos elementos dirigentes que, originários da esquerda ou da direita, não se alinham incondicionalmente com a equipe dirigente da Comintern em Moscou”.⁶⁴⁴ Em grande medida a trajetória pessoal desses militantes pareceria ter relevância, sendo excluídos do partido, por exemplo, maçons e aqueles considerados “intelectuais”. No documento a IC propunha-se:

O partido deve depurar resolutamente os quadros dirigentes de todos os elementos liquidacionistas, oportunistas de direita, que se arrastam a reboque da massa e escolher a composição de órgãos dirigentes de modo a assegurar a realização consequente e firme da política proletária revolucionária.⁶⁴⁵

O PCB buscou implantar as novas orientações políticas, sendo uma de suas principais ações a desarticulação do BOC. Em outro âmbito, no que se refere ao desligamento de dirigentes que não seriam considerados de confiança da direção internacional, foi publicado no jornal *A Classe Operária*, no mês de novembro de 1932, um longo artigo no qual se anunciava que o Comitê Central havia votado, “por unanimidade uma resolução expulsando Astrojildo Pereira como traidor

⁶⁴³ INTERNACIONAL COMUNISTA. Resolução da Internacional Comunista sobre a situação brasileira. *A Classe Operária*, Rio de Janeiro, Segunda Fase, Nº 89, 17 de abril de 1930, p. 3.

⁶⁴⁴ Broué, Pierre. *História da Internacional Comunista (1919-1943)*. São Paulo: Sundermann, 2007 t. 1, p. 479.

⁶⁴⁵ INTERNACIONAL COMUNISTA. Resolução da Internacional Comunista sobre a situação brasileira. *A Classe Operária*, Rio de Janeiro, Segunda Fase, Nº 89, 17 de abril de 1930, p. 3.

e renegado da causa do proletariado”.⁶⁴⁶ O texto afirma que o ex-secretário geral do partido teria “passado inteiramente para o outro lado da barricada, para o lado dos nossos inimigos de classe”.⁶⁴⁷ Nesse partido que buscava “demarcar as fronteiras de classe na luta revolucionária”, chamado por adjetivos como “indivisível”, “monolítico”, “centralizado”, “bolchevizado”, não militavam mais, conforme o texto menciona, nomes como Minervino de Oliveira, Everardo Dias, Freire de Oliveira, Cristiano Cordeiro, Odilon Machado, entre outros.⁶⁴⁸

No interior da Maçonaria, percebe-se uma “guinada conservadora”, que levaria a ordem inclusive a assumir posturas anticomunistas. O movimento de afastamento em relação ao PCB redundou em ações de condenação tanto do comunismo como de outras posições consideradas extremistas. Em 1934, no mesmo documento que se proíbe na Maçonaria a presença de membros da Ação Integralista Brasileira (AIB), também se orientava como proceder em relação aos comunistas.⁶⁴⁹ Segundo o documento, emitida pelo Grande Oriente do Brasil (GOB), no que se refere ao comunismo seria “preciso distinguir entre os que adotam o materialismo histórico, a dialética marxista, como instrumento, como método de pesquisa, e os que militam no Partido Comunista”.⁶⁵⁰

No interior da Maçonaria rapidamente se incorporou o discurso anticomunista, que permeava o conjunto da sociedade e começou a se fortalecer principalmente a partir da década de 1930. O anticomunismo assumiu diferentes características, durante o século XX, marcado pelas características particulares dos grupos e lugares sociais em que foi elaborado e reelaborado, sendo possível falar de vários “anticomunismos”. Sabe-se que o anticomunismo constitui-se,

⁶⁴⁶ BRADO. O astrojildismo e a luta pela formação do partido do proletariado. **A Classe Operária**, Rio de Janeiro, Ano VIII, Nº 145, nov. 1932, p. 2.

⁶⁴⁷ BRADO. O astrojildismo e a luta pela formação do partido do proletariado. **A Classe Operária**, Rio de Janeiro, Ano VIII, Nº 145, nov. 1932, p. 2.

⁶⁴⁸ BRADO. O astrojildismo e a luta pela formação do partido do proletariado. **A Classe Operária**, Rio de Janeiro, Ano VIII, Nº 145, nov. 1932, p. 2.

⁶⁴⁹ O integralismo é uma doutrina política tradicionalista, conservadora e de cunho religioso, que, entre outras coisas, defende que uma sociedade só pode funcionar com ordem e paz, com respeito às hierarquias sociais e com harmonia e união. Esse movimento político conservador, que se identificou inclusive com o fascismo, teve seu auge em meados da década de 1930.

⁶⁵⁰ MOREL, Marco; SOUZA, Françoise Jean de Oliveira. **O poder da maçonaria: a história de uma sociedade secreta no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008, p. 211.

antes que um corpo heteroêneo, uma frente reunindo grupos políticos e projetos diversos. O único ponto de união é a recusa ao comunismo, em tudo o mais impera a homogeneidade. Se esta diversidade muitas vezes passa despercebida, isto se deve ao fato de que, nos momentos de conflito agudo, os diversos tipo de anticomunismo se uniram contra o inimigo comum.⁶⁵¹

O anticomunismo se assemelha a algumas das posições defendidas pela Maçonaria no período. Em documento publicado em 1937, pelo GOB, reafirmava-se o caráter da Maçonaria como “instituição eminentemente nacionalista”, destacando seu combate aos “desalmados inimigos da ordem e do regime, da família e da nação” e criticando as doutrinas “antinacionais” e “oriundas de inspiração estrangeira”.⁶⁵² Por outro lado, o anticomunismo apresentava o comunismo como “o inimigo, o estrangeiro, o ‘outro’ que ameaçava despedaçar a unidade do corpo nacional”, sendo atitudes inaceitáveis “o discurso internacionalista dos comunistas e sua vinculação ao Estado soviético” e devendo a defesa da nação e da unidade nacional “estar acima de quaisquer considerações, fossem elas de natureza social, econômica ou política, e os valores nacionais não poderiam jamais ser suplantados por uma ordem internacional”.⁶⁵³

Com a crescente influência da Guerra Fria, a Maçonaria, bem como o restante da sociedade, viu-se cada vez mais assombrada pelo suposto “perigo vermelho”. Em função disso, no ano de 1949, o GOB publicou novas orientações para lidar com os comunistas, proibindo “a *iniciação* de elementos que professavam a ideologia comunista, recomendando a máxima severidade nas sindicâncias, de forma a evitar o ‘ingresso de elementos totalitário’ entre os *irmãos*”.⁶⁵⁴ Esse rumo conservador consolidou-se nas décadas seguintes, materializando-se

⁶⁵¹ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o “Perigo Vermelho”**: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva, 2002, p. 15.

⁶⁵² MOREL, Marco; SOUZA, Françoise Jean de Oliveira. **O poder da maçonaria**: a história de uma sociedade secreta no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008, p. 212.

⁶⁵³ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o “Perigo Vermelho”**: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva, 2002, p. 31-2.

⁶⁵⁴ MOREL, Marco; SOUZA, Françoise Jean de Oliveira. **O poder da maçonaria**: a história de uma sociedade secreta no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008, p. 228.

principalmente no apoio maçônico ao golpe civil-militar de 1964. No contexto do golpe, ainda que houvesse tensões internas na Maçonaria, produto de uma suposta política de infiltração comunista na instituição, o seu contingente mais numeroso se opunha aos setores de esquerda. Esses maçons, segundo José Castellani,

defendendo os valores básicos da cultura e do meio social brasileiros, além da tradição maçônica, que fez uma Instituição de cunho político, mas sem ser ligada a qualquer corrente partidária, passou a lutar ativamente pela legalidade constitucional, ameaçadas pelos propósitos continuistas do presidente da República.⁶⁵⁵

No contexto vivido por Everardo Dias, os desencontros entre maçons e comunistas ainda não tinham ganhado um caráter antagônico. Pelo contrário, parecia haver certa confluência entre essas e outras experiências organizativas na Primeira República, na defesa da ampliação de direitos políticos e sociais. O anticlericalismo unia diferentes correntes no sentido de construção dos diversos modelos propostos para a República, fazendo com que, entre o fim do século XIX e as duas primeiras décadas do século XX, fosse possível identificar grupos em que se articulavam anticlericais, liberais, abolicionistas, anarquistas, socialistas, positivistas, espíritas, maçons, comunistas, entre outros. Para esses setores, o ponto comum era o combate à ordem vigente e a luta por uma sociedade renovada, tendo, para isso, de enfrentar inimigos que exerciam influência sobre a nascente República, como as oligarquias rurais ou mesmo o clero católico.

Outro fator que pode explicar a aproximação entre maçons e socialistas passa, por um lado, pela frágil penetração do marxismo no Brasil e, por outro, pelo desconhecimento dos fatos que se relacionam à Revolução Russa. Nas primeiras décadas do século XX, em âmbito teórico, não havia por parte dos marxistas uma análise teórica acerca do Brasil que pudesse confrontar-se com as demais correntes no embate por

⁶⁵⁵ CASTELLANI, José. *Ação secreta da maçonaria na política mundial*. São Paulo: Landmark, 2001, p. 154.

um projeto de nação ou de classe. Por outro lado, as contraditórias e escassas informações acerca da Revolução Russa paulatinamente deram lugar ao combate ideológico promovido pelos setores conservadores. Esses setores procuraram se diferenciar da forma mais clara possível da estratégia política dos comunistas, ou seja, a derrubada do capitalismo e a construção do socialismo. Portanto, quando os comunistas mostraram de forma mais clara suas estratégias políticas, que passavam pela transformação radical da sociedade, levaram a cisões e polêmicas entre as diferentes correntes política e teóricas que até então viviam em relativa harmonia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta tese buscou-se discutir a trajetória de Everardo Dias principalmente a partir de sua atuação na imprensa operária ou em alguns de seus livros. Essas publicações demonstram uma trajetória plural e multifacetada, que mostram uma amplitude de redes em que Everardo Dias esteve envolvido, passando pelo anticlericalismo, pela Maçonaria, pelo anarquismo, pelo socialismo reformista e pelo comunismo. O exemplo da trajetória de Everardo Dias, assim como a de outros militantes do período, mostra que havia a possibilidade de certa unidade de ação pontual entre esses setores tão diversos, nas primeiras décadas do século XX.

Por meio do conceito de afinidades eletivas pôde-se nesta pesquisa mostrar como um amplo bloco de diferentes setores foi sendo estruturado ao longo das primeiras décadas do regime republicano. Percebe-se no processo social e política o estabelecimento de afinidades entre anarquistas e maçons, socialistas e anticlericais, positivistas e comunistas, ou seja, certa pluralidade que permite construir novas formas de refletir acerca da sociedade brasileira, naquele contexto ou em sua história. Esse processo, contudo, parece ter sido interrompido com a criação do PCB, que, a despeito de ter sido em grande medida consequência do mesmo processo de afinidade eletiva, teve sua dinâmica interrompida pela imposição externa das ordens oriundas da Internacional Comunista. Portanto, não se teria chegado ao nível da fusão, em que a dinâmica das afinidades eletivas daria forma a um novo ser.

Nas primeiras décadas, o movimento anticlerical se estruturou como reação às permanências da influência religiosa na nascente República. Contudo, com o regime republicano mostrando de forma clara seu caráter centralizador e excluyente, alguns setores vão se diferenciando do conjunto do regime, em grande medida influenciados pelas ideias anarquistas e socialistas. Na dinâmica política e cultura das primeiras décadas do século um conjunto de ideologias e organizações operárias procuraram se diferenciar do movimento republicano mais amplo. Nesse contexto, há a unidade não apenas de socialistas reformistas e anarquistas, entre outras correntes, em torno de reivindicações mínimas, como setores não oriundos do movimento

operário vão se colocando nesse campo. No bojo desse processo, se percebe a permanência de setores militares ou que se utilizam de métodos de intervenção militar, levando essa influência ao movimento operário.

No contexto posterior à onde grevista do final da década de 1910, começam a se estruturar mais claramente os projetos políticos dos setores que vinham compondo os grupos de afinidades. Nesse sentido, não apenas os setores mais afins com o regime republicano se afastaram do movimento operário organizado, como se consolidou a fusão dos setores socialistas reformistas como aquelas que anteriormente se identificam mais diretamente com a burguesia. Por outro lado, setores como o anarquismo se afastam desse bloco e os comunistas aos poucos começam a construir seu campo próprio.

Essa é, em certo sentido, também uma síntese da própria trajetória da vida pública de Everardo Dias. Começando a vida pública como militante anticlerical, foi parte da articulação de setores republicanos que visavam aprofundar medidas do novo regime que atendessem aos interesses dos setores populares. Posteriormente, em proximidade com uma diversidade de setores, que passavam desde o socialismo reformista até o sindicalismo revolucionário, participa ativamente das mobilizações operárias, ocorridas entre 1917 e 1919. Diante da repercussão da Revolução Russa, converge para o apoio ao regime soviético, sem, contudo, se identificar com a ideologia comunista, o que somente veio a acontecer posteriormente ao à fundação do PCB.

Esses elementos permitem interpretar os primeiros anos de organização do movimento operário como parte de uma crítica ao modelo republicano implantado, em que alguns setores ligados direta ou indiretamente ao movimento operário construíram um campo de afinidades. Essa construção passa, por um lado, pelo enfrentamento das lutas operárias com aos limites do regime republicano e, por outro, pelo fortalecimento do conjunto de ideologias que apostava, ainda que por diferentes caminhos, na transformação da sociedade.

Quando Everardo Dias convergiu para o comunismo, carregou para o PCB, assim como outros militantes que aderiram ao partido, sua diversidade de experiências e interpretações da realidade brasileira. Essas experiências, influenciadas pelos anos de trajetória anterior, em certa medida se chocaram com o processo de centralização pelo qual

passavam os partidos comunistas em âmbito internacional. Uma experiência local de organização socialista, incorporando teórica e politicamente os elementos externos e os inserindo na dinâmica social do Brasil, foi substituído pelos modelos prontos que seguiam a experiência de um país outro país.

Nas primeiras décadas do século, ainda havia espaços de convergência entre maçons e diferentes correntes do socialismo, fazendo com que figuras como Everardo Dias e Cristiano Cordeiro, que circulavam entre anarquistas, comunistas e maçons, não fossem encarados com estranhamento por seus contemporâneos. Contudo, a escrita historiográfica posterior acerca dos acontecimentos da Primeira República, especialmente aquela produzida por intelectuais ligados a correntes ideológicas e organizativas, mostra o quanto esses textos foram afetados pelos acontecimentos do século XX. Essa interferência chega ao ponto de se ocultar certos acontecimentos ou destacar outros, separando os personagens de suas próprias narrativas pessoais e, forçosamente, os aproximando de uma corrente ou outra.

No caso de Everardo Dias, como se trata de uma figura multifacetada e que ao longo da vida transitou em diferentes espaços, busca-se associar o prestígio de sua imagem a algumas correntes políticas e ideológicas em detrimento das demais. Nesse caso, numa perspectiva antimaçônica, pode ser difícil afirmar que Everardo Dias foi membro da Maçonaria. Para uma perspectiva anticomunista, por outro lado, cabe evitar qualquer menção ao fato de Everardo Dias ter se aproximado do PCB. Portanto, constroem-se trajetórias que respondem muito mais aos interesses de certos grupos do que à preocupação com a escrita da narrativa histórica, fazendo com que muitos elementos da vida pública de vida Everardo Dias sejam selecionados, com vistas a serem mostrados ou ocultados, a depender da compreensão política de quem escreve o texto.

Essas múltiplas faces de Everardo Dias, sempre em diálogo com os mais diversos setores de dentro e de fora do movimento operário, permite vislumbrar uma complexidade muito maior do que os simples embates políticos entre grevistas e governantes, ou socialistas e anarquistas, ou mesmo entre maçons e comunistas. Mostra uma complexidade ideológica em que as correntes não apenas convivem lado a lado, como se mistura, se imbricam, enfim, se influenciam mutuamente. Constroem-se afinidades que não podem ser explicadas a

partir de esquemas teóricos externos, mas apenas a partir do diálogo entre seus personagens inseridos em certo contexto. A trajetória de Everardo Dias e de seus contemporâneos permite vislumbrar as bases de um conjunto de ideologias que ainda hoje permeiam não apenas o movimento operário como as próprias organizações, bem como colocam o desafio de entender, em seu contexto, as narrativas que ocultam ou minimizam o papel desempenhado com alguns militantes ou por algumas correntes políticas. Everardo Dias, muito mais do que uma biografia dentro de um período, é um personagem que permite compreender a forma complexa como se davam os debates políticos e sociais do período, ainda que para isso seja preciso relativizar certos dogmas historiográficos construídos acerca de maçons e comunistas.

FONTES

Arquivos pesquisados

Arquivo Edgard Leuenroth

Arquivo Nacional

Arquivo Público do Estado de São Paulo

Centro de Documentação e Memória

Livros de Everardo Dias

Everardo Dias. **Delenda Roma!** Conferências anticlericais. Rio de Janeiro: Oficina Gráfica da Escola Profissional Maçônica José Bonifácio, 1921.

Everardo Dias. **Historia das lutas sociais no Brasil.** São Paulo: Edaglit, 1962.

Everardo Dias. **Memórias de um exilado:** episódios de uma deportação. São Paulo, 1920.

Everardo Dias. **Semeando:** palestras e conferências. Rio de Janeiro: Oficina Gráfica da Escola Profissional Maçônica José Bonifácio, 1921.

Outros livros

Henri Barbusse. **El resplandor en el abismo.** Montevideo: Claudio Garcia, 1921.

José Ingenieros. **Los tiempos nuevos.** Buenos Aires: Santiago Rueda, 1950.

Helio Negro & Edgard Leuenroth. **O que é maximismo ou bolchevismo.** São Paulo, 1919.

Belisário Pernambuco. **A Maçonaria e o proletariado**. Rio de Janeiro: Papeleria Ribeiro, 1902.

Periódicos

Clarté, Rio de Janeiro, 1921-1922.

A Classe Operária, Rio de Janeiro, 1928-1932.

O Combate, Rio de Janeiro, 1921.

O Estado de São Paulo, São Paulo, 1919.

Folha da Manhã, São Paulo, 1930.

L'Humanité, Paris, 1919.

A Lanterna, São Paulo, 1909-1910.

O Livre Pensador, São Paulo, 1904-1909.

Movimento Comunista, Rio de Janeiro, 1922.

A Plebe, São Paulo, 1919-1924.

Spártacus, Rio de Janeiro, 1919-1920.

A Vanguarda, São Paulo, 1921.

Outros documentos

Affonso A. de Freitas. A Imprensa periódica de São Paulo desde seus primórdios em 1823 até 1914. **Revista do Inst. Hist. e Geo. de S. Paulo**. São Paulo: Typ. Do Diário Oficial, 1915, vol. XIX.

Boletim do Grande Oriente de São Paulo, Anno IX, fevereiro de 1919, nº 2.

DEOPS/SP. Prontuário 136, **Everardo Dias**.

Cristiano Cordeiro. Depoimento a Ricardo Noblat. **Memória e História**, Nº 2, 1982, p. 83.

LEÃO XIII. **Rerum novarum**. 2^a ed. São Paulo: Loyola, 2002.

LEÃO XIII. **Humanum genus**, 1884.

STF, Habeas Corpus n° 8801, Acórdão, 1923.

REFERÊNCIAS

- ADDOR, Carlos Augusto. **A insurreição anarquista no Rio de Janeiro**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Achiamé, 2002.
- ALVES, Paulo. **A verdade da repressão**: práticas penais e outras estratégias da ordem republicana (1890-1921). São Paulo: Arte & Ciências, 1997.
- BANDEIRA, Moniz. **O ano vermelho**: a revolução russa e seus reflexos no Brasil. São Paulo: Expressão Popular, 2004.
- BARATA, Alexandre Mansur. **Luzes e sombras**: a ação da maçonaria brasileira (1870-1910). Campinas: CMU/Unicamp, 1999.
- BARTZ, Frederico Duarte. Abílio de Nequete (1888-1960): os múltiplos caminhos de uma militância operária. **História Social**, Nº 14/15, 2008.
- BATALHA, Cláudio. **O movimento operário na Primeira República**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
- BATALHA, Claudio (coord.). **Dicionário do movimento operário**: Rio de Janeiro do século XIX aos anos 1920: militantes e organizações. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2009.
- BATALHA, Claudio. José Ingenieros e os socialistas brasileiros na virada do século XIX. **Perseu: História, Memória e Política**, Nº 9, 2013, p. 279.
- BENIMELI, José Ferrer. **La masonería**. 2ª ed. Madrid, Alianza, 2013.
- BERGER, Peter. **O dossel sagrado**: elementos para uma teoria sociológica da religião. São Paulo: Paulus, 2012.
- BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (org.). **Para uma história cultural**. Lisboa: Estampa, 1998.
- BETHELL, Leslie. A Igreja e a independência da América Latina. In: **História da América Latina**: da independência a 1870. Vol III. Edusp, 2009.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaina. (org.). **Usos & abusos da história oral**. 8ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p. 186.

BRANDÃO, Octávio. **Combates e batalhas**. São Paulo: Alfa-Omega, 1978.

BROUÉ, Pierre. **História da Internacional Comunista (1919-1943)**. São Paulo: Sundermann, 2007.

BROUÉ, Pierre. **O partido bolchevique**. São Paulo: Sundermann, 2014.

CANOVAS, Marília Dalva Klaumann. **Imigrantes espanhóis na Paulicéia: trabalho e sociabilidade urbana (1890-1922)**. São Paulo: USP, 2009.

CARONE, Edgard. **Classes sociais e movimento operário**. São Paulo: Ática, 1989.

CARONE, Edgard. **Leituras marxistas e outros ensaios**. São Paulo: Xamã, 2004.

CARONE, Edgard (org.). **Movimento operário no Brasil (1977-1944)**. São Paulo: Difel, 1979.

CARONE, Edgard (org.). **O PCB (1922-1943)**. São Paulo: Difel, 1982.

CARVALHO, Jose Murilo de. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

CARVALHO, Jose Murilo de. **A formação das almas: o imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CASTELLANI, José. **Ação secreta da maçonaria na política mundial**. São Paulo: Landmark, 2001.

CASTELLANI, José & RODRIGUES, Raimundo. **Análise da Constituição de Anderson**. Londrina: A Trolha, 1995.

CHILCOTE, Ronald. **Partido Comunista Brasileiro: conflito e integração**. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

CORBIERE, Emilio. **El marxismo de Enrique del Valle Iberlucea**. Buenos Aires: CEAL, 1987.

DULLES, John Foster. **Anarquistas e comunistas no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.

- FAUTO, Boris. **Trabalho urbano e conflito social (1890-1920)**. 3ª ed. São Paulo: Difel, 1983.
- FEIJÓ, Martin Cezar. O revolucionário cordial: Astrojildo Pereira e as origens de uma política cultural. São Paulo: Boitempo, 2001.
- FERREIRA, Maria Nazareth. **Imprensa operaria no Brasil**. São Paulo: Ática, 1988.
- GERALDO, Endrica. Os prisioneiros do Benevente. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 32, Nº 64, dez. 2012.
- GIANNOTTI, José Arthur (Org.) **Comte**. 2ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- GIRARDET, Raoul. **Mitos e mitologias políticas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- GOETHE, Johann Wolfgang von. **As afinidades eletivas**. São Paulo: Nova Alexandria, 2008.
- GOMES, Ângela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. 3ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.
- GRINBERG, Keila. Processos criminais: a história nos porões dos arquivos judiciais. In: Carla B. Pinsky; Tania Regina de Luca. (Org.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2011.
- HALL, Michael e PINHEIRO, Paulo Sérgio. O grupo Clarté no Brasil: da revolução nos espíritos ao ministério do Trabalho. In: PRADO, Antonio Arnoni (org.). **Libertários no Brasil**: memória, lutas, cultura. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- HAUPT, Georges. **El historiador y el movimiento social**. Madrid: Siglo XXI, 1986.
- HOBSBAWM, Eric. **Era dos Impérios (1875-1914)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- HOBSBAWM, Eric. **Mundos do Trabalho**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- INTERNACIONAL COMUNISTA. **Los Cuatro Primeros Congresos de la Internacional Comunista**. 2ª ed. México: Pasado y Presente, 1977, v. 2.

ISAIA, Artur Cesar. Brasil: três projetos de identidade religiosa. In: RODRIGUES, Cristina Carneiro; LUCA, Tânia Regina de; GUIMARÃES, Valéria. (Org.). **Identidades brasileiras**: composições e recomposições. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014.

JOFFILY, Mariana. **O socialismo na França e no Brasil durante a II Internacional Socialista (1889-1918)**. São Paulo: Alameda, 2012.

KAREPOVS, Dainis. **A classe operária vai ao parlamento**: o bloco operário e camponês no Brasil. Alameda: São Paulo, 2006.

KRIEGEL, Annie. **As Internacionais Operárias**. Amadora: Bertrand, 1974.

LEUENROTH, Edgard. **Anarquismo**: roteiro da libertação social. Rio de Janeiro: Mundo Livre, 1963.

LEUENROTH, Edgard. Dados biográficos do autor. In: DIAS, Everardo. **Historia das lutas sociais no Brasil**. São Paulo: Edaglit, 1962.

LOUREIRO, Isabel. **A revolução alemã**. São Paulo: UNESP, 2005.

LÖWY, Michael. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen**. 5ª ed. São. Paulo: Cortez, 1994.

LOWY, Michael. **Redenção e utopia**. Companhia das Letras, 1989.

LOWY, Michael. **A jaula de aço**. Boitempo, 2014.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. (Org.). **Fontes Históricas**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2010.

MARQUES NETO, José Castilho. **Solidão revolucionária**: Mário Pedrosa e as origens do trotskismo no Brasil. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

MATTOS, Marcelo Badaró. **Trabalhadores e sindicatos no Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009, p 55.

MICELI, Sérgio. **A elite eclesiástica brasileira (1890-1930)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

MORAES FILHO, Evaristo de Moraes. Introdução. In: MORAES FILHO, Evaristo de Moraes (Org.). **O socialismo brasileiro**. Brasília: Câmara dos Deputados: UnB, 1981.

MOREL, Marco; SOUZA, Françoise Jean de Oliveira. **O poder da maçonaria**: a história de uma sociedade secreta no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá Motta. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá Motta (org.). **Culturas políticas na História**: novos estudos. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o “Perigo Vermelho”**: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva, 2002.

PAULINO, Maria Célia. **Tradição e modernidade**: Afonso Schmidt e a literatura paulista (1906-1928). São Paulo: Annablume, 2002.

PENNA, Lincoln de Abreu. **O progresso da ordem**. 2ª ed. Rio de Janeiro: E-papers, 2008.

PEREIRA, Joana Dias. **Sindicalismo revolucionário**: a história de uma *Idéia*. Casal de Cambra: Calidoscópico, 2011.

PETERSEN, Silvia & LUCAS, Maria (Org.). **Antologia do movimento operário gaúcho (1870-1937)**. Porto Alegre: UFRGS, 1992.

PINHEIRO, Áurea Paz. **As ciladas do inimigo**: as tensões entre clericais e anticlericais no Piauí nas duas primeiras décadas do século XX. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2001.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. **Estratégias da ilusão**: a revolução mundial e o Brasil, 1922-1935. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

QUEIROZ, Suely Robles Reis de. **Os radicais da República**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

REBELO, Apolinário. **Jornal A Classe Operária**: aspectos da história, opinião e contribuição do jornal comunista na vida nacional. São Paulo: Anita Garibaldi, 2003.

RIDENTI, Marcelo. **Brasilidade revolucionária**: um século de cultura e política, São Paulo: Editora UNESP, 2010.

RIDENTI, Marcelo. Everardo Dias. In: Luiz Pericás; Lincoln Secco. (Org.). **Intérpretes do Brasil**: clássicos, rebeldes e renegados. São Paulo: Boitempo, 2014.

ROMANI, Carlo. Antecipando a era Vargas: a Revolução Paulista de 1924 e a efetivação das práticas de controle político e social. **Topoi**, vol. 12, n. 23, 2011.

RODRIGUES, Edgar. **Os companheiros 2**. Rio de Janeiro: VRJ, 1995.

ROSSI, Paolo. **O passado, a memória e o esquecimento**. São Paulo: UNESP, 2010.

ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaina. (org.). **Usos & abusos da história oral**. 8ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

SAGRA, Alicia. **A Internacional**. São Paulo: Sundermann, 2010.

SAID, Edward. **Representações do intelectual**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SERBIN, Kenneth P. **Padres, celibato e conflito social: uma história da Igreja católica no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008,

SILVA, Angelo José da. **Comunistas e trotskistas: a crítica operária à Revolução de 1930**. Curitiba: Moinho do Verbo, 2002.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais In: RÉMOND, René (Org.). **Por uma história política**. 2ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

SILVA, Eliane Moura. Entre religião e política: maçons, espíritas, anarquistas e socialistas no Brasil por meio dos jornais *A Lanterna* e *O Livre Pensador*. In: ISAIA, Artur Cesar & MANOEL, Ivan Aparecido. **Espiritismo e religiões afro-brasileiras: história e ciências sociais**. São Paulo: UNESP, 2012.

SOUZA, Ricardo Luiz. **Laicidade e anticlericalismo: argumentos e percursos**. Santa Cruz do Sul: UNISC, 2012.

SOUZA, Wlaumir Doniseti de. **Anarquismo, Estado e pastoral do imigrante: Das disputas ideológicas pelo imigrante aos limites da ordem: O caso Idalina**. São Paulo: UNESP, 2000.

TOLEDO, Edilene. **O Amigo do Povo: grupos de afinidade e a propaganda anarquista em São Paulo nos primeiros anos deste século**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual de Campinas, São Paulo-Campinas, 1993.

TOLEDO, Edilene. **Anarquismo e sindicalismo revolucionário**: trabalhadores e militantes em São Paulo na Primeira República. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

VALLADARES, Eduardo. **Anarquismo e anticlericalismo**. São Paulo: Imaginário, 2000.

VINHAS, Moisés. **O Partidão**: a luta por um partido de massas. São Paulo: Editora Hucitec, 1982.

VITORINO, Artur José Renda. **Máquinas e operários**: mudança técnica e sindicalismo gráfico (São Paulo e Rio de Janeiro, 1858-1912). São Paulo: Annablume / FAPESP, 2000.

WALDENBERG, Marek. A estratégia política da social-democracia alemã. In: Eric J. Hobsbawm et al. **História do Marxismo II**: o marxismo na época da Segunda Internacional. 3ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989.

WILLIAMS, Raymond. **Marxismo y literatura**. Buenos Aires: Las Cuarenta, 2009.

WINOCK, Michel. As ideias políticas. In: RÉMOND, René (Org.). **Por uma história política**. 2ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

WINOCK, Michel. **O século dos intelectuais**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

ZAIDAN FILHO, Michel. **Comunistas em céu aberto (1922-1930)**. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1989.